



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 046 - QUINTA-FEIRA, 21 DE ABRIL DE 2005 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes (vago) Valdir Raupp Gilberto Mestrinho Valmir Amaral (vago) Papaléo Paes</p> <p>LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Mota</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PL/PSB/PPS) – 23</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p>	<p>LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Robert Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavlacanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PL – 4 Marcelo Crivella</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 João Capiberibe</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDERES DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB</p>	<p>Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB/) – 29</p> <p>LÍDER Sérgio Guerra – PSDB</p> <p>VICE-LÍDERES Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonhas Pinheiro</p> <p>LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio</p> <p>VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 14-4-2005

CONGRESSO NACIONAL

LEI Nº 11.109, DE 20 DE ABRIL DE 2005

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde, da Defesa e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor global de R\$ 569.100.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 230, de 2004, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, em favor dos Ministérios da Saúde, da Defesa e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito extraordinário no valor global de R\$ 569.100.000,00 (quinhentos e sessenta e nove milhões e cem mil reais), para atender às programações constantes do Anexo desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – excesso de arrecadação, no valor de R\$ 564.500.000,00 (quinhentos e sessenta e quatro milhões e quinhentos mil reais), sendo:

a) R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) de Recursos Ordinários; e

b) R\$ 560.000.000,00 (quinhentos e sessenta milhões de reais) da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS;

II – ingresso de operações de crédito externas, no valor de R\$ 4.600.000,00 (quatro milhões e seiscentos mil reais).

Art. 3º Fica autorizada, em atendimento ao disposto no art. 32, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a contratação da operação de crédito externa de que trata o art. 2º, inciso II, desta Lei, sem prejuízo da competência privativa do Senado Federal, estabelecida no art. 52, inciso V, da Constituição.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 20 de abril de 2005. – 184º da Independência e 117º da República, Senador

Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1335 TRANSFERENCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES									80.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
10 845	1335 099A	AUXILIO A FAMILIA NA CONDICAO DE POBREZA EXTREMA, COM CRIANCAS DE IDADE ENTRE 0 E 6 ANOS, PARA MELHORIA DAS CONDICOOES DE SAUDE E COMBATE AS CARENCIAS NUTRICIONAIS							80.000.000
10 845	1335 099A 0101	AUXILIO A FAMILIA NA CONDICAO DE POBREZA EXTREMA, COM CRIANCAS DE IDADE ENTRE 0 E 6 ANOS, PARA MELHORIA DAS CONDICOOES DE SAUDE E COMBATE AS CARENCIAS NUTRICIONAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							80.000.000
			S	3	1	90	0	153	80.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									80.000.000
TOTAL - GERAL									80.000.000

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52101 - MINISTERIO DA DEFESA

ANEXO

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
8032 ADESTRAMENTO E EMPREGO COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS								4.500.000
OPERACOES ESPECIAIS								
05 212	8032 09AK	MISSAO DAS NACOES UNIDAS PARA O HAITI						4.500.000
05 212	8032 09AK 0001	MISSAO DAS NACOES UNIDAS PARA O HAITI - NACIONAL	F	3	2	90	0 100	4.500.000
			F	4	2	90	0 100	2.740.000
								1.760.000
TOTAL - FISCAL								4.500.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								4.500.000

ORGAO : 55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
UNIDADE : 55101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

ANEXO

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	J U	F T E	V A L O R
1096 AVALIACAO DE POLITICAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL									1.300.000
		ATIVIDADES							
08 126	1096 6414	SISTEMA NACIONAL PARA IDENTIFICACAO E SELECAO DE PUBLICO-ALVO PARA OS PROGRAMAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA - CADASTRO UNICO							1.300.000
08 126	1096 6414 0101	SISTEMA NACIONAL PARA IDENTIFICACAO E SELECAO DE PUBLICO-ALVO PARA OS PROGRAMAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA - CADASTRO UNICO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							1.300.000
			S	3	2	90	0	148	1.300.000
1335 TRANSFERENCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES									483.300.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
08 845	1335 0060	TRANSFERENCIA DE RENDA DIRETAMENTE AS FAMILIAS EM CONDICAO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA							480.000.000
08 845	1335 0060 0101	TRANSFERENCIA DE RENDA DIRETAMENTE AS FAMILIAS EM CONDICAO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							480.000.000
			S	3	1	90	0	153	480.000.000
		ATIVIDADES							
08 122	1335 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							3.300.000
08 122	1335 2272 0115	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							3.300.000
			S	3	2	90	0	148	3.300.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									484.600.000
TOTAL - GERAL									484.600.000

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA
DO CONGRESSO NACIONAL Nº 16, DE 2005**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 240, de 1º de março de 2005, que *“dispõe sobre a aplicação dos arts. 5º, 6º, 7º e 8º da Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004”*, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 1º de maio de 2005, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 254, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Antena um Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 435, de 11 de setembro de 1997, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994, permissão outorgada à Antena Um Radiodifusão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 255, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Itapetininga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itapetininga, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 21 de dezembro de 2000, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 4 de maio de 1993, a concessão da Rádio Clube de Itapetininga Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itapetininga, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 256, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Leme Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Leme, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 21 de dezembro de 2000, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 23 de abril de 1995, a concessão da Rádio Clube de Leme Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Leme, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 257, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Tv Record de Rio Preto S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 29 de agosto de 2002, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 15 de abril de 1999, a concessão da TV Record de Rio Preto S.A. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 258, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Globo S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 632, de 24 de outubro de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 30 de dezembro de 1999, a permissão outorgada à Rádio Globo S/A para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 259, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Coutense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Couto de Magalhães de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.008, de 20 de junho de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Cultural Coutense de Radiodifusão a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Couto de Magalhães de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 260, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Silvaniense de Desenvolvimento Artístico e Cultural – ASILDAC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Silvânia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.586, de 9 de agosto de 2002, que autoriza a Associação Silvaniense de Desenvolvimento Artístico e Cultural – ASILDAC a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Silvânia, Estado de Goiás, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 261, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Ilhéus – BA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilhéus, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.792, de 10 de setembro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Ilhéus – BA a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 262, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional e Social Dídimo Ribeiro Gomes para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 372, de 17 de julho de 2003, que outorga permissão à Fundação Educacional e Social Dídimo Ribeiro Gomes para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 263, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura do Oeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 11 de outubro de 2000, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 10 de maio de 1993, a concessão da Rádio Cultura do Oeste Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 264, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Imperial Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Nacional, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 258, de 16 de maio de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de julho de 1998, a permissão outorgada à Imperial Comunicações Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Nacional, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 265, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Empresa Caponense De Radiodifusão Am Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Capão da Canoa, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 1º de fevereiro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 25 de fevereiro de 1998, a concessão da Empresa Caponense de Radiodifusão AM Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Capão da Canoa, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 266, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pe. Landel De Moura a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 460, de 22 de março de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Pe. Landel de Moura a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 267, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sananduva Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sananduva, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.016, de 20 de junho de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 25 de março de 1998, a permissão outorgada à Rádio Sananduva Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sananduva, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 268, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Moradores e Amigos de Cordislândia Mg (AMACOR) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cordislândia, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.416, de 21 de novembro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Moradores e Amigos de Cordislândia MG (AMACOR) a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cordislândia, Estado de Minas Gerais, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 269, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Fm Norte Pioneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 922, de 5 de junho de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 3 de novembro de 1997, a permissão outorgada à Rádio FM Norte Pioneira Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 270, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão do Sistema Resendense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de agosto de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 19 de outubro de 1998, a concessão do Sistema Resendense de Comunicação Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 271, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Televisão Cachoeiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 31 de outubro de 2002, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 7 de fevereiro de 2000, a concessão da Televisão Cachoeiro Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 272, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Clube de Guaratinguetá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaratinguetá, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 25 de junho de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Sociedade Rádio Clube de Guaratinguetá Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaratinguetá, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 273, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Vox 90 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Americana, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 185, de 17 de abril de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 21 de setembro de 1997, a permissão outorgada à Rádio Vox 90 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Americana, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 274, DE 2005

Aprova o ato que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 15 de abril de 2002, que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda. para explorar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 43ª SESSÃO (ESPECIAL), EM 20 DE ABRIL DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar o 45º aniversário de Brasília..... 09907

1.2.1 – Fala do Presidente (Senador Renan Calheiros)

1.2.2 – Oradores

Senador Paulo Octávio 09908

Senador Cristovam Buarque..... 09911

Senador Maguito Vilela 09913

Senador Eduardo Azeredo 09915

Senador Ney Suassuna 09918

Senador Demóstenes Torres 09920

Senadora Lúcia Vânia..... 09922

Senadora Heloísa Helena..... 09923

O Sr. Presidente (Senador Paulo Octávio) .. 09924

Senador Valmir Amaral (Art. 203 do Regimento Interno) 09924

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 44ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 20 DE ABRIL DE 2005

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Leitura de requerimento

Nº 310, de 2005, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 310, de 2004, e 96, de 2002, por versarem sobre a mesma matéria..... 09927

2.2.2 – Leitura de Propostas de Emenda à Constituição

Nº 12, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o § 1º do art. 18 da Constituição Federal, para dispor sobre a correspondência entre as áreas geográficas de Brasília e do Distrito Federal. 09927

Nº 13, de 2005, tendo como primeira signatária a Senadora Heloísa Helena, que modifica o art. 203 da Constituição Federal que dispõe sobre a assistência social prestada a quem dela necessitar,

independentemente de contribuição à seguridade social e dá outras providências. 09930

2.2.3 – Ofícios

Nº 274/2005, de 19 do corrente, das Lideranças do PMDB e do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Procuradoria Parlamentar do Senado Federal. *Designação da Senadora Fátima Cleide para integrar a referida Procuradoria.* 09932

Nº 74/2005, de 20 do corrente, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a propor a reestruturação do Processo Orçamentário..... 09932

2.2.4 – Pareceres

Nºs 404 a 413, de 2005, da Mesa do Senado Federal, sobre os Requerimentos nºs 6, 24, 79, 121, 141, 146, 158, 168, 169, 170, de 2005..... 09932

Nº 414, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 175, de 2005. 09939

Nºs 415 a 421, de 2005, da Mesa do Senado Federal, sobre os Requerimentos nºs 184, 185, 188, 190, 197, 198 e 201, de 2005..... 09939

2.2.5 – Comunicações da Presidência

Aprovação, pela Mesa do Senado Federal, em reunião realizada no dia 14 de abril do corrente ano, dos Requerimentos nºs 6, 24, 79, 121, 141, 146, 158, 168, 169, 170, 175, 184, 185, 188, 190, 197, 198 e 201, de 2005. 09943

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 1.156 a 1.163, 1.170, 1.173 a 1.176, 1.179, 1.180, 1.183, 1.186, 1.188 a 1.190, 1.193, 1.197, 1.198, 1.201, 1.204, 1.207, 1.209, 1.211, 1.215 e 1.220, de 2004, aprovados terminativamente pela Comissão de Educação. 09944

Tornando sem efeito o despacho de redistribuição do Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1998-Complementar. 09945

Alteração do despacho feito na Sessão do último dia 9 de março, que redistribuiu os Projetos de Lei do Senado nºs 265, de 1999, e 167, de 2001,

que tramitam em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2001..... 09946

2.2.6 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que institui o Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes..... 09946

Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências..... 09949

Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2005, de autoria do Senador Paulo Octávio, que estabelece normas para o funcionamento de empresas privadas que exploram os serviços de vigilância comunitária de áreas residenciais..... 09950

Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2005, de autoria do Senador Francisco Pereira, que regula-menta o § 5º do art. 150 da Constituição Federal, estabelecendo medidas para esclarecimento aos consumidores acerca dos impostos que incidem sobre mercadorias e serviços..... 09952

Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2005, de autoria do Senador José Sarney, que autoriza o Poder Executivo a proceder ao enquadramento dos servidores dos ex-Territórios nas carreiras próprias de sua área de atividade, e sua redistribuição para órgãos e entidades da Administração Pública Federal. 09953

Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2005, de autoria do Senador Francisco Pereira, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir o acesso de portadores de deficiência visual à Bíblia em braile..... 09956

Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2005, de autoria do Senador Francisco Pereira, que acrescenta parágrafos aos arts. 366 e 368 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941-Código de Processo Penal, para definir como limite da suspensão do prazo prescricional o prazo de prescrição regulado pelo máximo da pena privativa de liberdade comi-nada abstratamente ao delito. 09957

Projeto de Lei do Senado nº 133, de 2005, de autoria do Senador Francisco Pereira, que altera o art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal..... 09958

Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2005, de autoria do Senador Francisco Pereira, que altera o art. 80 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 1973 (Estatuto do Idoso), para tornar relativa a compe-tência para processar e julgar as ações destinadas à proteção judicial dos interesses difusos, coletivos e individuais, indisponíveis ou homogêneos, dos idosos. 09960

2.2.7 – Discurso do Expediente

SENADOR **EDUARDO AZEREDO** – Voto de pesar pelo falecimento do engenheiro agrônomo, Sr. Gualter de Moura Alves..... 09962

2.2.8 – Leitura de requerimentos

Nº 311, de 2005, de autoria do Senador Edu-ardo Azeredo, solicitando voto de pesar pelo faleci-mento do engenheiro agrônomo, Gualter de Moura Alves, ocorrido no dia 16 do corrente, em Belo Ho-rizonte/MG..... 09963

Nº 312, de 2005, de autoria do Senador Ar-thur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Defesa as informações que menciona. 09964

Nº 313, de 2005, de autoria do Senador Edu-ardo Suplicy e da Senadora Ideli Salvatti, solici-tando ao Ministro de Estado da Previdência Social as informações que menciona..... 09964

Nº 314, de 2005, de autoria do Senador Edu-ardo Suplicy e da Senadora Ideli Salvatti, solici-tando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. 09966

Nº 315, de 2005, de autoria do Senador Edu-ardo Suplicy e da Senadora Ideli Salvatti, solici-tando ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego as informações que menciona..... 09967

2.2.9 – Discursos do Expediente (conti-nuação)

SENADOR **PAULO PAIM** – Comemoração dos 170 anos de instalação da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Homenagem pelo aniversário de Brasília. 09969

SENADOR **TIÃO VIANA** – Associação às ho-menagens pelo aniversário de Brasília. Excelência do trabalho executado pela Rede Sarah de Hospitais em comparação com o Sistema Único de Saúde.. 09971

SENADOR **SÉRGIO ZAMBIASI**, como Líder – Celebração dos 170 anos de instalação da As-ssembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Apoio ao Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1999, de autoria do Senador Jefferson Péres, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de quarenta anos. 09983

SENADOR **JOSÉ SARNEY** – Homenagem ao ex-Presidente Tancredo Neves, por ocasião do aniversário de sua morte. 09985

SENADOR **ALOIZIO MERCADANTE** – Rei-vindicação de destaque na imprensa à produção legislativa do Senado. Apoio ao pronunciamento do Senador José Sarney de homenagem a Tancredo Neves..... 09990

SENADOR **GARIBALDI ALVES FILHO** – In-clusão, no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentá-rias, do reajuste para o salário-mínimo. 09991

SENADOR **MAGUITO VILELA**, como Líder – Considerações sobre a prisão, em São Paulo, de jogador de futebol argentino por racismo contra jogador brasileiro. 09993

SENADORA **IDELI SALVATTI** – Liberação, pelo Ministério dos Transportes, de recursos des-

tinados à recuperação de rodovias e portos brasileiros. 09995

SENADORA *HELOÍSA HELENA* – Considerações sobre questões indígenas pelo transcurso, ontem, do Dia do Índio. Protesto pela não inclusão de Alagoas para recebimento de recursos governamentais destinados aos estados em estado de emergência devido à seca. 09997

SENADOR *EDUARDO SUPPLY* – Defesa da regulamentação da legislação destinada a garantir às crianças de 0 a 7 anos o acesso à creches e pré-escolas. 10000

SENADOR *EDISON LOBÃO*, como Líder – Realização do Fórum Empresarial do Maranhão para discussão de temas relacionados ao crescimento econômico do estado. 10007

SENADOR *EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS* – Omissão do governo do Estado do Tocantins no episódio de suspensão do exercício das funções dos médicos cubanos em Tocantins. 10009

SENADOR *MÃO SANTA* – Comemoração dos 45 anos da cidade de Brasília. 10012

SENADORA *ANA JÚLIA CAREPA* – Aprovação, pela Assembléia Legislativa, do Macrozoneamento Econômico Ecológico no Estado do Pará. Apresentação de projeto de lei de autoria de S.Exa. que propõe que pessoas físicas ou jurídicas que desmatem irregularidade ou utilizem trabalho escravo sejam proibidas de obter financiamento junto ao governo. 10013

SENADOR *ALVARO DIAS* – Justificativa a requerimento de informações ao Ministério da Saúde sobre suspeita de irregularidades em licitações.... 10016

2.2.10 – Leitura de requerimentos

Nº 316, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona. 10016

Nº 317, de 2005, de autoria da Senadora He-loísa Helena, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. 10017

Nº 318, de 2005, de autoria da Senadora He-loísa Helena, solicitando a inspeção, por parte do Tribunal de Contas da União, nos termos do acordo entre o Banco do Brasil e a PREVI. 10017

Nº 319, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Polícia Militar do Estado do Amazonas, pelos seus 168 anos.... 10018

Nº 320, de 2005, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona... 10018

Nº 321, de 2005, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de aplauso ao procurador geral de Justiça em Mato Grosso, Sr. Paulo Prado. 10019

Nº 322, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Gazeta Mercantil, pelo transcurso de seus 85 anos. 10019

2.2.11 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *PEDRO SIMON* – Considerações sobre a vida do Ex-Presidente eleito, Tancredo Neves. 10019

SENADOR *JOSÉ AGRIPINO* – Decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a intervenção do Governo Federal nos hospitais municipais do Rio de Janeiro. 10021

SENADOR *JOSÉ JORGE* – Críticas ao aumento de funcionários contratados pelo governo federal sem concurso público. Solidariedade ao Prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, pela arbitrariedade na intervenção federal nos hospitais do Rio de Janeiro. Pedido de apoio ao Projeto de Lei nº 384, de 2003, de autoria do S. Exa, que altera o art. 31 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos..... 10023

SENADOR *EFFRAIM MORAIS* – Comentários a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a intervenção do Ministério da Saúde nos hospitais municipais do Rio de Janeiro. Desgaste do Governo Lula. 10025

SENADOR *GERALDO MESQUITA JÚNIOR* – Lançamento do P-Sol no Estado do Acre. Considerações sobre reportagem do Programa “Fantástico” da Rede Globo de Televisão, sobre nepotismo por parte de S. Exa. 10027

SENADOR *AUGUSTO BOTELHO* – Implicações decorrentes da aprovação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol. 10032

2.2.12 – Comunicação da Presidência

Realização, no dia 2 de maio, às 11 horas, da sessão especial destinada a homenagear os trabalhadores pela passagem do Dia Mundial do Trabalho. 10032

2.2.13 – Ofício

Nº 2/2005, de 20 do corrente, do Presidente da Comissão Mista destinada a propor a Reestruturação do Processo Orçamentário, comunicando a prorrogação do prazo para apresentação de emendas ao texto apresentado pelo relator daquela Comissão. . 10032

2.2.14 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *LEONEL PAVAN* – Transcrição de matérias publicadas pelo jornal **Folha de S.Paulo**, em 12 do corrente, intituladas “Reajuste para militares não está previsto no Orçamento” e “Vai começar de novo” 10032

SENADOR *TEOTÔNIO VILELA FILHO* – Registro de matéria intitulada “Argentina de opõe a planos do Brasil na ONU”, publicada pelo jornal **O Globo**, em 13 de abril do corrente. 10034

SENADOR *ANTERO PAES DE BARROS* – Registro de matéria publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, em 10 de abril do corrente, intitulada “Um cargo para o filho de Severino, a moeda do Planalto por dias de paz” 10035

SENADOR VALMIR AMARAL – Suspensão, pela Rússia, do embargo à importação de carne brasileira, bovina e suína, proveniente dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás. 10037

SENADOR ROMEU TUMA – Análise de questões indígenas no transcurso do Dia do Índio..... 10038

SENADOR PAPALÉO PAES – Satisfação pela reabilitação do Projeto Rondon. 10040

2.3 – ENCERRAMENTO

3 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

Do Senador Aloizio Mercadante, proferidos em sessões dos dias 13 e 19 de abril de 2005. 10042

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 20.04.2005

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.209 e 1.689, de 2005. (Republicação). 10047

Nºs 1.802 a 1.826, de 2005. 10049

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

7 – SECRETARIA DE COMISSÕES

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

16 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

18 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 43ª Sessão Especial, em 20 de abril de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros e Paulo Octávio.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 50 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a Sessão Especial do Senado Federal que, em atendimento ao Requerimento nº 85, de 2005, de autoria do Senador Paulo Octávio e outros Srs. Senadores, destina-se a comemorar o 45º aniversário de Brasília.

A Presidência convida para compor a Mesa o Governador Joaquim Roriz. (Palmas.)

Convido o Senador Paulo Octávio para compor a Mesa. (Palmas.)

Convido o Senador Cristovam Buarque para compor a Mesa. (Palmas.)

Convido, para compor a Mesa, A SRA. Anna Christina Barbará Kubitschek Pereira. (Palmas.)

Vamos, de pé, ouvir a execução do “Hino a Brasília” pelo Coral do Senado.

(Execução do “Hino a Brasília”).

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Ouviremos agora, de Ernesto Júlio de Nazareth, “Alvorada”, também pelo Coral do Senado Federal.

(Apresentação do coral do Senado.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Convido o Senador Eduardo Azeredo para compor a Mesa. (Pausa.)

Convido também para compor a Mesa o Senador Maguito Vilela. (Pausa.)

Exm^{os} Srs. Embaixadores, Exm^o Sr. Joaquim Roriz, Governador do Distrito Federal, Exm^{os} Srs. Secretários de Estado do Distrito Federal, Exm^{as} Sr^{as} Senadoras, Exm^{os} Srs. Senadores, Exm^{os} Sr^{as} e Srs. Deputados, Ilustríssima Sra. Anna Christina Barbará Kubitschek Pereira, senhoras e senhores, obstinação, quase teimosia, tem sido o traço dos líderes que marcaram a história da humanidade. Apenas os que abraçaram obstinadamente causas e projetos conseguiram movimentar povos e nações em torno de sua realização.

Obstinação, quase teimosia, é qualidade fundamental dos realizadores de grandes proezas. Esse, meus nobres Pares, queridos Senadores e queridas

Senadoras, foi o traço marcante da personalidade de Juscelino Kubitschek. O traço que o fez passar da promessa feita a um eleitor da pequena Jataí de Goiás à inauguração da grandiosa Brasília, apenas cinco anos depois.

Obstinação, quase teimosia, que nos permite, hoje, nesta sessão solene, comemorar os 45 anos de vida de nossa Capital e da grande transformação provocada na sociedade brasileira.

Obstinação, quase teimosia, senhoras e senhores, tem sido o traço dos que, como eu, querem ver Brasília, monumento à arquitetura e ao urbanismo nacionais, marcar a história do Brasil como a Brasília cidadã, fundamento desta Nação brasileira antevista por JK.

Romanos e gregos deixaram para a história monumentos aos deuses e aos mortos. Nós, brasileiros, edificamos um monumento à vida de nosso País.

O destemor de Juscelino, a genialidade de Lúcio Costa, a estética revolucionária de Oscar Niemeyer, a bravura dos pioneiros, tudo se somou para que, no dia 21 de abril de 1960, às 9h 30 min, se instalassem os três Poderes da República na nova Capital. Uma nova era se iniciava para o Brasil!

Mesmo com o rude golpe contra a democracia, em 1964, os governos que se seguiram consolidaram Brasília como o real e incontestável centro político-administrativo do País. Transformou-se, paulatina e persistentemente, na cidade viva e pujante de hoje.

Bela em sua arquitetura, Brasília acolhe, desde seus primórdios, brasileiras e brasileiros de todos os quadrantes, credos e raças. Síntese da brasilidade, nossa Capital encontra nessa miscigenação o vigor que a torna definitiva no coração do Brasil.

Cidade aberta, acessível a todos, foi imaginada sem barreiras para o povo. Poucas capitais colocam dirigentes e população tão próximos uns dos outros. Em que lugar do mundo podemos ver, a olho nu, o interior dos palácios dos três Poderes da República? Só em um País fraterno, como o Brasil; só numa metrópole cidadã, como Brasília.

As sucessivas administrações comandadas pelo Governador Joaquim Roriz têm feito de Brasília uma cidade cada vez mais moderna e dinâmica. (Palmas.)

Permanentemente preocupado com a qualidade de vida dos que aqui vivem, o Governador Roriz tem,

incessantemente, melhorado a infra-estrutura urbana e renovado o equipamento comunitário ao dispor da população.

Aqui se vive bem e cada vez melhor! Qualidade de vida e liberdade cívica são os componentes do ar abençoado deste altiplano, que Dom Bosco anteviu como o espaço da Brasília de hoje.

Para tanto, senhoras e senhores, contribui a firme e positiva atuação dos ilustres parlamentares representantes do Distrito Federal no Senado e na Câmara. Deputados e Senadores não medem esforços na defesa incessante da Capital Federal. De sua ação, beneficiamo-nos todos nós que vivemos nesta cidade magnífica.

Daí a necessidade de cumprimentar todos, abraçando este grande Líder, Senador Paulo Octávio, uma pessoa comprometida com os ideais e com a vida de Brasília. Em nome do Senador Cristovam Buarque, valoroso Senador que tão bem governou Brasília, ex-Ministro da Educação e atual presidente da nossa Comissão de Relações Exteriores, e também do Senador Valmir Amaral, diligente Senador, grande amigo nosso, também batalhador das causas de Brasília e do Distrito Federal, quero aqui saudar todos os cidadãos e cidadãs que nasceram ou vivem nesta Capital. (Palmas.)

Todavia, da mesma forma que ainda não terminamos a construção de Brasília, ainda não concluímos a construção democrática do Brasil.

Muito ainda temos que concretizar, para o que, eu, como Presidente do Senado e do Congresso Nacional, envidarei todos os esforços. Esse é o compromisso dos obstinados, que não esmorecerão na construção da Nação brasileira, simbolizada na magnífica Brasília que a obstinada têmpera dos brasileiros de ontem e de Juscelino legou.

A história dos próximos milênios colocará, ao lado das pirâmides dos faraós e dos templos dos gregos, a monumental Brasília dos brasileiros.

Era inicialmente o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Início este pronunciamento cumprimentando o Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros; o Exmº Governador do Distrito Federal, Sr. Joaquim Roriz; os Senadores aqui presentes – Maguito Vilela, Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo –; A Sra. Ana Cristina, Presidente do Memorial JK; os Srs. Secretários de Estado, o ilustre corpo diplomático e demais autoridades aqui presentes, os amigos candangos; os pioneiros; todos os que hoje estão aqui prestigiando

esta sessão solene; o meu caro Embaixador Aloísio Napoleão, que acompanhou e trabalhou ao lado do Presidente JK por tantos e tantos anos, que acompanhou a saga da construção desta cidade – meus cumprimentos ao senhor e um abraço também ao nosso queridíssimo Senador Hugo Napoleão, membro efetivo do nosso PFL. Falo aqui em nome do Partido da Frente Liberal neste momento tão importante para mim, para a minha vida, para Brasília, para os candangos.

Lembro-me de que, em 1991, quando assumi pela primeira vez o mandato de deputado federal, promovemos uma sessão solene na Câmara. Lembro-me com emoção daquela sessão, porque lá estavam, além de meu pai e de minha mãe, a nossa eterna mãe de Brasília, D. Sara Kubitschek, Márcia Kubitschek, então vice-governadora, e o nosso queridíssimo Governador Joaquim Roriz – Brasília havia eleito, pela primeira vez na história, Presidente Renan, o seu governador: o primeiro governador eleito de Brasília foi o Sr. Joaquim Roriz.

Lembro-me de que, naquela época, em 1991, há quatorze anos, não era tão comum a promoção de sessões solenes homenageando Brasília. Decidi, então, em todos os anos de meus mandatos, no aniversário de Brasília e no aniversário de nascimento do Presidente JK, promover sessões solenes, na Câmara ou no Senado, para homenagear esta grande história de todos nós.

Hoje quero falar aqui, com emoção, para os pioneiros, para os filhos dos pioneiros, para os amigos aqui presentes, para todas as pessoas que, como eu, vieram para Brasília em busca de um sonho embalado pelos compromissos que o Presidente JK tinha com a Nação brasileira. Todos nós viemos para Brasília a fim de resgatar a nossa proposta de vida.

O Governador Roriz, que já estava aqui, conheceu bem esta terra: o descampado de Brasília, tão bem cantado por Tom e Vinícius, cujos versos, citando Niemeyer, dizem: “Brasília, uma flor. Uma flor naquela terra agreste e solitária, uma cidade erguida em plena solidão do descampado como uma mensagem permanente de graça e poesia”. Vejam que Tom e Vinícius escreveram isso – Cleiton, você que é compositor – há cinquenta anos. E Brasília hoje cumpre o seu papel de graça e poesia, de congraçamento de todo o povo brasileiro. E Brasília, que é uma cidade miscigenada, encanta a todos. Aqui, o Brasil se encontra.

Confesso que havia preparado um discurso longo, mas como são tantos os Senadores que querem falar por Brasília e a nossa sessão começou um pouquinho atrasada, devido à homenagem prestada na Câmara dos Deputados, onde também estava presente o Go-

vernador, resolvi abreviar e falar de coração, falar do meu sentimento.

Governador, Senador Cristovam Buarque, sabemos que esta cidade é tombada pelo Patrimônio Cultural da Humanidade, é conhecida no mundo todo, é patrimônio de todos nós, tem os monumentos mais bonitos, é uma cidade arquitetonicamente perfeita, mas, hoje, quero falar de uma coisa diferente.

O Governador Joaquim Roriz, homem das grandes realizações, inaugurará, daqui a alguns dias, um centro de convenções que mudará esta cidade, incrementando o turismo e gerando empregos, e também inaugurará o museu e a biblioteca. São tantas as inaugurações que ficaria cansativo tentar enumerar o que está sendo realizado em Brasília pelos brasilienses. (Palmas.)

Mas hoje não quero falar das realizações que todos ajudamos; quero falar do povo, do candango, das pessoas que vieram de todos os cantos do Brasil e aqui fizeram suas vidas, construíram suas famílias.

E hoje estamos misturando pessoas que aqui chegaram antes de Brasília, como o Governador Joaquim Roriz, o Embaixador Aluisio Napoleão e tantos pioneiros aqui presentes, como o Brasileiro, o primeiro brasiliense, que hoje tenho o prazer de tê-lo ao lado, trabalhando comigo, foi apadrinhado por JK, que foi ao hospital visitar o primeiro bebê nascido em Brasília. Hoje, é esse homem de cabelos brancos e 45 anos de idade. Amanhã, Brasileiro, estaremos na sua festa de 45 anos. Parabéns! (Palmas.)

Quero falar dessa gente, homens e mulheres que vieram de todos os cantos do Brasil, como eu. Meu pai estava aqui sentado até há pouco, mas como a sessão atrasou, ele teve que sair devido a seus compromissos, o que me deixou muito triste, porque, em todas as sessões solenes, meu pai esteve presente. Ah! Ele voltou, está sentadinho ali, desculpe-me, eu não o tinha visto. (Palmas.)

Meu pai me trouxe para Brasília aos 12 anos, assim como tantos outros que aqui estão e que vieram com seus pais, que ajudaram a fazer esta cidade, trabalhando cada um do seu modo, cada um numa função diferente. Quero homenagear todos vocês, pois cada um, a sua maneira, ajudou a fazer esta cidade, não importando o posto nem a profissão. O essencial é mostrar que todos fomos importantes, pois todos ajudamos a mostrar que o brasileiro é competente, é capaz de construir uma cidade. Todos aqui deram seu sangue, seu suor, levantaram as mãos, usaram os cérebros para acompanhar aqueles pioneiros.

Nada disso seria possível se não houvesse essa união, se não houvesse esse comando expresso por JK. Nada disso seria possível, se o nosso grande ide-

alizador, o nosso grande comandante, o Presidente JK, não tivesse mudado o Brasil. (Palmas.)

Em 1956, o Brasil estava voltado para o litoral, era um Brasil caranguejo. Meus amigos, um Presidente eleito pelo voto popular, atendendo a uma solicitação de um goiano de Itajaí, a quem o Senador Maguito Vilela conhece muito bem, atendendo ao povo, resgatou um compromisso assumido desde o Marquês de Pombal. Duzentos anos se passaram! Muita coisa foi prometida. Discursos foram feitos, livros foram escritos, pronunciamentos, por extensão, feitos em todo o mundo, falando que o Brasil teria que mudar a sua Capital. Duzentos anos se passaram, até que apareceu um homem iluminado por Deus e disse ao Brasil: "Vou mudar a Capital da República!" Ninguém acreditou, porque naquele tempo não tínhamos estradas, comunicações, telefone, aviões, aeroportos, não tínhamos logística nenhuma para se concretizar uma epopéia dessa envergadura. E o mais importante é que esse homem disse: "Em mil dias, vou inaugurar a Capital". Imaginem, há 50 anos, um homem dizer que, em mil dias, iria mudar a capital. Se fosse hoje, talvez não acreditássemos, então imaginem há 50 anos!

Meus amigos, graças à participação desse povo trabalhador, ele conseguiu. Logicamente que acompanhado por um exército de pessoas sérias, trabalhadoras, que não mediram esforços para dedicar suas vidas a esse grande empreendimento.

JK é prova de que, para se fazer alguma coisa, é preciso mais que idéias. É preciso trabalho. É preciso dedicação. O mundo está cheio de idéias, mas poucas pessoas se propõem a botar a mão na massa e executá-las. Como disse, desde Marquês de Pombal, a idéia da construção de uma capital para o Brasil estava sendo ventilada. E aí apareceu um presidente que resgatou o compromisso de tantos e tantos historiadores e construiu a cidade.

É por isso que, Presidente Renan Calheiros, quando comecei o meu pronunciamento, lembrei-me de 15 anos atrás. A cada dia que passa, entendo que o aniversário de Brasília é o nosso aniversário, é o aniversário das pessoas que se mudaram para cá e aqui fizeram suas vidas.

O próprio Presidente Renan Calheiros, enquanto recebíamos o Governador Roriz, contava-me do profundo amor que tem por esta cidade, seu segundo lar, por tantos e tantos anos passados e dedicados a Brasília.

Por isso, cada um dos brasileiros, cada um dos brasilienses aqui presentes tem uma história para contar. E é por isso que quero dedicar esta sessão solene ao candango, ao povo desta cidade. Brasília é a prova

perpétua de que, quando se quer alguma coisa, não existe obstáculo.

O Governador está lutando há cinco anos para construir uma cidade digital. Não desistiu. E hoje, finalmente, li com alegria nos jornais, Senador Demóstenes Torres, que se chegou a um consenso: será liberada a cidade digital. (Palmas.)

Tem que se ter vontade política para se fazer qualquer coisa, e a grande lição que todos nós temos que ter sempre do legado de JK – Anna Christina, você que representa aqui a família Kubitschek, você que tão bem dirige o Memorial JK – é que não devemos temer. O Brasil e os brasileiros são capazes. Temos que resgatar os tempos de JK, quando tínhamos o melhor salário mínimo. O maior salário mínimo do País foi pago de 1956 a 1960, quando JK era Presidente.

A cultura explodiu, e, no esporte, ganhamos a primeira Copa do Mundo em 1958. Todos os indicadores foram positivos, porque tínhamos um Líder que comandava com destemor, com coragem e com vontade e conduzia bem o povo brasileiro.

Quando analisamos os anos JK, quando estudamos os anos JK, quando lemos o livro de JK **Porque Construí Brasília**, entendemos como é importante a presença de um Líder para uma nação, a presença de um Líder que tem propostas, que tem projetos, um Líder que, antes de assumir o Governo, já tinha as suas metas estabelecidas. Palmerinda Donato, aqui presente, pioneira que acompanhou JK, sabe muito bem como era e que a metassíntese é a que estamos homenageando hoje: Brasília. Ele cumpriu todas as metas: rodovias, indústrias, siderurgia, energia elétrica. Todas as metas foram cumpridas. É assim que se faz uma nação, é assim que se faz uma cidade.

Por isso, esta homenagem que estamos prestando, hoje, no Senado Federal, é uma homenagem a uma epopéia, a uma saga histórica, é uma homenagem ao povo brasileiro. Mas é, principalmente, uma homenagem a um Presidente que soube mudar o Brasil. (Palmas.)

É uma homenagem a um Presidente que transformou o Brasil de País do futuro para o País do presente. O Brasil mudou, mudaram as nossas vidas, de todos aqui presentes. Até o Líder Arthur Virgílio, que vem ali caminhando, teve a sua vida mudada, como me confidenciava ontem, neste plenário: “Morei em Brasília no começo. O meu pai morou aqui”. Ontem, também o Senador Tasso Jereissati me confidenciava. Cada um dos Srs. Senadores nesta Casa tem uma história com Brasília, cada um dos Senadores tem um compromisso com esta Cidade.

Por isso, esta sessão é tão importante. Esse é o caminho que entendo devemos trilhar sempre, invo-

cando o passado para termos a coragem de resgatar o futuro, de construir o futuro. Estamos no momento de construir o futuro, Governador Roriz. E V. Ex^a tem tido esse compromisso e essa visão, tem construído o futuro dos brasilienses.

Cada um dos políticos aqui presentes – e vejo muitos Senadores e Deputados – tem um compromisso com esta Cidade.

Por isso, quero dizer a todos os brasilienses, a todos os candangos que estão aqui, que não importa se moram no Plano Piloto, na Ceilândia, em Taguatinga, em Santa Maria, em Samambaia, no Riacho Fundo, no Gama, em Brazlândia, em Planaltina, em qualquer um das cidades que compõem o nosso grande Distrito Federal, não importa onde cada um dos dois milhões de candangos vivem, o que importa realmente é que todos estamos de parabéns.

Que, amanhã, quando estivermos todos juntos comemorando o 21 de abril, lembremo-nos de que essa história que presenciamos, de que esta Cidade que construímos é muito importante por tudo que representa, porque Brasília superou a realidade hoje, superou o sonho de JK! Lá no céu, ele deve estar pensando: “Que maravilha que construí, a cidade que mudou o Brasil!”.

Agradeço a todos os candangos que fizeram esta Cidade!

Nesse 21 de abril, quero deixar de lado os pessimistas, os descrentes, quero esquecer aqueles que não acreditam neste País. Este aniversário de Brasília simboliza otimismo. É isso o que temos de passar para a Nação brasileira. Por isso, nesse 21 de abril, além de homenagear Brasília, quero homenagear todos os candangos, as pessoas que fizeram esta Cidade, uma cidade miscigenada neste País continental, neste País diversificado, neste País espetacular que se reúne aqui em Brasília.

Nesse 21 de abril, Sr. Presidente Renan Calheiros, agradeço tudo que Brasília me deu, tudo que Brasília nos deu. Agradeço a V. Ex^a por presidir esta sessão solene e a todos os Senadores aqui presentes, e muitos querem se pronunciar. Agradeço a todos vocês que deixaram suas casas, seu escritório, seu trabalho e aqui acorreram porque também queriam homenagear, como nós, Senadores, esta Cidade.

Meus amigos, viva o povo de Brasília! (Palmas.)

Viva o povo candango!

Muito obrigado, JK!

Muito obrigado, JK! (Palmas.)

Que Deus continue abençoando a nossa cidade, a nossa gente!

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque. (Palmas.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, permita-me quebrar um pouco o protocolo e, no lugar de começar saudando V. Ex^a, saudar cada um e cada uma dos pioneiros e pioneiras aqui presentes, porque, sem vocês, nós também não estaríamos aqui comemorando esta data. (Palmas.)

Em segundo lugar, permita-me cumprimentar, antes dos outros, Ana Christinna Kubitschek Pereira, figura que todos conhecemos e que saúdo não apenas por ser neta de Juscelino e por ser esposa do Senador e meu amigo Paulo Octávio, mas, sobretudo, por ser a única mulher à Mesa, ao lado da nossa Senadora. Cumprimento todas as outras mulheres aqui presentes. (Palmas.)

Perdoe-me, especialmente, a minha esposa Gladys. (Palmas.)

Sr. Presidente, Sr. Governador Joaquim Roriz, Srs. Senadores, Sr^a Senadora, o discurso do Senador Paulo Octávio permite-nos uma reflexão, lembrando, em primeiro lugar, que o dia 21 de abril é uma data mágica no Brasil. É a data em que Tiradentes deu a vida pela Independência. É a data em que Tancredo Neves faleceu. E é a data em que todos os brasileiros lembram-se da inauguração da Capital do Brasil. É o dia em que um homem, Presidente da República, Juscelino Kubitschek, cumpriu o seu compromisso de campanha, assumido na cidade do Senador Maguito Vilela. Assumiu um compromisso e fez aquilo que no Brasil nem sempre costumam fazer os que chegam à Presidência da República. Ele cumpriu um sonho que parecia impossível, irreal e até mesmo fantasioso para a Oposição, demonstrando que a vontade política é capaz de realizar o sonho de um povo. Assim, inaugurou, no seu primeiro mandato, uma nova Capital no Planalto Central.

Hoje, passados 45 anos, é tempo de refletirmos sobre para que serviu essa inauguração, mas, sobretudo, sobre os desafios do Brasil que os brasileiros, que nós teremos de enfrentar nos próximos 45 anos. Aniversário é tempo de lembrança e é tempo de compromisso.

Independentemente das considerações sobre o custo da construção de que tantos falam, das características urbanas de Brasília, construir a Capital do Brasil no centro do seu território foi uma decisão correta do povo brasileiro, do Congresso brasileiro e, sobretudo, do nosso Líder à época, o Presidente Juscelino Kubitschek. Foi uma decisão correta de todos os atores.

Imaginemos – e falo nesta hora para aqueles que não são de Brasília –, cada um brasileiro, como seria hoje o nosso País se a sua Capital ainda fosse uma grande cidade do litoral. Imaginemos como seriam muito maiores a concentração demográfica, a concentração da renda, a concentração espacial do nosso parque industrial. Imaginemos que ainda seríamos um País litorâneo, assim como éramos nos primeiros séculos da colonização. Brasília trouxe a descentralização, a interiorização e o sonho de que falou o Senador Paulo Octávio. Trouxe também, simbolicamente, a idéia da esperança de que é possível um futuro diferente para o Brasil.

Sobretudo nós de Brasília nos lembramos sempre do Juscelino que inaugurou a nossa cidade e esquecemos do Juscelino que inaugurou um outro Brasil: o Brasil que saiu de rural para urbano; que saiu de agrícola para industrial; um País que saiu de colonizado para uma potência no cenário mundial. (Palmas.)

Esse outro Juscelino é, no mínimo, tão importante quanto o Juscelino pioneiro, líder, que fez a nossa cidade.

Mas, passados 45 anos, o que diria, o que faria JK?

Além de comemorar com orgulho a obra que deixou e que os pioneiros fizeram, além de sentir orgulho de ter escolhido um arquiteto e um urbanista que desenharam uma cidade como é a nossa, tão especial, além de agradecer a Israel Pinheiro, sem o qual Brasília não teria sido construída, porque mais difícil ainda do que conceber é fazer a cidade, além dessas lembranças orgulhosas, creio que Juscelino teria o compromisso de acertar alguns problemas que o Brasil criou para si e que trouxe, como consequência, problemas para Brasília.

No Brasil, Juscelino deveria pensar, certamente se estivesse conosco, que o desenvolvimento que, prevíamos, traria vantagens para todos trouxe a concentração da renda; que o crescimento econômico que ele previa – “cinquenta anos em cinco” –, aconteceu, mas excluindo massas imensas da sua população, da nossa população, da população brasileira, das vantagens daquele novo Brasil.

Como resultado, Brasília não pôde ser a capital do novo Brasil e se tornou apenas a nova capital do mesmo Brasil, do ponto de vista social. De um Brasil industrial, urbano, como sonhava Juscelino, mas que ainda é um Brasil onde uma classe social sente-se superior às outras, apropria-se de quase todo o produto e renda e, mais grave ainda, da quase totalidade dos recursos do nosso orçamento público, porque raramente tomamos decisões, inclusive nesta Casa, diretamente distributivas. Um País que, ao invés de

distribuir, continua concentrando. Um País onde os impostos, os indiretos, saem das mãos dos pobres quando compram qualquer produto e terminam financiando privilégios de ricos. Brasília não pôde ficar alheia a essa realidade brasileira.

A Brasília da igualdade, sonhada por Juscelino, temos que reconhecer, é hoje uma Brasília dividida socialmente. A Brasília que se imaginava ser exemplo para o futuro é uma cidade que convive no seu território com uma imensa massa de pobres excluídos, inclusive fora do seu território físico, fora da sua geografia, mas dentro da nossa sociologia, porque uma imensa massa de pessoas vive na periferia de Brasília, no chamado Entorno, sem receber os direitos a que têm direito. Uma capital de um País democrático não pode ter Entorno. O entorno de Brasília é o Brasil inteiro. Por isso, cabe a nós, brasilienses, ajudar a mudar o Brasil. Se o Brasil e o Distrito Federal mantiverem o rumo dos últimos anos, sabemos que não poderemos, talvez, ter grandes comemorações daqui a 45 anos.

Por isso, é tempo de refletir, retomar os sonhos e reformular propostas para construir uma Brasília e um Brasil que cumpram o que Juscelino sonhou, corrigindo os desvios que tivemos desde que ele nos deixou. (Manifestação das galerias.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Por favor, precisamos manter a ordem dos nossos trabalhos. Os convidados não podem se manifestar.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Agradeço, Sr. Presidente.

Não é difícil imaginar, hoje, quais seriam esses rumos que Juscelino gostaria de ver para o Brasil. Eles passarão, sobretudo, por uma revolução que, neste momento da história não é mais uma revolução social nem econômica, nem mesmo uma revolução no regime de propriedade. É uma revolução que se daria na única brecha que a realidade brasileira e mundial hoje permite: uma revolução que passa pela educação de nossas crianças, com a máxima qualidade, desde o primeiro dia de sua vida até o último dia da sua atividade profissional.

Na cidade, na nossa cidade, é preciso retomar alguns sonhos de Juscelino, alguns sonhos de Niemeyer, alguns sonhos de Lúcio Costa.

Em primeiro lugar, o sonho da convivência, de fazer com que Brasília volte a ser o que já foi no seu começo, uma cidade onde as pessoas se encontravam sem se estranhar, sem medo e com alegria. Essa convivência passa pelo ordenamento social, pelo ordena-

mento territorial, passa pela construção de espaços de encontro, como já se tentou em outros momentos da história de Brasília.

Precisamos voltar a dar exemplo, como quando Brasília teve a ousadia de dizer que aqui os carros paravam para os pedestres, que aqui havia um programa em que se pagava um salário mínimo às crianças pobres para que estudassem, que aqui as pessoas seriam atendidas por um sistema de saúde a poucas centenas de metros de sua casa.

Não podemos permitir que nos transformem da cidade do exemplo na cidade da discriminação. Brasília, como cidade-símbolo, não pode ser vista como território reduzido aos limites do chamado Plano Piloto.

Brasília tem que ser a Brasília de todos os habitantes do Distrito Federal, com igualdades de condições sociais, e tomar as medidas junto com o Estado de Goiás e a União para que o Entorno deixe de ser entorno no sentido social e passe a viver uma convivência plena com os habitantes do nosso quadrilátero.

Precisamos também, além do exemplo da convivência, nos tornarmos uma cidade sustentável para o futuro, e a nossa sustentabilidade passa por fazer de Brasília mais do que a Capital do Brasil. Juscelino sonhou que nós seríamos a capital. A realidade nos obriga a ser mais que isso. Não mais a cidade onde estão os escritórios do Governo Federal. Brasília deve ser uma cidade de abrangência regional, que, além do orgulho de ser a capital, seja mais, adquira uma dinâmica como pólo tecnológico, com uma dinâmica comercial e uma dinâmica na área de serviços. Uma cidade que invista na educação de sua população e atraia setores empresariais de ponta na ciência e na tecnologia, como estratégia para promover a inclusão social, que era o grande sonho de Juscelino Kubitschek. Uma Brasília que seja, ao mesmo tempo, metropolitana e republicana.

Temos as vantagens econômicas para atrair esses grupos. Temos uma universidade de ponta e um complexo universitário que muito nos orgulha no conjunto de grandes universidades. Temos ainda uma qualidade de vida que nos permite atrair os técnicos e o capital que é necessário. Além do exemplo, Sr. Presidente, além da sustentabilidade e da convivência, temos de ser a cidade da esperança; a cidade que transmita ao Brasil que o que acontece aqui pode ser copiado lá fora – como tantos projetos nossos já o foram. Ela tem de ser sonhada também por aqueles peões que a construíram, por aqueles engenheiros que calcularam o que era preciso, pelos arquitetos e urbanistas, pelo povo brasileiro, que sonhou que sua capital seria o farol, a atração, a bússola do futuro do Brasil.

Sr. Presidente, isso é possível. Brasília tem os recursos, tem como fazer, mas precisa voltar a acreditar nela como ponto de mobilização para as mudanças no Brasil inteiro.

Que este 21 de abril seja não apenas a data da comemoração dos 45 anos da iniciativa pioneira de Juscelino, mas o início de um processo de reinauguração. Da inauguração do futuro.

Temos uma dívida e gratidão com aqueles que foram pioneiros: Juscelino, o primeiro, e cada um dos outros que aqui estão. E o melhor pagamento dessa dívida é continuarmos sendo, nós também, pioneiros dos próximos 45 anos. Creio que esse era o sonho maior de Juscelino: que nunca nos contentássemos com aquilo que ele fez e inaugurou e que fôssemos os continuadores da obra dele, continuando, ano após ano, a melhorar a capital que inaugurou.

Sr. Presidente, esse é o sonho que tenho, como morador desta cidade que escolhi para morar, como Senador representando-a, e a isso vou dedicar os anos que ainda tenho de atividade na vida pública brasileira. (Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Srs. convidados não podem se manifestar. Infelizmente, se continuarem a fazer isso, vou pedir à Segurança, lamentavelmente, para retirá-los do recinto do plenário. Por favor! Por favor! (Manifestação das galerias.)

Mais uma vez, repito, os convidados não podem se manifestar. Faço uma convocação à civilidade e à cortesia. (Palmas.) Por favor.

Registro a honrosa presença, neste plenário, do ex-Senador José Roberto Arruda e do Deputado Alberto Fraga. (Palmas.)

A Presidência passa a condução da sessão especial ao nobre Senador Paulo Octávio, 3º Secretário da Mesa do Senado Federal.

Peço licença a todos para me retirar.

Obrigado.

O Sr. Renan Calheiros, Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Octávio, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio. PFL – DF) – Antes de conceder a palavra ao nobre Senador Maguito Vilela, peço licença às Sr^{as} e aos Srs. Senadores para fazer duas homenagens. A primeira, ao Governador Joaquim Roriz, homenagem dos brasilienses pelo seu trabalho e dedicação para a consolidação da Capital Federal. Trata-se de uma placa proposta pelo Senador Paulo Octávio, Presidente do PFL. (Palmas.)

A segunda homenagem faço ao primeiro cidadão nascido em Brasília, em 21 de abril de 1960, Brasília-

no Pereira da Silva. Peço que venha até à mesa para receber da Anna Christina, de mim, do Governador e dos demais Senadores, uma placa de homenagem, ele que é o pioneiro, nascido por ocasião da inauguração da capital. Foi o primeiro candango, o primeiro dos brasilienses. (Palmas.)

Dando continuidade à sessão, concedo a palavra ao nobre Senador por Goiás, Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meus cumprimentos ao Exmº Sr. Presidente Paulo Octávio, Exmº Sr. Governador Joaquim Roriz, Exmºs Srs. Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo, Demóstenes Torres e outros Senadores que se encontram neste plenário, Ilmª Srª Drª Anna Christina Kubitschek, Presidente do Memorial JK, que muito nos honra com a sua presença. Cumprimento também o Presidente da Federação Brasiliense de Futebol, nosso amigo Weber Magalhães; cumprimento todos os Deputados Federais e Distritais aqui presentes. Prefeitos, eu os cumprimento em nome do extraordinário prefeito de Valparaíso, meu amigo José Valdécio Pessoa. Cumprimento ainda todas as autoridades civis, militares, eclesiásticas aqui presentes, a imprensa, que registra esta solenidade histórica, memorável para todos nós.

Sr. Presidente, é com grande prazer que subo hoje a esta importante tribuna para prestar uma homenagem a Brasília. Esta bela cidade, que surgiu em terras goianas, amanhã comemora 45 anos de fundação.

Brasília é o retrato da miscigenação brasileira. Aqui se encontram brasileiros de todos os cantos, de norte a sul, de leste a oeste. Mais do que isso: Brasília cresceu com a participação ativa de milhares de pessoas que para cá vieram e fizeram desta a sua terra. Muitas dessas pessoas são conterrâneas e amigas do meu querido Estado de Goiás.

Brasília tem com os goianos uma ligação muito forte, muito especial. A cidade nasceu no coração de nosso Estado e foi construída também com o esforço de muitos goianos. Não é por acaso que guardamos por ela, por Brasília, um carinho diferenciado.

Pessoalmente, vivi em Brasília grandes momentos de minha vida, seja como soldado do Batalhão da Guarda Presidencial, onde servi o Exército ainda moço, seja como Deputado Federal, em 1988, quando tive a rara oportunidade de ajudar a escrever a nossa última Constituição, e, novamente agora, exercendo o honroso mandato de Senador da República.

Mas a história gerou fatos que me ligam ainda mais fortemente a esta cidade. Foi em Jataí, minha terra natal, que há 50 anos o então candidato a Presidente, Juscelino Kubitschek de Oliveira, assumiu o

compromisso de transferir a capital do Brasil para o Planalto Central. (Palmas.)

Era exatamente o dia 4 de abril de 1955. Jataí se preparava para receber o comício de abertura da campanha de JK, quando uma forte chuva de final de verão transformou o que seria uma grande manifestação pública numa reunião menor, com cerca de 500 pessoas, que se amontoaram no galpão de uma oficina mecânica da Studbaker, lá na minha cidade.

Formou-se então um cenário informal, propício para que um jovem audacioso, Antônio Soares Neto, conhecido como Toniquinho JK, interpelasse o futuro Presidente acerca da premissa constitucional que previa a transferência da capital. Depois de pensar um pouco, JK assumiu, naquele momento, em minha cidade, o compromisso que mudaria todo o processo de desenvolvimento de Goiás, do Centro-Oeste e do Brasil como um todo.

O destino ainda fez do jovem Toniquinho meu cunhado, esposo da minha irmã mais velha, um amigo fraternal de JK. Também como Senador, Brasília me acolheu justamente no cargo que JK ocupou nesta Casa, representando o meu Estado, após deixar a Presidência da República.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, construir Brasília foi uma decisão de grande coragem e de grande visão futurista. Uma visão digna de grandes estadistas, como foi Juscelino. Não foi uma decisão fácil. JK teve que vencer, com sua incansável disposição e seu invejável otimismo, as barreiras do derrotismo que dominavam o País naquela época.

A construção de Brasília foi um marco histórico e econômico, pois, por meio dela, foram lançadas as sementes da industrialização e da modernidade, especialmente nesta região que era esquecida e tinha muito pouca importância à época. Brasília expôs o valor do Brasil do interior e a necessidade inadiável de se construir um processo de crescimento uniforme, sem tantas desigualdades.

O Centro-Oeste deve à Brasília de JK a aceleração de seu progresso, que se deu no período posterior a 1960. De lá para cá, o desenvolvimento começou, de fato, a marchar para o Oeste.

Ao longo desses 45 anos, Brasília cresceu não apenas como a Capital administrativa do País. Aqui se preserva o maior espaço urbano de área verde no País. A arquitetura brasiliense é única e desperta a atenção de turistas de todas as partes do mundo.

Em Brasília mora uma população culta, inteligente e de uma educação exemplar. (Palmas.) Daqui emanam os maiores exemplos de educação no trânsito, de respeito às liberdades individuais, das boas regras da convivência democrática. (Palmas.)

Um modelo que começa pela sua estrutura urbana, concebida pelos extraordinários Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Niemeyer dizia que Brasília foi criada para que aqui vivessem os homens mais próximos, mais amigos e, sobretudo, iguais.

O modelo do Plano Piloto carrega esse conceito. Prédios semelhantes, onde viveriam desde os políticos a funcionários públicos, trabalhadores da construção e profissionais liberais.

Se hoje muitos vivem nas cidades satélites e no entorno é porque Brasília não poderia fechar as portas àqueles que acreditaram nesta região e para cá vieram, numa proporção acima do que se esperava. Até nisso, Brasília foi democrática e extremamente acolhedora. (Palmas.)

Brasília é o retrato do Brasil democrático, mas também do Brasil otimista, que luta e acredita sempre em um futuro melhor.

De Brasília começou a nascer um novo Brasil. O Brasil do interior pujante, honesto e produtivo. E daqui também devem sair os novos conceitos para a construção de uma Nação mais justa, que olhe para os brasileiros de forma igual. Um País que crie condições para a eliminação do quadro perverso das injustiças sociais em todos os Estados brasileiros.

Fica registrada, neste dia, a homenagem de todos os goianos a esta grande cidade. (Palmas.) A nossa homenagem ao fantástico, ao extraordinário e ao imortal JK, o maior estadista da história do Brasil e um dos maiores estadistas do mundo, um exemplo que temos de estadista para o mundo inteiro.

Ficam as homenagens do povo goiano aos brilhantes Senadores de Brasília, Paulo Octávio, Valmir Amaral, Cristovam Buarque, Israel Pinheiro e tantos outros que colaboraram e colaboram para a grandeza desta Capital.

As nossas homenagens também ao Governador Joaquim Roriz, goiano que para cá veio e se fixou. Depois de ser Prefeito na capital de Goiás, Goiânia, Joaquim Roriz se deslocou para Brasília e está no seu quarto mandato. Ninguém, político nenhum neste País talvez tenha governado seu Estado por quatro mandatos, como o fez Roriz no Distrito Federal, sendo que, em três deles, foi legitimamente eleito pelo povo desta Capital. (Palmas.) Roriz é, sem dúvida, o político que individualmente mais contribuiu para o progresso desta Capital. Espírito empreendedor, como foi o de JK. Tocador de obras, haja vista as milhares de avenidas duplicadas, os inúmeros viadutos escoando melhor o nosso trânsito, a ponte que hoje é referência no mundo inteiro, a ponte mais linda desta cidade. (Palmas.)

Enfim, sou um dos políticos que defendem que governante tem que tocar obra, tem que trabalhar, tem

que fazer, como fez Juscelino Kubitschek. O Brasil está precisando disso. São as obras que trazem conforto, comodidade; são as obras que geram empregos; são as obras que geram esperança para o povo de Brasília, de Goiás, do Brasil. (Palmas.)

Joaquim Roriz é hoje, sem favor nenhum, o maior tocador de obras deste País. (Palmas.)

Minhas homenagens também à família Kubitschek: D. Sara; Márcia, que foi minha colega na Câmara dos Deputados e foi Vice-Governadora, quando fui Vice-Governador de Goiás; Maristela; Anna Christina, que preside tão bem o Memorial JK. Minha homenagem a toda essa família, a quem o Brasil deve muito.

De forma muito especial, fica registrada a nossa homenagem a todos que aqui moram, indistintamente; aos que aqui nasceram e aos que para cá vieram, a fim de contribuir para a construção desta grande cidade. A todos, sem distinção, a homenagem e o reconhecimento do povo goiano.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio. PFL – DF) – Antes de conceder a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo, quero cumprimentar o Deputado Wigberto Tartuce, Secretário de Relações Institucionais e de Cooperação entre Poderes; o Secretário Weber Magalhães; os Administradores Cleiton Aguiar e José Humberto Pires de Araújo, que prestigiam esta sessão. (Palmas.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo. (Palmas.)

O SR. EDUARDO AZEREDO (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Octávio; Sr. Governador Joaquim Roriz; prezada Anna Christina, presidente do Memorial JK e neta do nosso inesquecível Presidente; Senador Cristovam Buarque, ex-Governador de Brasília; Senador Maguito Vilela, ex-Governador de Goiás; Senadora Lúcia Vânia, minha colega de Partido; Senador Demóstenes Torres, Senadora Heloísa Helena, Senador Ney Suassuna, oradores inscritos para esta ocasião; senhoras e senhores, amanhã, comemora-se, em todo o País, uma data que simboliza, de uma só vez, as três mais altas contribuições políticas do meu Estado, Minas Gerais, para a formação do Brasil.

Vinte e um de abril é a data do sacrifício de Tiradentes em prol da independência; da morte de Tancredo Neves, que suportou em silêncio sua doença para assegurar a redemocratização; e o dia da inauguração de Brasília – marco da conquista definitiva do espaço nacional e da consagração de Juscelino Kubitschek de Oliveira como o maior líder republicano brasileiro.

Orgulho-me de dizer que nenhum outro Estado brasileiro tem uma data de sua história elevada a

feriado nacional, em que pesem os relevantes fatos históricos protagonizados por brasileiros de diversos Estados irmãos.

Mas, como coincidem no dia 21 de abril os três importantes acontecimentos a que me referi, de fato fica ressaltada a dimensão do que o meu querido Estado representa para a nossa pátria!

Sobre o martírio heróico de Tiradentes não faltará amanhã justos peitos de honra prestados em todo o Brasil e, particularmente, em Ouro Preto, a antiga Vila Rica, onde ele e seus companheiros idealizaram os planos de um futuro luminoso para o Brasil.

Quanto ao líder da redemocratização, Tancredo Neves, teremos nova sessão proposta e aprovada ontem pelo Senado, associando-se à homenagem especial que ele receberá da Câmara dos Deputados na próxima semana. A exemplo da que, no dia 15 de março, recebeu desta tribuna por parte de vários Senadores que destacaram sua participação ímpar no fim do regime militar.

Assim, hoje, como alvo de minha fala, desejo relembrar o grande feito da inauguração de Brasília, o que, evidentemente, significa referenciar a lembrança de Juscelino Kubitschek.

Afinal, Brasília e seu criador e construtor são inseparáveis. Somente um líder e governante como JK seria capaz de realização de tal vulto que, sem dúvida, é a mais importante do Brasil contemporâneo!

A importância não vem apenas da ousada e portentosa obra física edificada na solidão deste Planalto Central, como eternizaram as palavras de Juscelino ao definir pela primeira vez, em 02 de outubro de 1956, o lugar onde iria construir a nova capital do País.

O mais importante ainda foi o fato de a construção de Brasília ter ensejado o maior avanço realizado na ocupação, integração e desenvolvimento de amplíssimas regiões nacionais, até então alheias ao resto do Brasil.

Além de cumprir o que dispunha a Constituição de 1946 e de empreender uma obra desenvolvimentista, construir Brasília representou para Juscelino “transformar bens geográficos em bens econômicos”, “transformar uma imagem geográfica numa verdadeira nação” – como sintetizou, com suas próprias frases, sempre brilhantes e impregnadas de entusiasmo e futurismo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, demais presentes, embora fizesse questão de registrar que a mudança da capital para o coração do Brasil não fora invenção dele, mas, sim, uma idéia que nascera já em 1822, JK equiparava a construção de Brasília à Abertura dos Portos, em 1808, e à Proclamação da

Independência, como as etapas pelas quais o Brasil “atingiu sua maturidade”.

Sabia do que estava falando, porque, na campanha que o elegeu Presidente da República, em outubro de 1955, percorreu o País de ponta a ponta e viu com os próprios olhos os imensos vazios que se descortinavam sob as asas do avião.

Naquela época, ele observava, dois terços do Território Nacional “só eram brasileiros no mapa”. Preocupava-o integrar ao resto do País, especialmente, o vazio do Centro-Oeste e da Amazônia. E visionário realista que era, logo imaginou a grandeza que a Nação poderia alcançar se crescesse naqueles ermos longínquos do litoral.

Espaços nacionais que só tinham sido conhecidos de perto – mas no passado – por intrépidos bandeirantes.

Erigir Brasília e transferir a Capital da República consistiu, pois, no ponto de convergência das linhas do plano completo que o Presidente propôs – e executou – no País. Qual seja, o plano de “fazer deste País uma grande nação”: legenda e sonho que animaram Tiradentes e os demais conjurados mineiros e que, por outros modos e em outro tempo, empolgaram Juscelino Kubitschek. Por essa razão, denominou a construção da nova capital como a “meta-síntese”: a 31ª meta de seu plano de governo.

“Só mesmo ‘Nonô’ seria capaz de fazer tudo isto” – foi a exclamação simples de dona Júlia Kubitschek, humilde professora de Diamantina e mãe do Presidente, ao ver, no dia da inauguração, que Brasília se tornara realidade. Um dia que Juscelino, em palestra realizada, em 1965, no Círculo Republicano de Paris, durante seu exílio, recordou assim:

Centenas de milhares de pessoas, utilizando toda espécie de transporte, se deslocaram dos pontos mais afastados do Território Nacional, para presenciar o grande acontecimento. Acompanharam as cerimônias, instalados em caminhões, dormindo debaixo de árvores, não tendo milhares de pessoas senão o brilho das estrelas para iluminar as suas noites.

Não poderia haver palavras mais sinceras, para definir a cena da cidade inaugurada, do que o sentimento expresso pela mãe, que conhecia como ninguém o seu filho!

Mas, além dessa manifestação comovente, foi, naquela solenidade de Paris, presidida pelo ex-presidente René Coty, que Juscelino, já exilado, ouviu do Deputado francês Pierre Abelan o principal sentido político que o criador via em Brasília. A nova capital era, para Abelan e para JK: “o símbolo da luta de to-

dos os povos que almejam a liquidação do subdesenvolvimento”.

Antes, outro francês, o célebre escritor André Malraux, havia intitulado Brasília de “A Cidade da Esperança”.

Mais, imaginara que um dia poderiam ser gravadas na pedra de um monumento as palavras que simbolizariam a construção da nova capital: “Audácia, Energia, Confiança”.

De fato, Sr. Presidente, senhoras e senhores, somente quem conhecia o grande e saudoso Presidente sabia avaliar a fundo o caráter extraordinário e certamente genial de sua pessoa e sua obra!

Além da inteligência fulgurante em tudo a que se dedicava – seja a cirurgia e a clínica médicas, seja a administração pública direta como a que levou a modernizar a cidade de Belo Horizonte, capital do meu Estado –, JK combinava qualidades que se complementavam em aparente contraste.

Era corajoso e sensível, audacioso e conseqüente, determinado e organizado, culto e prático, operoso e alegre, magnânimo e firme, patriota e cosmopolita, religioso e racional, convicto e aberto. democrata e imbuído de autoridade, franco a habilidoso.

Listar mais virtudes não seria lisonja **post mortem**.

Embora ainda muito jovem, tive a honra e o privilégio de notar a impressionante e despojada personalidade e o fascínio de sua liderança sobre seus companheiros, desde os tempos do antigo PSD, à época sombria do regime militar, que cassara e exilara o Presidente.

O PSD, Partido de JK, confundia-se com a melhor tradição da política mineira e a ele pertenciam muitas das mais importantes lideranças políticas de Minas, como o então Governador Bias Fortes, como Israel Pinheiro, construtor de Brasília e depois também Governador do Estado.

Permitam-me lembrar aqui, com saudade e com emoção, o meu pai, Renato Azeredo, que foi eleito Deputado Federal por seis mandatos e subchefe da Casa Civil de Juscelino na Presidência da República. Perfilou-se sempre ao lado do Presidente, mesmo nos momentos de agurra e de exílio.

E vejo aqui o Coronel Afonso Heliodoro, um grande companheiro de Juscelino – que há poucos dias fez aniversário, mais de 90 anos. (Palmas.)

Por meio dessa inesquecível convivência, pude admirar, direta e indiretamente, o perfil incomum do Presidente – como era sempre carinhosamente chamado, mesmo após ter saído do Planalto em janeiro de 1961.

A força e a clareza do seu perfil foram comprovadas à exaustão em sua determinação de construir a nova capital.

Em nenhum momento e por nenhum percalço, deixou de lado um só minuto o compromisso de executar o seu plano.

Imaginemos a força desse grande líder brasileiro quando, sentado no toco de uma árvore, na singela fazenda do Gama, projetava sobre a vastidão do cerrado a cidade que iria construir.

Junto com Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, subia aos raros pontos elevados do Planalto e de lá apontavam onde se levantariam esse e aquele conjunto de edifícios públicos dos Três Poderes, de habitações ou, então, o lago Paranoá.

Naqueles primeiros momentos, JK já transformava a profecia de Dom Bosco em idéias factíveis, o que só é possível nos gênios capazes de perscrutar as necessidades, aspirações, idéias e sonhos mais profundos da mente coletiva e nacional para torná-los realidade concreta.

Sr. Presidente, a determinação do Presidente JK em relação a Brasília nunca mudou. Manteve-se a mesma desde a campanha presidencial, quando se comprometeu publicamente com eleitores em Jataí, no interior de Goiás, em cumprir o dispositivo constitucional que previa a mudança da capital da República para o Planalto Central – até depois da inauguração da cidade, quando eclodiu a chamada “Revolta dos 19” – fato pouco lembrado, pouco conhecido – em que uma minoria de Senadores que resistia em se transferir para a nova capital ameaçava paralisar o Governo instalando-se simbolicamente no Rio de Janeiro.

O próprio Juscelino confidenciou, mais tarde, que, durante os três anos e dez meses em que trabalhou nos projetos de Brasília, “vivera, sonhara e comera em função de uma data: 21 de abril de 1960” – a data em que hoje comemoramos os 45 anos depois da inauguração da nova capital.

Foram tempos de trabalho pesado dos candangos, mestres-de-obras, engenheiros e do próprio Presidente, que fez mais de uma centena de viagens entre Brasília e Rio, a maioria da vezes em vôos pela madrugada, pela noite. Aliás, JK voou o equivalente a 75 voltas ao mundo, mas dentro do Brasil!

Para enfrentar as incompreensões, manobras insidiosas e até calúnias que os radicais de então lhe impunham, Juscelino não usava subterfúgios. Arrostava-as com firmeza e habilidade, não hesitando em mostrar o seu verdadeiro jogo, que era o de promover o real desenvolvimento do País.

Propor e quantificar metas e não apenas lançar palavras, promessas e ações de *marketing* político;

prever prazos para executá-las também foram decorrência da personalidade de JK!

No famoso pronunciamento que fez no dia 2 de fevereiro de 1960, em cadeia nacional de rádio e tevê, respondeu às críticas sobre a construção de Brasília e de inúmeras outras obras.

Obras de infra-estrutura que implantou de norte a sul e de leste a oeste no Brasil. Em vez de arenga e discurso vazio, apresentou dados concretos e números reais. E destacou exatamente que seu Governo introduzira uma nova prática no País: “a de planejar grandes obras de infra-estrutura e de executá-las em prazos certos”.

Bons tempos aqueles, comparados com os atuais, em que não há obras e tampouco prazos, não só para concluí-las, mas até mesmo para iniciá-las!

Para que tantas realizações resultassem do Governo de JK, precisou-se que cada dia fosse um dia de trabalho duro e operoso.

Ao passar a faixa presidencial a seu sucessor e adversário, num ambiente de absoluta normalidade democrática, Juscelino mostrou uma nova realidade do País.

Este novo Brasil já se evidenciava no início do seu Governo e levou o Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota a proferir, em 3 de maio de 1957 – no sermão da primeira missa rezada no canteiro de obras de Brasília –, que a construção de Brasília e a obra administrativa do Governo configuravam “o acontecimento máximo depois do Ipiranga”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores, a comparação feita pelo memorável cardeal brasileiro não exagerava. Articulada com a construção da nova Capital e, dentro do Plano de Metas, houve realizações notáveis em todos os setores, conforme Juscelino relata em sua autobiografia.

Rodovias que passaram a rasgar a imensidão continental brasileira, unindo pontos extremos de norte a sul e de leste a oeste.

Brasília tornou-se “núcleo irradiador do processo desenvolvimentista” e centro dos braços de milhares de quilômetros que passariam a formar um grande cruzeiro rodoviário. Assim, Brasília a Belém, a Fortaleza, ao Acre, a Belo Horizonte, a São Paulo, ao Rio de Janeiro.

JK construiu 18 mil quilômetros de rodovias – quase a mesma quilometragem da malha federal que havia até então – dos quais asfaltou 5 mil quilômetros. Hoje, luto para conseguir asfaltar 40 quilômetros da BR-040 no sentido Belo Horizonte/Brasília.

Na malha ferroviária, Juscelino acrescentou 1.800 quilômetros de linhas. Outro dia, disseram que Juscelino havia abandonado as ferrovias. Não é verdade.

Juscelino deu, sim, prioridade às rodovias, que eram o meio mais rápido de chegar, mas construiu inclusive o acesso ferroviário a Brasília.

No setor de energia, os 3 milhões de quilowatts que existiam no Brasil, no início do seu Governo, quase dobraram. A produção de petróleo multiplicou doze vezes os 6 mil barris que eram extraídos.

Na siderurgia, projetou a expansão para 3,5 milhão de toneladas de aço até 1965.

Na mineração, somente a Companhia Vale do Rio Doce mais que dobrou sua exportação.

Sr. Presidente, caminho para o encerramento do meu discurso.

Também em outras áreas os resultados grandiosos traduziram-se em números reais – é bom frisar. A capacidade de armazenamento da produção agrícola saltou de 85 mil toneladas para 600 mil. Em julho de 1960, saía da fábrica o primeiro trator produzido no Brasil, e no final daquele ano já se alcançavam 2.500 unidades.

No campo institucional, não foi menor o progresso: na educação, o Governo superou a aplicação de 10% da receita orçamentária então estabelecida pela Constituição Federal.

Os problemas sociais e econômicos crônicos do Nordeste ganharam a criação da Sudene, como instrumento de solução efetiva e planejada.

Como se vê, não foi apenas Brasília que se tornou “a mais movimentada frente de trabalho do mundo”, já no início de 1958 – portanto, apenas dois anos do início do Governo. Foi o Brasil inteiro que se engajou como nunca fora visto, num processo planejado, amplo e integrado de construção e desenvolvimento na grande nação.

Aos 45 anos de idade, Brasília é hoje uma grande metrópole com mais de dois milhões de habitantes, milhares deles do meu Estado, Minas Gerais. Apesar dos muitos contrastes sociais, comuns a todo o País, Brasília é uma cidade moderna, que mostra o novo Brasil, um Brasil com melhor distribuição populacional, um Brasil de esperança e de paz.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio. PFL – DF) – A Presidência registra a presença do Coronel Afonso Heliodoro, que acompanhou JK tanto tempo (Palmas.) e também dos pioneiros Orlando Taurisano, Geraldo Vasconcelos, Karim Nabut, minha irmã Cláudia, o Alceu, Valfredo Perfeito, Nilo Cerqueira, administrador do sudoeste (Palmas.); o ex-Deputado Ricardo Noronha (Palmas.). Também fico feliz de ver o Senador Mão Santa, representante do povo do Piauí (Palmas.). Os piauienses muito ajudaram na construção de Brasília e, até hoje, têm presença importante nesta cidade.

Senador Mão Santa, meus cumprimentos a V. Ex^a.

Passo a palavra ao ilustre Senador Ney Suassuna. (Palmas.)

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Governador Roriz, demais convidados, meus senhores, as vastidões então despovoadas do Planalto Central brasileiro testemunharam, na segunda metade da década de 1950, uma epopéia de grande magnitude. Uma saga de coragem, determinação, ousadia e trabalho, tão extraordinária que até mesmo nós, brasileiros, temos dificuldade em aprender sua exata dimensão.

Sim, o sonho era antigo. Vinha de há muito sendo acalentado. Integrara o ideário dos conspiradores de Vila Rica. Fora advogado pelo Patriarca da Independência. Consagrara-se como mandamento constitucional em 1891. Motivara trabalhos exploratórios de grande envergadura e seriedade sob a liderança de Luiz Cruls.

Ainda assim, afigurava-se, para muitas pessoas de bom senso, como empreitada temerária, de realização quase impossível.

Final, não se tratava do processo de fundar uma provação destinada a amadurecer lenta e naturalmente, até atingir o **status** de cidade. Tratava-se, isto sim, de construir uma cidade que já nasceria grande; que seria inaugurada apta a desempenhar o papel de Capital de uma Nação de dimensões continentais; que estaria, desde logo, dotada da estrutura necessária para abrigar toda a complexidade da Administração Federal.

E se tratava de fazer tudo isso em meio a um imenso vazio. A gigantesca obra havia de ser erguida numa região de povoamento rarefeito, distante de qualquer grande aglomeração urbana, desprovida de vias de acesso adequadas.

Tentem, Sr^{as} e Srs. Senadores e convidados, divisar a magnitude do desafio a que se propôs o povo brasileiro naquela quadra da nossa História. Falar em saga e em epopéia não significa, de forma alguma, fazer uso de figuras de linguagem. Foi, realmente, uma empreitada de proporções épicas.

E como se saíram os brasileiros no enfrentamento desse monumental desafio? Qual foi o produto daquele esforço notável?

Ele está a nossa volta. É esta cidade de beleza tão extraordinária, de características tão singulares que se transformou, talvez, na única cidade moderna a merecer a inclusão entre os bens patrimoniais da humanidade com tombamento pela Organização das

Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

Hoje, olhando para trás, é difícil acreditar que a nossa Capital foi erguida em pouco mais de 40 meses.

A respeito das características de Brasília, nada melhor do que recordar as palavras do responsável pelo seu plano urbanístico, que muito bem soube descrever a cidade que idealizou e viu tornar-se realidade.

Falando a respeito do caráter monumental que decidiu dar ao conjunto do seu projeto, Lúcio Costa esclareceu que monumental, no caso, não reflete o sentido de ostentação, mas constitui a expressão consciente do que a cidade vale e significa, “capaz de tornar-se, com o tempo, no centro de Governo e da Administração”, e num “dos mais lúcidos e sensíveis focos de cultura”.

Explicou ele que Brasília, “sendo monumento, é também cômoda, eficiente, acolhedora e íntima. É, ao mesmo tempo, derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional” – são palavras de Lúcio Costa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a comemoração de cada aniversário de Brasília tem, de fato, de encher de orgulho cada brasileiro. Aqui, neste cerrado, nosso povo deu uma demonstração cabal e irretorquível da sua criatividade, da sua capacidade de trabalho e de realização.

Como logramos essa façanha?

Devemo-la à audácia e ao descortino desse líder extraordinário que foi Juscelino Kubitschek de Oliveira. Devemo-la ao talento, à arte genial e revolucionária de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. Devemo-la à determinação, à capacidade empreendedora de Israel Pinheiro. Devemo-la à engenhosidade, à competência de Bernardo Sayão. Devemo-la às valiosas contribuições de tantos outros.

Mas devemos essa conquista notável, sobretudo, aos milhares de operários anônimos que deram seu suor e seu sangue para levantar esta cidade, àqueles que nutriram a esperança, que acreditaram no sonho, que atenderam ao chamado, que intuíram a grandeza do momento histórico e empenharam suas melhores energias na construção da nova Capital do Brasil.

A todos eles, a Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro rende suas mais efusivas homenagens. Este líder, porém, deseja consignar uma especial reverência aos pioneiros nordestinos, grande maioria no conjunto dos candangos que ergueram esta cidade – até porque sou nordestino e tenho de fazer esta homenagem justa.

Representando, hoje, quase 30% da população do Distrito Federal, somando um contingente de mais de 500 mil pessoas espalhadas pelo Plano Piloto e

por todas as cidades-satélites, os migrantes nordestinos vieram e continuam vindo em busca de uma vida melhor, mantendo-se, contudo, fiéis às suas origens, conservando suas referências culturais, contribuindo, assim, para esse cadinho cem por cento brasileiro que é a nossa Capital.

Ainda não é possível fazer uma avaliação completa, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e convidados, do impacto da construção desta cidade nos destinos do Brasil, na consolidação da nossa identidade nacional, na definição dos rumos do nosso desenvolvimento.

Não resta dúvida de que a transferência da Capital para o Planalto Central cumpriu a contento os objetivos que a inspiraram de promover a integração nacional, de estimular a ocupação demográfica e o desenvolvimento socioeconômico de regiões até então esquecidas do Norte e do Centro-Oeste.

Mais do que isso, Brasília tornou-se ponto de convergência da nacionalidade. Esta é, com efeito, a Capital de todos os brasileiros. Para cá, afluíram pessoas de todos os quadrantes do Brasil, compondo um caldeirão humano e cultural no qual se misturam influências de todos os Estados da Federação.

Com a consolidação de Brasília, o País ganhou, assim, um novo eixo de unidade, uma nova síntese.

Nossas Capitais anteriores, adequadas aos momentos históricos em que o foram, não tiveram essa característica de cidade habitada, constituída por brasileiros de todas as partes do País.

Desse modo, embora única no seu traçado, nas suas concepções urbanística e arquitetônica, Brasília é vária, é plural na manifestação artística, na cultura popular, na integração de todas as regiões brasileiras.

A cidade, desde seus primórdios, acolheu nossa imensa diversidade, incorporou-a, compôs um rico e colorido mosaico da nacionalidade. Daí vem o calor humano tão característico de Brasília.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores convidados, ao incluir a mudança da Capital como a 31ª proposta do seu “Programa de Metas”, o Presidente Juscelino Kubitschek conseguiu compor uma estratégia harmônica de governo, na medida em que a construção da nova Capital em tudo se identificava com as demais metas, previamente estabelecidas, potencializando o alcance daquelas e por elas sendo, em contrapartida, reforçada.

Com essa estratégia global, o notável estadista buscava a eficiência administrativa, a descentralização, a ocupação das fronteiras continentais, a interiorização do desenvolvimento e a expansão das fronteiras agrícolas nas vastas e férteis áreas de Goiás e do Mato Grosso.

Decorridas quatro décadas e meia, o que se constata é que a expansão projetada superou todas as expectativas, alcançando, hoje, as mais distantes regiões do País. JK sonhou grande. E seu grandioso sonho de integração nacional acabou amplamente vitorioso.

A construção de Brasília e os demais avanços conquistados no governo de Juscelino dizem muito do caráter e da capacidade do nosso povo.

O PMDB, que funda toda a sua ação política numa fé inabalável no povo brasileiro e no imenso potencial de desenvolvimento desta Nação, encontra, na comemoração de mais um aniversário da Capital da Esperança, sobrados motivos para renovar seu otimismo e para expressar seu orgulho pela bravura da nossa gente.

Nesta data, saúdo o Governador Joaquim Roriz. Hoje, pela manhã, em reunião no gabinete do Presidente, eu dizia que o Governador devia fazer uma escola para Prefeitos e Governadores mostrando como se fazem obras e como se trabalha.

Saúdo também os Senadores Paulo Octávio e Cristovam Buarque.

Encerro dizendo: viva Brasília! Viva o Brasil! Viva o povo brasileiro! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio. PFL – DF) – Eu gostaria de registrar a presença da Dr^a Zeneide Pantoja, Superintendente do Arquivo Público do Distrito Federal, e também de alguns companheiros, Joãozinho, Gérard, Gil Guerra, Marli, João Jacques e muitos outros amigos de Brasília, candangos.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Paulo Octávio, um dos homens mais ilustres do Distrito Federal, que sempre, todo ano, vem buscando homenagear a sua cidade, aquela que adotou para morar, para viver e para ajudar a construir, saudando V. Ex^a, saúdo os demais Senadores do Distrito Federal, Cristovam Buarque e Valmir Amaral.

Quero saudar também os Senadores que compõem a Bancada de Goiás, Senador Maguito Vilela e Senadora Lúcia Vânia.

Quero saudar ainda o Senador Eduardo Azeredo e estendo a saudação à Senadora Heloísa Helena e ao Senador Mão Santa, que também prestigiam esta sessão.

Saúdo A Sra. Anna Christina e, saudando-a, cumprimento todos os familiares do grande Presidente JK.

Quero saudar o nosso querido Deputado Wigberto Tartuce e todos os Parlamentares aqui presentes.

Saúdo também o nosso querido Prefeito José Valdecio, estendendo a homenagem aos demais Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores que aqui se encontram.

Deixei, propositadamente, para saudar por último o Governador Joaquim Roriz, que, hoje, pode ser considerado, tranqüilamente, o novo JK de Brasília; foi e é quem está ajudando a edificar uma nova cidade.

Até compreendo que muitas pessoas não gostem do nosso querido Joaquim Roriz, mas é preciso respeitar o Sr. Governador, porque um homem que tem quatro mandatos e 82% da aprovação da população do Distrito Federal merece respeito. V. Ex^a tem, da minha parte e da parte do povo de Goiás, onde V. Ex^a também é líder, todo o respeito. E diria ainda mais: se fosse V. Ex^a pertencente aos quadros do PFL, certamente estaríamos trabalhando para lançá-lo candidato à Presidência da República.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, “...nascida do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos que se cruzam em ângulo reto, o próprio sinal da cruz” – Lúcio Marçal Ferreira Ribeiro de Lima e Costa.

Ele riscou os eixos e localizou as quadras, com a perfeita distribuição dos espaços para o público e o privado. Situou, na separação dos Três Poderes, o marco zero de uma cidade que deveria gerenciar uma democracia continental. Fez a Esplanada dos Ministérios, guardou um pouco da natureza em parques, enfim, inventou a cidade monumento.

Avesso às vaidades, não compareceu à inauguração da sua mais sonhada obra: a capital do Brasil. Naquele 21 de abril de 1960, estava melancólico demais para comemorações. A perda da mulher, ocorrida quatro anos antes em um acidente de carro, era o motivo da ausência.

Mestre da moderna arquitetura brasileira, nasceu em 1902, em Toulon, na França. Estudou no Reino Unido e na Suíça. Pensador do Brasil, tão ousado como silencioso, em 1931 provocou um abalo sísmico na cultura oficial brasileira ao convidar para o Salão Nacional de Belas Artes nomes como Tarsila do Amaral, Lasar Segall, Cícero Dias, Di Cavalcanti, Brechert, entre outros inconvenientes vanguardistas. Foi ele quem trouxe ao Brasil o famoso arquiteto franco-suíço Le Corbusier.

Em 1960, recebeu o título de professor **honoris causa** da Universidade de Harvard, e, quatro anos depois, foi para a Itália chefiar a equipe que projetou a recuperação de Firenze, drasticamente atingida por uma enchente. Tinha um orgulho especial: de ter sido escolhido, por concurso público, frisava, o arquiteto encarregado de desenhar Brasília. À época, ele foi até ri-

dicularizado, pois, entre a aristocracia administrativa do Palácio do Catete, Brasília era nome de cozinheira.

Discreto e de gestos breves, tinha horror de quem via no traçado urbano de Brasília a imagem de uma aeronave, e comentava: “Não tem nada de avião. É como se fosse uma borboleta. Jamais foi um avião! Coisa ridícula! Seria inteiramente imbecil fazer uma cidade com a forma de avião”.

Eqüidistante dos modismos e dos rótulos que influenciaram sua época, não era socialista, nem capitalista. Nem religioso, nem ateu, como fazia questão de ressaltar. Ele tinha amor especial pela genuína arquitetura colonial brasileira e da maneira mais simplória possível – talvez como Cláudio Abramo sentia o dever do jornalista – professava uma ética única. Uma vez, perguntado sobre os modelos em que ele se baseou para criar Brasília, foi breve e conciso: “Não me baseei em nada a não ser na minha formação de arquiteto e urbanista”.

Ele poderia ter feito da sua obra fama e fortuna, mas morreu pobre aos 90 anos na sua residência no Leblon com uma aposentadoria de R\$1,4 mil por mês. Uma das pessoas que conheci e que tiveram uma convivência bastante próxima com o criador de Brasília foi a cantora Olívia Biyngton. Em certa ocasião, na casa do jornalista Luiz Gravatá, no Rio de Janeiro, ela me disse que ele não dava a mínima para dinheiro e me confidenciou que a casa do criador de Brasília, ao final da sua vida, silenciosamente despencava.

Naturalmente, estou falando de Lúcio Costa, um dos mais honrados brasileiros de todos os tempos. Lúcio Costa preservou o silêncio, mas morreu magoado com o Brasil. Ele se foi, conforme afirmou sua neta, “como uma chama que se apagou”. Eu quis, com essas palavras, dizer do pouco que sei, mas do muito que admiro o criador de Brasília.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Brasília é fruto de uma necessidade estratégica de se ocupar o centro do Brasil. Observem que José Bonifácio de Andrade e Silva, durante o Império, já tivera tal percepção enquanto que a primeira Constituição republicana oficializou a localização da nova capital com a demarcação de 14.400 quilômetros quadrados no Planalto Central, conhecido como “Quadrilátero Cruls”.

A construção de Brasília é o corolário de uma iniciativa que remonta a Marcha para o Oeste, do Governo Getúlio Vargas. Goiânia é outro exemplo de capital que se desenvolveu e se viabilizou com a interiorização do Estado brasileiro. Com o advento da Segunda Guerra Mundial, Vargas teve a visão estratégica de ocupar o Brasil Central, até então um ermo empobrecido, abandonado e praticamente desconhecido. Até a vinda da estrada de ferro para Goiás, no começo da década de

1930, o Estado era o mais pobre da Federação e ainda muito parecido com o sertão mergulhado no atraso que o botânico francês Auguste de Saint Hillarie conheceu no começo do século XIX.

Sr. Presidente, eu poderia falar da Brasília monumental, especialmente da cidade que guardo em minhas costas, toda iluminada, de fartos espaços e pouca gente, toda vez que deixo o Senado, lá pela 10 horas da noite. Eu poderia falar da genialidade do doutor Oscar Niemeyer ao conceber espaços livres, como devem ser os homens. Das curvas do concreto, que se converteram em formas sensuais de cimento, areia, ferro e fizeram dela Patrimônio Mundial. Poderia falar das almas que tombaram para construir Brasília e dos agora milhões que se acomodam no entorno da capital. Poderia recobrar a grandiosidade dos anos JK, quando o Brasil tinha muito motivo para ser feliz.

Para homenagear Brasília, vou pedir licença ao tempo para visitar o maestro Antônio Carlos Jobim e o poeta Vinícius de Moraes. Era 1960. Os dois grandes nomes da música popular brasileira vieram, depois de aceitar o convite de JK para compor a Sinfonia do Alvorada, conhecer Brasília e ficaram dez dias compondo no Catetinho. A obra era para ter sido exibida na inauguração da cidade, mas só acabou conhecida do público em 1966 pela TV Excelsior. O piano que Tom se utilizou para compor veio de Goiânia, embora tenha sido a variedade dos cantos dos pássaros daquela paisagem seca de um setembro infinito nos confins de Goiás que tenha lhe trazido as notas da Sinfonia. Já Vinícius de Moraes falava das “antigas solidões sem mágoas” que representavam esses sertões. Não é sem razão que a primeira parte da Sinfonia do Alvorada foi intitulada “O Planalto Deserto”. Ao comentar a obra, Tom escreveu que a música começava “com duas trompas em quinta que evocavam a majestade dos campos sem arestas que há milênios se aquietaram”. De olho no céu do cerrado, na primeira parte da sinfonia, Vinícius declamou: “E o Cruzeiro do Sul resplandecente/ Parecia destinado a ser plantado em terra brasileira...”. De acordo com Tom Jobim, a segunda parte da obra “aborda o homem: seu espírito de conquista, sua violência, sua força, seus desejos e seus sofrimentos para atingir o altiplano”. Desse homem Vinícius falou: “Seu olhar descortinou as grandes extensões sem mágoa no círculo infinito do horizonte. Seu peito encheu-se de ar puro. Sim, ele plantaria no deserto uma cidade muito branca e muito pura”. A terceira parte é a “Chegada dos Candangos”, a quem Vinícius de Moraes chamou de “os homens simples e quietos, com pés de raiz, rostos de couro e mãos de pedra”. Conforme escreveu Tom, a quarta parte da Sinfonia do Alvorada, ao tratar do “Trabalho e da Construção”, retrata que

a “sorte está lançada” e “a inexorabilidade da ação é posta em movimento”. No “Cantochão”, quinta e última parte da Sinfonia, o poeta menciona, é claro, “saudades dos lares tão distantes e das mulheres tão ausentes”, para ao final declarar: “Terra-esperança, promessa de um mundo, um mundo de paz e amor (...) Terra-poesia de canções e de perdão/Terra que um dia encontrou seu coração”.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Aproveitando o momento desta sessão solene, registro, com muita alegria, que o Governador Roriz, representando o Governo de Brasília, o Gabinete Civil da Presidência da República, o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente finalmente acertaram os entendimentos para a liberação da Cidade Digital de Brasília. (Palmas.)

Ao lado dos nobres Senadores de Brasília, o Senador Cristovam Buarque, dos nobres Senadores de Minas Gerais e de Goiás, temos uma boa notícia. O Brasil precisa de desenvolvimento e a Cidade Digital de Brasília trará o desenvolvimento sobre o qual todos aqui se pronunciaram. Queremos desenvolvimento e, sem dúvida, a liberação da Cidade Digital, Governador Roriz, trará empregos e desenvolvimento a nossa cidade.

Concedo a palavra à nobre Senadora Lúcia Vânia. (Palmas.)

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Octávio, um dos grandes defensores de Brasília e do Distrito Federal, que realiza esta sessão para comemorar o aniversário de 45 anos de Brasília, que transcorre amanhã, dia 21 de abril, esta é uma homenagem justa e importante.

Cumprimento o Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz. (Palmas.)

Nós, goianos, costumamos dizer que Joaquim Roriz é o goiano que nós emprestamos a Brasília. (Palmas.)

E, sem dúvida nenhuma, emprestamos um dos melhores quadros de Goiás para o Distrito Federal. (Palmas.)

Costumo dizer também, Governador Roriz, que Brasília tem a marca da ousadia representada por JK e tem a marca da competência representada por V. Ex^a. (Palmas.)

Portanto, receba neste momento a homenagem do povo goiano, que se orgulha muito de ter um conterrâneo como Governador do Distrito Federal, que faz da Capital da República uma das mais bonitas do mundo. A sua competência nos orgulha e enche de orgulho o povo brasileiro. (Palmas.)

Cumprimento os Senadores Cristovam Buarque, Valmir Amaral, Maguito Vilela, Demóstenes Torres e todos os Senadores que aqui estiveram. (Palmas.)

Srs. convidados e demais presentes, gostaria de homenagear a nossa Ana Christinna, que representa nesta mesa a força da mulher, a força de uma família cujas mulheres foram fortes, competentes e muito ajudaram o Brasil e Brasília. Parabéns, Ana Christinna, por sua presença aqui e pela família! (Palmas.)

A Capital da República, sede do poder onde grandes decisões nacionais são tomadas, representa a concretização de um sonho e um grande exemplo para todos nós que lutamos pelos direitos sociais e pela igualdade do nosso povo.

Não foi sem motivo que Brasília tornou-se o Patrimônio Cultural da Humanidade, tombada pela Unesco em 1987.

O principal objetivo dessa mudança seria a necessidade de fazer com que a ocupação humana chegasse às regiões despovoadas, além de iniciar novas frentes de desenvolvimento do País.

Incorporada a mudança à Constituição em 1891, no ano seguinte, o Governo selecionou uma comissão para explorar a região do Planalto Central. O então projeto fôra adiado e relançado, em 1955, por Juscelino Kubistchek, durante sua campanha eleitoral.

Depois de eleito, Juscelino promoveu o concurso de projetos para a nova Capital, e o escolhido foi o trabalho de Lúcio Costa – tão bem aqui relatado pelo Senador Demóstenes Torres – que desenvolveu as primeiras linhas de Brasília.

Surgia o Plano Piloto, hoje cartão postal para o mundo, com seus principais edifícios o Palácio da Alvorada, o Supremo Tribunal Federal, o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional, 11 Ministérios, o Quartel da 6ª Companhia de Guarda, o Museu de Brasília e o Hangar do Aeroporto.

Além do projeto urbanístico de Lúcio Costa, Brasília teve em Oscar Niemeyer o grande mentor de sua arquitetura.

Ao lado dos fatos históricos que formam a realidade que hoje é a Capital da República, não se pode esquecer do sonho de São João Bosco, no século XVIII, ao profetizar o surgimento de Brasília no planalto central brasileiro.

Sua profecia antecipou-se à decisão de José Bonifácio de Andrada e Silva, para chegar ao que hoje é a Capital da República: a Capital do Terceiro Milênio, vivenciando muitos problemas das grandes capitais brasileiras, como a superpopulação e os engarrafamentos.

Mas Brasília continua a ser diferente, reconhecida pelas suas extensas áreas verdes e como marco da arquitetura moderna e do arrojado urbanismo.

Comemorar os 45 anos de Brasília, Governador Joaquim Roriz, significa comemorar toda a região Centro-Oeste, que deve muito a esse sonho e esse arrojo de JK. Se hoje temos uma região Centro-Oeste que é o orgulho deste País, que abastece e é o celeiro do Brasil – e será o celeiro do mundo –, devemos tudo a esse sonho e a essa ousadia.

Hoje, ao comemorar os 45 anos de Brasília, estamos comemorando também um novo País, que pensa, sim, por meio de Brasília, no seu povo, na melhoria da qualidade de vida do seu povo; pensa, sim, na renda, porque, transformando o Centro-Oeste no celeiro do Brasil, vamos alimentar aqueles que mais precisam e vamos gerar emprego e renda.

O sonho continua e haverá de permanecer acesa aquela vela da ousadia e da esperança que todos nós queremos comemorar amanhã.

Parabéns, Paulo Octávio! (Palmas.)

Parabéns por gostar tanto de Brasília, por perpetuar na memória do brasileiro essa história, por trazer com tanto carinho a história de JK, todos os anos, para este Plenário.

Parabéns por ter ao seu lado uma pessoa tão brilhante e determinada, que ajuda a construir e a continuar a obra de JK.

Parabéns a todos os brasileiros que aqui orgulhosamente comemoram os 45 anos de Brasília e comemoram, com orgulho democrático, aquele que consideram um dos melhores Governadores do Distrito Federal. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio. PFL – DF) – Antes de passar a palavra à última oradora inscrita, cumprimento o Prefeito José Valdecio, A SRA. Elita Faria, também pioneira, D. Flávia Santana, Dr. Salmo Diniz, D. Éli da Miranda e tantos outros amigos que aqui acorreram.

Concedo a palavra à última oradora inscrita, Senadora Heloísa Helena. (Palmas.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Primeiramente, parabeno o Senador Paulo Octávio pela iniciativa, saúdo todas as autoridades presentes e abraço todos os convidados.

Como ponto preliminar, quero deixar claro que não falarei sobre a Brasília dividida politicamente pelas paixões de quem ama Roriz ou de quem ama Cristovam. Não é sobre essa Brasília que eu vou falar.

Falarei sobre a Brasília que me acolheu, como uma mãe amorosa e generosa que acolhe sua filha querida. É dessa Brasília que eu quero falar e a essa

Brasília que eu quero também homenagear: a Brasília das Cristinas, e das Marias, e das Joanas, e das Joaquinas... A Brasília em que vivencio, meu querido Senador Cristovam, o mesmo tempo que vivenciei de vida política na minha querida Alagoas. Lá, foram dois anos como Vice-Prefeita e mais quatro anos como Deputada estadual, portanto, seis anos. Aqui em Brasília também já são seis anos de mandato.

Brasília é uma cidade que, ao chegarmos, nos deixa até meio atemorizados diante do que ela representou: da brilhante ousadia de JK, da beleza revolucionária e arquitetônica de Oscar Niemayer, de um maravilhoso urbanismo humanista de Lúcio Costa.

Foi nesta cidade, que ao mesmo tempo nos surpreende e também nos acolhe, que vivenciei as minhas maiores dores, quer no âmbito da política, quer no pessoal, como mãe. Foi nesta cidade que vi meus filhos crescerem, eles que aqui chegaram tão pequenos... Trazemos os filhos para cá porque Brasília funciona como a segunda casa de todas as personalidades políticas do Congresso Nacional. Foi aqui, em Brasília, que vi a generosidade das correntes de orações que foram feitas por evangélicos, por católicos e até pelo meu querido Senador Lauro Campo, que era ateu, mas rezou pela recuperação do meu filho quando ele foi atropelado numa de suas ruas. A Brasília que me viu chorar e talvez sentir a minha maior dor politicamente quando fui expulsa do Partido que dediquei os melhores anos da minha vida para ajudar a construir. (Palmas.) A Brasília na qual vemos de tudo; do mesmo jeito que em Alagoas, em São Paulo ou no Rio de Janeiro, vemos o abismo existente entre ricos e pobres. Talvez em Brasília vejamos mais porque aqui é o coração do poder político do Brasil.

Vivi a Brasília das ruas, da meninada nos sinais, do trabalhador e da trabalhadora que está lá vendendo o seu paninho de chão que dizem: “E aí, Heloísa, já vai para a luta?”; do motorista de ônibus, do taxista, das pessoas pobres; a Brasília que vivenciamos mais de perto. Por isso, muitas pessoas dizem: “Maldita Brasília do Congresso Nacional!” Porque é a Brasília bendita pelo seu povo e a Brasília maldita pela elite política e econômica tão cínica, tão incompetente e tão incapaz. (Palmas.) E aí vamos vivenciando essa dualidade de Brasília.

É por isso, Christina, que uma das mais brilhantes escritoras que este País já teve, Clarice Lispector, dizia que os ratos de Brasília se alimentam de carne humana. O pior é que é verdade. É aqui também que a população brasileira fica vendo a delinquência protegida, quando é a do rico, e a delinquência enfrentada com ferocidade, quando é do filho do pobre, do filho da pobreza. (Palmas.)

Por isso que Brasília mexe com o coração de todo mundo.

Certa vez, no programa do Jô Soares, ele me perguntou: “Como vai Brasília?” Aí eu disse: “A terra dos corações de pedra?” E aí recebi cartas de muitas pessoas de Brasília que diziam: “Ah! Heloísa, não diga que Brasília é a terra dos corações de pedra”. Mas eu estava me dirigindo, de fato, ao poder político que aqui está representado.

É a Brasília da rodoviária. A Brasília da dor, da humilhação, do açoite à pobreza, das mesmas vicissitudes que lá, na minha querida Alagoas, vivenciamos, mesmo estando tão perto do poder político. Ali, na rodoviária de Brasília, onde, à tardinha, vê-se a menininha que vende o corpo por um prato de comida e o menininho que fuma o *crack*, na marginalidade, nas drogas, como último refúgio. É esta Brasília que mexe com os nossos corações tendo em vista o profundo abismo e as gigantescas contradições. Também desta Brasília eu não poderia deixar de falar. Falam dela como se fossem só as belezas arquitetônicas e as forças importantes politicamente; não vemos a sua alma, a essência desta cidade tão querida por todos nós, que é a nossa Brasília.

A minha declaração de amor a esta cidade, à nossa segunda casa, à cidade que me abraçou e me acolheu também como filha querida, que tem o cinismo da proteção aos delinquentes ricos, mas também tem muita gente querendo fazer o melhor para que Brasília ajude na construção de um País, não a serviço de encher a pança dos banqueiros, mas capaz de encher o prato, a vida, a dignidade da grande maioria do povo brasileiro.

Que Brasília pressione também o seu poder político para que possamos ser parte nessa tarefa maravilhosa de fazer deste País maravilhoso, que é o Brasil, uma Pátria verdadeira, que ainda não é, pode ser para uma minoria, mas não é a Pátria querida, amada, materna para a grande maioria da população brasileira. (Palmas.)

Neste dia de hoje, parabéns a nossa Brasília! Que neste dia, nós, também ao abraçar e parabenizar Brasília, sejamos capazes de, humildemente, porque ninguém é dono da verdade, reconhecer os problemas, as contradições, os abismos gigantescos que aqui são montados entre ricos e pobres para que possamos fazer essa declaração de amor a esta terra, a nossa Brasília, que é a nossa segunda casa.

Parabéns a todos que estão aqui há muito mais tempo do que eu e a certeza de que, quando aqui não mais estiver, vou ter muita saudade e vou levar Brasília e seu povo permanentemente no meu coração. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Agradeço a presença de todos. Agradeço à Sr^a Gladys Buarque pela sua permanência nesta sessão. Agradeço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores presentes nas pessoas dos Senadores Eduardo Azeredo, Maguito Vilela, Cristovam Buarque, Lúcia Vânia, Mão Santa, Heloísa Helena. Agradeço também a todos os candangos, a todos os pioneiros, ao Brasileiro, enfim, a todos que estiveram conosco hoje nesta sessão histórica de homenagem à Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio. PFL – DF)

– O Sr. Senador Valmir Amaral enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Inciso I e o §2º, do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem

apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no festejo dos seus 45 anos, que se completam amanhã, pode-se dizer que Brasília é uma cidade jovem, alegre, cheia de energia e vitalidade, sobretudo se considerarmos sua alta responsabilidade de abrigar os elevados Poderes da República e de avocar a si condição de referência maior para todo o povo brasileiro.

Em menos de meio século, Brasília não se tornou uma realidade, apenas, mas se consolidou como uma de nossas grandes metrópoles; deu concretude ao sonho de Dom Bosco, ao ideal de Juscelino Kubitschek e às aspirações de milhões de brasileiros; e tornou o Brasil um País menos desigual e mais fraterno, com a efetiva incorporação de extensas áreas de nosso território historicamente relegadas ao abandono.

Com uma população que supera dois milhões de habitantes, com a maior renda **per capita** do País e indicadores que igualam a qualidade de vida de seus moradores à dos povos mais desenvolvidos, Brasília é a síntese da tenacidade e da ousadia de seus idealizadores e da operosidade de seu povo.

Grato que sou a esta cidade, que me acolheu de forma tão cordial, assim como acolheu e acolhe brasileiros de todos os quadrantes, não poderia saudá-la sem fazer merecida homenagem àqueles que a tornaram possível. O primeiro nome que nos vem à mente, nessa justa reverência, é o do saudoso Presidente Juscelino Kubitschek, como já mencionamos.

A mudança da Capital para o interior do País, como sabemos, era um sonho que remontava à época colonial. Atravessando o Brasil Império, esse sonho tomaria a forma de dispositivo constitucional, na Carta de 1891, nos primórdios da República. No Governo Vargas, embora não se tivesse concretizado, ganharia consistência, com o lançamento da Marcha

para o Oeste, com a qual se buscava interiorizar o desenvolvimento e integrar o sertão ao Brasil litorâneo e desenvolvido.

Eu seu livro **Por que Construí Brasília**, Juscelino descrevia aquilo que, para ele, se tornou uma obsessão: “O Brasil, voltado então para o mar, teria de assumir uma atitude diametralmente inversa, isto é, voltar as costas para o oceano e empenhar-se em tomar posse efetiva do seu território, de cuja existência só tinha conhecimento por meio de mapas”.

Hoje, quando o Centro-Oeste assume o papel de celeiro do País, quando nossas fronteiras agrícolas se expandem para as vastas terras da região Norte, e quando a Capital da República se torna um pólo irradiador de desenvolvimento e um instrumento da integração nacional, somos obrigados a admitir que o Brasil se agigantou, se modernizou e se tornou mais ativo com a construção de Brasília.

Essa obra, Sr. Presidente, imponente, grandiosa e decisiva para o nosso futuro, não poderia ser gerada por uma única pessoa, por mais descortino, coragem e persistência que tivesse. Juscelino, então, confiou a realização de Brasília a profissionais gabaritados, a homens de confiança cuidadosamente escolhidos, como Bernardo Sayão, Israel Pinheiro, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, entre outros, aos quais rendo minhas homenagens.

Finalmente, não poderia esquecer o trabalho anônimo de milhares de brasileiros que para cá correram, convocados para dar sua contribuição na concretização daquele sonho. Aos candangos, esses heróis desconhecidos, muitos dos quais aqui permaneceram ou deixaram seus familiares, estendo meu preito de admiração e reconhecimento.

Brasília, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ao longo destes 45 anos, viveu contínua transformação. Superando as expectativas mais promissoras, a cidade se consolidou como a sede do Poder Legislativo, do Executivo e do Judiciário, além das representações diplomáticas e de organismos internacionais.

Sede, também, de um belíssimo conjunto arquitetônico e artístico, fincado num plano urbanístico revolucionário e inovador, foi declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco, em 1987. Sua população desfruta de invejável qualidade de vida, como prova o IDH de 0,844 pontos na escala da Organização das Nações Unidas. O indicador da ONU, como se sabe, avalia as condições de vida nos países e nas cidades, analisando, numa escala de zero a um, a educação, a infra-estrutura, a longevidade da população e a renda **per capita**.

Dos 2 milhões e 51 mil habitantes de Brasília em 2002, conforme levantamento do IBGE, 96,2% dispu-

nam de televisão; 95,5%, de geladeira; 75,9%, de telefone; e 23,9%, de computador. O IDH relativo à renda do brasileiro foi de 0,842, o maior do Brasil.

Os índices de educação também conferem a Brasília uma condição privilegiada: 98,9% das crianças entre sete e 14 anos estão na escola; 94,3% de todos os habitantes são alfabetizados; e 20,1% têm mais de 12 anos de escolaridade.

O quesito infra-estrutura também é amplamente favorável. Levantamento do Codeplan, órgão do Governo local, indica que água, luz, asfalto e coleta de lixo são serviços ofertados à grande maioria da população. Em 99,3% dos domicílios há energia elétrica, 94,5% deles recebem água encanada.

Em Brasília, também se vive mais e melhor. A expectativa média de vida, que era de 68 anos, subiu para 71 anos; a mortalidade infantil, de 14,4 por mil nascidos vivos, é metade da média nacional, de 29,6; e a soma do fator saúde e do fator sobrevivência, que definem o quesito longevidade na metodologia da ONU, coloca Brasília entre os primeiros lugares na classificação nacional.

É interessante observar, Sr. Presidente, que Brasília, sendo uma cidade jovem, tem também uma população eminentemente jovem. Vale observar, ainda, que não se completou a segunda geração dos brasilienses de nascimento, uma vez que a cidade só agora atinge os 45 anos. Entretanto, a juventude de seus moradores se destaca mesmo se considerarmos a população por inteiro, com todos os migrantes que para cá se dirigiram.

Os jovens de Brasília se beneficiam da excepcional qualidade de vida que a cidade oferece e da renda **per capita** que é a mais alta do País. Pesquisa realizada há dois anos indicava que o poder de compra da juventude brasiliense ia além do consumo de roupas, calçados e acessórios, possibilitando também a frequência a *shoppings* e restaurantes e o acesso a celulares e computadores.

Essa juventude tem à sua disposição uma rede de ensino e uma infra-estrutura de entretenimento invejáveis. Os jovens se divertem nas boates, nos *shoppings* e nos numerosos clubes à margem do Lago Paranoá; mas também no Parque da Cidade, um dos maiores do mundo, e no parque da Reserva Água Mineral, aonde acorrem pessoas de todas as classes, notadamente nos fins de semana e nos feriados.

Mas a juventude de Brasília, Sr. Presidente, não vive apenas de sonhos dourados e de entretenimento. Pesquisas realizadas para determinar o Índice de Desenvolvimento Juvenil, da Unesco, demonstraram que – em que pese o desemprego, principalmente no segmento que tenta entrar no mercado pela primeira

vez – 79,2% dos brasilienses entre 14 e 15 anos trabalham ou estudam, ou exercem as duas atividades. Não surpreende, portanto, que o jornal *Correio Braziliense*, ao comentar as expectativas desses jovens, ao término de um ciclo de conferências juvenis, tenha assim assinalado: “Quase meio século depois, o horizonte de paz e de progresso sonhado por JK na imensidão do Planalto Central é defendido por jovens que apostam numa sociedade mais justa. Que querem construir um país diferente e surpreendem com discursos bem elaborados e ações de cidadania. Gente que se organiza, traça objetivos comuns e vai à luta”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no ensejo do quadragésimo quinto aniversário de Brasília, quero renovar minhas homenagens aos seus idealizadores e à multidão anônima que tirou a cidade das pranchetas e lhe deu existência real; quero parabenizar a popula-

ção brasiliense e todos os visitantes que acolhemos, porque Brasília é a Capital de todos os brasileiros; mas, hoje, quero dirigir-me especialmente aos jovens de Brasília, que serão os responsáveis pelos rumos da cidade num futuro que já se revela promissor. Ao cumprimentá-los, quero manifestar minha expectativa de que as novas gerações terão sempre um especial carinho por esta cidade, que a todos acolhe tão carinhosamente.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Que Deus continue iluminando esta cidade!

Declaro encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 13 horas e 56 minutos.*)

Ata da 44ª Sessão Não Deliberativa, em 20 de abril de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Efraim Morais, Eduardo Siqueira Campos, Alvaro dias, da Sra. Ana Júlia Carepa e do Sr. Augusto Botelho.

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 310, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2004, com o Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2002, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 2005. – **Cristovam Buarque**, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento lido será publicado e posteriormente incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item VIII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que passo a ler.

São lidas as seguintes:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2005

Altera o § 1º do art. 18 da Constituição Federal, para dispor sobre a correspondência entre as áreas geográficas de Brasília e do Distrito Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 1º do art. 18 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18.

§ 1º Brasília é a Capital Federal e sua área geográfica corresponde à do Distrito Federal.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição de 1988 conferiu ao Distrito Federal a condição de unidade federada especial, que exerce cumulativamente as competências legislativas e tributárias reservadas a Estados e Municípios (arts. 32, § 1º, e 147 da CF). Por outro lado, limitou sua autonomia, ao fazer depender da União o funcionamento de instituições como o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, bem como a polícia e o corpo de bombeiros.

Essa situação peculiar, contudo, foi impropriamente acrescida de um fator de perplexidade do ponto de vista jurídico-institucional. Embora o Distrito Federal não possa subdividir-se territorialmente em Municípios (art. 32, da CF), não é dada a ele, mas a Brasília, a condição de Capital Federal (art. 18, § 1º, da CF).

A contradição, embora aparente, tem levado a equívocos discriminatórios como a idéia de que Brasília seja apenas a parcela do Distrito Federal conhecida como Plano Piloto e denominada Região Administrativa de Brasília. Uma grave consequência desse equívoco interpretativo seria a perda da condição de brasiliense pelos moradores das demais vinte e cinco Regiões Administrativas absurdo que se toma evidente se imaginarmos que a atual Região Administrativa de Brasília poderia ser regularmente cindida em, por exemplo, uma Região Administrativa da Asa Sul e outra da Asa Norte e nem por isso “Brasília” seria subdividida.

A propósito, os eminentes constitucionalistas Yves Gandra Martins e Celso Ribeiro Bastos em sua obra “Comentários à Constituição do Brasil”, vol. 3, Tomo I, apontam a conveniência de desfazer-se essa posição ambígua decorrente da não-coincidência física entre o Distrito Federal, como ente autônomo da Federação, e Brasília, Capital Federal e sede de governo:

A nova Constituição não elege o Distrito Federal como a capital do Brasil, mas Brasília, com o que distingue a capital do País da circunscrição territorial representada na Federação.

À evidência, em face da distinção, haveria de se presumir que o Distrito Federal pudesse se dividir em mais de um município, o que, em acontecendo, não excluiria a possibilidade de o Distrito Federal ter diversos municípios, mas apenas um deles ser a Capital Federal. O art. 32 da Constituição Federal, todavia, veda tal solução.

Embora o exercício seja apenas acadêmico, não há de se excluir a hipótese, no futuro, visto que emenda

constitucional pode alterar o dispositivo, mormente levando-se em consideração que o Texto Constitucional, no mesmo artigo, utiliza-se da denominação "Distrito Federal", enquanto parte da Federação, mas faz menção específica à cidade de Brasília como Capital Federal, além de possuir o Distrito Federal cidades-satélites.

A questão poderá se colocar em face principalmente da menção explícita, embora desnecessária, de que o Distrito Federal, enquanto membro da Federação, é autônomo no que sua divisão em municípios diversos seria possível, não sendo tais municípios capital federal, mas apenas Brasília.

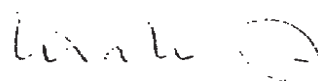
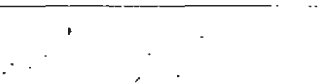
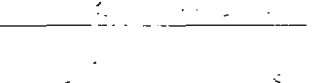
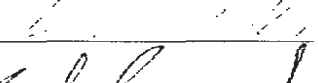





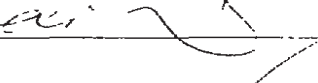

Como se vê, criou-se um estado de incerteza acerca da área geográfica da capital do País, ficando "Brasília" reduzida, quase, a um nome-símbolo da sede administrativa

da República Federativa do Brasil. Os habitantes do Distrito Federal, independentemente da localidade em que vivam, são igualmente brasilienses. Não é admissível, portanto, que, a pretexto da ambigüidade do texto constitucional, prosperem sentimentos e ações discriminatórias em relação aos brasilienses que não morem no Plano Piloto.


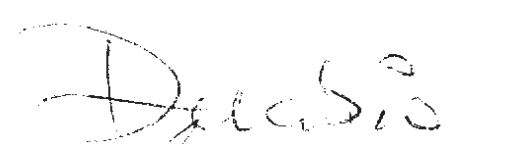

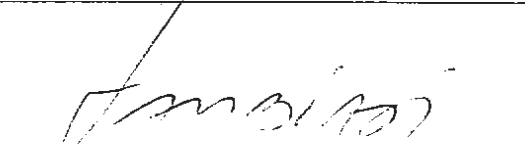
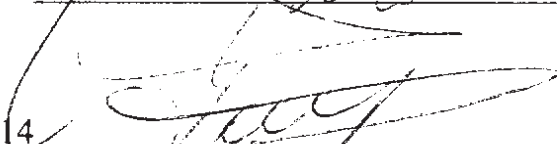
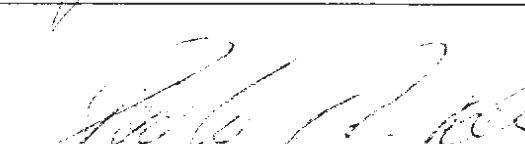
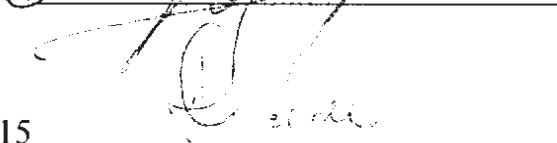
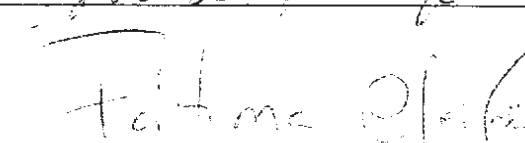
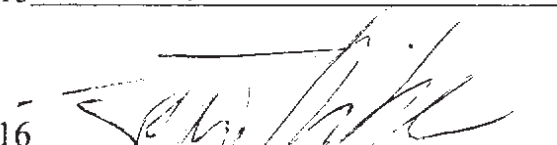
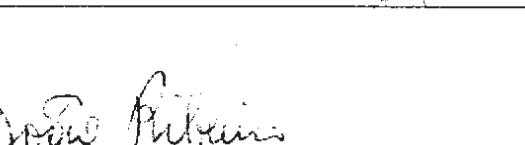
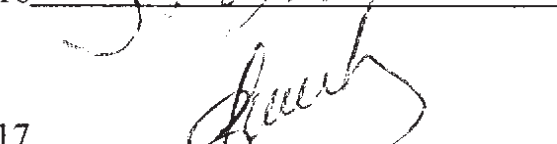
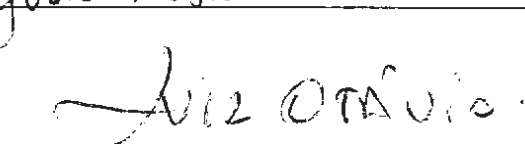
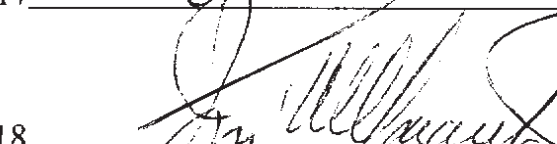
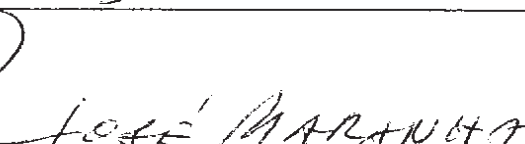
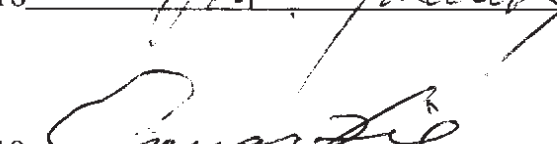
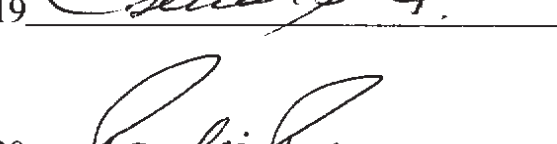
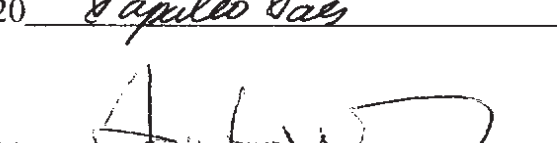
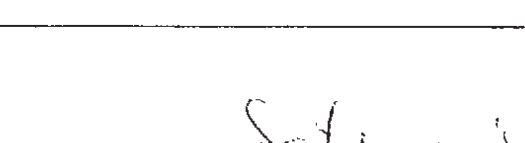
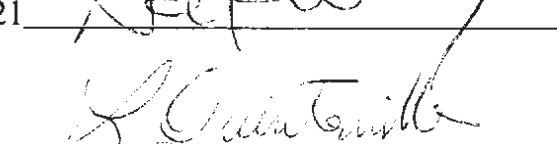
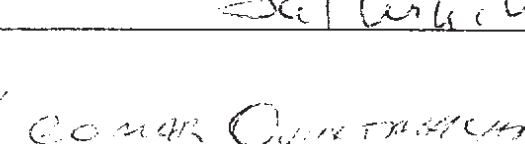
Em face desse essencial princípio de equidade e para superar definitivamente os mencionados equívocos e incertezas é que apresentamos esta Proposta de Emenda à Constituição, com o que julgamos expressar um sentimento compartilhado pela imensa maioria da população do Distrito Federal.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2005. – **Cristovam Buarque**, Senador.


CONTINUAÇÃO DAS ASSINATURAS:

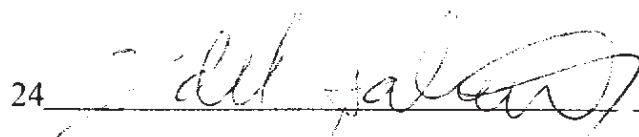
1		CRISTOVAM BUARQUE
2		EDUARDO SUPLICY
3		GILBERTO MESTRINHO
4		AUGUSTO BOTELHO
5		FLÁVIO ARNS
6		EDUARDO AMORIM
7		EDISON LEITE
8		ALT. ALBERTO SOUZA
9		RONALDO LIMA
10		RONALDO LIMA
11		RONALDO LIMA

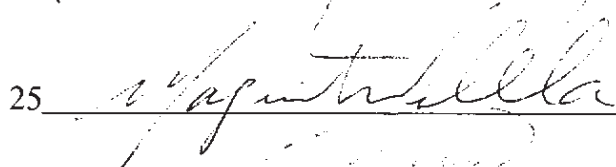
CONTINUAÇÃO DAS ASSINATURAS:


12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		

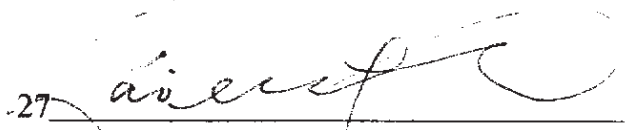
CONTINUAÇÃO DAS ASSINATURAS:

23  JOAO CAPIBERIBE

24  Idel Salvatti

25  Idel Salvatti

26  Idel Salvatti

27  Idel Salvatti

28  Idel Salvatti

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

§ 1º Brasília é a Capital Federal.

Art. 32. O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.

Art. 147. Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 2005

Modifica o artigo 203 da Constituição Federal que dispõe sobre a assistência social prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição a seguridade social e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do artigo 60 da Constitui-

ção Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Inclua-se no artigo 203 da Constituição Federal, novo inciso sobre a assistência social às donas de casa, renumerando os demais:

Art. 203.
..... (NR)

VI a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à dona de casa maior de cinquenta e cinco anos, desde que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico, sem fins lucrativos, no âmbito da residência da própria família, e que não possua, comprovadamente, meios de prover à própria subsistência ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Justificação

O trabalho realizado pelas donas de casa tem sido, injustificadamente, pouco considerado pela nossa Seguridade Social. São trabalhadoras informais que colaboram para que os trabalhadores, formais ou não, possam desempenhar suas tarefas no âmbito externo da residência. É preciso, então, darmos início a um processo urgente de inserção dessas trabalhadoras no sistema de seguridade social.

A PFC nº 67, de 2003, que introduziu mudanças no sistema de Previdência Social e transformada na EMC nº 41 de 2003, já revelou preocupação com a inclusão social de setores empobrecidos, redigindo o § 12 do art. 201 da Constituição.

A proposição não poderia deixar de levar em conta esse grupo populacional. Uma vida toda de serviços prestados à sociedade e à família não pode ser “premiada” com a indigência e o abandono. O trabalho é uma construção coletiva e as donas de casa exercem um papel fundamental no processo de produção. Além disso, caso elas não estivessem atuando na retaguarda certamente estariam engrossando as estatísticas do desemprego.

Mais ainda, as novas gerações e construção do futuro estão fundamentadas no trabalho pedagógico e afetivo das donas de casa. Precisamos, em consequência, conceder a essas trabalhadoras uma tranquilidade adicional, para que possam bem desempenhar o trabalho a que se propõem.

A garantia de um benefício mínimo, a partir do cinquenta e cinco anos, para as trabalhadoras do âmbito doméstico, que não tenham condições de subsistência, representa, então, uma justa medida de seguridade e uma retribuição absolutamente necessária

para a construção de uma verdadeira justiça social, com distribuição da renda. Afinal, elas colaboraram efetivamente para a formação do capital social e da renda nacional.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2005. – Senadora **Heloísa Helena**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As propostas de emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofício das Lideranças do PMDB e do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 274/2005 – GLDBAG

Brasília, 19 de abril de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indicamos a Senadora Fátima Cleide, como membro para compor a Procuradoria Parlamentar do Senado Federal.

Atenciosamente. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB – Senador **Delcídio Amaral**, líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência designa a Senadora Fátima Cleide para compor a Procuradoria Parlamentar do Senado Federal, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício da Liderança do PT na Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 74/Plen

Brasília, 20 de abril de 2005

Senhor Presidente

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar, como suplente, o Deputado Zê Geraldo-PT/PA, em substituição ao Deputado Vignatti, PT/SC, na Comissão Mista destinada a propor a Reestruturação do Processo Orçamentário.

Atenciosamente, – **Paulo Rocha**, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 404, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 6, de 2005, relativo a pedido de informações ao Senhor Ministro de Estado da Defesa sobre o acidente que resultou na morte de 21 técnicos e funcionários que trabalhavam no protótipo do veículo lançador de satélites (VLS-1), em Alcântara (MA).

Relator: Senador **Paulo Octávio**

I – Relatório

Vem a esta Mesa o Requerimento nº 6, de 2005, de autoria do nobre Senador Hélio Costa, que pretende obter do Exmo Sr. Ministro da Defesa informações acerca do grave acidente ocorrido em 22-8-2003, no Centro de Lançamento de Alcântara, que resultou na morte de 21 técnicos e funcionários que trabalhavam no protótipo do veículo lançador de satélites (VLS-I).

O Requerimento solicita um relatório completo sobre o acidente, com vistas a proporcionar aos Senadores uma compreensão precisa dos acontecimentos.

II – Análise

A proposição em exame obedece às disposições do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215, I, a, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, relativamente aos pedidos de informação a Ministros de Estado. Atende, ademais, o estabelecido no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos de informação. Dessa forma, a proposição cumpre os requisitos de constitucionalidade e regimentalidade.

O Requerimento apresenta-se oportuno para o esclarecimento aos membros desta Casa Legislativa das circunstâncias que ocasionaram o acidente, o que contribuirá para uma melhor avaliação do programa aeroespacial brasileiro. Essa questão ganha maior relevo considerando-se a importância estratégica e econômica da tecnologia de lançamento de satélites.

III – Voto

Ante o exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 6, de 2005.

Sala de Reuniões, – **Renan Calheiros**, Presidente
– **Paulo Octávio**, Relator – **Efraim Moraes** – **Antero Paes de Barros**.

PARECER Nº 405, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 24, de 2005.

Relator: Senador **Paulo Octávio**

I – Relatório

O Senador Arthur Virgílio, com base no art. 50. § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sobre importação de gravatas, calças e luvas em 2004 com suspeita de sonegação de impostos.

O ilustre Senador fundamenta seu pedido em nota publicada na Revista “Exame” de 16 de fevereiro do corrente ano, intitulada “Importação Suspeita”, segundo a qual o Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, Sr. Josué Gomes da Silva, suspeita de que houve uma grande sonegação no setor têxtil.

Em particular, o Senador pretende que sejam respondidas as seguintes perguntas:

1. Procede a suspeita de sonegação de impostos incidentes sobre importações do setor têxtil, mencionada na matéria jornalística?

2. Sobre essas importações mencionadas, os impostos foram devidamente recolhidos? E qual o valor do imposto de importação recolhido?

3. Qual o valor unitário, em dólar, das peças têxteis mencionadas na matéria?

II – Análise

Do ponto de vista regimental, a proposição está em consonância com o estabelecido no art. 216 do Regimento Interno desta Casa. Além disso, atende aos preceitos constitucionais e obedece às disposições do Ato da Mesa nº 1, de 2001. Este último diploma regula a apresentação e tramitação de matéria dessa natureza.

Portanto, em nosso entendimento, a proposição atende aos requisitos formais e preliminares acima descritos.

Quanto ao mérito, cabe ressaltar que, conforme a Constituição Federal, é da competência exclusiva do Congresso Nacional, “fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.” (cf art. 49, X, da CF). Assim, tanto para a elaboração de proposições legislativas quanto para o exercício do controle e fiscalização, faz-se mister a obtenção de informações abrangentes e atualizadas sobre atos do Poder Executivo.

Conforme a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, cabe ao Ministério do Desenvolvimento, indústria e Comércio Exterior conduzir as “políticas de comércio exterior” (cf art. 27, IX, d). Ademais, o Decreto nº 4.632, de 21 de março de 2003, Anexo I, dispõe que compete ao Departamento de Operações de Comércio Exterior, daquele Ministério, “fiscalizar preços, pesos, medidas, classificação, qualidades e tipos, declarados nas operações de exportação e importação, diretamente ou em articulação com outros órgãos governamentais, respeitadas as competências das repartições aduaneiras”, bem como “examinar e apurar prática de fraudes no comércio exterior e propor aplicação de penalidades” (cf art. 16, VIII e XVI).

Logo, quanto ao mérito, não resta dúvida que a solicitação guarda estreita vinculação com a função fiscalizadora do Senado Federal e com a competência da matéria ao órgão a que se dirige.

Cabe, entretanto, observar que, conforme a mesma Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, cabe ao Ministério da Fazenda conduzir a “política, administração, fiscalização e arrecadação tributária e aduaneira”, assim como proceder à “fiscalização e controle do

comércio exterior” (cf art. 27, XII, b e g). Portanto, na matéria em tela, o Ministério da Fazenda é o que tem competência típica, no que concerne às perguntas “1” e “2” inicialmente colocadas. Com efeito, o Requerimento nº 27, de 2005, também de autoria do Senador Arthur Virgílio, já endereça as mesmas indagações a esse Ministério.

III – Voto

Em face do exposto, concluímos o nosso Parecer pela aprovação do Requerimento nº 24, de 2005, excluindo-se os itens “1” e “2”, por se tratar de atribuição do Ministério da Fazenda.

Sala de Reuniões, – **Renan Calheiros**, Presidente; **Paulo Octávio**, Relator, **Efraim Moraes**, **Antero Paes de Barros**.

PARECER Nº 406, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 79, de 2005.

Relator: Senador **Paulo Octávio**

I – Relatório

O Senador Artur Virgílio, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer informações ao Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre financiamento a ser concedido pelo BNDES para obras no metrô de Caracas, Venezuela, *vis-à-vis* o não financiamento do metrô da cidade de São Paulo.

Especificamente, o Sr. Senador pergunta:

1. Existe solicitação ao Banco, por parte do governo do Estado de São Paulo, de financiamento para expansão do metrô paulistano?

2. Se há tal solicitação, a mesma já foi atendida?

3. Se não foi atendida, quais as razões para o atraso?

4. Existe pendência de ordem técnica que justifique o atraso?

5. Qual o valor do financiamento a ser concedido ao governo venezuelano para o metrô de Caracas?

6. Qual a justificativa para a opção pelo metrô de Caracas em detrimento de outros financiamentos no Brasil como, por exemplo, o metrô de São Paulo?

Em sua justificativa, o ilustre Senador cita matérias dos jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, todas noticiando o possível financiamento do BNDES ao metrô da capital venezuelana e outras

obras de infra-estrutura naquele país, ao mesmo tempo em que a capital paulista enfrenta dificuldades de acesso aos recursos do Banco.

II – Análise

Do ponto de vista regimental, a proposição está em consonância com o estabelecido no art. 216 do Regimento Interno desta Casa, além de atender aos preceitos constitucionais. Adicionalmente, obedece às disposições do Ato da Mesa nº 1, de 2001, com a possível exceção do item 6 acima.

De fato, o art. 2º, I, do Ato nº 1, de 2001, estabelece que os requerimentos de informação não poderão conter interrogação “sobre propósito da autoridade a quem é dirigido”.

Isto posto, em nosso entendimento, a proposição atende aos requisitos formais e preliminares acima descritos.

Quanto ao mérito, cabe ressaltar que, conforme a Constituição Federal, é da competência exclusiva do Congresso Nacional, “fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.” (cf. art. 49, X, da CF). Assim, tanto para a elaboração de proposições legislativas quanto para o exercício do controle e fiscalização, faz-se mister a obtenção de informações abrangentes e atualizadas sobre atos do Poder Executivo.

No requerimento em tela, importa destacar que o Estatuto do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES determina que o banco “fica sujeito à supervisão do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior” – (cf. Decreto nº 4.418, de 11 de outubro de 2002, art. 1º, parágrafo único).

Logo, quanto ao mérito, não resta dúvida que a solicitação guarda estreita vinculação com a função fiscalizadora do Senado Federal, mas a competência da matéria não é do órgão a que se dirige e sim do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

III – Voto

Em face do exposto, concluímos o nosso Parecer pela aprovação do Requerimento nº 79, de 2005, com a alteração da autoridade destinatária, no caso o Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e a exclusão do item “6”.

Sala de Reuniões, – **Renan Calheiros**, Presidente; **Paulo Octávio**, Relator, **Efraim Moraes**, **Antero Paes de Barros**.

PARECER Nº 407, DE 2005

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 121, de 2005, que solicita informações ao Sr Ministro-Chefe da Casa Civil sobre a quantidade de grupos de trabalho, comitês e comissões criados pelo Governo Lula, desde sua posse, para estudar os mais diferentes assuntos.

Relator: Senador **Paulo Octávio**

I – Relatório

Encontra-se em exame na Mesa o Requerimento nº 121, de 2005, de autoria do Senador ARTHUR VIRGÍLIO, que solicita ao Ministro-Chefe da Casa Civil informações sobre a quantidade de grupos de trabalho, comitês e comissões criados pelo Governo Lula, desde a posse, para estudar os mais diferentes assuntos.

O Senador invoca o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e apóia seu pedido na competência exclusiva do Congresso Nacional de fiscalizar o Poder Executivo, diretamente ou por meio de qualquer uma de suas Casas, conforme determina o art. 49, X, da Constituição.

As informações solicitadas abrangem a identificação dos grupos de trabalho, comitês e comissões criados pelo Poder Executivo, bem como de seus coordenadores e dos órgãos a que estes pertencem; os objetivos, os resultados obtidos e os estudos realizados pelos grupos de trabalho, comitês e comissões; e os gastos efetuados (a título de manutenção, diárias, passagens – inclusive internacionais – material de expediente e mobilização de ministérios, secretarias e conselhos), indicando-se, inclusive, as fontes de receitas utilizadas.

II – Análise

O Requerimento nº 121, de 2005, contém sete perguntas, nenhuma das quais concernente a assuntos de natureza sigilosa. As questões são pertinentes à matéria de caráter administrativo, e não financeiro. Não se trata de operações ativas e passivas nem de serviços prestados por instituições financeiras, aos quais a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, assegura o devido sigilo.

Outro aspecto a considerar é a escolha do Ministro-Chefe da Casa Civil como destinatário do requerimento de informações. A Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, confere o fundamento necessário a essa decisão:

Art. 2º À Casa Civil da Presidência da República compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente na coordenação e na integração das ações do Governo, na verificação prévia da constitucionalidade e legalidade dos atos presidenciais, na análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas, inclusive das matérias em tramitação no Congresso Nacional, com as diretrizes governamentais, bem como na avaliação e monitoramento da ação governamental e da gestão dos órgãos e entidades da administração pública federal, bem como promover a publicação e a preservação dos atos oficiais e supervisionar e executar as atividades administrativas da Presidência da República e, supletivamente, da Vice-Presidência da República, tendo como estrutura básica o Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia, o Conselho Superior do Cinema, o Arquivo Nacional, a Imprensa Nacional, o Gabinete, 2 (duas) Secretarias, sendo 1 (uma) Executiva, 1 (um) órgão de Controle Interno e até 3 (três) Subchefias. (Redação dada pela Lei nº 10.869, de 2004; grifos nossos).

O art. 2º atribui ao titular da Casa Civil da Presidência da República as funções de coordenação e integração das ações de governo e de avaliação e monitoramento da ação governamental e da gestão dos órgãos e entidades da administração pública federal, funções que, por sua natureza, implicam o conhecimento detalhado da administração pública federal, inclusive no que toca aos grupos de trabalho, comitês e comissões existentes.

Quanto à sua legitimidade, convém lembrar que o requerimento tem por objeto matéria prevista no inciso X do art. 49 da Constituição Federal, pelo qual compete ao Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, e que essa tarefa inclui o controle e a fiscalização dos gastos públicos.

Pele exposto, conclui-se que a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais que regem os pedidos escritos de informações a Ministros de Estado e que, pela natureza das perguntas encaminhadas, não se aplicam as normas estabelecidas no Ato da Mesa nº 1, de 2001, quanto aos procedimentos atinentes aos requerimentos de informações sigilosas referentes a operações de instituições financeiras de que trata a Lei Complementar nº 105, de 2001.

III – Voto

Por considerarmos que foram observadas as normas preliminares referentes aos requerimentos de informação, opinamos pela admissibilidade do Reque-

rimento nº 121, de 2005, e pelo seu encaminhamento à autoridade competente.

Sala de Reuniões, – **Renan Calheiros**, Presidente; **Paulo Octávio**, Relator, **Efraim Moraes**, **Antero Paes de Barros**.

PARECER Nº 408, DE 2005

Da Mesa sobre o Requerimento nº 141, de 2005, que requer a inclusão do nome do ex-Senador Severo Gomes na publicação Grandes Vultos que Honraram o Senado e História Constitucional do Brasil.

Relator: Senador **Antero Paes de Barros**

I – Relatório

Nos termos regimentais, é submetido à Mesa o Requerimento nº 141, de 2005, de autoria do Senador Romeu Tuma, que solicita a inclusão do nome do ex-Senador Severo Gomes na coleção intitulada **Grandes Vultos que Honraram o Senado e História Constitucional do Brasil**.

Em sua justificação, o autor alega que o ex-Senador Severo Gomes foi um homem público irrepreensível, que dedicou muito de sua vida ao Brasil. Ocupou cargos públicos e teve atuação destacada como membro da Assembléia Nacional Constituinte de 1988.

II – Análise

Com efeito, o ex-Senador Severo Gomes, como enfatizou o Senador Romeu Tuma, foi homem público exemplar.

Severo Fagundes Gomes, nasceu em 10 de agosto de 1924, na cidade de São Paulo/SP, filho de Olivo Gomes e Maria Augusta Fagundes Gomes. Faleceu em 12 de janeiro de 1992, em acidente de helicóptero, que o vitimou juntamente com sua esposa e o casal Ulysses Guimarães, amigos de longa data.

Cursou o primário na Escola Caetano de Campos, o secundário no Colégio São Luís, e tornou-se bacharel em Direito e em Ciências Sociais. Foi Diretor do Banco do Brasil, Ministro da Agricultura e Ministro da Indústria e Comércio. Exerceu as funções de administrador e de industrial. Foi Senador da República de 1983 a 1991.

Publicou os seguintes trabalhos:

- **Tempo de Mudar**. Ed. Globo, Porto Alegre;
- **Entre o passado e o futuro**. Ed. Duas Cidades, São Paulo;

– **Alguns aspectos da ação do Estado na Ordem Econômica.** Ministério da Indústria e Comércio;

– **Povo na história.** Severo Gomes. Senado Federal, Centro Gráfico;

– **Desenvolvimento Industrial Desenvolvimento Tecnológico, Comércio Exterior.** Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro;

– **Brasil e a Economia Internacional.** MIC, Brasília;

– **Palestra do Ministro da Indústria e Comércio na Escola Superior de Guerra.** BC/Diário, V. 19, nº 260. Pp. 7 a 11, 1974;

– “Política Industrial e Realidade Mundial”. *Digesto Econômico*. V. 31, nº 240, Pp. 22 a 37, novembro/dezembro, 1974;

– **Pensar com mais ousadia no mercado interno. Veja**, nº 330, Pp. 56 a 57, janeiro, 1975.

– **Um código para as multinacionais. Digesto Econômico** V. 6, nº 12, Pp. 55 a 56; setembro, 1975.

Severo Gomes recebeu as seguintes homenagens:

– Ordem do Rio Branco, Grau de Grã-Cruz;

– Ordem do Mérito Militar, Grau de Grande Oficial;

– Ordem do Mérito Naval, Grau de Grande Oficial;

– Ordem do Mérito Aeronáutico, Grau de Grande Oficial;

– Medalha Almirante Tamandaré;

– Medalha do Mérito Santos Dumont, Ministério da Aeronáutica;

– Condecoração do Mérito Mauá;

– Mérito Industrial do Espírito Santo, concedida pela Comissão de Mérito Industrial da Federação das Indústrias do Espírito Santo;

– Medalha do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais;

– Medalha do Mérito Canavieiro, Classe Ouro, concedida pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais e pela Cooperativa de Crédito dos Plantadores de Cana de Pernambuco;

– Medalha da Inconfidência, outorgada em Ouro Preto, pelo Governo de Minas Gerais;

– Ordem Nacional do Mérito da França;

– Ordem da Águia Azteca, do México;

– Ordem Tudor Vladimiresco, da Romênia;

– Ordem do Sol Nascente, Primeira Classe, Japão, 1967;

– Ordem Tesouro Sagrado, Primeira Classe, Japão, 1976.

É, pois, muito oportuno que a coleção **Grandes Vultos que Honraram** o Senado abra espaço para a perpetuação do nome deste que foi um dos mais ilustres membros desta Casa.

Entretanto o Requerimento nº 141, de 2005, requer a inclusão do nome do ex-Senador Severo Gomes na coleção **Grandes Vultos que Honraram o Senado e História Constitucional do Brasil**. Convém ressaltar, contudo, que, a Resolução nº 84, de 1996, instituiu duas coleções: a **Grandes Vultos que Honraram o Senado** e a **História Constitucional do Brasil**.

De acordo com a referida resolução, a coleção **Grandes Vultos que Honraram o Senado** destina-se a homenagear ex-senadores que tenham se destacado como personalidades marcantes da nossa história cultural, política e parlamentar. Já a coleção **História Constitucional do Brasil** é composta por obras editadas ou reeditadas, relevantes para a compreensão da trajetória política do País.

Sendo assim, a solicitação contida no Requerimento nº 141, de 2005, se enquadra nos termos estabelecidos para publicação apenas na coleção **Grandes Vultos que Honraram o Senado**.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 141, de 2005, nos seguintes termos:

Requeiro, nos termos do § 1º do art. 1º e do art. 2º da Resolução 84, de 1996, do Senado Federal, seja incluído o nome do Senador Severo Gomes na coleção intitulada **Grandes Vultos que Honraram o Senado**, fazendo constar da obra, como adendo, seus trabalhos parlamentares publicados nos **Diários do Senado e do Congresso**, quais sejam: discursos, apartes e proposições legislativas.

Sala da Comissão, – **Renan Calheiros**, Presidente; **Paulo Octávio**, Relator, **Efraim Moraes**, **Antero Paes de Barros**.

PARECER Nº 409, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 146, de 2005, que requer, nos termos do § 2º do artigo 50 da Constituição Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão documentos relativos ao convênio da Prefeitura de Presidente Médici – Processo nº 28000.004550/93-53 do extinto Ministério do Bem-Estar Social (MBES), hoje a cargo da Coordenação Geral de Acompanhamento de Extinção e Li-

quidação (COGEL), objeto da Portaria nº 685/93-MBES.Relator: Senador **Antero Paes de Barros****I – Relatório**

Vem a consideração desta Mesa o Requerimento nº 146, de 2005, de autoria do Senador Valdir Raupp, fundamentado no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 215, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que solicita ao Exmo. Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, cópias autenticadas de um rol de documentos do Processo nº 28000.004550/93-53 do extinto Ministério do Bem-Estar Social (MBES), atualmente a cargo da Coordenação Geral de Acompanhamento de Extinção e Liquidação (COGEL), objeto da Portaria nº 685/93-MBES, relacionado a um convênio firmado com a Prefeitura de Presidente Médici. Não foram apresentadas, no requerimento, justificativas que especifiquem as razões para a solicitação de tais cópias de documentos.

II – Análise

A proposição em exame fundamenta-se no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que estabelece a competência da Mesa do Senado Federal para encaminhar pedidos de informação a Ministros de Estado e demais autoridades titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. O Requerimento nº 146, de 2005, observa o disposto nos arts. 215, I, a, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que normatizam o encaminhamento de tais pedidos, bem como no art. 217, que equipara o requerimento de remessa de documentos ao pedido de informações. Adicionalmente, o requerimento segue a regulamentação para a tramitação dos requerimentos de informação, inscrita no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001. Afiguram-se confirmadas, dessa forma, a constitucionalidade e a regimentalidade da proposição.

A legitimação do Requerimento nº 146, de 2005, advém da missão constitucionalmente atribuída ao Parlamento de fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo, para a qual se apresenta como um instrumento de efetivação.

III – Voto

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Requerimento nº 146, de 2005.

Sala de Reuniões, 14 de abril de 2003. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Antero Paes de Barros**, Relator – **Efraim Moraes** – **Paulo Octávio**.

PARECER Nº 410, DE 2005**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 158, de 2005.**Relator: Senador **Efraim Moraes****I – Relatório**

O Requerimento nº 158, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal c/c o artigo 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado da Saúde, informações acerca dos gastos do Programa Atenção à Saúde Indígena, da Fundação Nacional de Saúde – Funasa.

O nobre parlamentar justifica sua proposição, alegando que “o objetivo do requerimento é esclarecer se o orçamento destinado ao programa ‘Atenção à Saúde Indígena’ está tendo a devida destinação e de que forma o Ministério da Saúde está atuando para evitar que os casos de desnutrição e morte de crianças indígenas continuem ocorrendo sem a devida assistência daquela pasta”.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 158, de 2005, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 158, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, – **Renan Calheiros**, Presidente; **Paulo Octávio**, Relator, **Efraim Moraes**, **Antero Paes de Barros**.

PARECER Nº 411, DE 2005**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 168, de 2005.**Relator: Senador **Efraim Moraes****I – Relatório**

O Requerimento nº 168, de 2005, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal c/c os artigos 215, I, a, 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Ministro da Casa Civil, informações e documentos acerca de obras rodoviárias por realizar com os recursos a serem disponibilizados a partir de acordo com o Fundo Monetário Internacional,

tendo em vista a redução do superávit primário. Por fim requer o ilustre senador, seja descrito o critério de escolha das citadas obras.

O nobre parlamentar justifica sua proposição, alegando que é papel do Senado fiscalizar a aplicação de recursos disponibilizados, em especial aquele destinado pelo FMI, em caráter excepcional, para obras rodoviárias. Informa ainda Sua Excelência que o pedido sustenta-se na necessidade de se manter a credibilidade do País junto aos organismos financeiros internacionais.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 168, de 2005, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 168, de 2005, de autoria do Senador Antero Paes de Barros.

Sala de Reuniões, em – **Renan Calheiros**, Presidente; **Paulo Octávio**, Relator, **Efraim Moraes**, **Antero Paes de Barros**.

PARECER Nº 412, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 169, de 2005.

Relator: Senador **Efraim Moraes**

I – Relatório

O Requerimento nº 169, de 2005, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do regimento interno, solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre obras rodoviárias a serem realizadas com os recursos disponibilizados a partir do acordo com o Fundo Monetário Internacional, tendo em vista a redução do superávit primário.

O nobre parlamentar justifica seu requerimento noticiando que a imprensa brasileira registrou que o Governo conseguiu obter do Fundo Monetário Internacional a possibilidade de utilizar parte dos recursos antes vinculados ao ajuste fiscal para a realização de obras de infra-estrutura, especificamente o setor rodoviário.

Segue o ilustre senador argumentando que é essencial a esta Casa Legislativa ter informações claras e objetivas sobre quais critérios e como está sendo

gerida a excepcionalização, haja vista a competência fiscalizadora do Poder Legislativo.

II – Voto

Considerando competência fiscalizadora art. 49, X, da Constituição Interno do Senado Federal favoráveis à aprovação do Senador Antero Paes de Barros que o Requerimento em análise insere-se na do Congresso Nacional, conforme dispõe o Federal, estando de acordo com o Regimento e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos Requerimento nº 169, de 2005, de autoria do Senador Antero Paes de Barros.

Sala das Reuniões – **Renan Calheiros**, Presidente – **Efraim Moraes**, Relator – **Antero Paes de Barros** – **Paulo Octávio**.

PARECER Nº 413, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 170, de 2005.

Relator: Senador **Efraim Moraes**

I – Relatório

O Requerimento nº 170, de 2005, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com os artigos 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado dos Transportes, documentos comprobatórios sobre obras rodoviárias a serem realizadas com os recursos a serem disponibilizados a partir do acordo com o Fundo Monetário Internacional, tendo em vista a redução do superávit primário, descrevendo os critérios para escolha das obras.

Como justificativa à proposição, o proponente argumenta que a lista de obras que eventualmente seriam beneficiadas pela excepcionalização do superávit primário, conforme divulgado pela imprensa brasileira, não corresponde a nenhuma das prioridades do setor produtivo e dos governadores de Estado. Assim, torna-se fundamental que o Senado Federal tenha informações claras e objetivas sobre quais os critérios e como está sendo regida a excepcionalização obtida junto ao FMI.

II – Voto

Considerando que a proposição em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constitui-

ção Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 170, de 2005, de autoria do Senador Antero Paes de Barros.

Sala de Reuniões, – **Renan Calheiros**, Presidente; **Paulo Octávio**, Relator, **Efraim Moraes**, **Antero Paes de Barros**.

PARECER Nº 414, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 175, de 2005, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a situação do Engenheiro brasileiro João José Vasconcellos Júnior.

Relator: Senador **Antero Paes de Barros**

I – Relatório

Esta Comissão examina o Requerimento no 175, de 2005, de autoria do Senador Hélio Costa, elaborado nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e como Ato da Mesa nº 1, de 2001.

Solicita o Senador informações ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre as ações tomadas pelo Ministério com vistas à libertação do Engenheiro brasileiro João José Vasconcellos Júnior, seqüestrado por rebeldes iraquianos em 19 de janeiro deste ano; sobre as negociações havidas com países, organizações internacionais, grupos e autoridades que possam influenciar na libertação do brasileiro; sobre a existência de diálogo com o grupo radical Esquadrões al-Mujahedin, com o Xequê Abdul Salam al-Kobeissi e com a Associação de Clérigos Mulçumanos do Iraque; sobre o teor e os avanços dessas negociações e diálogos; sobre as autoridades brasileiras e outros indivíduos envolvidos nessas negociações e, por fim, sobre as estratégias formuladas em face dos cenários que já se descortinam.

II – Análise

O requerimento é versado em boa técnica legislativa, obedece aos parâmetros constitucionais e regimentais à apresentação de requerimentos de informação, bem como apresenta questionamentos convenientes e oportunos.

A República Federativa do Brasil manifestou-se contrariamente à guerra de agressão promovida pelos

Estados Unidos contra o Iraque, conduzida sob a proteção do argumento legal falho da existência de instituto da legítima defesa preventiva no Direito Internacional, que justificasse a ação militar com vistas à desmobilização do suposto esquema de provimento de armas de destruição em massa produzidas naquele país e fornecidas à facção Al-Qaeda, com o objetivo de alimentar o ânimo beligerante contra a nação americana. O repúdio do Governo brasileiro não bastou para que seus súditos fossem preservados do flagelo dos atos de seqüestro perpetrados no Iraque, com motivação política. O Brasil, País historicamente pacifista e legalista, deve utilizar-se dessas credenciais de neutralidade para desarmar espíritos nas negociações que entabulará para a libertação do brasileiro.

O caso é absolutamente preocupante, em razão da quase inexistência de dados que comprovem o estado em que se encontra o engenheiro.

III – Voto

Em face do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 175, de 2005.

Sala da Comissão, – **Renan Calheiros**, Presidente; **Paulo Octávio**, Relator, **Efraim Moraes**, **Antero Paes de Barros**.

PARECER Nº 415, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, para instrução do Requerimento nº 184, de 2005, que requer nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra de Estado de Minas e Energia sobre o uso comercial do biodiesel.

Relator: Senador **Paulo Octávio**

I – Relatório

Vem a consideração desta Mesa o Requerimento nº 184, de 2005, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, solicitando, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado à Excelentíssima Senhora Ministra de Estado de Minas e Energia pedido de informações sobre o uso comercial do biodiesel, recentemente autorizado pelo Governo Federal.

Constam do requerimento seis perguntas, relativas tanto ao impacto econômico esperado em diversos setores com a implantação do biodiesel, quanto a aspectos técnicos do uso do novo combustível. Como justificativa para este requerimento, o ilustre Senador

Rodolpho Tourinho aponta a necessidade de se obter subsídios para que esta Casa avalie os possíveis resultados da medida em questão.

II – Análise

O Requerimento nº 184, de 2005, apresenta-se em conformidade com a disposição constitucional insculpida no § 2º do art. 50 da Carta Magna. Os requisitos estabelecidos nos arts. 215, I, a, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que regulamentam o encaminhamento de pedidos de informação a Ministros de Estado, são, da mesma forma, obedecidos nessa proposição. Complementarmente, o requerimento segue o disposto no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que normatiza a tramitação dos requerimentos de informação. São evidenciadas, dessa maneira, a constitucionalidade e a regimentalidade da proposição.

Consideramos legítima a justificativa apresentada para o requerimento, de subsidiar o Senado Federal na análise dos efeitos da autorização para o uso comercial do biodiesel, tendo em vista que tal medida apresenta um elevado potencial de impacto na cadeia econômica em que se insere.

O endereçamento desse pedido de informações à Ministra de Minas e Energia é adequado, uma vez que o Ministério por ela chefiado tem entre suas atribuições a matéria objeto desse requerimento, além de ter participado diretamente da tomada de decisão para a liberação do comércio do biodiesel, mostrando-se, portanto, o mais apto a fornecer ao Senado as informações solicitadas.

III – Voto

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Requerimento nº 184, de 2005.

Sala de Reuniões, – **Renan Calheiros**, Presidente; **Paulo Octávio**, Relator, **Efraim Moraes**, **Antero Paes de Barros**.

PARECER Nº 416, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, para instrução do Requerimento nº 185, de 2005, que requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Saúde informações sobre a denúncia de remessa ilegal de medicamentos para as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC.

Relator: Senador **Paulo Octávio**

I – Relatório

Vem a consideração desta Mesa o Requerimento nº 185, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, demandando, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e no art. 216, inciso I, do Regimento Interno dessa Casa, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Saúde informações sobre a denúncia de remessa ilegal de medicamentos daquele Ministério para as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

A imprensa nacional cobriu extensamente a referida suspeita de desvio de medicamentos, que são usados no tratamento de leishmaniose e distribuídos exclusivamente pelo Ministério da Saúde.

O Requerimento nº 185, de 2005, é composto de seis questões que objetivam elucidar os fatos e colher subsídios para a avaliação da atuação da Administração no caso. O ilustre Senador Arthur Virgílio o aponta como justificativa para o encaminhamento desse pedido de informações a necessidade de esclarecimento dessa matéria, tendo em vista a ameaça representada pela guerrilha colombiana na Amazônia brasileira.

II – Análise

O Requerimento nº 185, de 2005, atende a todos os requisitos constitucionais, especialmente aqueles inscritos no § 2º do art. 50 da nossa Lei Maior, que confere à Mesa do Senado Federal a competência para encaminhar pedidos de informação a Ministros de Estado. A proposição em análise mostra-se em harmonia com o dever atribuído ao Congresso Nacional pelo inciso X do art. 49 da Constituição Federal de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo.

As informações que deverão ser fornecidas em resposta a esse requerimento, além de servirem para concretizar a função de vigilância do Parlamento frente à Administração Pública, constituirão insumos fundamentais para o adequado posicionamento desta Casa no que se refere ao perigo oferecido pela crescente influência das Farc em território nacional.

A proposição em análise obedece às condições firmadas pelo Regimento Interno do Senado Federal, em seus arts. 215, I, a, e 216, que regulamentam o envio de pedidos de informação a autoridades do Poder Executivo diretamente subordinadas à Presidência da República. Adicionalmente, o requerimento acompanha o disposto no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que normatiza a tramitação dos requerimentos de informação. Identifica-se, dessa forma, a regimentalidade da proposição.

Por fim, consideramos adequado o endereçamento desse pedido de informações ao Ministério da Saúde, uma vez que os medicamentos sob os quais paira a suspeita de que seriam desviados para as Farc são distribuídos exclusivamente pelo Ministério, cabendo ao seu titular elucidar a matéria.

III – Voto

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Requerimento nº 185, de 2005.

Sala de Reuniões, – **Renan Calheiros**, Presidente; **Paulo Octávio**, Relator, **Efraim Moraes**, **Antero Paes de Barros**.

PARECER Nº 417, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 188, de 2005.

Relator: Senador **Efraim Moraes**

I – Relatório

O Requerimento nº 188, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Justiça, sobre a denúncia de remessa ilegal de medicamentos para as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC.

Como justificativa à proposição, o nobre parlamentar argumenta que as informações solicitadas objetivam esclarecer denúncias publicadas no jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 22 de março do corrente, que informa que a Polícia Federal instaurou inquérito para apurar desvio de medicamento cuja distribuição é exclusiva do Ministério da Saúde.

II – Voto

Considerando que a proposição em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 188, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, – **Renan Calheiros**, Presidente; **Paulo Octávio**, Relator, **Efraim Moraes**, **Antero Paes de Barros**.

PARECER Nº 418, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 190, de 2005.

Relator: Senador **Efraim Moraes**

I – Relatório

O Requerimento nº 190, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e do Senador Antonio Carlos Magalhães, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado da Saúde, informações sobre a atuação do Senhor Roberto José Bittencourt, representante do Governo Federal na intervenção do Hospital Souza Aguiar no Rio de Janeiro.

Como justificativa à proposição, os proponentes argumentam que as informações foram solicitadas para confirmar se o Senhor Roberto José Bittencourt reúne as qualidades necessárias para administrar uma situação drástica e emergencial.

II – Voto

Considerando que a proposição em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 190, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Sala de Reuniões, – **Renan Calheiros**, Presidente; **Paulo Octávio**, Relator, **Efraim Moraes**, **Antero Paes de Barros**.

PARECER Nº 419, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 197, de 2005.

Relator: Senador **Efraim Moraes**

I – Relatório

O Requerimento nº 197, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil, informações acerca de licitação para aquisição de gêneros alimentícios para a copa do Palácio do Planalto, no valor de R\$136 mil,

questionando a quem se destinam os gêneros alimentícios e qual o período para o seu consumo.

Como justificativa à proposição, o nobre parlamentar argumenta que as informações foram solicitadas para que o Congresso Nacional seja inteirado dos valores e destinação dos gêneros alimentícios, incluindo alguns artigos pouco comuns na mesa do brasileiro, notadamente numa fase em que se prega a economia de recursos da União.

II – Voto

Considerando que a proposição em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 197, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, – **Renan Calheiros**, Presidente; **Paulo Octávio**, Relator, **Efraim Moraes**, **Antero Paes de Barros**.

PARECER Nº 420, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 198, de 2005.

Relator: Senador **Efraim Moraes**

I – Relatório

O Requerimento nº 198, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, com fundamento no art. 5º, § 2º da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde, sobre o crescimento dos índices de tuberculose no Brasil, levando o Governo a ampliar a cobertura do diagnóstico, indagando ao Ministro se houve negligência na execução do programa de prevenção da doença, segundo teria informado o coordenador do programa de prevenção da tuberculose.

Como justificativa à proposição, o nobre parlamentar argumenta que as informações solicitadas objetivam esclarecer notícias divulgadas nos jornais brasileiros e na televisão, segundo as quais houve um crescimento no índice de tuberculose no Brasil, que alcançou um patamar considerado grave.

II – Voto

Considerando que a proposição em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno

do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº I, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 198, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, – **Renan Calheiros**, Presidente; **Paulo Octávio**, Relator, **Efraim Moraes**, **Antero Paes de Barros**.

PARECER Nº 421, DE 2005

Para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 201, de 2005, que solicita informações ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre denúncia apresentada pela Federação de Agricultura do Estado do Pará (FAEPA).

Relator: Senador **Antero Paes de Barros**

I – Relatório

Trata-se de exame do Requerimento nº 201, de 2003, de autoria do nobre Senador Luiz Otávio, visando solicitar ao Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de esclarecimento sobre denúncia, apresentada pela Federação de Agricultura do Estado do Pará (FAEPA), de que membros da delegação junto à Organização Mundial de Saúde Animal teriam cometido crime de lesa-pátria ao denegrirem o nome do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa no Estado do Pará.

O referido requerimento veio a esta Mesa, com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 216, I, e 217 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Em sua justificação, o autor do Requerimento informa que, segundo denúncia da Faepe, servidores públicos designados para compor a delegação brasileira junto à Organização Mundial de Saúde Animal teriam afirmado a cientistas e autoridades que o Estado do Pará desenvolve um programa de erradicação com falhas ou inconformidades técnicas na vigilância sanitária, na estrutura dos serviços veterinários e que a auditoria realizada pelo Ministério da Agricultura não recomendava o encaminhamento do Estado para a certificação internacional de livre de febre aftosa com vacinação.

II – Análise

A proposição encontra-se em consonância com todos os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades

do Poder Executivo, assim como com as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

No entanto, com o fim de tornar mais preciso o presente requerimento, entendemos ser necessária a inclusão da data e do local da ocorrência do fato e, também, da discriminação dos participantes da referida delegação, na documentação a ser encaminhada ao Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Segundo o Ofício VPS/CNA/nº 5, de 14 de março de 2005, o fato teria ocorrido na reunião da Organização Mundial de Saúde Animal realizada em Paris, França, entre 11 e 14 de janeiro de 2005, sendo que os delegados brasileiros, conforme documento do Sindicato Paraense da Pecuária de Corte, de mesma data, seriam Jorge Caetano Júnior, Jamil de Souza, Geraldo Marcos de Moraes e Victor Picão Gonçalves. Esses documentos (dez páginas) foram fornecidos pelo autor do Requerimento como subsídio a este Parecer.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 201, de 2005, com a inclusão do local e período da ocorrência do fato objeto do requerimento, e com a discriminação dos participantes da referida comissão brasileira na reunião da Organização Mundial de Saúde Animal, nos termos de substitutivo que apresentamos. Solicitamos, ainda, nos termos do art. 261, § 2º, inciso II do RISF, o apensamento dos documentos encaminhados pelo eminente Senador Luiz Otávio.

REQUERIMENTO Nº 201, DE 2005 (SUBSTITUTIVO)

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, solicito sejam requeridos do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento esclarecimentos a respeito de denúncia, apresentada pela Federação de Agricultura do Estado do Pará, de que os membros da delegação brasileira, Senhores Jorge Caetano Júnior, Jamil de Souza, Geraldo Marcos de Moraes e Victor Picão Gonçalves, teriam cometido crime de lesa-pátria ao denegrirem o nome do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa no Estado do Pará em reunião da Organização Mundial de Saúde Animal, realizada em Paris, França, entre 11 e 14 de janeiro de 2005.

Sala de Reuniões, – **Renan Calheiros**, Presidente – **Antero Paes de Barros**, Relator – **Efraim Moraes** – **Paulo Octávio**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

É o seguinte o texto final:

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 1.163, DE 2004

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 625, de 4 de outubro de 2000, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a permissão outorgada à Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., outorgada originariamente à Rádio Bandeirantes S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 1º de março de 2005.



Senador Hélio Costa, Presidente



, Relator

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa, em reunião realizada no dia 14 de abril do corrente ano, aprovou os seguintes **Requerimentos de Informação**:

– integralmente os de **nºs 6, 121, 146, 158, 168, 169, 170, 175, 184, 185, 188, 190, 197 e 198, de 2005**;

com a supressão dos quesitos nºs 1 e 2, o de **nº 24, de 2005**;

com a supressão do quesito nº 6 e alteração da autoridade destinatária, o de **nº 79, de 2005**; e

com nova redação, o de **nº 201, de 2005**.

Comunica também que foi aprovado, com nova redação, o **Requerimento nº 141, de 2005**, de autoria do Senador Romeu Tuma, que “*requer, nos termos do §1º do art. 1º e do art. 2º da Resolução nº 84, de 1996, do Senado Federal, seja incluído o nome do Senador Severo Gomes na coleção intitulada ‘Grandes Vultos que Honraram o Senado’*”.

Serão cumpridas as decisões da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.156, de 2004** (nº 870/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Club de Faxinal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Faxinal, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.157, de 2004** (nº 873/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Bela Vista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bela Vista, Estado de Mato Grosso do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.158, de 2004** (nº 148/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Regional de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Votorantim, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.159, de 2004** (nº 508/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Piratininga de Jaú Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jaú, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.160, de 2004** (nº 715/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rede MS Integração de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.161, de 2004** (nº 743/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Aliança Igarapava Ltda. – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Igarapava, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.162, de 2004** (nº 747/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Emissora Rural a Voz do São Francisco para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.163, de 2004** (nº 748/2003, na Câmara dos Deputados), que

aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.170, de 2004** (nº 778/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Alvorada de Rialma Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rialma, Estado de Goiás;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.173, de 2004** (nº 786/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Liberal FM Stéreo Ltda. – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.174, de 2004** (nº 789/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sorriso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sorriso, Estado de Mato Grosso;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.175, de 2004** (nº 791/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal de Assis Chateaubriand Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.176, de 2004** (nº 792/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Som de Gurupi Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gurupi, Estado do Tocantins;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.179, de 2004** (nº 865/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Arcos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Arcos, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.180, de 2004** (nº 875/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Rio Brilhante Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Brilhante, Estado de Mato Grosso do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.183, de 2004** (nº 889/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio

Guarita Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Coronel Bicaco, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.186, de 2004** (nº 898/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio União de Céu Azul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Céu Azul, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.188, de 2004** (nº 901/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.189, de 2004** (nº 908/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão do Sistema Tropical de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Miguel Pereira, Estado do Rio de Janeiro;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.190, de 2004** (nº 909/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Campinas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campinas, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.193, de 2004** (nº 915/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Emissoras Diário da Região Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mirassol, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.197, de 2004** (nº 716/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Ampére Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ampére, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.198, de 2004** (nº 795/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio “Fátima FM” de Cruz Alta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.201, de 2004** (nº 840/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Cultura FM Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência

modulada na cidade de Monte Alto, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.204, de 2004** (nº 872/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Educadora de Juína Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.207, de 2004** (nº 971/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Empreendimento de Radiodifusão Região dos Lagos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.209, de 2004** (nº 983/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Cidade de Itirapina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itirapina, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.211, de 2004** (nº 995/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Atual Guairacá de Mandaguari Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mandaguari, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.215, de 2004** (nº 1.005/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Oeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Osasco, Estado de São Paulo; e

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.220, de 2004** (nº 742/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à KMR – Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Altinópolis, Estado de São Paulo.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência comunica ao Plenário que o **Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1998 – Complementar**, redistribuído às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Desenvolvimento Regional e Turismo, conforme despacho feito na Sessão do último dia 9 de março, já teve sua discussão encerrada em turno suplementar, com o recebimento de uma emenda.

Em virtude de a matéria estar em fase final de tramitação, fica sem efeito o despacho de redistribuição.

O Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1998 – Complementar, volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para apreciação da Emenda apresentada ao Substitutivo, em turno suplementar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Com referência ao despacho feito na sessão do último dia 9 de março, que redistribuiu os Projetos de Lei do Senado nºs 265, de 1999, e 167, de 2001, que tramitam em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2001, a Presidência altera o despacho dado, para que sejam ouvidas as Comissões de Assuntos Sociais; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; cabendo a esta última a decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, DE 2005

Institui o Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes (PNETE), destinado a promover a criação de postos de trabalho para trabalhadores mais velhos e com experiência profissional.

Art. 2º O Pnete atenderá o trabalhador com mais de quarenta e cinco anos de idade em situação de desemprego involuntário há mais de seis meses, que atenda cumulativamente aos seguintes requisitos:

I – tenha experiência profissional;

II – esteja cadastrado em unidade executora do programa, nos termos desta lei;

III – não aufera renda própria de qualquer natureza, e não esteja em gozo de qualquer benefício previdenciário ou assistencial, inclusive em decorrência de percepção de subvenção econômica de programas congêneres e similares, nos termos do disposto no art. 10.

§ 1º Serão atendidos, prioritariamente, pelo Pnete, os trabalhadores cadastrados no Sistema Nacional de Emprego (SINE) até a data da promulgação desta lei.

§ 2º O encaminhamento do trabalhador cadastrado no Pnete à empresa contratante, atendidas as habilidades específicas por ela requisitadas e a prioridade

de que trata o § 1º, observará a ordem cronológica das inscrições e o disposto no § 4º do art. 5º desta lei.

§ 3º O Pnete divulgará, bimestralmente, a relação dos trabalhadores inscritos no programa, bem como daqueles já encaminhados e colocados nas empresas, seja pela Internet, seja colocando essas relações à disposição do público nos locais de inscrição.

§ 4º O Pnete não abrange trabalho doméstico, nem o contrato de trabalho por prazo determinado, inclusive o contrato de experiência previsto na alínea c do § 2º do art. 443 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 3º O Pnete deverá buscar a integração com as Comissões Estaduais, Distritais e Municipais de Emprego, e contará com um Conselho Consultivo, ao qual caberá propor diretrizes e critérios para a sua implementação, bem como acompanhar sua execução.

§ 1º As ações desenvolvidas no âmbito do Pnete, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), serão acompanhadas pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT).

§ 2º O Conselho Consultivo do Pnete, deverá, na medida do possível, ser o mesmo responsável pelo Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE), de que dispõe a Lei nº 748, de 22 de outubro de 2003.

Art. 4º A inscrição do empregador e o cadastramento do trabalhador no Pnete serão efetuados em unidade de atendimento do Sine ou em órgão e entidade conveniadas.

Parágrafo único. Mediante termo de adesão ao Pnete, poderá inscrever-se como empregador qualquer pessoa jurídica ou física a ela equiparada que firme compromisso de gerar novos empregos na forma dos arts. 5º ao 8º desta lei, e que comprove a regularidade do recolhimento de tributos e de contribuições devidas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), à Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda e à Dívida Ativa da União.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenção econômica à geração de empregos destinados a trabalhadores que atendam aos requisitos fixados no art. 2º desta lei.

§ 1º O empregador que atender ao disposto no art. 4º terá acesso à subvenção econômica de que trata este artigo no valor de:

I – até seis parcelas de R\$200,00 (duzentos reais) por emprego gerado, para empregador com renda ou faturamento inferior ou igual a R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) no ano-calendário anterior;

II – até seis parcelas de R\$100,00 (cem reais), por emprego gerado, para o empregador com renda ou faturamento superior a R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) no ano-calendário anterior.

§ 2º No caso de contratação de empregado sob o regime de tempo parcial, o valor das parcelas referidas no § 1º será proporcional à respectiva jornada.

§ 3º As parcelas da subvenção econômica serão repassadas bimestralmente aos empregadores a partir do segundo mês subsequente ao da contratação.

§ 4º A concessão da subvenção econômica prevista neste artigo fica condicionada à disponibilidade dos recursos financeiros, que serão distribuídos na forma definida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Art. 6º O empregador inscrito no Pnete deverá manter, enquanto perdurar vínculo empregatício com trabalhadores inscritos no Pnete, número médio de empregados igual ou superior ao estoque de empregos existentes no estabelecimento no mês anterior ao da assinatura do termo de adesão, excluídos desse cálculo os participantes do Pnete, do PNPE e de programas congêneres.

§ 1º O empregador participante do Pnete poderá contratar, nos termos desta lei:

I – um trabalhador no caso de contar com até quatro empregados em seu quadro de pessoal;

II – dois trabalhadores, no caso de contar com cinco a dez empregados em seu quadro de pessoal; e

III – até vinte por cento do respectivo quadro de pessoal, nos demais casos.

§ 2º O quadro de pessoal de que trata o parágrafo anterior não inclui os trabalhadores contratados pelo Pnete, pelo PNPE e por programas congêneres.

§ 3º No cálculo do número máximo de contratações de que trata o inciso III do § 1º, computar-se-á como unidade a fração igual ou superior a cinco décimos e desprezar-se-á a fração inferior a esse valor.

Art. 7º Se houver rescisão do contrato de trabalho de trabalhador inscrito no Pnete antes de um ano de sua vigência, o empregador poderá manter o posto criado, substituindo, em até trinta dias, o empregado dispensado por outro que preencha os requisitos do art. 2º, não fazendo jus a novo benefício para o mesmo posto, mas somente a eventuais parcelas remanescentes da subvenção econômica, ou extingui-lo, restituindo as parcelas de subvenção econômica, devidamente corrigidas pela Taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), para títulos federais.

§ 1º O empregador que descumprir as disposições desta lei ficará impedido de participar do Pnete pelo prazo de vinte e quatro meses, a partir da data da comunicação da irregularidade, e deverá restituir

à União os valores recebidos, corrigidos na forma do **caput**.

§ 2º Caso o trabalhador empregado no âmbito do Pnete venha a, no curso da vigência do contrato de trabalho, deixar de satisfazer aos requisitos previstos no art. 2º, fica a empresa dispensada da restituição das parcelas de subvenção econômica recebidas se mantiver o contrato de trabalho pelo prazo remanescente ou substituir o trabalhador por outro que atenda aos requisitos desta lei.

Art. 8º É vedada a contratação, no âmbito do Pnete, de trabalhador que seja parente, ainda que por afinidade, até o terceiro grau, de empregador, sócio da empresa ou dirigente da entidade contratante.

Art. 9º Para execução do Pnete, poderão ser firmados convênios ou outros instrumentos de cooperação técnica com os estados, o Distrito Federal e os municípios, com organizações sem fins lucrativos e com organismos internacionais.

Art. 10. Nas unidades da Federação e nos municípios onde existirem programas similares e congêneres ao previsto nesta lei, buscar-se-á promover a articulação e a integração das ações dos respectivos programas.

Art. 11. As despesas com a subvenção econômica de que trata o art. 5º correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas anualmente ao órgão responsável pelo Pnete, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

§ 1º O órgão responsável pela implementação do Pnete fornecerá os recursos humanos, materiais e técnicos necessários à administração do programa.

§ 2º O Poder Executivo deverá compatibilizar o montante de subvenções econômicas concedidas com base no art. 5º às dotações orçamentárias referidas no **caput**.

Art. 12. Observado o disposto no art. 11, fica o Poder Executivo autorizado a reajustar, a partir do primeiro dia útil do ano posterior ao da entrada em vigor desta lei, os valores da subvenção econômica de que trata o art. 5º, de forma a preservar seu valor real.

Art. 13. O Ministério do Trabalho e Emprego enviará às respectivas comissões do Congresso Nacional relatório, nos meses de maio e novembro de cada ano, detalhando o conjunto de empregos criados no âmbito do Pnete e o total de subsídio econômico, por unidade da Federação, por ramo de atividade, por tipo de empresa, discriminará ainda os trabalhadores atendidos por sexo, idade, e outros dados considerados relevantes, bem como as expectativas para os próximos seis meses.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, quanto à subvenção por ela criada, a partir do primeiro dia do exercício financeiro subsequente.

Justificação

É incontestável que os jovens representam a maior parcela dos desempregados brasileiros (cerca de 44% do total). Tanto, que o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE) foi instituído para tentar amenizar esse quadro. Contudo, a taxa de desemprego entre os trabalhadores mais velhos tem sido a que mais cresce. Entre 1993 e 2002, por exemplo, as taxas de desemprego relativas aos grupos de trabalhadores nas faixas etárias 15-17 anos e 18-24 anos de idade aumentaram 34% e 39%, respectivamente. No mesmo período, as taxas relativas às faixas etárias 40-49 anos e 50-59 anos cresceram 75% e 68%, respectivamente. No conjunto, cerca de 20% dos desempregados têm entre 40 a 59 anos de idade.

Além disso, é também no grupo dos trabalhadores mais velhos que mais cresce o período médio de desemprego. Em geral, este período vem aumentando sistematicamente. Como resultado, cerca de 50% dos trabalhadores ficam, atualmente, mais de seis meses desempregados.

Faz-se necessário, pois, atuar de forma a reverter essa tendência de crescimento do desemprego entre os trabalhadores mais velhos e experientes, especialmente entre aqueles de baixa renda, que tendem a enfrentar maiores dificuldades quando perdem o rendimento do trabalho.

A idéia é implantar um programa de estímulo à contratação desses trabalhadores, denominado Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes (PNETE), nos mesmos moldes do recém instituído PNPE (Lei nº 10.748, de 22 de outubro de 2003).

Assim, seriam contemplados os trabalhadores com mais de 45 anos de idade, em situação de desemprego involuntário há mais de seis meses, com experiência profissional e pertencentes a famílias de baixa renda, que não auferissem qualquer tipo de renda e estivessem cadastrados em unidades executoras do programa.

Os empregadores que contratarem tais trabalhadores, desde que atendidas várias condições estipuladas no projeto de lei, fariam jus ao recebimento de subvenção econômica correspondente a até seis parcelas de R\$200,00 ou R\$100,00 por emprego gerado, conforme a renda ou faturamento do empregador no ano-calendário anterior.

Ao estabelecer condicionantes para que o trabalhador não seja demitido antes de um ano da vigência do contrato de trabalho subvencionado, busca-se garantir-lhe emprego por, pelo menos, esse período. Tal

iniciativa, aliada à exigência de que as contratações subvencionadas signifiquem acréscimo no número de empregados da empresa, visa a expansão do emprego e inibição da rotatividade da mão-de-obra não incentivada, mediante substituição por aquele objeto de contrato de trabalho subvencionado.

Em vista dessas considerações, fica claro o alcance social do projeto de lei ora oferecido à apreciação dos nobres colegas, razão pela qual solicito o apoio para esta iniciativa.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2005. – Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

.....
Art. 443 – O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado ou indeterminado.

§ 1º – Considera-se como de prazo determinado o contrato de trabalho cuja vigência dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada

§ 2º O contrato por prazo determinado só será válido em se tratando:

a) de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo;

b) de atividades empresariais de caráter transitório;

c) de contrato de experiência.

.....
LEI Nº 10.748, DE 22 DE OUTUBRO DE 2003

Cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE, acrescenta dispositivo à Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, DE 2005

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui plano de custeio, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido das seguintes disposições:

Art. 47.

I –

e) na solicitação de autorização para emissão de talonário de notas fiscais, junto aos órgãos competentes;

f) na requisição de alvará de localização ou de sua renovação, junto às prefeituras municipais.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição tem por objetivo acrescentar ao ordenamento jurídico obrigação adicional às empresas, para que apresentem a Certidão Negativa de Débito – CND, sempre que solicitarem autorização para emissão de talonário de notas fiscais e nas hipóteses de solicitação do alvará de localização ou de sua renovação, junto às prefeituras municipais.

Não se trata de obrigação pecuniária, mas de obrigação de índole administrativa, que dada a sua periodicidade, possibilita a verificação aleatória da regularidade dos pagamentos efetuados à Seguridade Social.

O efeito pretendido com a medida é a regularização voluntária de eventuais débitos previdenciários existentes por parte da empresa.

Somente por esse motivo, e para combater a sonegação endêmica de contribuições sociais, já consideramos válida a sua discussão e eventual aperfeiçoamento.

Em face desses argumentos, solicitamos aos nossos Nobres Pares, apoio para aprovação deste projeto de lei, como medida eficaz ao controle da regularidade fiscal previdenciária.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2005. – **Paulo Paim**

LEGISLAÇÃO CITADA

**Presidência da República
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui plano de custeio e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 47. É exigido documento comprobatório de inexistência de débito relativo às contribuições sociais, fornecido pelos órgãos competentes, nos seguintes casos:

I – da empresa:

a) na contratação com o Poder Público e no recebimento de benefícios ou incentivo fiscal ou crédito concedido por ele;

b) na alienação ou oneração, a qualquer título, de bem imóvel ou direito a ele relativo;

c) na alienação ou oneração, a qualquer título, de bem móvel de valor superior a Cr\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) incorporado ao ativo permanente da empresa;

d) no registro ou arquivamento, no órgão próprio, de ato relativo à baixa ou redução de capital de firma individual, redução de capital social, cisão total ou parcial, transformação ou extinção de entidade ou sociedade comercial ou civil;

II – do proprietário, pessoa física ou jurídica, de obra de construção civil, quando de sua averbação no registro de imóveis, salvo no caso do inciso VIII do art. 30.

§ 1º A prova de inexistência de débito deve ser exigida da empresa em relação a todas as suas dependências, estabelecimentos e obras de construção civil, independentemente do local onde se encontrem, ressalvado aos órgãos competentes o direito de cobrança de qualquer débito apurado posteriormente.

§ 2º A prova de inexistência de débito, quando exigível ao incorporador, independe da apresentada no registro de imóveis por ocasião da inscrição do memorial de incorporação.

§ 3º Fica dispensada a transcrição, em instrumento público ou particular, do inteiro teor do documento comprobatório de inexistência de débito, bastando a referência ao seu número de série e data da emissão, bem como a guarda do documento comprobatório à disposição dos órgãos competentes.

§ 4º O documento comprobatório de inexistência de débito poderá ser apresentado por cópia autenticada, dispensada a indicação de sua finalidade, exceto no caso do inciso II deste artigo.

§ 5º O prazo de validade do documento comprobatório de inexistência de débito é de 3 (três) meses contados da data de sua emissão.

§ 6º Independe de prova de inexistência de débito:

a) a lavratura ou assinatura de instrumento, ato ou contrato que constitua retificação, ratificação ou efetivação de outro anterior para o qual já foi feita a prova;

b) a constituição de garantia para concessão de crédito rural, em qualquer de suas modalidades, por instituição de crédito pública ou privada, desde que o contribuinte referido no art. 25 não seja responsável direto pelo recolhimento de contribuições sobre a sua produção para a Seguridade Social;

c) a averbação prevista no inciso II deste artigo, relativa a imóvel cuja construção tenha sido concluída antes de 22 de novembro de 1966.

§ 7º O condômino adquirente de unidades imobiliárias de obra de construção civil não incorporada na forma da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, poderá obter documento comprobatório de inexistência de débito, desde que comprove o pagamento das contribuições relativas à sua unidade, conforme dispuser o regulamento.

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 128, DE 2005

Estabelece normas para o funcionamento de empresas privadas que exploram os serviços de vigilância comunitária de áreas residenciais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A presente lei estabelece normas para o funcionamento das empresas prestadoras de serviços de vigilância comunitária de áreas residenciais.

Art. 2º Consideram-se, para os efeitos desta lei, como de vigilância comunitária, as atividades de prestação de serviços desenvolvidas com a finalidade de garantir a incolumidade física de moradores de áreas residenciais e de seus bens patrimoniais, inclusive de suas residências.

Parágrafo único. Consideram-se áreas residenciais os conjuntos de blocos de apartamentos ou de casas pertencentes a uma mesma área geográfica, não superior a dez hectares.

Art. 3º A vigilância comunitária será executada por empresa especializada contratada, constituída nos termos da lei, a qual deverá efetuar comunicação de sua instalação e funcionamento à Secretaria de Se-

gurança Pública, ou congênere, do respectivo Estado, território ou do Distrito Federal e cadastrar-se junto ao Sistema Nacional de Armas (SINARM).

Parágrafo único. A vigilância comunitária poderá ser organizada em cooperativa constituída com esse fim específico, atendidos os requisitos constantes do **caput** deste artigo.

Art. 4º A propriedade do capital e a administração das empresas especializadas em prestação de serviços de vigilância ou das cooperativas constituídas para esse fim são exclusivas de brasileiros, natos ou naturalizados.

Art. 5º Os diretores e os demais empregados das empresas especializadas em prestação de serviços de vigilância ou das cooperativas constituídas para esse fim não poderão ter antecedentes criminais registrados.

Art. 6º A Secretaria de Segurança Pública, ou órgão congênere, do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal, ficará responsável pela fiscalização das atividades da vigilância comunitária, observado o disposto no art. 2º da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983.

Art. 7º O vigilante comunitário, para efeitos desta lei, é o empregado adequadamente preparado e contratado por empresa especializada em prestação de serviço de vigilância ou por cooperativa, para impedir ou inibir ação delituosa em área residencial, nos termos do art. 2º desta lei.

Art. 8º Para o regular exercício da profissão, o vigilante comunitário deverá preencher os seguintes requisitos:

I – ser brasileiro, nato ou naturalizado;

II – ter idade mínima de vinte e um anos;

III – ter, no mínimo, instrução correspondente à quarta série do ensino fundamental;

IV – ter sido aprovado em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado;

V – ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;

VI – não possuir antecedentes criminais registrados;

VII – estar quite com as obrigações eleitorais e militar;

VIII – atender aos requisitos de porte de arma de fogo, nos termos do art. 40 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

Art. 9º O exercício da profissão de vigilante comunitário requer prévio registro na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, mediante a apresentação dos documentos comprobatórios do preenchimento dos requisitos enumerados no art. 8º desta lei.

Parágrafo único. Ao vigilante registrado será expedida Carteira de Trabalho e Previdência Social, em que será especificada a atividade do seu portador.

Art. 10. É assegurado ao vigilante comunitário:

I – material e equipamento em perfeito estado de funcionamento e conservação, quando em serviço;

II – uniforme especial, fornecido gratuitamente pela empresa ou cooperativa a que estiver vinculado, devendo ser usado somente quando em efetivo serviço;

III – arma de fogo e munições, quando em serviço;

IV – seguro de vida em grupo, feito pela empresa a que estiver vinculado.

§ 1º Será permitido ao vigilante, quando em serviço, portar revólver calibre 32 ou 3º e utilizar cassetete de madeira ou de borracha.

§ 2º As armas destinadas ao uso dos vigilantes comunitários serão de propriedade e responsabilidade das empresas especializadas e das cooperativas, conforme o caso.

Art. 11. O número total de armas permitido em poder das empresas de vigilância e das cooperativas será o equivalente a quarenta por cento do seu efetivo de vigilantes comprovadamente contratados, acrescido da reserva técnica de cinco por cento calculado sobre o número de armas.

Parágrafo único. O estoque máximo de munições será o equivalente a duas cargas para cada arma, e os equipamentos para recarga somente podem ser adquiridos e mantidos pela empresa ou cooperativa com a devida autorização do Departamento de Polícia Federal.

Art. 12. No caso de paralisação, dissolução ou extinção das empresas ou cooperativas de que trata esta lei, o armamento e as munições em seu poder deverão ser recolhidas, no prazo máximo de trinta dias, à unidade mais próxima do exército brasileiro, que lhes dará destinação na forma da lei.

Art. 13. As empresas de vigilância e as cooperativas constituídas para esse fim deverão encaminhar, a cada semestre, relação discriminada contendo as especificações e correspondentes quantitativos ao Departamento de Polícia Federal, para fins de acompanhamento e controle.

§ 1º Será encaminhada semestralmente ao Departamento de Polícia Federal, para registro no Sinarm, a relação nominal dos empregados autorizados a portar arma de fogo.

§ 2º As transferências de armas de fogo, por qualquer motivo, deverão ser previamente autorizadas pelo Departamento de Polícia Federal.

§ 3º A perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de arma de fogo, acessório e munições que estejam sob a guarda das empresas de vigilância ou cooperativas deverá ser comunicada ao Departamento de Polícia Federal, no prazo máximo de vinte e quatro horas, após a ocorrência do fato.

Art. 14. Aplicam-se, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, no que for compatível.

Art. 15. Esta lei entra em vigor quarenta e cinco dias após a data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei vem para regulamentar a atividade de vigilância comunitária de áreas residências, cada vez mais comum numa época em que explode a violência no País e se anuncia a crise do sistema de segurança pública.

Esse processo teve início no início da década de 1980, quando o Governo, tendo em vista o incremento dos assaltos a banco na época, elaborou e submeteu ao Congresso Nacional projeto que veio a se converter na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1993, que dispõe sobre a segurança para os estabelecimentos financeiros e sobre a constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram os serviços de vigilância e transporte de valores.

Com os resultados decorrentes da utilização dos serviços pelas instituições bancárias, novas áreas de atividades passaram a demandar a sua utilização. Em 1994, o Governo Federal, por meio de medidas provisórias, ampliou o alcance da referida lei de 1983, e, mediante alteração do seu art. 10, permitiu que os serviços de segurança privada pudessem ser também prestados para garantir a incolumidade física das pessoas e a segurança de residências.

O presente projeto vem somar-se a esse processo, ao prever a possibilidade de a vigilância comunitária de áreas residenciais poder se organizar em cooperativas, atualizando alguns dispositivos da Lei nº 7.102, de 1983, com a nova lei de porte de armas (Lei nº 10.826, de 2003) e estabelecendo algumas limitações necessárias, ausentes tanto na lei de 1983 quanto nas atualizações feitas em meados da década de 1990.

Contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto em apreço, que constitui um marco legal atualizado para o setor de vigilância de áreas residenciais, e que complementa as atividades de segurança pública, proporcionando aos cidadãos proteção contra violência e a criminalidade que só têm se agravado nos últimos anos em nosso País.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2005. – **Paulo Octávio.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.102, DE 20 DE JUNHO DE 1983

Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 20. Cabe ao Ministério da Justiça, por intermédio do seu órgão competente ou mediante convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos estados e Distrito Federal: (Redação dada pela Lei nº 9.017, de 1995)

I – conceder autorização para o funcionamento:

a) das empresas especializadas em serviços de vigilância;

b) das empresas especializadas em transporte de valores; e

c) dos cursos de formação de vigilantes.

II – fiscalizar as empresas e os cursos mencionados dos no inciso anterior;

III – aplicar às empresas e aos cursos a que se refere o inciso I deste artigo as penalidades previstas no art. 23 desta lei;

IV – aprovar uniforme;

V – fixar o currículo dos cursos de formação de vigilantes;

VI – fixar o número de vigilantes das empresas especializadas em cada unidade da Federação;

VII – fixar a natureza e a quantidade de armas de propriedade das empresas especializadas e dos estabelecimentos financeiros;

VIII – autorizar a aquisição e a posse de armas e munições;

IX – fiscalizar e controlar o armamento e a munição utilizados; e

X – rever anualmente a autorização de funcionamento das empresas elencadas no inciso I deste artigo. (Incluído pela Lei nº 8.863, de 1994)

Parágrafo único – A competência prevista no inciso V deste artigo não será objeto de convênio.

Parágrafo único. As competências previstas nos incisos I e V deste artigo não serão objeto de convênio. (Redação dada pela Lei nº 9.017, de 1995)

LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003

Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 8º As armas de fogo utilizadas em entidades desportivas legalmente constituídas devem obedecer às condições de uso e de armazenagem estabelecidas pelo órgão competente, respondendo o possuidor ou o autorizado a portar a arma pela sua guarda na forma do regulamento desta lei.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, DE 2005

Regulamenta o § 5º, do Artigo 150 da Constituição Federal, estabelecendo medidas para esclarecimento aos consumidores acerca dos impostos que incidem sobre mercadorias e serviços.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Todas as mercadorias colocadas à exposição para venda deverão ter seus preços afixados em local visível, de forma clara, junto ao produto.

Parágrafo único: Havendo diversos produtos juntos, o preço de cada produto deverá ser afixado de forma inequívoca.

Art. 2º As mercadorias e serviços colocados à disposição do consumidor indicarão, na composição do preço, os percentuais relativos aos impostos incidentes, pagos à União, aos estados e aos municípios.

§ 1º As mercadorias afixarão também em suas embalagens a composição do preço de forma clara e visível.

§ 2º A composição deverá constar das tabelas e preços, recibos e notas fiscais dos serviços.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor cento e vinte dias após a data de sua publicação.

Justificação

Inserido no capítulo “Do Sistema Tributário Nacional”, Seção “Das Limitações do Poder de Tributar”, reza o § 5º, do artigo 150:

“A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.”

Promulgada em 1988, após quase duas décadas, tem sido negado ao cidadão o direito à informação de quais os impostos incidentes, e qual o percentual tributado, embutido no preço das mercadorias e serviços que consome, e que muitas vezes não sabe sequer que ao adquirir um produto contribui com impostos, em muitos casos elevados.

Como a informação gera o conhecimento e possibilita, ao cidadão, o discernimento para avaliar o quanto paga, a necessidade de transparência tanto na cobrança, quanto na aplicação desses recursos torna obrigatório e urgente a regulamentação do presente artigo que o legislador sensível ao assunto determinou na Constituição Federal.

Saberia um cidadão comum, ou mesmo os Nobres Pares dizerem qual o valor dos impostos incidentes sobre o pão, a carne ou o leite que consomem? Sobre a gasolina, a TV e a geladeira, ou sobre os diversos serviços que são comercializados em nosso dia a dia?

Mais do que um direito, é dever do consumidor acessar e ter ciência dessas informações, para sua proteção e para o pleno exercício de sua cidadania.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2005. – **Fran-cisco Pereira.**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal aos Municípios:

.....
§ 5º A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.
.....

(À Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130 DE 2005

Autoriza o Poder Executivo a proceder ao enquadramento dos servidores dos ex-Territórios nas carreiras próprias de sua área de atividade, e sua redistribuição para órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao enquadramento dos servidores públicos dos ex-Territórios Federais das áreas de saúde, educação, meio ambiente e fiscalização, conforme o caso, atualmente à disposição dos respectivos governos estaduais, nas carreiras e planos de carreiras instituídos pelos seguintes diplomas legais:

I – Medida Provisória nº 2.175-29, de 24 de agosto de 2001;

II – Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001;

III – Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002;

IV – Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002;

V – Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002;

VI – Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

§ 1º O enquadramento de que trata o **caput** será feito de acordo com a área de atividade do servidor, dentro dos critérios estabelecidos pelos diplomas legais lá referidos e normas posteriores aplicáveis às respectivas carreiras e planos de carreira, e terá lugar até noventa dias contados da publicação desta lei, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2005.

§ 2º Os servidores de que trata este artigo continuarão prestando serviços aos governos dos estados originados dos ex-Territórios após o seu enquadramento nas carreiras ou planos de carreiras respectivos, percebendo todos os direitos e vantagens a eles inerentes.

Art. 2º Os servidores e militares dos ex-Territórios são redistribuídos para o órgão ou entidade da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional em cuja competência se incluir a respectiva área de atividade, sem prejuízo de seus direitos e vantagens e da permanência de sua cessão ao Governo do Estado a que prestam serviço e observado, salvo para os abrangidos pelo art. 1º e para os integrantes de carreiras específicas, o disposto no art. 7º da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo art. 12 da Lei nº 9.624, de 2 de abril de 1998.

Art. 3º O disposto nesta lei aplica-se aos servidores inativos e aos pensionistas abrangidos pelos arts. 6º e 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 10 de janeiro de 2005.

Justificação

Qualquer política de recursos humanos deve buscar instituir carreiras setoriais na Administração Pública, concedendo a seus integrantes gratificações específicas.

Nessa direção, foram criadas novas carreiras para as áreas de saúde, educação, meio ambiente e fiscalização.

No entanto, esse processo, que vem sendo fundamental para a valorização do serviço público, tem excluído de seus benefícios os servidores públicos federais dos ex-Territórios, que permanecem inteiramente à margem, com graves prejuízos financeiros e profissionais.

São eles servidores públicos federais como os demais, e agride o princípio constitucional basilar da igualdade não inseri-los nesse processo.

Assim, para corrigir essa injustiça, urge encaminhar ao Congresso Nacional o presente projeto de lei, que determina seja dado tratamento isonômico aos servidores dos ex-Territórios em relação aos seus colegas que exercem as suas atividades no Governo Federal.

Trata-se, destarte, de proposta que homenageia o princípio constitucional da isonomia, tratando igualmente aqueles que se encontram em igual situação jurídica.

Além disso, o presente projeto prevê a redistribuição de todos os servidores e militares dos ex-Territórios para o órgão ou entidade da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional em cuja competência se incluir a respectiva área de atividade, sem prejuízo de seus direitos e vantagens e da permanência de sua cessão ao Governo do Estado a que presta serviço.

Trata-se de providência que visa a tomar mais ágil a gestão desse pessoal, também aproximando-os dos seus congêneres que prestam serviço diretamente à União.

Sala das Sessões, – **José Sarney.**

LEGISLAÇÃO CITADA

**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41,
DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003**

Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3º do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 6º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelo art. 2º desta emenda, o servidor da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta emenda poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 5º do art. 40 da Constituição Federal, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I – sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;

II – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III – vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e

IV – dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

Parágrafo único. Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, na forma da lei, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.

Art. 7º Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes pagos pela União, estados, Distrito Federal e municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em fruição na data de publicação desta emenda, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 3º desta emenda, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

LEI Nº 8.270, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1991

Dispõe sobre reajuste da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos, e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 7º Serão enquadrados nos planos de classificação de cargos dos órgãos da administração federal direta, das autarquias, incluídas as em regime especial, e das fundações públicas federais os respectivos servidores redistribuídos de órgãos ou entidades cujos planos de classificação sejam diversos daqueles a que os servidores pertenciam.

§ 1º Mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores serão incluídos nas classes ou categorias cujas atribuições sejam correlatas com as dos cargos ocupados na data de vigência desta lei, observada a escolaridade, a especialização ou a habilitação profissional exigida para o ingresso nas mesmas classes ou categorias.

§ 2º Os servidores serão localizados em referências, níveis ou padrões das classes ou categorias a que se refere este artigo determinados mediante a aplicação dos critérios de enquadramento de pessoal estabelecidos nos planos de classificação e retribuição de cargos dos órgãos ou entidades a que pertencerem.

§ 3º Na falta dos critérios a que se refere o parágrafo anterior, a localização far-se-á mediante o deslocamento do servidor de uma referência, nível ou padrão para cada dezoito meses de serviço prestado no cargo ocupado na data fixada neste artigo, ou em referência cuja posição relativa no plano de classificação de cargos em que estiver sendo enquadrado seja correspondente à ocupada no plano de cargos anterior, prevalecendo o critério que o enquadrar mais favoravelmente.

§ 4º O deslocamento a que se refere o § 3º far-se-á a partir da menor referência, nível ou padrão da classe inicial da categoria correspondente no novo plano.

§ 5º Na hipótese em que as atribuições pertinentes aos cargos ocupados pelos servidores não estiverem previstas no Plano de Classificação de Cargos em que serão incluídos, considerar-se-á a classe ou categoria semelhante quanto às atividades, à complexidade, ao nível de responsabilidade e ao grau de escolaridade exigidos para o respectivo ingresso.

§ 6º Na hipótese de os servidores de que trata esta lei perceberem, na data fixada no § 7º, remuneração superior à decorrente da reclassificação, ser-lhes-á assegurada a diferença a título de diferença de vencimentos, nominalmente identificada, sendo considerada também para cálculo das vantagens pessoais e se sujeitando aos mesmos percentuais de revisão ou antecipação dos vencimentos.

§ 7º O órgão central do Sistema de Pessoal Civil expedirá as normas necessárias à execução do disposto neste artigo, no prazo de noventa dias, contado da data da vigência desta lei.

LEI Nº 9.624, DE 2 DE ABRIL DE 1998

Altera dispositivos da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República, adotou a Medida Provisória nº 1.644-41, de 1998, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte lei:

Art. 12. O **caput** e o § 1º do art. 7º da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação, revogado o § 5º:

“Art. 7º Poderão ser enquadrados nos planos de classificação de cargos dos órgãos da administração pública federal direta, das autarquias, incluídas as em regime especial, e das fundações públicas federais, pelo Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil, os respectivos servidores redistribuídos de órgão ou entidade cujos planos de classificação sejam diversos daqueles a que os servidores pertenciam, sem modificação da remuneração e da essência das atribuições dos cargos de que são ocupantes.

§ 1º Mediante transposição aos respectivos cargos, os servidores poderão ser incluídos nas classes ou categorias cujas atribuições essenciais correspondam às dos cargos ocupados na data de vigência deste artigo, na sua nova redação, observada a escolaridade, a especialização ou habilitação profissional exigida para o ingresso nas mesmas classes ou categorias.

§ 5º (Revogado)

.....”(NR)

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.175-29,
DE 24 DE AGOSTO DE 2001

Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional e organização da Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43,
DE 6 DE SETEMBRO DE 2001

Dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âm-

bito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

LEI Nº 10.410, DE 11 DE JANEIRO DE 2002

Cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente.

LEI Nº 10.483, DE 3 DE JULHO DE 2002

Dispõe sobre a estruturação da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho no âmbito da administração pública federal, e dá outras providências.

LEI Nº 10.550, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2002

Dispõe sobre a estruturação da Carreira de Perito Federal Agrário, a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário – GDAPA e da Gratificação Especial de Perito Federal Agrário – GEPR, e dá outras providências.

LEI Nº 11.091, DE 12 DE JANEIRO DE 2005

Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, DE 2005

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir o acesso de portadores de deficiência visual à Bíblia em braile.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigor acrescida de artigo 19-A, com a seguinte redação:

“Art. 19-A. As bibliotecas públicas disporão de versão completa da bíblia sagrada, em braile.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor no prazo de 180 dias, a contar da publicação.

Justificação

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Em seu conjunto, a norma prevê a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Especialmente nos arts. 17, 18 e 19, que compõem o Capítulo VII, Da Acessibilidade nos Sistemas de Comunicação e Sinalização, são estabelecidos os instrumentos pelos quais serão reduzidas as barreiras para os portadores de necessidades especiais.

Está ali determinado (art. 17) que o Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.

Prevê a lei, ainda (art. 18), que será o mesmo Poder Público que se encarregará da formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

Em seguida (art. 19), são criadas determinações para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, que deverão adotar medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra substituição, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva.

Entendemos que, no espírito da lei, embora esta não tivesse o objetivo de ser exaustiva, pode ser contemplado o acesso a obras em braile para os portadores de deficiência auditiva. E entre as versões de livro nesta linguagem recriadas, a bíblia representa o mais abrangente e rico texto da civilização ocidental cristã. Nesse sentido, sua inclusão nos acervos das bibliotecas públicas seria mais que recomendável.

Atualmente, existem 4.731 bibliotecas públicas em todo o País, as quais podem vir a abrigar exemplares da bíblia em braile, para atender à comunidade dos portadores de deficiência visual.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2005. – **Francisco Pereira.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.

Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braille, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

Art. 19. Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtítuloção, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva, na forma e no prazo previstos em regulamento

.....
(À Comissão de Educação, – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2005**Acrescenta parágrafos aos arts. 366 e 368 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para definir como limite da suspensão do prazo prescricional o prazo de prescrição regulado pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada abstratamente ao delito.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 366 e 368 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passam a vigor acrescidos dos seguintes parágrafos:

“Art. 366.....

.....
§ 3º A suspensão de que trata este artigo terá por limite o prazo prescricional regulado

pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada abstratamente ao delito. (NR)”

“Art. 368.....

Parágrafo único. A suspensão de que trata este artigo terá por limite o prazo prescricional regulado pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada abstratamente ao delito. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei tem por objetivo sanar uma injustificável lacuna em nosso Código de Processo Penal (CPP). Nos termos do art. 366 do CPP, suspende-se o prazo prescricional se o acusado citado por edital, encontrando-se no território nacional, não comparecer em juízo nem constituir advogado. Se o acusado se encontrar fora do território nacional, em lugar conhecido, nos termos do art. 368, suspende-se o prazo prescricional até o cumprimento da cada rogatoria.

Em ambos os casos, a lei impõe a suspensão da prescrição sem impor um limite. Assim, se o acusado em território nacional não for encontrado ou se a carta rogatória não for cumprida, até quando o decurso do prazo prescricional poderá ficar suspenso? Da forma como apresentados os referidos dispositivos de nossa lei processual penal, o acusado, na hipótese de não ser encontrado, só teria o processo contra si encerrado se morresse, ou ocorresse qualquer outra hipótese de extinção da punibilidade prevista no art. 107 do Código Penal (CP).

A imposição de tal situação ao acusado não é razoável, pois ofende o princípio jurisdicional da igualdade das partes, uma vez que não se poderia impor tamanho castigo a uma das partes pelo fato de o Estado não realizar a contento o seu poder-dever de persecução penal.

Há entendimento doutrinário e jurisprudencial no sentido de que, ocorrendo a hipótese do art. 366, o limite da suspensão seria o prazo prescricional previsto no art. 109 do CP; ou seja, aquele regulado pelo máximo da pena privativa de liberdade imposta abstratamente ao delito. E quanto ao art. 368?

Para uniformizar a questão e em tributo à segurança jurídica, o presente projeto define como limite de suspensão, para ambos os artigos, o prazo prescricional regulado pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada abstratamente ao delito (art. 109 do CP).

Sala das Sessões, 20 de abril de 2005. – **Fran-cisco Pereira.**

DECRETO-LEI Nº 3.689,
DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Código de Processo Penal.

.....

Art. 366. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312. (Redação dada pela Lei nº 9.271, de 17-4-1996)

§ 1º As provas antecipadas serão produzidas na presença do Ministério público e do defensor dativo. (Incluído pela Lei nº 9.271, de 17-4-1996)

§ 2º Comparecendo o acusado, ter-se-á por citado pessoalmente, prosseguindo o processo em seus ulteriores atos. (Incluído pela Lei nº 9.271, de 17-4-1996)

.....

Art. 368. Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento. (Redação dada pela Lei nº 9.271, de 17-4-1996)

.....

Código Penal

.....

Art. 107. Extingue-se a punibilidade: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

I – pela morte do agente;

II – pela anistia, graça ou indulto;

III – pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso;

IV – pela prescrição, decadência ou preempção;

V – pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada;

VI – pela retratação do agente, nos casos em que a lei a admite;

VII – pelo casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes, definidos nos Capítulos I, II e III do Título VI da Parte Especial deste código;

VIII – pelo casamento da vítima com terceiro, nos crimes referidos no inciso anterior, se cometidos sem violência real ou grave ameaça e desde que a ofendida não requeira o prosseguimento do inquérito policial ou da ação penal no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da celebração;

IX – pelo perdão judicial, nos casos previstos em lei.

.....

Art. 109. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

I – em vinte anos, se o máximo da pena é superior a doze;

II – em dezesseis anos, se o máximo da pena é superior a oito anos e não excede a doze;

III – em doze anos, se o máximo da pena é superior a quatro anos e não excede a oito;

IV – em oito anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro;

V – em quatro anos, se o máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede a dois;

VI – em dois anos, se o máximo da pena é inferior a um ano.

Prescrição das penas restritivas de direito

Parágrafo único. Aplicam-se às penas restritivas de direito os mesmos prazos previstos para as privativas de liberdade. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

Prescrição depois de transitar em julgado sentença final condenatória

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 133 , DE 2005

Altera o art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As alíneas **a** e **c** do art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º.....

a) ao longo de rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja:

1) de 45 (quarenta e cinco) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

2) de 75 (setenta e cinco) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

3) de 150 (cento e cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

4) de 300 (trezentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) metros a 600 (seiscentos) metros de largura;

5) de 750 (setecentos e cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros; (NR)

.....
c) nas nascentes, ainda que intermitentes, e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 75 (setenta e cinco) metros de largura; (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Somente em décadas recentes a sociedade brasileira passou a ter consciência da importância vital dos recursos hídricos e do grave problema representado pela queda progressiva no caudal de nossos rios, quando se multiplicaram as notícias sobre desaparecimento de cursos d'água e de nascentes e sobre pequenos rios tornados temporários.

Fatores diversos, tais como as mudanças climáticas e os sistemas superintensivos de uso agrícola da terra, com uso de máquinas pesadas e crescente impermeabilização do solo, podem ser apontados como causas importantes para esse fenômeno. Mas é unânime a percepção de que o desmatamento, principalmente ao longo dos rios, constitui fator decisivo para o agravamento desse processo, que já compromete, seriamente, as perspectivas de abastecimento urbano e de expansão da agricultura irrigada.

Esse processo de degradação somente será estancado mediante a adoção de medidas enérgicas de combate ao desmatamento. Uma das medidas mais eficazes, sem dúvida, consiste em proteger a vegetação que margeia os cursos d'água e as nascentes, e que é classificada, pelo Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), como Área de Preservação Permanente (APP).

O presente projeto busca contribuir para tal proteção, mediante aumento, em cinquenta por cento, na largura atualmente definida, pelo Código, para a área de preservação permanente a ser mantida ao longo de rios e nascentes. É o que fazemos por meio do presente projeto, para cuja aprovação contamos com o apoio de nossos pares.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2005, – **Francisco Pereira.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.771, DE 1966

Código Florestal.

.....
Art. 2º consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será: (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18-7-1989)

1 – de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18-7-1989)

2 – de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18-7-1989)

3 – de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18-7-1989)

4 – de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18-7-1989)

5 – de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros; (Incluído pela Lei nº 7.803 de 18-7-1989)

b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18-7-1989)

d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;

e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;

f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18-7-1989)

h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação. (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18-7-1989)

i) nas áreas metropolitanas definidas em lei. (Incluído pela Lei nº 6.535, de 1978) (Vide Lei nº 7.803 de 18-7-1989)

Parágrafo único. No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados os princípios e limites a que se refere este artigo. (Incluído pela Lei nº 7.803 de 18-7-1989)

.....
(*Á Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – decisão terminativa*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, DE 2005

Altera o art. 80 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 1973 (Estatuto do Idoso), para tornar relativa a competência para processar e julgar as ações destinadas à proteção judicial dos interesses difusos, coletivos e individuais, indisponíveis ou homogêneos, dos idosos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 80 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 1973 (Estatuto do Idoso), passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 80. As ações previstas neste Capítulo que versarem sobre direitos individuais indisponíveis serão propostas no foro do domicílio do idoso, ressalvada a competência da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores.

Parágrafo único. Somente por iniciativa do idoso poderá ser afastado o benefício previsto neste artigo. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 1973, representa, indiscutivelmente, o principal marco legislativo da atuação do Estado brasileiro com vistas à proteção dos interesses dos idosos.

No âmbito processual, como era de se esperar, não poderia ser diferente. Realmente, colhem-se, do chamado Estatuto do Idoso, diversos dispositivos tendentes ao estabelecimento de privilégios processuais para essa parcela da população. Ilustrativamente, o

art. 70 dispõe que o Poder Público poderá criar varas especializadas e exclusivas do idoso. O art. 71, por sua vez, assegura prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos, em qualquer instância. O § 3º desse mesmo artigo prescreve, de sua parte, que a prioridade não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, maior de sessenta anos, e, ainda, aos processos e procedimentos na Administração Pública, empresas prestadoras de serviços públicos e instituições financeiras, ao atendimento preferencial junto à Defensoria Pública da União, dos Estados e do Distrito Federal em relação aos Serviços de Assistência Judiciária.

Com idêntico propósito, o art. 80, inserido no Título V, Do Acesso à Justiça, Capítulo III, Da Proteção Judicial dos Interesses Difusos, Coletivos e Individuais, Indisponíveis ou Homogêneos, consigna que as ações previstas neste Capítulo serão propostas no foro do domicílio do idoso, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas as competências da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores.

Ocorre que tal dispositivo, como bem notou o destacado professor da Universidade de São Paulo, Flávio Luiz Yarshell (Correio Braziliense, Direito e Justiça, edição de 1º de dezembro de 2003, p. 1), pode, não obstante a declarada intenção de facilitar o acesso do idoso à Justiça, produzir, pelas dúvidas que venha a gerar, o efeito inverso ao esperado, especialmente por ter qual ficado dita competência, embora determinada por critério territorial (domicílio do idoso), como absoluta e, dessa forma, improrrogável. Com efeito, alerta o insigne jurista:

Ora [...], parece correto dizer que: a) nem sempre o domicílio do idoso será o valor mais relevante sob a ótica da ordem pública e b) nem sempre a imposição do foro do domicílio do idoso será a mais benéfica para ele próprio.

Quanto ao primeiro aspecto, há outros critérios igualmente relevantes para a ordem jurídica e que, determinantes de competência absoluta, podem prevalecer sobre o critério eleito pelo legislador. Por exemplo, em demandas individuais ou mesmo coletivas, o local do dano pode ser mais relevante pela questão da colheita da prova e, portanto, das funções a serem desempenhadas pelo juiz em relação a determinado território (ver art. 2º da

Lei nº 7.347/85). Mesmo se tomado o critério territorial como determinante de competência relativa, vale observar que, nas ações de alimentos, por exemplo, o domicílio do credor de alimentos é critério que deve prevalecer mesmo sobre a condição de idoso do respectivo devedor (réu) – ainda que, tratando-se de ação revisional de alimentos, o idoso seja o autor da demanda. [...].

Com relação ao segundo aspecto, embora seja de se presumir que o aforamento da demanda seja mais benéfico ao idoso se for feito no foro de seu domicílio, isso não pode ser tido como uma verdade absoluta. É perfeitamente possível imaginar que um idoso prefira aforar a demanda no foro do domicílio do réu ou no local do fato (sendo este um dos critérios empregados pelo art. 100, parágrafo único do CPC), por ser, dessa forma, mais fácil a colheita da prova (por exemplo, oitiva de testemunhas) e, portanto, mais célere o processo.

De outro lado, a qualificação dessa competência como absoluta – para além do confronto com outras regras que também estabeleçam competência absoluta para a mesma situação (não ressalvadas pela lei)

— poderá criar problemas sérios. Parece lícito perguntar: se a competência é absoluta, será inválida qualquer disposição contratual que estabeleça foro de eleição envolvendo o idoso? Nessa linha de raciocínio, se a competência é absoluta, em tese, não pode haver modificação por conexão ou continência – o que impedirá, por vezes, a muito útil reunião de processos nos termos do art. 105 do CPC, impondo, como alternativa a suspensão (!!!) do processo por prejudicialidade, nos termos do art. 265, IV, a, do CPC.

Finalmente, assevera o eminente doutrinador que a interpretação que se há de ter do dispositivo legal [art. 80 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 1973], deve buscar a harmonia entre a) a preservação dos interesses do idoso, facilitando-lhe o acesso (e não o contrário!); b) o equilíbrio entre as partes no processo, não se podendo extrair da regra um tratamento discriminatório incompatível com a condição do idoso e c) a preservação de outros interesses relevantes para a ordem pública, que também sejam critérios determinantes da competência.

A fim de contribuir para o aprimoramento da instituição processual, escoimando a práxis forense de eventuais dúvidas e conflitos hermenêuticos a respeito da competência para processar e julgar as causas de

que tomem parte os idosos, apresentamos o presente projeto, para estabelecer que, ressalvada a competência da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores, as ações que versarem sobre direitos individuais indisponíveis de idosos serão propostas no foro do domicílio destes.

Contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação desta que acreditamos seja importante medida de proteção e consolidação dos interesses dos idosos.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2005. – **Fran-cisco Pereira.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.741, DE 2003

Art. 70. O Poder Público poderá criar varas especializadas e exclusivas do idoso.

Art. 71. É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.

§ 1º O interessado na obtenção da prioridade a que alude este artigo, fazendo prova de sua idade, requererá o benefício à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará as providências a serem cumpridas, anotando-se essa circunstância em local visível nos autos do processo.

§ 2º A prioridade não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, maior de 60 (sessenta) anos.

§ 3º A prioridade se estende aos processos e procedimentos na Administração Pública, empresas prestadoras de serviços públicos e instituições financeiras, ao atendimento preferencial junto à Defensoria Pública da União, dos Estados e do Distrito Federal em relação aos Serviços de Assistência Judiciária.

§ 4º Para o atendimento prioritário será garantido ao idoso o fácil acesso aos assentos e caixas, identificados com a destinação a idosos em local visível e caracteres legíveis.

Art. 80. As ações previstas neste capítulo serão propostas no foro do domicílio do idoso, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas as competências da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores

LEI Nº 7.347 DE 1985

Art. 2º As ações previstas nesta lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa. (Vide Medida Provisória nº 2.180-35, de 24-8-2001)

Código de Processo Civil

Art. 105. Havendo conexão ou continência, o juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pode ordenar a reunião de ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente.

Art. 265. Suspende-se o processo:

I – pela morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador;

II – pela convenção das partes;

III – quando for oposta exceção de incompetência do juízo, da câmara ou do tribunal, bem como de suspeição ou impedimento do juiz;

IV – quando a sentença de mérito:

a) depender do julgamento de outra causa, ou da declaração da existência ou inexistência da relação jurídica, que constitua o objeto principal de outro processo pendente;

b) não puder ser proferida senão depois de verificado determinado fato, ou de produzida certa prova, requisitada a outro juízo;

c) tiver por pressuposto o julgamento de questão de estado, requerido como declaração incidente;

V – por motivo de força maior;

VI – nos demais casos, que este Código regula.

§ 1º No caso de morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, ou de seu representante legal, provado o falecimento ou a incapacidade, o juiz suspenderá o processo, salvo será tiver iniciado a audiência de instrução e julgamento; caso em que:

a) o advogado continuará no processo até o encerramento da audiência;

b) o processo só se suspenderá a partir da publicação da sentença ou do acórdão.

§ 2º No caso de morte do procurador de qualquer das partes, ainda que iniciada a audiência de instrução e julgamento, o juiz marcará, a fim de que a parte constitua novo mandatário, o prazo de 20 (vinte) dias, findo o qual extinguirá o processo sem julgamento do mérito, se o autor não nomear novo mandatário, ou mandará

prosseguir no processo, à revelia do réu, tendo falecido o advogado deste.

§ 3º A suspensão do processo por convenção das partes, de que trata o nº II, nunca poderá exceder 6 (seis) meses; findo o prazo, o escrivão fará os autos conclusos ao juiz, que ordenará o prosseguimento do processo.

§ 4º No caso do nº III, a exceção, em primeiro grau da jurisdição, será processada na forma do disposto neste Livro, Título VIII, Capítulo II, Seção III; e, no tribunal, consoante lhe estabelecer o regimento interno.

§ 5º Nos casos enumerados nas letras **a**, **b** e **c** do nº IV, o período de suspensão nunca poderá exceder 1 (um) ano. Findo este prazo, o juiz mandará prosseguir no processo.

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e Constituição, Justiça e Cidadania cabendo à última – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há oradores inscritos.

Antes, porém, concedo a palavra, pela ordem, aos Senadores Eduardo Azeredo, Paulo Paim, Sérgio Zambiasi e Mão Santa e à Senadora Heloísa Helena.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de justificar o requerimento que apresento nesta data.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Exª será atendido logo após os nobres Senadores referidos fazerem uso da palavra pela ordem.

Tem a palavra o Sr. Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável antes da Ordem do Dia, de acordo com o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para comunicação de Liderança, em nome da Bancada do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Ouço o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem.)

– Solicito a V. Exª a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a tem a palavra.

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição ou para uma comunicação inadiável ou, já que há tão poucos em plenário, posso me inscrever...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– V. Ex^a tem direito a falar para uma comunicação inadiável.

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pronto; posso me inscrever para uma comunicação inadiável ou, se alguém necessitar, posso me inscrever normalmente e esperar minha chamada. Não há nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– V. Ex^{as} serão atendidos.

Por não se tratar de sessão deliberativa, ser-lhes-á garantido o uso da palavra, oportunamente, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, VII, do Regimento Interno.

Senador Eduardo Azeredo, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, requiro inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Engenheiro Agrônomo Gualter de Moura Alves, fundador da Plantar S/A Reflorestamentos, um dos pioneiros brasileiros na certificação florestal, na exploração sustentável de florestas homogêneas e na elaboração de Projetos de Crédito de Carbono.

Gualter Moura, como era conhecido, engenheiro agrônomo e empresário de grande visão estratégica, faleceu no dia 16 deste mês, aos 69 anos, em Belo Horizonte. Foi o fundador da Plantar S/A Reflorestamentos, em fevereiro de 1967, empresa de engenharia florestal focada na Gestão de Florestas, desde o viveiro de mudas, plantio e manutenção das árvores, até a formação completa da floresta, seja ela de eucalipto ou de pinus e que tem como clientes as principais indústrias nacionais de celulose, de painéis de madeira, indústrias siderúrgicas e de lápis.

Sua visão estratégica privilegiada levou-o a ser um dos pioneiros na elaboração do Projeto de Créditos de Carbono, a absorção de CO₂ pela floresta, liberando o oxigênio vital, num modelo internacionalmente aceito pelo planeta contra as ameaças do efeito estufa.

A Senadora Serys Slhessarenko, há pouco tempo, esteve em Curvelo exatamente para conhecer a instalação da Plantar e voltou de lá vivamente impressionada.

Constituiu equipe técnica altamente qualificada, comprometida com a aplicação de constantes pesquisas e tecnologias operacionais – desenvolvidas e

aperfeiçoadas ao longo do tempo e enriquecidas pelo intercâmbio permanente com os seus clientes e instituições afins.

Esta busca constante pela excelência e por serviços de alta qualidade valeu-lhe a certificação pelo Bureau Veritas Quality International – BVQI, em 1997, renovada em 2003, e, em 1998, suas florestas foram certificadas segundo os princípios e critérios do Forest Stewardship Council – FSC, órgão internacional de certificação florestal em vários municípios mineiros.

Na vanguarda desde 1987, com sua tecnologia de clonagem de eucaliptos por meio da coleta de brotos de uma árvore matriz, pôde gerar um aumento substancial na produtividade da floresta, graças à sua uniformidade, mantendo a produção por sementes para a continuidade do melhoramento genético das espécies.

Sr. Presidente, hoje a Plantar atua nos Estados da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais.

Um dos primeiros pronunciamentos que fiz aqui, no Senado, foi exatamente sobre a questão do meio ambiente, sobre a questão importante do seqüestro de CO₂ – o crédito de carbono –, que pode beneficiar muito o País.

Trago, portanto, com muito pesar, a notícia do falecimento do pioneiro da Plantar, do engenheiro agrônomo, Gualter Moura, que deixa viúva Edwiges e quatro filhos, os quais, juntamente com seus irmãos, continuarão seu trabalho.

Foi um homem extremamente correto, um amigo que tive, Sr. Presidente, um empresário com visão social, um homem caridoso, um homem bom.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 311, DE 2005

Requiro, nos termos do inciso II art. 218 do regimento interno, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do engenheiro agrônomo Gualter de Moura Alves, fundador da Plantar S/A, Reflorestamentos, um dos pioneiros brasileiros na certificação florestal, na exploração sustentável de florestas homogêneas e na elaboração de Projetos de Crédito de Carbono.

Justificação

Gualter Moura, como era conhecido, engenheiro agrônomo e empresário de grande visão estratégica, faleceu a 16 deste mês aos 69 anos em Belo Horizonte. Foi o fundador da Plantar S/A Reflorestamentos, em fevereiro de 1967, empresa de engenharia florestal focada na Gestão de Florestas, desde o viveiro de mu-

das, plantio e manutenção das árvores, até a formação completa da floresta, seja ela de eucalipto ou de pinus e que tem como clientes as principais indústrias nacionais de celulose, de painéis de madeira, indústrias siderúrgicas e de lápis.

Sua visão estratégica privilegiada levou-o a ser um dos pioneiros na elaboração do Projeto de Créditos de Carbono, a absorção de CO₂ pela floresta, liberando o oxigênio vital, num modelo internacionalmente aceito pelo planeta contra as ameaças do efeito estufa.

Constituiu equipe técnica altamente qualificada, comprometida com a aplicação de constantes pesquisas e tecnologias operacionais – desenvolvidas e aperfeiçoadas ao longo do tempo e enriquecidas pelo intercâmbio permanente com os seus clientes e instituições afins.

Esta busca constante pela excelência e por serviços de alta qualidade, valeu-lhe a certificação pelo Bureau Veritas Quality International – BVQI em 1997, renovada em 2003, e em 1998 suas florestas foram certificadas segundo os princípios e critérios do Forest Stewardship Council – FSC, órgão internacional de certificação florestal em vários municípios mineiros.

Na vanguarda desde 1987, com sua tecnologia de clonagem de eucaliptos por meio da coleta de brotos de uma árvore matriz, pode gerar um aumento substancial na produtividade da floresta, graças à sua uniformidade, mantendo a produção por sementes para a continuidade do melhoramento genético das espécies.

Hoje a Plantar atua nos Estados da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais.

Gualter Moura deixa viúva Edwiges e quatro filhos, os quais com seus irmãos continuarão seu trabalho.

Foi um homem extremamente correto, um empresário com visão social, um homem caridoso, um homem bom!

Sala das Sessões, 20 de abril de 2005. – **Eduardo Siqueira Campos.**

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 312 DE 2005

Requer informações ao Ministro da Defesa acerca da pretensa criação de mais

uma taxa para onerar o cidadão, a denominada “Taxa de Segurança”, da Infraero.

Requeiro, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas ao Ministro da Defesa informações acerca de pretensa criação de nova taxa pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO, desde logo denominada “Taxa de Segurança”.

Justificação

A despeito de reiterados pronunciamentos do Governo, anunciando não pretender elevar a já elevada carga tributária que pesa sobre o brasileiro, a Infraero anuncia o propósito de criar uma nova taxa, denominando-a de “Taxa de Segurança”, conforme informa em sua coluna na Folha de S. Paulo o jornalista Elio Gaspari. Por entender que se trata de iniciativa inoportuna, endereçamos este requerimento ao Ministro da Defesa, para que dê explicações ao Senado Federal.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2005. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 313 DE 2005

Requeiro nos termos do art. 50, § 20 da Constituição Federal combinado com o art. 216 do Regimento interno do Senado Federal que sejam solicitadas ao Ministro da Previdência Social, Romero Jucá Filho, as seguintes informações

1) Considerando que de acordo com art. 5º da Lei Estadual paulista de nº 9.466, de 27-12-1996 ao definir “Fica o Poder Executivo autorizado a assumir, nos exatos termos da obrigação contratual, a responsabilidade pelo pagamento da complementação de aposentadoria dos empregados do Banco do Estado de São Paulo, S.A. – Banespa admitidos até 22-5-1975, bem como a suplementação de pensão dos dependentes no caso de falecimento de tais empregados, mediante amortização parcial, em valor equivalente, das dívidas do Estado junto àquela instituição”.

§ 1º Para execução dos serviços administrativos, visando o cumprimento do disposto no **caput** deste artigo, o Poder Executivo poderá celebrar convênio com o Banco do Estado de São Paulo, S.A. – Banespa.

Pergunta: Com a lei acima citada, os encargos (despesas) da complementação e reajustes anuais de aposentadoria e pensão dos empregados do Banco do Estado de São Paulo, S.A. – Banespa, admitidos até 22-5-1975 que eram, estatutariamente, do Banco passaram a ser do Governo do Estado de São Paulo. Por que não houve o cumprimento da citada lei, se a

gestão do Banespa já estava a cargo do Banco Central com seus interventores?

2) Considerando que no equacionamento final da negociação de refinanciamento das dívidas do Estado de São Paulo, acordado entre o Governo Paulista e a União, ocorreu a transferência do controle acionário do Banco do Estado de São Paulo para a União. Assim é que, por meio da Mensagem nº 106, de 06-6-97 e da Resolução nº 118/97, de 21-11-97, o Senado Federal aprovou as condições estabelecidas no Protocolo de Acordo no qual fazia parte o Parecer nº 201/SNT/CODIP/DIRET, de 22-5-97. O item 8 (oitto) do referido Parecer define, com clareza, a assunção pela União, da responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo, junto ao Banco do Estado de São Paulo, S.A. – Banespa, pelo pagamento da obrigação atuarial, nos seguintes termos. “No montante correspondente à dívida atuarial do Banespa, a partir de 1998, a União assumirá a responsabilidade do Estado de São Paulo junto àquele Banco, mediante a securitização das obrigações, a qual será representada por títulos escriturados no Sistema Securitizar da Central de Custódia e de Liquidação Financeira dos Títulos-CETIP, com as seguintes características: ‘São descritas as características desses títulos, entre elas a c) modalidade: nominativa e inegociável; d) atualização do valor do ativo: mensalmente sobre o saldo do ativo, a cada dia 15, com base na variação do Índice Geral de Preços- Disponibilidade Interna-IGP-DI do mês anterior, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas — FGV; e) taxa de juros remuneratórios: 12% ao ano resgatáveis mensalmente; f) prazo: vinte e cinco anos; h) possibilidade de utilização do ativo: liquidação financeira na data acima. (grifos nossos).

Pergunta: A União ao assumir a responsabilidade do Estado de São Paulo (Lei Estadual nº 9.466/96, de 27-12-96) o montante correspondente à dívida atuarial do Banespa entregou, em custódia, ao Banco R\$ 2,903 bilhões de títulos escriturados no Sistema Securitizar da Central de Custódia e de Liquidação, portanto, em poder do Banco Central, rendendo IGP-DI mais juros de 12% ao ano para pagar aposentadoria, pensão e respectivos reajustes anuais dos empregados admitidos até 22-5-75. Por que o Banco Central, fiscal do Sistema Financeiro Nacional, com seus interventores, não apartou esses ativos securitizados e respectivas obrigações criando um Fundo de Pensão para os empregados do Banespa, admitidos até 22-5-75?

3) Considerando que para atender aos reclamos dos potenciais interessados na aquisição do controle acionário do Banespa, os interventores do Banco Central, descumprindo a lei estadual nº 9.466/96, de 27-12-1996 e Mensagem nº 106, de 6-6-97 e Resolução

nº 118/97, de 21-11-97 do Senado Federal, reviram o montante das Obrigações Atuariais aumentado-o de R\$3,097 bilhões de dezembro de 1998 para R\$4,142 bilhões em dezembro de 1999, como reflexo da adoção da tábua de sobrevivência mais atual.

Pergunta: A utilização da tábua de sobrevivência para 73 anos, substituindo a anterior de 68 anos, teria obrigado a União emitir novos títulos, com os mesmos rendimentos dos títulos das ATSP 970315, com prazos de até 30 anos. Por que a União não procedeu a imediata emissão e substituição das ATSP 970315, criando um Fundo de Pensão, sem cláusulas de renúncias como ocorreu posteriormente e com utilização de títulos substitutos (CFT-As) com vencimentos até de 25 anos se houve revisão da sobrevivência?

4) Considerando que o congelamento salarial assinado entre o Banco e os Sindicatos dos Bancários, em 2001, ACT 2001/2004 para o pessoal da ativa, não poderia ser estendido ao aposentados e pensionistas, sob alegação das cláusulas do Regulamento de Pessoal, quando ficou claro, pelas questões acima alinhavadas, que os aposentados e pensionistas possuem indexador próprio (IGP-DI + juros de 12% ao ano) dos títulos federais entregues pela União, em custódia. O congelamento da aposentadoria e pensão provoca o congelamento das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios enquanto que os valores dos títulos aumentam mediante a incorporação de rendimentos (IGP + juros de 12%) cuja diferença têm sido apropriada como lucro pelo Banco e remetido à Espanha como pagamento de dividendos.

Pergunta: Sabe-se que o lucro do Banespa, de 2001 a 2004, já supera mais de R\$7,4 bilhões. Desse total, cerca de R\$4,0 bilhões advém daqueles títulos federais, rendendo IGP-DI + juros de 12% ao ano, confiados ao Banco, para pagamento de aposentadoria e pensão dos empregados do Banco do Estado de São Paulo, S.A. – Banespa, admitidos até 22-5-1975. Por que o Ministério da Previdência Social, o Ministério do Trabalho, o Ministério da Fazenda, a Secretaria da Previdência Complementar não tomam as devidas providências fazendo o Santander-Banespa respeitar os dispostos nas leis estaduais (nº 9.466/96 de 27-12-1966) e Mensagem do Senado nº 106/97 e Resolução nº 118/97?

Justificação

Os aposentados do Banco do Estado de São Paulo S.A. — Banespa que posteriormente foi adquirido pelo grupo econômico espanhol Santander, em vêem reiteradamente afirmando que os seus direitos de complementação de aposentadoria e pensão não estão sendo cumpridos

A Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo – AFABESP e a Comissão Nacional dos Aposentados do Banespa – AFUBESP afirmam que o direito de complementação de aposentadoria e pensão dos empregados do Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, atualmente em torno de 13.000 aposentados, foi regulamentado por um conjunto de leis estaduais e o Banco (à época Banespa) assumiu a responsabilidade do pagamento inclusive com recursos próprios.

Mudanças posteriores nos marcos legais (novas leis estaduais, resolução do Senado Federal e acordos trabalhistas) associados à privatização do Banespa resultaram na redução dos valores dos benefícios e das pensões pagas aos aposentados da instituição financeira. Fato que contrariou aos dispositivos legais vigentes. Nesse sentido, as informações aqui solicitadas são de fundamental importância para elucidar esse fato que prejudica milhares de ex-trabalhadores.

Sala das Sessões, 20 de Abril de 2005. – **Eduardo Matarazzo Suplicy**, – **Ideli Salvatti**.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 314, 2005

Requeiro nos termos do artigo 50. Parágrafo 2º da Constituição Federal combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, as seguintes informações:

1) Considerando que de acordo com artigo 5º da Lei Estadual Paulista de nº 9.466, de 27-12-1996 ao definir “Fica o Poder Executivo autorizado a assumir, nos exatos termos da obrigação contratual, a responsabilidade pelo pagamento da complementação de aposentadoria dos empregados do Banco do Estado de São Paulo, S.A., – Banespa admitidos até 22-5-1975, bem como a suplementação de pensão dos dependentes no caso de falecimento de tais empregados, mediante amortização parcial, em valor equivalente, das dívidas do estado junto àquela instituição”.

§ 1º Para execução dos serviços administrativos, visando o cumprimento do disposto no **caput** deste artigo, o Poder Executivo poderá celebrar convênio com o Banco do Estado de São Paulo, S.A., – Banespa”.

Pergunta: Com a lei acima citada, os encargos (despesas) da complementação e reajustes anuais de aposentadoria e pensão dos empregados do Banco do Estado de São Paulo, S.A., – Banespa, admitidos até 22-5-1975 que eram, estatutariamente, do banco passaram a ser do Governo do Estado de São Paulo. Por que não houve o cumprimento da citada lei, se a

gestão do Banespa já estava a cargo do Banco Central com seus interventores?

2) Considerando que no equacionamento final da negociação de refinanciamento das dívidas do Estado de São Paulo, acordado entre o Governo Paulista e a União, ocorreu a transferência do controle acionário do Banco do Estado de São Paulo para a União. Assim é que, por meio da Mensagem nº 106, de 6-6-97 e da Resolução nº 118/97, de 21-11-97, o Senado Federal aprovou as condições estabelecidas no “Protocolo de Acordo” no qual fazia parte o Parecer nº 201/SNT/Codip/Dired, de 22-5-97. O item 8 (oito) do referido parecer define, com clareza, a assunção pela União, da responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo, junto ao Banco do Estado de São Paulo, S.A., – Banespa, pelo pagamento da obrigação atuarial, nos seguintes termos. No montante correspondente à dívida atuarial do Banespa, a partir de 1998, a União assumirá a responsabilidade do Estado de São Paulo junto àquele banco, mediante a securitização das obrigações, a qual será representada por títulos escriturados no Sistema Securitizar da Central de Custódia e de Liquidação Financeira dos Títulos – CETIP, com as seguintes características: “São descritas as características desses títulos, entre elas a **c**) modalidade: nominativa e inegociável; **d**) atualização do valor do ativo: mensalmente sobre o saldo do ativo, a cada dia 15, com base na variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP–DI do mês anterior, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV; **e**) taxa de juros remuneratórios: 12% ao ano resgatáveis mensalmente; **f**) prazo: vinte e cinco anos; **h**) possibilidade de utilização do ativo: liquidação financeira na data acima. (grifos nossos).

Pergunta: A União ao assumir a responsabilidade do Estado de São Paulo (Lei Estadual nº 9.466/96, de 27-12-96) o montante correspondente à dívida atuarial do Banespa entregou, em custódia, ao Banco R\$2,903 bilhões de títulos escriturados no Sistema Securitizar da Central de Custódia e de Liquidação, portanto, em poder do Banco Central, rendendo IGP–DI mais juros de 12% ao ano para pagar aposentadoria, pensão e respectivos reajustes anuais dos empregados admitidos até 22-5-75. Por que o Banco Central, fiscal do Sistema Financeiro Nacional, com seus interventores, não apartou esses ativos securitizados e respectivas obrigações criando um Fundo de Pensão para os empregados do Banespa, admitidos até 22-5-75?

3) Considerando que para atender aos reclamos dos potenciais interessados na

aquisição do controle acionário do Banespa, os interventores do Banco Central, descumprindo a Lei Estadual nº 9.466/96, de 27-12-1996 e Mensagem nº

106, de 6-6-97 e Resolução nº 118/97, de 21-11-97 do Senado Federal, reviram o montante das obrigações atuariais aumentado-o de R\$3,097 bilhões de dezembro de 1998 para R\$4,142 bilhões em dezembro de 1999, como reflexo da adoção da tábua de sobrevivência mais atual.

Pergunta: A utilização da tábua de sobrevivência para 73 anos, substituindo a anterior de 68 anos, teria obrigado a União emitir novos títulos, com os mesmos rendimentos dos títulos das ATSP 970315, com prazos de até 30 anos. Por que a União não procedeu a imediata emissão e substituição das ATSP 970315, criando um fundo de pensão, sem cláusulas de renúncias como ocorreu posteriormente e com utilização de títulos substitutos (CFT–As) com vencimentos até de 25 anos se houve revisão da sobrevivência?

4) Considerando que o congelamento salarial assinado entre o banco e os Sindicatos dos Bancários, em 2001, ACT 2001/2004 para o pessoal da ativa, não poderia ser estendido ao aposentados e pensionistas, sob alegação das cláusulas do regulamento de pessoal, quando ficou claro, pelas questões acima alinhavadas, que os aposentados e pensionistas possuem indexador próprio (IGP–DI + juros de 12% ao ano) dos títulos federais entregues pela União, em custódia. O congelamento da aposentadoria e pensão provoca o congelamento das obrigações atuariais do plano de benefícios enquanto que os valores dos títulos aumentam mediante a incorporação de rendimentos (IGP + juros de 12%) cuja diferença têm sido apropriada como lucro pelo banco e remetido à Espanha como pagamento de dividendos.

Pergunta: Sabe-se que o lucro do Banespa, de 2001 a 2004, já supera mais de R\$7,4 bilhões. Desse total, cerca de R\$4,0 bilhões advém daqueles títulos federais, rendendo IGP–DI + juros de 12% ao ano, confiados ao banco, para pagamento de aposentadoria e pensão dos empregados do Banco do Estado de São Paulo, S.A., – Banespa, admitidos até 22-5-1975. Por que o Ministério da Previdência Social, o Ministério do Trabalho, o Ministério da Fazenda, a Secretaria da Previdência Complementar não tomam as devidas providências fazendo o Santander-Banespa respeitar os dispostos nas as leis estaduais (nº 9.466/96 de 27-12-1966) e Mensagem do Senado nº 106/97 e Resolução nº 118/97?

Justificação

Os aposentados do Banco do Estado de São Paulo S.A., – Banespa que posteriormente foi adquirido pelo grupo econômico espanhol Santander, em vêem reiteradamente afirmando que os seus direitos de complementação de aposentadoria e pensão não estão sendo cumpridos.

A Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo – AFABESP e a Comissão Nacional dos Aposentados do Banespa – AFUBESP afirmam que o direito de complementação de aposentadoria e pensão dos empregados do Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, atualmente em torno de 13.000 aposentados, foi regulamentado por um conjunto de leis estaduais e o banco (à época Banespa) assumiu a responsabilidade do pagamento inclusive com recursos próprios.

Mudanças posteriores nos marcos legais (novas leis estaduais, resolução do Senado Federal e acordos trabalhistas) associados à privatização do Banespa resultaram na redução dos valores dos benefícios e das pensões pagas aos aposentados da instituição financeira. Fato que contrariou aos dispositivos legais vigentes. Nesse sentido, as informações aqui solicitadas são de fundamental importância para elucidar esse fato que prejudica milhares de ex-trabalhadores.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2005. – **Eduardo Matarazzo Suplicy – Ideli Salvatti.**

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 315, DE 2005

Requeiro nos termos do artigo 50. Parágrafo 2º da Constituição Federal combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro do Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini, as seguintes informações:

1) Considerando que de acordo com artigo 5º da Lei Estadual Paulista de nº 9.466, de 27-12-1996 ao definir “Fica o Poder Executivo autorizado a assumir, nos exatos termos da obrigação contratual, a responsabilidade pelo pagamento da complementação de aposentadoria dos empregados do Banco do Estado de São Paulo, S.A – Banespa admitidos até 22-5-1975, bem como a suplementação de pensão dos dependentes no caso de falecimento de tais empregados, mediante amortização parcial, em valor equivalente, das dívidas do Estado junto àquela instituição”

§ 1º Para execução dos serviços administrativos, visando o cumprimento do disposto no “**caput**” deste artigo, o Poder Executivo poderá celebrar convênio com o Banco do Estado de São Paulo, S.A – BANESPA.

Pergunta: Com a lei acima citada, os encargos (despesas) da complementação e reajustes anuais de aposentadoria e pensão dos empregados do Banco do Estado de São Paulo, S.A – BANESPA, admitidos até 22-5-1975 que eram, estatutariamente, do Banco passaram a ser do Governo do Estado de São Paulo. Por que não houve o cumprimento da citada lei, se a gestão do Banespa já estava a cargo do Banco Central com seus interventores?

2) Considerando que no equacionamento final da negociação de refinanciamento das dívidas do Estado de São Paulo, acordado entre o Governo Paulista e a União,

ocorreu a transferência do controle acionário do Banco do Estado de São Paulo para a União. Assim é que, por meio da Mensagem nº 106, de 6-6-97 e da Resolução nº 118/97, de 21-11-97, o Senado Federal aprovou as condições estabelecidas no “Protocolo de Acordo” no qual fazia parte o Parecer nº 201/SNT/Codip/Dired, de 22-5-97. O item 8 (oitto) do referido Parecer define, com clareza, a assunção pela União, da responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo, junto ao Banco do Estado de São Paulo, S.A – BANESPA, pelo pagamento da obrigação atuarial, nos seguintes termos.

No montante correspondente à dívida atuarial do Banespa, a partir de 1998, a União assumirá a responsabilidade do Estado de São Paulo junto àquele Banco, mediante a securitização das obrigações, a qual será representada por títulos escriturados no Sistema Securitizar da Central de Custódia e de Liquidação Financeira dos Títulos – CETIP, com as seguintes características: “São descritas as características desses títulos, entre elas a **c)** modalidade: nominativa e inegociável; **d)** atualização do valor do ativo: mensalmente sobre o saldo do ativo, a cada dia 15, com base na variação do índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna-IGP-DI do mês anterior, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV; **e)** taxa de juros remuneratórios: 12% ao ano resgatáveis mensalmente; **f)** prazo: vinte e cinco anos; **h)** possibilidade de utilização do ativo: liquidação financeira na data acima. (grifos nossos).

Pergunta: A União ao assumir a responsabilidade do Estado de São Paulo (Lei Estadual nº 9.466/96, de 27-12-96) o montante correspondente à dívida atuarial do Banespa entregou, em custódia, ao Banco R\$2,903 bilhões de títulos escriturados no Sistema Securitizar da Central de Custódia e de Liquidação, portanto, em poder do Banco Central, rendendo IGP-DI mais juros de 12% ao ano para pagar aposentadoria, pensão e respectivos reajustes anuais dos empregados admitidos até 22-5-75. Por que o Banco Central, fiscal do Sistema Financeiro Nacional, com seus interventores, não apartou esses ativos securitizados e respectivas obrigações criando um Fundo de Pensão para os empregados do Banespa, admitidos até 22-5-75?

3) Considerando que para atender aos reclamos dos potenciais interessados na aquisição do controle acionário do Banespa, os interventores do Banco Central, descumprindo a lei estadual nº 9.466/96, de 27/12/1996 e Mensagem nº 106, de 6-6-97 e Resolução nº 118/97, de 21-11-97 do Senado Federal, reviram o montante das Obrigações Atuariais aumentado-o de R\$3,097 bilhões de dezembro de 1996 para R\$4,142 bilhões em dezembro de 1999, como reflexo da adoção da tábua de sobrevivência mais atual.

Pergunta: A utilização da tábua de sobrevivência para 73 anos, substituindo a anterior de 68 anos, teria obrigado a União emitir novos títulos, com os mesmos rendimentos dos títulos das ATSP 970315, com prazos de até 30 anos. Por que a União não procedeu a

imediata emissão e substituição das ATSP 970315, criando um Fundo de Pensão, sem cláusulas de renúncias como ocorreu posteriormente e com utilização de títulos substitutos (CFT-As) com vencimentos até de 25 anos se houve revisão da sobrevivência?

4) Considerando que o congelamento salarial assinado entre o Banco e os Sindicatos dos Bancários, em 2001, ACT 2001/2004 para o pessoal da ativa, não poderia ser estendido ao aposentados e pensionistas, sob alegação das cláusulas do Regulamento de Pessoal, quando ficou claro, pelas questões acima alinhavadas, que os aposentados e pensionistas possuem indexador próprio (IGP-DI + juros de 12% ao ano) dos títulos federais entregues pela União, em custódia. O congelamento da aposentadoria e pensão provoca o congelamento das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios enquanto que os valores dos títulos aumentam mediante a incorporação de rendimentos (IGP + juros de 12%) cuja diferença têm sido apropriada como lucro pelo Banco e remetido à Espanha como pagamento de dividendos.

Pergunta: Sabe-se que o lucro do Banespa, de 2001 a 2004, já supera mais de R\$7,4 bilhões. Desse total, cerca de R\$4,0 bilhões advém daqueles títulos federais, rendendo IGP-DI + juros de 12% ao ano, confiados ao Banco, para pagamento de aposentadoria e pensão dos empregados do Banco do Estado de São Paulo, S.A – BANESPA, admitidos até 22-5-1975. Por que o Ministério da Previdência Social, o Ministério do Trabalho, o Ministério da Fazenda, a Secretaria da Previdência Complementar não tomam as devidas providências fazendo o Santander-Banespa respeitar os dispostos nas leis estaduais (nº 9.466/96 de 27-12-1966) e Mensagem do Senado nº 106/97 e Resolução nº 118/97)

Justificação

Os aposentados do Banco do Estado de São Paulo S.A. – Banespa que posteriormente foi adquirido pelo grupo econômico espanhol Santander, em vêem reiteradamente afirmando que os seus direitos de complementação de aposentadoria e pensão não estão sendo cumpridos

A Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo – AFABESP e a Comissão Nacional dos Aposentados do Banespa – AFUBESP afirmam que o direito de complementação de aposentadoria e pensão dos empregados do Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, atualmente em torno de 13.000 aposentados, foi regulamentado por um conjunto de leis estaduais e o Banco (à época Banespa) assumiu a responsabilidade do pagamento inclusive com recursos próprios.

Mudanças posteriores nos marcos legais (novas leis estaduais, resolução do Senado Federal e acordos trabalhistas) associados à privatização do Banespa resultaram na redução dos valores dos benefícios e das pensões pagas aos aposentados da instituição financeira. Fato que contrariou aos dispositivos legais vigentes. Nesse sentido, as informações aqui solicitadas

são de fundamental importância para elucidar esse fato que prejudica milhares de ex-trabalhadores.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2005. – **Eduardo Matarazzo Suplicy**. – **Ideli Salvatti**

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para uma comunicação inadiável, tendo em vista que o primeiro orador inscrito, por cessação do Senador Antonio Carlos Magalhães, seria o Senador Tião Viana.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje é um dia especial, porque estamos homenageando grandes aniversariantes.

Senador Sérgio Zambiasi, sei que V. Ex^a também lembrou a data de hoje, em que a Assembléia Legislativa do nosso Rio Grande completa 170 anos de existência. É uma Casa da qual V. Ex^a foi Presidente e em que fez um belíssimo mandato, honrando todo o povo gaúcho.

Eu lembrava que, na história da Assembléia Legislativa do Rio Grande, houve grandes homens e mulheres que foram marcos no processo democrático. Cito, como exemplo, aquele que foi o primeiro Deputado Estadual negro eleito pelo voto direto na história do País: Carlos Santos foi Presidente da Assembléia e, com certeza, pelo cargo que exercia, assumiu também, por inúmeras vezes, na época, o Governo do Estado.

Registro que, na Assembléia, houve grandes momentos. Poderia falar de todo um passado bonito de luta do povo gaúcho e da Assembléia Legislativa, mas mencionarei somente um desses fatos. Dois estudantes corriam para chegar a tempo, Senador Tião Viana, de fazer o vestibular e foram interrompidos pela Polícia como suspeitos, porque eram negros. A atuação da Assembléia Legislativa do Rio Grande foi exemplar nesse caso, tanto que criou, numa homenagem a esses dois jovens, que depois acabaram entrando na universidade, o Disque-Racismo.

Para não ficar somente falando de fatos do passado e de momentos bonitos de brancos, negros e índios, lembro também a importância da Assembléia Legislativa no tempo da legalidade. E quero homenagear simbolicamente o atual Presidente, homenageando todos os ex-Presidentes.

Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, amanhã é uma data histórica, de homenagem a Tiradentes, um homem que morreu esquartejado – para mim, foi assassinado – em defesa da liberdade. Tiradentes é

o patrono dos metalúrgicos. Por isso, nesta homenagem que faço a Tiradentes, também homenageio todos os trabalhadores metalúrgicos deste País, já que sou um metalúrgico e estou hoje Senador da República. Homenageio os metalúrgicos e suas famílias. Enfim, à família metalúrgica do Brasil rendo as minhas homenagens pelo seu dia, que transcorre amanhã.

Mas, quando falo de Tiradentes, falo de liberdade, e a palavra “liberdade” me traz à mente a homenagem, a que assisti hoje, neste plenário, à querida Brasília. Brasília com seus horizontes sem fim. A liberdade também é infinita, não tem limites. Estou falando do coração do Brasil, que está completando amanhã, 21 de abril, seus 45 anos de idade.

Coração desenhado por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, construído com a mobilização brasileira. Brasileiros para cá se deslocaram e criaram Brasília, que, sem sombra de dúvida, é um símbolo do processo democrático e, por isso, é a nossa Capital.

Sr. Presidente, em 1957, homens e mulheres de todas as classes para cá se dirigiram. Eu poderia falar do Parque Nacional de Brasília, do Jardim Botânico, do Parque da Cidade, do lago Paranoá, das cidades satélites, onde reside o nosso povo; poderia falar do Teatro Nacional, do Estádio Mané Garrincha, da Torre de Televisão; poderia falar das flores, como menciona a Senadora Heloísa Helena. É uma pena que eu tenha pouco tempo, Senadora, senão falaria tudo que V. Ex^a agora lembra.

Brasília, na verdade, é uma cidade que acolhe a todos. Eu poderia ainda falar do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, criado em 1961 por Juscelino Kubitschek; poderia falar do parque administrado pelo Ibama, das cachoeiras e das minas de cristal, da flora, da fauna e das flores. Segundo pesquisa da Nasa, a Chapada foi considerada o ponto mais luminoso visto da órbita da Terra. Quem conhece Brasília sabe que ela está blindada por essa luz.

Brasília é uma cidade jovem. Eu poderia falar da história de Tancredo, da forma como o Papa aqui dialogou com a população; poderia falar que a Unesco considerou Brasília patrimônio histórico e cultural da humanidade, mas não dá para falar de tudo.

Sr. Presidente, sei que meu tempo, apesar da tolerância de V. Ex^a, já está praticamente encerrado. Como não pude falar pela manhã da nossa querida Brasília, encaminhando-me para o final do meu pronunciamento.

No início, falei da história de Brasília, de Tiradentes, de metalúrgicos, da Câmara Legislativa e, ao final, quero mencionar Aquele que inspira, que ilumina, que chama à razão, que fortalece a luta pela justiça social; Aquele que nos permitiu chegar até aqui e dar voz aos que não a têm; Aquele a quem pedimos que nos permita cumprir nossa missão nesta cidade; Aquele a quem pedimos que as idéias e as decisões que partem de Brasília sejam pelo bem de todos os brasileiros.

Quero falar do nosso povo, afirmando: “A voz do povo é a voz de Deus”. O grande arquiteto universal,

com sua sabedoria, concedeu uma luz especial para a nossa Capital.

Obrigado, Brasília, lar de todos nós, que aconchega diferentes culturas. Obrigado, Brasília de um horizonte sem fim, por nos acolher na vastidão de sua beleza.

Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, ontem, falei de sua luta justa e correta e da minha solidariedade aos médicos de Cuba.

Obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR PAULO PAIM.**

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os dias de hoje e de amanhã nos reservam grandes aniversariantes.

A Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul comemora hoje, 20 de abril, 170 anos de existência.

Ela é uma casa aberta ao povo gaúcho, onde pessoas, representando os mais variados segmentos sociais, buscam o diálogo com aqueles que os representam.

É com grande honra que me reporto ao Parlamento Gaúcho, a homens e mulheres que enriquecem a história do nosso estado e do nosso País.

Assembléia Legislativa que registra em sua história grandes nomes como o do Deputado Carlos Santos, que foi o primeiro negro a ocupar mandato de Deputado Estadual e presidir o Parlamento gaúcho.

Também registra grandes momentos, como aquele que envolveu os dois irmãos negros impedidos de prestar vestibular para o curso de Engenharia Mecânica na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Naquele momento a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul lançou o Disque-Racismo.

Cumprimento ao Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, aos demais Parlamentares e ao povo gaúcho pelo aniversário de 170 anos dessa Casa Legislativa, espaço democrático gaúcho.

Sr. Presidente, amanhã é a data que lembramos Tiradentes, que morreu em defesa da liberdade. Tiradentes é patrono dos metalúrgicos, por isso amanhã também é a data que homenageamos a todos os metalúrgicos do Brasil.

Quando falo de Tiradentes, falo de liberdade e a palavra liberdade me traz à mente a homenagem a Brasília. Brasília com seus horizontes sem fim. Liberdade é infinita, não tem limites. Estou falando do coração do Brasil, que estará completando amanhã, dia 21 de abril, seus 45 anos de idade.

Coração desenhado por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, construído com a mobilização de brasileiros que se deslocaram espontaneamente de várias regiões do país.

Em 1957, homens de todas as classes, trabalhadores impulsionados pelo espírito de otimismo e aventura que acreditavam estar diante de novos tempos e de um futuro magistral, deram início à construção de Brasília.

As grandes máquinas acionadas por esses candangos, começaram a tornar o sonho realidade e em 21 de abril de 1960, coube a Juscelino Kubitschek a inauguração da nova capital brasileira.

Nós comemoraremos amanhã o aniversário desta cidade que abriga hoje, juntamente com as cidades satélites, 2.282.049 (dois milhões duzentos e oitenta e dois mil e 49) habitantes, segundo dados do IBGE.

Cidade que Juscelino descreveu como, “cérebro das altas decisões nacionais”.

Cidade que nos brinda com tesouros como o Parque Nacional de Brasília, mais conhecido como Água Mineral, distante apenas 10 Km do centro da cidade. São 30 mil hectares de área de preservação ambiental responsável por proteger uma porção significativa de cerrado e nascentes que fornecem água potável à população do Plano-Piloto.

Temos ainda o Jardim Botânico, o Parque da Cidade, o Lago Paranoá, o Teatro Nacional o Estádio Mané Garrincha, a Torre de Televisão, enfim preciosidades dessa terra.

Muitos dizem estranhar a forma diferente que a cidade adotou, de nomear ruas, chamando-as de Superquadra norte 210, ou Superquadra sul 314. Considerando apenas o Plano Piloto, são 100 superquadras, mas na verdade Brasília também é conhecida por ter sua Rua das Farmácias, Rua dos Restaurantes, Rua das Elétricas, sua Rua da Igrejinha.

Brasília é na verdade uma cidade que acolhe muitas outras cidades, que abraça diversos costumes, que agrada paladares de quem aprecia a comida italiana, alemã, mexicana. Agrada paladares de baianos, paraenses, cearenses, gaúchos, e assim por diante.

Não quero deixar de mencionar neste pronunciamento, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, criado em 1961 por Juscelino Kubitschek, localizado em Goiás, a 240 KM de Brasília.

O Parque, administrado pelo Ibama, abriga uma das mais antigas formações geológicas do mundo, com cerca de 1,8 bilhões de anos, sendo anterior à Floresta Amazônica e à Mata Atlântica.

Trata-se de uma reserva ecológica com cachoeiras, minas de cristal, e ricas flora e fauna. Segundo pesquisa da NASA, a chapada foi considerada o ponto de maior luminosidade, visto da órbita da Terra, devido à quantidade de cristais de quartzo que afloram do solo, além de inúmeros outros metais e minérios.

Quem conhece Brasília sabe que ela é brindada por essa luminosidade.

Brasília é uma cidade jovem que presenciou diversos momentos da nossa Nação: policiais invadindo a Universidade de Brasília, palco de discussões políticas, de onde os pioneiros puderam acompanhar vários fatos históricos; a inauguração do autódromo onde Emerson Fittipaldi venceu a corrida de Fórmula 1; a primeira visita oficial do Papa João Paulo II ao Brasil; o fim da ditadura; a morte de Tancredo Neves, primeiro Presidente Civil do nosso País após a ditadura; a decisão inédita da UNESCO

que, em 1987 declarou Brasília Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, título até então reservado apenas a cidades centenárias; a manifestação popular dos cara-pintadas, multidão que acompanhou a votação pelo impeachment do então Presidente Fernando Collor de Mello e; diversos outros momentos significativos.

O povo brasileiro olha para Brasília e vê essa jovem cidade receber aqueles que por ele foram eleitos.

O povo brasileiro marcha rumo a Brasília, trazendo seus anseios gravados no peito e estende-os sobre os tapetes gigantes desta beleza espetacular que é a nossa Esplanada, a Esplanada dos brasileiros.

Sindicalistas, trabalhadores rurais, ferroviários, metalúrgicos, professores, prefeitos, governadores, grupos de portadores de deficiência, integrantes da raça negra, índios, enfim todos convergem para essa cidade em busca de soluções para suas demandas.

Os brasileiros de todos o País permanecem com seus olhos e ouvidos atentos às notícias de Brasília. Eles querem saber sobre as medidas implementadas quanto às enormes filas que enfrentam quando buscam assistência médica, sobre medidas que viabilizem o acesso à educação para as camadas mais pobres da população, sobre o enfrentamento de chagas como preconceito racial, trabalho infantil, descaso com idosos, com pessoas deficientes, discriminação para com as mulheres sobre o preço da cesta básica, sobre o índice de aumento do salário mínimo, sobre o percentual a ser aplicado nos vencimentos de aposentados.

Nós estamos aqui, ajudando a dar forma a essas notícias, a transformar esperanças em realidade.

No início de meu pronunciamento eu falei a respeito de três personagens importantíssimos na história da nossa capital.

Ao final, eu quero mencionar Aquele que inspira, que ilumina, que chama à razão, que fortalece na luta pela justiça social. Aquele que nos permitiu ter chegado até aqui e dar voz aos anseios da nossa gente brasileira.

Aquele a quem nós pedimos que nos permita cumprir nossa missão nessa cidade.

Aquele a quem nós pedimos que as idéias, as decisões que daqui partem, sejam pelo bem de todos os brasileiros.

Quero falar aqui do nosso povo, dizendo: “A voz do povo é a voz de Deus”, o grande arquiteto Universal que com certeza, com Sua sabedoria, concedeu uma luz especial para a nossa capital.

Obrigado, Brasília, lar de todos nós, lar que acolhe diferentes culturas, obrigado por nos acolher na vastidão da tua beleza.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a será atendido. Esta Presidência agradece a V. Ex^a, nobre Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Tião Viana.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição como Líder do PMDB, para falar, se possível, após o pronunciamento do ilustre Senador Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Maguito Vilela, a Presidência registra a inscrição para uma comunicação de interesse partidário do nobre Líder Senador Sérgio Zambiasi. Após a fala do nobre Líder Tião Viana, ouviremos o Líder do PTB, primeiro inscrito, e, na seqüência, a Presidência dará a palavra a V. Ex^a, de acordo com o Regimento, intercalando os oradores, tendo em vista que se trata de uma sessão não-deliberativa.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho como propósito hoje fazer uma exposição informativa sobre as atividades desenvolvidas pela Associação das Pioneiras Sociais, pela Rede Sarah de Hospitais, no que diz respeito ao atendimento à sociedade, ao desenvolvimento das atividades científicas e, ao mesmo tempo, às inovações no modelo de atenção, que é digno de reflexão e estudo comparativo por parte dos gestores de saúde.

Antes, porém, associo-me às manifestações de carinho à cidade de Brasília, no transcurso do seu aniversário. Como outros Senadores que se pronunciaram, divido minha vida entre o Distrito Federal, a cidade de Brasília, e o meu Estado do Acre. Brasília teve a grata generosidade de me permitir o nascimento de dois filhos. Isso me deixa profundamente envaidecido e torna inseparável minha vida do Distrito Federal.

Assim, associo-me às congratulações em homenagem ao aniversário de uma região tão inovadora, que fez o Brasil pensar no processo de interiorização e desenvolvimento. De fato, Juscelino rompeu com um País que vivia de costas para o seu interior, para o seu coração. Brasília é a grande obra consolidada dessa reflexão e desse novo conceito de vida nacional.

O que me traz aqui é a informação que recebi sobre as atividades da Rede Sarah de Hospitais. Na semana passada, estive na reunião do Conselho de Administração da Rede Sarah de Hospitais, que tem como Presidente o ex-Ministro do Tribunal de Contas da União Carlos Átila Álvares da Silva e como Secretária-Executiva a Dra Lúcia Willadino Braga.

O Dr. Almir Pazzianotto não estava presente, mas deu o devido encaminhamento. O grande comandante da Rede Sarah, o Dr. Aloysio Campos da Paz, marcou sua presença. A SRA. Eva Wilma, personalidade brasileira que acompanha solidariamente a Rede Sarah de Hospitais, muito nos honrou com a sua presença. O Deputado Fernando Gabeira também esteve presente no ato. O Sr. George Dellatolàs confirmou sua presença no ato, na reunião do Conselho Deliberativo.

O Sr. Marc Forman representava serviços de reabilitação americanos dentro da reunião do Conselho Deliberativo. Também estavam presentes os Deputados Sérgio Miranda e Sigmaringa Seixas.

Nessa reunião, tivemos acesso a um balanço das atividades desenvolvidas pela Rede Sarah de Hospitais do Aparelho Locomotor.

O mais impressionante é o resultado afirmativo da Rede Sarah de Hospitais, um resultado de prosperidade e de desenvolvimento no campo da assistência e no campo científico, em pesquisa pura aplicada e em pesquisa básica avançada. A Rede Sarah mantém interação com a sociedade, treinamento didático e científico para profissionais de nível elementar, nível básico e até nível avançado. Há todo um quadro comparativo em relação ao ano anterior, o qual mostra o cumprimento de metas.

É uma instituição que segue um modelo de contrato de gestão e que tem um vínculo ideológico e filosófico claro: o de prestar, com absoluta gratuidade, assistência ao cidadão brasileiro na sua rede de hospitais e de serviços.

Tivemos acesso a um estudo comparativo que é extremamente enquadrado e identificado com a Rede Sarah de Hospitais na sua conceituação básica, qual seja a de prestar assistência médica qualificada e gratuita à população. É isso o que a mantém em funcionamento; é o que consolida e melhora a resolutividade, a eficácia e a eficiência da Rede Sarah de Hospitais do Aparelho Locomotor.

Trata-se de um serviço que cumpriu metas claras, Sr. Presidente, satisfazendo a expectativa da taxa de ocupação de leitos. A meta a ser alcançada era de 75%, mas 77% dos leitos foram ocupados no ano passado, o que significa que houve 1.323.515 atendimentos a pacientes. Somados todos os atendimentos da Rede Sarah, o número supera os 16 milhões, o que envia aqueles que acompanham o serviço daquela instituição e procuram prestar-lhe solidariedade.

Quanto ao nível de satisfação dos pacientes atendidos naquele hospital, os resultados da pesquisa de opinião indicaram que, no primeiro semestre, dos 1.279 pacientes entrevistados, 98% atribuíram conceito “bom e ótimo” ao atendimento recebido; no segundo semestre, 99% dos 1.507 pacientes atribuíram igual conceito à assistência médica recebida. Isso demonstra completa atenção e vinculação com a qualidade do serviço prestado à população.

Falo agora da formação e capacitação de recursos humanos. A formação e qualificação de estudantes e profissionais externos à Rede teve 8.112 participações em atividades oferecidas pelas Unidades da Rede, envolvendo todo o País, superando o quantitativo mínimo de 4,5 mil. Desse total, 58,8% referem-se a participações de estudantes e profissionais externos em cursos, palestras e congressos; e 33,2%, às participações de candidatos de processos de seleção pública no programa de formação.

As visitas técnicas representaram 9,2% dessas atividades, vinculadas aos melhores serviços de reabilitação do aparelho locomotor pelo mundo afora. São

inúmeras as instituições científicas de pesquisa e de assistência vinculadas à interface dada à Rede Sarah de Hospitais, com eventos internacionais ocorridos no Brasil e com a consolidação, feita na gestão do Presidente Lula, do Instituto Sarah de Neurociências do Lago Norte, que oferece um serviço altamente especializado e avançado na área de Neurociências.

A ação educacional e preventiva também é muito forte, envolvendo a disseminação de informações sobre o sistema nervoso central e os neurotraumas – como as lesões que comprometem o cérebro e as regiões medulares –, os acidentes de trânsito e os acidentes de mergulho. São três grandes prioridades de abordagem da Rede Sarah de Hospitais para a sua população.

Há a entrega de inúmeros materiais didáticos e pedagógicos, desenvolvendo todo um processo de acolhimento e valorização das atividades de serviço.

Reabilitação infantil, reabilitação de adultos, neurofarmacologia, anestesiologia, avaliação clínico-funcional do lesado medular, avaliação clínico-funcional do lesado cerebral, genética humana, bioquímica e metabolismo, neurociência, neurofisiologia, todas são atividades com publicação científica apresentada pela Rede Sarah.

Do ponto de vista orçamentário, o que mais me chama a atenção – falo com o maior entusiasmo, para que possamos fazer um estudo comparativo – é que o custo de um paciente atendido na Rede Sarah, no ano de 2004, foi da ordem de US\$163.44; o custo anterior era da ordem de US\$267.

Quando fazemos um estudo comparativo com o nosso amado e inseparável Sistema Único de Saúde, vem um choque de realidade. Faço uma comparação, nos Estados, do gasto com paciente na Rede SUS e do gasto com paciente na Rede Sarah, e a surpresa é muito preocupante. Por exemplo, no Estado do Ceará, o custo por paciente internado na Rede SUS é de R\$541,76, bem maior do que o custo de um paciente na Rede Sarah. O custo de um paciente internado no Rio Grande do Norte: R\$608,30; custo de um paciente internado na Paraíba: R\$517,84; custo de um paciente internado em Pernambuco: R\$567,08; custo de um paciente internado em Minas Gerais: R\$607,10; custo de um paciente internado no Espírito Santo: R\$592,19; em São Paulo, o mais alto custo de paciente internado no Brasil: R\$754,58. No Sarah, bem menos de R\$500,00.

Quando alguém visita o hospital Sarah em Brasília ou em qualquer lugar do Brasil fica absolutamente encantado, e até constrangido, de ver tanta qualidade no atendimento. É como se estivesse num hotel de luxo, num hotel cinco estrelas, onde todos são tratados dignamente. O nível de satisfação supera os 99%. No serviço hospitalar público, em São Paulo ou no Rio de Janeiro, o nível de decepção é profundo, salvo honrosas exceções.

Então, algo errado está acontecendo na gestão financeira do Sistema Único de Saúde do ponto de vista hospitalar. Não posso culpar o Ministério da Saúde num primeiro momento; temos de olhar o que está acontecendo dentro dos hospitais.

No meu Estado, por exemplo, o custo é menor do que o custo Sarah, é de R\$362,00. No Amapá, do nosso querido Senador Papaléo Paes, também é menor, R\$325,00, o que não quer dizer que o nível de satisfação seja igual ao do Sarah.

No meu Estado, sei que não conseguimos ainda um nível de satisfação igual ao da Rede Sarah de Hospitais, mas essa comparação tem que servir de referência para os gestores do SUS. Não podemos imaginar que a Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, com a qualidade, o nível de resolutividade, responsabilidade e qualidade profissional que oferece, gaste menos do que o Sistema Único de Saúde.

A minha preocupação e o meu alerta é para que os gestores do SUS, do Conselho Nacional de Saúde e dos conselhos estaduais de saúde façam uma reflexão profunda sobre o que está acontecendo na gestão financeira da rede hospitalar brasileira. A Rede Sarah está dando um grande exemplo de eficiência e responsabilidade. Na rede pública, por sua vez, com a escassez do financiamento público do SUS, que nos aflige, estamos muito acanhados com a qualidade do serviço prestado.

Qualquer cidadão que vá, por exemplo, ao Hospital de Base do Distrito Federal ficará constrangido, e qualquer cidadão que vá ao Hospital Sarah, a menos de cinquenta metros do HBDF, ficará profundamente orgulhoso. Algo errado está acontecendo na gestão financeira.

Concedo um aparte ao nobre Senador Paulo Paim e, a seguir, ao Senador Papaléo Paes.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Tião Viana, economizando o tempo em praticamente um minuto, cumprimento V. Ex^a por essa reflexão. Já fiquei, durante uma semana, internado em hospital da Rede Sarah, aqui em Brasília, onde recebi um tratamento de Primeiro Mundo, a custo zero. Tanto que há um movimento muito grande no Rio Grande do Sul para levar uma unidade da Rede Sarah para o nosso Estado, mais precisamente para Porto Alegre ou Santa Maria. Quero parabenizar V. Ex^a por chamar a Casa a essa reflexão. V. Ex^a é um estudioso, um médico com conceito nacional – digo isso com a maior tranqüilidade, pelo diálogo que mantive com o Presidente do Incor, quando lá estive, que conhece o trabalho de V. Ex^a como político e como médico. É só um cumprimento a V. Ex^a. Parabéns! Teremos de fazer esta reflexão: se a Rede Sarah, com um custo menor, dá assistência de Primeiro Mundo, por que o SUS não chega nem próximo a essa realidade? Meus cumprimentos, Senador!

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paim. Não faço isso, e sei que V. Ex^a também não o faz, para gerar uma busca incansável, uma demanda que possa trazer preocupação, pelo atendimento na Rede Sarah, mas, sim, para que isso signifique o fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

Ouçõ o aparte do Senador Papaléo Paes, já concluindo, Sr. Presidente.

O Sr. Papaléo Paes (PMDB – AP) – Senador Tião Viana, o tempo é escasso, mas não poderia deixar de

cumprimentá-lo pela apresentação do tema, exatamente sobre a Rede Sarah, que é um orgulho para o nosso País. Acredito que seja um dos sistemas mais completos do mundo. Ao lado da reflexão que V. Ex^a faz a respeito de um atendimento de Primeiro Mundo, de primeiríssima qualidade, vem a comparação com o atendimento do SUS. Realmente, precisamos ver qual o caminho a tomar. Acredito que, com o Sistema Único de Saúde, o Governo está gastando muito dinheiro. O que chamo de gasto? Exatamente aquele dinheiro que não é aplicado devidamente lá na ponta pelos governos estaduais e municipais. Dentro da reflexão e da comparação que V. Ex^a faz, isso precisa ser analisado com muita seriedade. Faço aqui o meu reconhecimento à Rede Sarah. Agradecemos também o empenho do Presidente Sarney, que conseguiu levar uma unidade para o Amapá. Com isso, tive a oportunidade de destinar, das minhas emendas individuais, R\$1,5 milhão para que o Sarah pudesse receber aquela atenção que nós, políticos, temos condições de dar. Então, mais uma vez, quero parabenizá-lo, pois é importante que V. Ex^a, relacionado com o Governo como é, venha chamar a atenção do Ministério da Saúde, principalmente, sobre essa disparidade de gastos entre o Sistema Único e a Rede Sarah de Hospitais, que disponibiliza um excelente tratamento a um custo muito menor do que o do SUS em muitos Estados. Obrigado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço e acolho com muito prazer os apartes dos nobres Senadores Papaléo Paes e Paulo Paim. Enviarei o meu pronunciamento ao Sr. Ministro da Saúde, aos secretários estaduais de saúde e aos secretários municipais de saúde das capitais para que possam estabelecer um debate sobre esse tema. Não é aceitável, nobre Senador Papaléo, que, a menos de 50 metros – distância entre o HBDF e o Hospital Sarah –, uma refeição custe quatro vezes mais no Hospital de Base do que na Rede Sarah, onde a qualidade da alimentação é muito superior.

Algo está errado. Esse assunto tem de ser discutido e algo tem de ser feito, sob pena de desvalorização do dinheiro público, tão difícil de ser transferido da sociedade para o Governo, para o financiamento e para a ponta dos serviços de saúde.

No mais, cumprimento V. Ex^a pela brilhante iniciativa de homenagear o Amapá, levando para aquele Estado uma unidade da Rede Sarah de Hospitais.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º do Regimento Interno.)

ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHEIRO RELATOR

- Relatório de Atividades
- Acompanhamento das metas do Contrato de Gestão - 2004
- Prestação de Contas
- Voto do Relator

Exercício de 2004

I RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Sumário

- 1. Objetivo 1º - Assistência Médica e Reabilitação**
 - 11 Serviços prestados
 - 12 Pacientes atendidos
 - 13 Indicadores de qualidade
 - a) Rendimento Hospitalar
 - b) Produtividade
 - c) Eficiência
 - d) Qualidade Técnica
 - e) Satisfação do Paciente
 - 2. Objetivo 2º - Formação e capacitação de recursos humanos**
 - 3. Objetivo 3º - Ação educacional e preventiva**
 - 4. Objetivo 4º - Desenvolvimento de pesquisas e normas e avaliação
De tecnologias**
 - 5. Síntese da Execução Orçamentária e Financeira**
- II ACOMPANHAMENTO DAS METAS DO CONTRATO DE GESTÃO**
- III PRESTAÇÃO DE CONTAS**
- IV VOTO DO RELATOR**

I RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Sumário

Para fins do disposto no art. 20 do Estatuto da Associação das Pioneiras Sociais -- APS, tenho a satisfação de oferecer a este Conselho de Administração, por designação de sua Presidência, breve Relatório sobre os documentos que integram a Prestação de Contas da Diretoria Executiva da APS, referente ao exercício de 2004, a saber:

- I. Síntese das Principais Atividades – 2004 com respectivos anexos:
 - I – Acompanhamento das Metas do Plano de Trabalho;
 - II – Outros Indicadores;
 - III – Atendimento às Exigências Contratuais;
 - IV -- Parâmetros para fixação da remuneração;
- II. Demonstrações Contábeis e Financeiras referentes ao exercício financeiro de 2004, compostas de:
 - Balanço Patrimonial;
 - Demonstrações do Resultado dos Exercícios – 2003 e 2004;
 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Social – 2003 e 2004;
 - Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos – 2003 e 2004.
 - Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis – 2003 e 2004.
- III. Parecer dos Auditores Independentes.

A Síntese das Principais Atividades reúne os principais dados e informações sobre os serviços prestados no exercício pela Associação das Pioneiras Sociais - APS, gestora da Rede SARAH de Hospitais do Aparelho Locomotor, mediante Contrato de Gestão com a União.

Os resultados são apresentados e comparados diretamente a cada uma das metas e indicadores quantitativos e qualitativos, seguindo os padrões pactuados no Contrato de Gestão para cada um dos 4 objetivos estratégicos e em conformidade com o Plano de Trabalho proposto para 2004.

Destaca o Relatório ser o ano de 2004 o de início de funcionamento do Centro Internacional de Neurociências e de Reabilitação, consignando não apenas o empenho de todas as unidades e equipes de profissionais da Rede SARAH para sua implantação e funcionamento, como também a realização do 1º Congresso Internacional de Neurociências e de Reabilitação, que se constitui em marco definitivo do pioneirismo do Brasil na assistência médica qualificada e humana voltada para a reabilitação dos pacientes.

A seguir, o Relatório de Atividades evidencia, de forma sintética, o cumprimento dos 4 objetivos estratégicos estabelecidos no Contrato.

1. Objetivo 1º Assistência Médica e Reabilitação

Prestar assistência médica qualificada e gratuita à população, mantendo em funcionamento, consolidando e melhorando a resolutividade, eficácia e eficiência da Rede SARAH de Hospitais do Aparelho Locomotor.

11 Serviços Prestados

Consta do Relatório tabela que sintetiza os serviços prestados de assistência médica e de reabilitação por semestre, e no ano, comparando também o resultado anual alcançado com a meta estabelecida no Programa de Trabalho, a saber:

<u>Grupos de Serviços</u>	<u>Resultado / Meta</u>
Consultas	117,2
Atendimento de outros Profissionais de Nível Superior	97,1
Serviço de Apoio Diagnóstico e de Terapia	115,0
a) Paciente Interno	115,2
b) Paciente Externo	114,9
Internações	107,9
Cirurgias	129,2
<u>Total Serviços do Objetivo 1º</u>	<u>99,0</u>

O resultado inferior à meta, observado em “Atendimento de Outros Profissionais de Nível Superior”, esclarece o Relatório ser decorrente de ajuste na metodologia de contagem no SARAH/Fortaleza (- 3,3 % de todas as atividades da Rede) e também de redução temporária dessas atividades ocorridas no SARAH/Brasília-Centro e no SARAH/Belo Horizonte motivadas pela mobilização de suas equipes para colocar em funcionamento nova sistemática de atendimento introduzida com a implantação do Centro Internacional de Neurociências e de Reabilitação (SARAH/Brasília-Lago).

Destaca o Relatório ainda que, excetuando o Atendimento de Outros Profissionais de Nível Superior, os demais serviços prestados de assistência médica e de reabilitação equivalem a 115,5% da meta fixada para o exercício, acrescentando ainda que, em 2004, a Rede atendeu a 1.323.515 pacientes, um acréscimo de 21.186 comparativamente ao exercício anterior.

2 Indicadores de Qualidade

21 Rendimento hospitalar e qualidade técnica

Registra-se que a taxa de ocupação dos leitos foi de 77,2% frente à taxa de 75% estabelecida como padrão mínimo, indicando-se ainda que as menores taxas de ocupação ocorridas no SARAH-Brasília e SARAH/Belo Horizonte estão diretamente associadas ao deslocamento de profissionais que participaram da implantação do SARAH/Lago.

Quanto aos índices de infecção, que na Rede SARAH são apurados por pesquisas ativas realizadas pelas comissões de controle de cada unidade (e não por mera constatação), todos atenderam aos padrões mínimos fixados, situando-se em 0,45 por 100 pacientes-dia para a infecção hospitalar e em 1,05 % para a supuração em incisão cirúrgica limpa.

É mencionado também que, além desses indicadores, continua plenamente ativo o programa desenvolvido por pesquisadores internacionais e denominado FIM – Funcional Independence Measure que, adotado em 1996, tem por escopo mensurar o resultado alcançado pelos pacientes com as atividades de reabilitação desenvolvidas para pacientes dos programas lesado medular e lesado cerebral.

22 Satisfação do paciente

O padrão mínimo de satisfação é atingido quando a avaliação da assistência médica com conceito “Bom e Ótimo” é feita por 90% ou mais dos pacientes internos e externos, cuja opinião é semestralmente colhida.

Os resultados da pesquisa de opinião indicaram: no 1º semestre, dos 1.279 pacientes entrevistados, 98% atribuíram conceito “Bom e Ótimo” ao atendimento recebido; e no 2º semestre, 99% dos 1.507 pacientes atribuíram igual conceito à assistência médica recebida.

A manutenção dessa elevada classificação atribui o Relatório à dedicação dos profissionais; à interligação informatizada de todas as unidades da Rede; e à ação didática exercida através das Lideranças da Rede.

2. **Objetivo 2º - Formação e capacitação de recursos humanos**

Desenvolver em cooperação com o Ministério e outras instituições programas de formação e qualificação nos níveis superior, médio e básico para estudantes e profissionais de hospitais públicos e, excepcionalmente, filantrópicos e manter programa de educação continuada para os profissionais da Rede SARAH.

A formação e a qualificação de estudantes e profissionais externos à Rede teve 8.112 participações em atividades oferecidas pelas Unidades da Rede, superando o quantitativo mínimo de 4.500.

Desse total, 58,8% referem-se a participações de estudantes e profissionais externos em cursos, palestras e congressos; e 33,2 % às participações de candidatos de processos de seleção pública no programa de formação.

As visitas técnicas representaram 9,2% dessas atividades, incluindo-se nestes eventos profissionais dos seguintes países: Alemanha, Dinamarca, Estados Unidos, Inglaterra e Portugal.

No que se refere à capacitação de profissionais da Rede, foram registradas 5.308 participações de profissionais da Rede, das quais 80% referem-se à participação em cursos de desenvolvimento e capacitação profissional.

O Relatório destaca ainda a realização do 1º Congresso Internacional de Neurociências e Reabilitação, ocorrido de 21 a 24 de setembro no Centro Internacional de Neurociências e Reabilitação situado no Lago Norte que foi promovido pela Rede SARAH tendo contado também com a colaboração das sociedades internacionais – International Neuropsychological Society / INS, World Federation for Neurorehabilitation / WFNR, Academy of Multidisciplinary Neurotraumatology / AMN - e do periódico Pediatric Rehabilitation.

O Congresso teve a participação de 521 profissionais - da Rede e de instituições nacionais e estrangeiras. As conferências tiveram como palestrantes: 4 profissionais da Rede; 2 de instituições nacionais; e 24 pesquisadores internacionais oriundos de Alemanha, Argentina, Dinamarca, Estados Unidos, França, Inglaterra, México, Romênia, Singapura e Suíça.

3. Objetivo 3º - Ação educacional e preventiva

Exercer ação educacional na sociedade e prestar assessoria técnica ao Poder Público, visando prevenir a ocorrência das principais patologias atendidas na Rede SARAH.

Em 2004, foi dada continuidade às ações básicas desenvolvidas neste campo e que consistem na realização de aulas públicas e na disseminação de informações, por mídia impressa sobre as seguintes temáticas:

- 1ª O sistema nervoso central e os neuro traumas (Lesão Cerebral e Medular)
- 2ª Os Acidentes de Trânsito;
- 3ª Os Acidentes de Mergulho.

O público alvo das aulas é formado por alunos da quarta (10 a 11 anos), sétima e oitava séries (13 a 14 anos) do ensino fundamental e por adolescentes cursando o 3º ano do segundo grau (maiores de 16 anos), matriculados nos estabelecimentos da rede de ensino das capitais em que se localizam os hospitais.

Os conteúdos apresentados em aula utilizam o apoio de vídeos e de outros recursos, conferindo-se ênfase aos impactos humanos e sociais dos acidentes, em que se trata da questão do incapacitado físico na sociedade brasileira e do exercício da cidadania.

Foram ministradas 223 aulas para um total de 51.296 estudantes de escolas públicas e privadas, tendo sido distribuídos 142.660 folhetos sobre os temas, superando assim os quantitativos propostos para o exercício.

5. Síntese da Execução Orçamentária e Financeira

Registra o Relatório ter sido de R\$ 346.153.315,00 a dotação orçamentária aprovada pela Lei de Meios para o exercício de 2004, no programa “Assistência Médica Qualificada e Gratuita a todos os níveis da população e Desenvolvimento de atividades educacionais e de pesquisas no Campo da Saúde – Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais – Ação orçamentária 10.302.1220.6148.0001”.

Do crédito aprovado, foram cancelados R\$ 2.214.000,00. A Associação recebeu, no exercício, a importância de R\$ 325.500.000,00, acrescida de R\$ 14,5 milhões, recebida no 2º dia útil do corrente ano de 2005. Deixou de ser repassado montante de R\$ 3.939.315,00.

A execução orçamentária e contábil de 2004 foi de R\$ 356,5 milhões com despesas e investimentos, aos quais se acrescem R\$ 29,4 milhões referentes à depreciação de bens do ativo imobilizado da instituição. Segundo a natureza dos gastos, foi a seguinte a sua composição:

- a) R\$ 250,3 milhões com pessoal, incluindo-se salários e encargos, bem assim todas as demais despesas variáveis referentes a pessoal;

- b) R\$ 63,6 milhões com custeio, englobando todos os materiais e serviços para a manutenção e funcionamento;
- c) R\$ 15,5 milhões, montante destinado ao reforço das provisões para atendimento de contenciosos judiciais descritos na Nota Explicativa nº 7; e
- d) R\$ 27,1 milhões com investimentos, assim distribuídos: 1) R\$ 17,4 milhões para continuidade das obras do SARA/Rio e das Unidades Avançadas no Amapá e no Pará; 2) R\$ 9,0 milhões com aparelhos e equipamentos hospitalares; e 3) R\$ 700,0 com instalações.

II. ACOMPANHAMENTO DAS METAS DO PLANO DE TRABALHO

O Anexo I - Acompanhamento das Metas do Plano de Trabalho demonstra, por objetivo estratégico, as atividades realizadas em cada uma das unidades hospitalares e na Rede, para cumprimento das metas e indicadores previstos no Contrato de Gestão. Referido anexo detalha, por semestre e por unidade hospitalar da Rede, as metas e os resultados alcançados no exercício de 2004.

Em relação às metas quantitativas fixadas para a Prestação da Assistência Médica (Objetivo 1º) seu atendimento foi realizado na seguinte proporção: as consultas, 117,2%; atendimentos de outros profissionais de nível superior, 97,1 %; serviços de apoio ao diagnóstico e terapia, 115,0 %; internações 107,9%; e cirurgias 129,2%.

Os padrões qualitativos mínimos referentes à assistência médica foram superados: a taxa de infecção foi de 0,45 casos por 100 paciente-dia, frente a um limite superior de 2,5; a taxa de supuração em incisão cirúrgica limpa foi 1,05 % para um limite superior de 2,5 %; a taxa de ocupação hospitalar alcançou a 77,2 % para um percentual mínimo de 75%.

A satisfação dos pacientes usuários da Rede – percentual de avaliação “bom ou ótimo” para os serviços recebidos - situou-se em 98 % das opiniões do 1º semestre e 99% das opiniões colhidas no 2º semestre, superando o padrão mínimo de 90 %.

Em relação ao objetivo 2º, os programas de treinamento e qualificação superaram a meta indicada na seguinte proporção: 80,2% a mais em relação a estudantes e profissionais de hospitais públicos; e 32,7% a maior em relação aos profissionais da Rede.

A ação educativa na sociedade, visando prevenir a ocorrência das principais patologias atendidas nos hospitais da Rede, alcançou a 51.296 participantes, formada basicamente por alunos de escolas da rede de ensino de 1º e 2º grau, com idade de 10 a 16 anos, atendendo ao indicador previsto de 42 mil.

Em relação às publicações e apresentações de trabalhos científicos fora previsto mínimo de 55, tendo sido divulgados no período 122 trabalhos, merecendo especial destaque aqueles trabalhos que foram apresentados durante o Iº Congresso Internacional de Neurociências e Reabilitação realizado no SARA/Rio de Janeiro de 21 a 24 de setembro.

III. PRESTAÇÃO DE CONTAS

Nesse tópico são apresentadas as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2004, comparativamente àquelas publicadas em 2003, e que se compõem de: Balanço Patrimonial; Demonstrações dos Resultados dos Exercícios 2003 e 2004; das Mutações do Patrimônio Social 2003 e 2004; De Origens e Aplicações de Recursos de 2003 e 2004; e Notas explicativas às Demonstrações Contábeis referentes à posição de 31 de dezembro de 2003 e 2004.

Referida documentação foi objeto de verificação realizada pela Trevisan Auditores Independentes, que emitiu Parecer datado de 18 de fevereiro de 2005, cuja conclusão é a seguinte:

“3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação das Pioneiras Sociais em 31 de dezembro de 2004 e 2003, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio social e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.” Brasília, 18 de fevereiro de 2005.

É o Relatório.

IV VOTO DO RELATOR

Os documentos encaminhados pela Diretoria Executiva da Associação das Pioneiras Sociais à apreciação deste Conselho de Administração – Relatório de Atividades, Demonstrações Contábeis e Parecer da Auditoria Independente - aqui relatados, comprovam que, no exercício de 2004, a Rede SARAH cumpriu integralmente as metas e indicadores estabelecidos para cada um dos Objetivos do Contrato de Gestão.

A análise comparativa dos principais indicadores deixa claro que a assistência médica prestada pela Rede SARAH (Objetivo 1º) vem crescendo, mantendo-se o padrão de produtividade dos empregados e de eficiência na aplicação dos recursos, ao tempo em que se observa melhoria contínua do padrão de qualidade da assistência prestada aos pacientes, o que é corroborado pela classificação de “bom e ótimo” dada ao atendimento recebido segundo a opinião de 99% dos pacientes, colhida no 2º semestre de 2004.

Quanto aos demais objetivos as metas e indicadores foram também superados.

No objetivo 2º - formação e qualificação de estudantes e profissionais da rede pública de hospitais e do quadro próprio -, os programas realizados superaram a meta indicada em 80,2% na qualificação de estudantes e profissionais de hospitais públicos (com 8.112 participações); e em 32,7% em relação aos profissionais da Rede (5.308 participações).

A ação educativa na sociedade visando prevenir a ocorrência das principais patologias atendidas nos hospitais da Rede (3º Objetivo), alcançou a 51.296 participantes, basicamente alunos de escolas da rede de ensino de 1º e 2º grau, com idade de 10 a 16 anos, superando o número previsto de 42 mil.

Quanto ao objetivo 4º - desenvolvimento de pesquisas – fora previsto um número de 55 trabalhos tendo sido apresentados 122 pesquisas. A propósito, considero fundamental destacar a importância do 1º Congresso Internacional de Neurociências e Reabilitação, de 21 a 24 de setembro no Centro Internacional de Neurociências e Reabilitação situado no Lago Norte para o desenvolvimento da pesquisa no campo de saúde. O Congresso teve a participação de 521 profissionais oriundos de várias instituições brasileiras e de outros 16 países, além de profissionais da Rede.

Organizado pela Rede SARAH, o Congresso contou com a efetiva colaboração das sociedades internacionais – International Neuropsychological Society / INS, World Federation for Neurorehabilitation / WFNR, Academy of Multidisciplinary Neurotraumatology / AMN - e do periódico Pediatric Rehabilitation. As conferências foram proferidas por profissionais da Rede SARAH, de instituições nacionais e por pesquisadores internacionais oriundos dos países – Alemanha, Argentina, Dinamarca, Estados Unidos, França, Inglaterra, México, Romênia, Singapura e Suíça.

Finalmente, faço incluir síntese de dados sobre o atendimento, montante de valor aplicado, qualidade e custos tomando como referência os anos de 1997, 2000 e 2004 que indicam:

- a) o custo médio do paciente-dia (pacientes internados) reduziu-se em 39% passando de US\$ 267,7 em 1997 para US\$ 163,44 em 2004; neste período, o percentual de pacientes que considerou ter o seu problema sido resolvido passou de 83% para 89%;
- b) as despesas de custeio de uma atividade médica ou de reabilitação diminuíram 28,3%: de US\$ 2,72 em 1997 para US\$ 1,95 em 2004; já a qualidade do atendimento, medida pelo conceito “bom e ótimo” colhido em pesquisa junto aos pacientes aumentou de 93% (1997), para 98% (2000), alcançando 99% (2º semestre de 2004);
- c) o número de pacientes atendidos em 2004 foi de 1.323.086, superando em 579.825 o atendimento realizado em 1997, um crescimento de 78%; em sentido contrário, o montante de recursos aplicados para realizar esses atendimentos (pessoal, custeio e equipamentos) passou de US\$ 126,6 milhões em 1997, para US\$ 112,0 milhões em 2000 e alcançando a US\$ 110,9 milhões no exercício de 2004.

Com essas considerações, e à vista do que consta no Relatório precedente, VOTO no sentido de que sejam aprovados os documentos oferecidos pela Administração da APS e aqui apreciados - RELATÓRIO DE ATIVIDADES e ACOMPANHAMENTO DAS METAS DO CONTRATO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS - todos referentes ao exercício de 2004.

Brasília, de abril de 2005.

4. **Objetivo 4º - Desenvolvimento de pesquisas e normas e avaliação de tecnologias**

Desenvolver pesquisas científicas, normas técnicas e avaliação de tecnologias e equipamentos hospitalares, divulgando os resultados nacional e internacionalmente.

O 1º Congresso Internacional de Neurociências e Reabilitação criou um ambiente propício para a elaboração de trabalhos científicos para os profissionais da Rede SARAÍ dos quais foram apresentados 122 trabalhos (a meta anual era de 55), assim distribuídos segundo as linhas de pesquisa e áreas de aplicação:

<u>Áreas</u>	<u>Trabalhos</u>
Reabilitação Infantil	21
Reabilitação de Adulto	15
Neurofarmacologia / Anestesiologia	5
Avaliação Clínico Funcional Lesado Medular	5
Avaliação Clínico Funcional Lesado Cerebral	18
Genética Humana, Bioquímica e Metabolismo	4
Neurociências	33
Neurofisiologia	6
Outras	15

Evidencia também o Relatório a participação e profissionais em 27 eventos científicos, dos quais 11 a nível internacional.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PFL – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, dentro do critério de alternância em sessões não deliberativas, para uma comunicação de interesse partidário, ao nobre Líder Sérgio Zambiasi.

S. Exª dispõe de até cinco minutos.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, inicialmente, associo-me às manifestações do querido companheiro Paulo Paim pela passagem, hoje, dos 170 anos de instalação da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Aliás, essas comemorações, que se iniciam hoje, estendem-se até 20 de setembro, quando o Rio Grande comemora os 170 anos da Revolução Farroupilha.

É sempre bom nos referirmos à excelência do trabalho dos Parlamentares gaúchos. A Assembléia do Rio Grande do Sul é um dos poucos entes públicos

do Brasil que segue rigorosamente a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tive o privilégio de ser Presidente daquela Casa durante dois anos, no período em que essa lei entrou em vigor. Com a contribuição do quadro de servidores e dos Parlamentares, conseguimos ajustar a Casa à Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo ela hoje citada na imprensa gaúcha como um dos poucos entes públicos enquadrados em seu rigor.

Foi aquela Casa também o nascedouro político de um dos grandes líderes deste plenário, o nosso querido Senador Pedro Simon, que fez ali uma das trincheiras para combater a ditadura e que, a partir dali, liderou o movimento para a instalação do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul. Faço essa referência para registrar que aquela Casa emprestou ao Brasil grandes nomes e grandes lideranças. Esses festejos que hoje se iniciam serão concluídos em 20 de setembro, com os 170 anos da Revolução Farroupilha.

Porém, o assunto escolhido hoje refere-se a esta Casa, a um projeto que aqui está tramitando, de autoria do nosso eminente Senador Jefferson Péres, um parlamentar cuja atuação se destaca, também, pela ênfase que dá a questões de grande relevância social. O Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1999, companheiro Paulo Paim, atende a uma expectativa que está diretamente ligada ao trabalho de V. Ex^a no resgate da auto-estima daqueles que têm mais de 40 anos e que, infelizmente, se vêem no abandono do desemprego.

O Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1999, deverá ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos o mais breve possível. Ele prevê incentivos fiscais para empresas que empregarem trabalhadores com mais de 40 anos.

Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores, a relevância dessa questão é de tal monta que merece algumas considerações mais pontuais. A realidade do desemprego no Brasil é trágica. A maior parte da oferta de empregos está focada no jovem, sob a alegação de que ainda não está formado e pode ser moldado de acordo com as conveniências da empresa que o acolhe.

Por trás dessa argumentação está uma triste realidade: o excesso de oferta de trabalhadores que necessitam de emprego e se submetem a regras discriminatórias e até injustas, sob vários pontos de vista. Essa, sim, é a dura verdade, a dura realidade.

Neste Brasil tão contraditório, encontramos traços culturais estranhos, que vão desde o preconceito racial até a discriminação contra minorias e, pasmem, Senadores e Senadoras, contra pessoas consideradas velhas para o mundo do trabalho formal.

Ora, nas economias mais desenvolvidas é comum privilegiar a experiência profissional, a capacidade de inovar decorrente do conhecimento acumulado e de resolver questões a partir da maturidade.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS.)

– Vou solicitar a benevolência do Sr. Presidente para me conceder mais dois minutos e concluir o tema que considero de relevância.

É um contra-senso discriminar o trabalhador pela sua idade.

Durante um período da economia industrial isso foi real, porém o desenvolvimento da tecnologia e os avanços sociais conquistados duramente levaram a mudanças radicais nesse processo. A robótica e a automação dos processos produtivos estão crescentemente substituindo o trabalho braçal. O trabalhador não será mais medido por sua capacidade produtiva braçal, mas, sim, por sua capacidade intelectual.

Em relação à contratação de pessoas, é fundamental que se crie uma cultura realmente democrática, baseada na realidade concreta brasileira.

Nossa população está envelhecendo, os dados estatísticos o demonstram. Mas, também, os brasileiros ganharam mais tempo de vida, por vários fatores, sobretudo decorrentes dos avanços da Medicina e da prática de hábitos de vida mais saudáveis.

Sabemos que a inteligência humana se desenvolve mais e se mantém mais ativa se o indivíduo for produtivo. É preciso que a sociedade empresarial e o Estado entendam isso! É vital que o Brasil aproveite o seu capital intelectual e social plenamente. Pessoas que são vistas hoje como improdutivas por serem consideradas velhas são, na prática, vítimas de cruel discriminação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, emocionado, narro a epopéia de um contrerrâneo, de um gaúcho que faz uma caminhada da cidade de Rosário do Sul, próxima à fronteira com o Uruguai, lá no nosso Rio Grande, até Brasília, Paulo Paim. Ele virá nos encontrar, a mim, a V. Ex^a e ao nosso companheiro Pedro Simon. Ele virá até os nossos gabinetes. É uma caminhada de protesto. Esse cidadão se chama João Alberto Xavier de Miranda, tem 59 anos de idade e se encontra, hoje, no Estado de São Paulo. Até o final desta semana, estará em Minas Gerais, já tendo percorrido, a pé, 1.800km. Restam ainda cerca de 800km para completar o percurso de 2.600km lá de sua terra, lá de Rosário do Sul, lá da fronteira com o Uruguai até Brasília.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse brasileiro faz esse enorme esforço físico, esse sacrifício, em protesto contra o desemprego, contra o preconceito que sofrem pessoas consideradas velhas para o mercado de trabalho.

Nas palavras desse herói excluído: “Não é possível um país continuar como está. As universidades despejam, anualmente, os jovens no mercado de trabalho e as empresas não os aceitam alegando que não têm experiência, mas se as empresas não derem oportunidade, como vão ganhar experiência? Por outro lado, o mercado despreza quem tem experiência, ou seja, homens e mulheres acima de 40 anos não são bem aceitos pelas empresas. Com quem o País pretende contar para fazer seu desenvolvimento? Com quem o País pode fazer seu futuro?”

Sr^{as} e Srs. Senadores, esse brasileiro é um dos milhões que começaram a trabalhar cedo. Concluiu o segundo grau, mas não teve oportunidade de cursar uma faculdade. Foi vencedor lá no começo e trabalhou durante muitos anos, mas hoje está desempregado. Ele diz ainda: “Busquei emprego como toda pessoa normal, nas agências e pelos classificados. Utilizei os serviços especializados de uma empresa de recursos

humanos para colocar meu currículo no mercado, mas esbarrei no fator idade”.

Esse cidadão afirma também que se encontra em plena forma física e intelectual, tanto que caminha há semanas para cobrir esses 2600 quilômetros. Aos 59 anos sente-se totalmente capaz de continuar lutando pela sua sobrevivência e de contribuir para o desenvolvimento de seu País.

Diz, ainda, que não pode se acomodar e aceitar passivamente uma discriminação injusta. Argumenta de forma contundente: “Se acumulamos experiência, ganhamos eficiência e competência, o mercado deve reconhecer e aproveitar essa mão-de-obra, e não excluí-la, baseado apenas no item idade. O Brasil está na contramão da história ao desprezar os profissionais e trabalhadores da terceira idade”.

Sr. Presidente, como trabalhador, como gaúcho, brasileiro, cidadão e Senador, faço minhas as palavras desse conterrâneo e conclamo o Senado a um esforço marcante de cidadania, no sentido de criarmos condições objetivas para diminuir o desemprego e o preconceito neste País.

A aprovação do projeto de lei do Senador Jefferson Péres, com certeza, é um bom início!

Finalizo, Sr. Presidente, com um verso de outro ilustre brasileiro que, infelizmente, já não se encontra entre nós, mas seu canto se faz presente e perene.

Gonzaguinha cantava: “Um homem se humilha se castram os seus sonhos. Seu sonho é sua vida, e vida é trabalho. E sem o seu trabalho, um homem não tem honra, e sem a sua honra, se morre, se mata”.

Obrigado, Sr. Presidente, por sua generosidade e compreensão.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência faz um esclarecimento ao Plenário: o próximo orador inscrito seria o Senador Garibaldi Alves Filho, mas como fez a chamada sem prejuízo dos oradores inscritos, o próximo deles é o sempre presidente desta Casa, Senador José Sarney, a quem concedo a palavra, por dez minutos, como orador regularmente inscrito.

A inscrição de V. Ex^a permanece, Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte o discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há 20 anos, perdemos Tancredo Neves. Amanhã, dia 21 de abril, é uma data que o Brasil guarda com profunda emoção. Como amanhã não teremos sessão na nossa Casa, estou-me antecipando para prestar à memória de Tan-

credo Neves a homenagem que lhe devo e que lhe deve todo o Brasil.

Todo o Brasil acompanhou e partilhou os momentos dramáticos em que se sucediam a esperança e o desânimo. Não foi uma tragédia pessoal, mas de toda a sociedade, mobilizada pelo projeto de redemocratização que Tancredo Neves conduziu e encarnava.

Tancredo Neves se sacrificara num gesto de grandeza, para assegurar a transição sem traumas, protelando até o último instante a cirurgia que sabia inevitável.

Assumi a responsabilidade de dar continuidade a seu sonho. Em sua inspiração, durante o tempo em que exerci a Presidência da República, encontrei forças para ser maior do que eu mesmo e vencer os desafios da redescoberta da democracia, de navegar no mar das reivindicações que surgiam de toda parte. Para que os diques que haviam contido as vozes da sociedade não estourassem, abri todas as comportas.

A lição de Tancredo Neves era a lição de uma vida. Seu longo percurso, da Câmara de Vereadores à Presidência da República, teve sempre uma coerência e uma direção. Coerência na forma de fazer política, como estadista, pela negociação e pelo compromisso, pela conciliação; direção de justiça social, dos princípios com que não transigia. Ele sempre dizia: “Eu sou um conciliador, mas, em matéria de princípios, não transijo”.

Mais de uma vez falei do quanto Tancredo representa o espírito de conciliação que é um elemento maior da política brasileira. Mas ainda uma vez é oportuno lembrar o seu papel em nossa História e como Tancredo Neves, encarnando-o, forjou um processo de redemocratização sem paralelo em nosso tempo.

Tancredo viveu um tempo de dilaceração da nossa sociedade e da própria humanidade. Um tempo descrito por outro grande mineiro de sua geração, Carlos Drummond de Andrade, como um “tempo de partidos – de homens partidos”. Um tempo de antagonismos inconciliáveis, que, expostos pelos novos meios de comunicação do século XX, intensificavam-se perante a opinião pública e tornavam ainda mais difícil a aproximação e, sobretudo, a convergência política. Pois foi justamente nesse tempo, em que as posições políticas eram beatificadas ou satanizadas em função da bipolaridade ideológica, que Tancredo exerceu, com grande sabedoria e orgulhosa humildade, o sacerdócio da conciliação.

O herói de Tancredo, o Marquês de Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão, tantas vezes citado por Tancredo, vivera um tempo diferente, fundado na preservação do **status quo**, e conseguiu a façanha de abrir um espaço na luta entre liberais e conservadores. No

Segundo Reinado, o Imperador era inclinado ao diálogo e à moderação, graças a uma unidade subjacente de interesses de classe que comandava a política interna, e funcionou mesmo nos momentos de grande tensão emocional, como no período que se seguiu à Regência e o das guerras do Prata.

Mas devemos considerar que, àquele tempo, a política era uma arte da aristocracia rural que influía na formação dos quadros do Estado e da elite. Daí essa “situação de equilíbrio” que Euclides da Cunha atribuiu ao Segundo Reinado e cuja síntese mais famosa e, ao mesmo tempo, mordaz, está concluída na “boutade” de Holanda Cavalcanti, de que “não há nada mais parecido com um Saquarema do que um Luzia no poder”.

Foi tão forte esse espírito de conciliação em defesa do regime monárquico que seu mais ferrenho inimigo, Justiniano José da Rocha, terminou aceitando, como “fruto do tempo”, o Ministério de 7 de setembro de 1853, presidido pelo então Marquês do Paraná, justamente denominado “Ministério da Conciliação”.

Mais próximo do desafio de conciliação que encontrou Tancredo Neves foi o do momento em que optamos pela solução da independência com um rei português em vez da solução republicana que dominava a América. Em vez da fragmentação nos campos de batalha, o caminho de José Bonifácio construiu nossa unidade na vida institucional. O Andrada teve que vencer a resistência dos que chamava de carbonários e a hostilidade do partido português, teve que suportar o ostracismo e a restauração. Mas foi a sua lição que predominou, não só no longo do período do Império como no nascimento mesmo da República: a da busca do compromisso responsável pela construção política do País.

Extremistas e radicais nunca transformaram o mundo. A revolução e a revolta são responsáveis pelos momentos mais tristes e sangrentos da história universal. A luta contra a iniquidade é mais eficaz pela denúncia do que pela violência. A denúncia acaba com a iniquidade. A violência cria uma nova iniquidade.

A saída do governo autoritário para o Estado de Direito podia ter duas estradas. A primeira a da violência, da tomada do poder pelas armas, pela revolução sangrenta. Esta, sem dúvida, é a escolha dos exaltados, que também são motivados – não se pode negar – pelo idealismo e pela coragem. Mas, aqui e no mundo inteiro, essa virtude tem custado sangue e sacrifício. No nosso caso, sem nenhuma chance. O outro caminho é o da denúncia, da luta contra os erros, da pregação, da permanente vigilância e da demonstração da injustiça. É o terreno da política. Tancredo sempre acreditou nesse segundo caminho que, ao contrário do que pode parecer, exige maior coragem, maiores perigos e maiores sacrifícios.

Tancredo Neves articulou a transição democrática, a eleição de 1985, restaurou a democracia no Brasil, promoveu a alternância do poder sem dividir a casa, sem deixar hipotecas de tutela, fato inédito que não ocorreu em nenhum país da América Latina, nem em nenhum país que tenha vivido um ciclo de longo autoritarismo. Basta vermos o exemplo do Chile, onde as hipotecas militares estão sendo até hoje tratadas, ou o exemplo da Argentina, que não encontrou ainda seu grande caminho, e onde Alfonsín teve de lidar com muitas rebeliões militares.

Com o tempo, fica cada vez mais nítida em nossa história a figura de Tancredo como Patrono da Democracia, como um mártir da liberdade política.

Muitas vezes tenho afirmado que Tancredo foi o homem preparado pela História para essa missão. Ninguém melhor do que ele seria capaz de construir, naquele momento, a transição que vivemos. Ninguém melhor do que ele seria capaz de construir o Brasil em que hoje vivemos, de uma democracia exemplar, em que a sociedade civil questiona e, num sistema de capilaridade, se derrama por todo o tecido social em organizações de classes, categorias, crenças, bairros, ruas, clubes, associações. A opinião pública, nova interlocutora da sociedade, participa, expressa-se numa mídia viva, moderna, livre, sem limites, e ajuda o País a melhorar seus costumes políticos, num combate sistemático contra os abusos e desvios do poder.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Sarney, peço a V. Ex^a um aparte.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Darei um aparte a V. Ex^a em seguida.

Tancredo tinha sido preparado, porque, quando foi Ministro de Vargas, à beira do tumulto de Getúlio Vargas, naquela manhã fria de São Borja, discursou. Mas o seu discurso, em meio à comoção do suicídio do Presidente, não é um discurso de divisão; é um discurso que prega que o sangue derramado com o martírio de Getúlio não deve ser um ponto de divisão. Em vez de ele instigar a discórdia, com suas palavras ele mostra que aquele é um fato histórico. Jamais, portanto, prega a desunião, o ódio, a revolta e a divisão do Brasil.

Quando chega a hora de Juscelino Kubitschek assumir a Presidência, há o problema da discutida maioria absoluta. Tancredo costura, outra vez, o processo. Depois de negociar o modelo da cédula oficial – que era o problema daquele tempo – e de conjugar as forças políticas militares e civis, assegura a posse de Juscelino.

É o mesmo Tancredo, após a renúncia de Jânio Quadros e os riscos que rondavam a posse de João Goulart, dentro e fora do Parlamento, que faz as costuras políticas que dão a sustentação necessária para

a posse de Jango, de maneira que ele pôde voltar ao Brasil, sem que tenha havido interrupção do regime democrático. Se tivemos a concessão do Parlamentarismo, foi uma solução de transição que, depois, foi superada.

É o mesmo Tancredo que se prepara, ao longo do tempo, para vir a ser o homem que faça a transição de um regime autoritário para um regime de plena liberdade, sem que tivéssemos rupturas maiores.

É a esse Tancredo que, infelizmente, no dia 21 de abril 1985, a morte rouba da História.

Ouçó, com grande prazer, o aparte do Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Sarney, ninguém melhor do que V. Ex^a, com a autoridade de escritor, de parlamentar e ex-presidente, para falar de Tancredo. Mas queria trazer o aspecto religioso: Tancredo era muito religioso, cristão, franciscano como o nosso companheiro Senador Pedro Simon. O momento alto de Tancredo foi quando o Espírito Santo o iluminou e ele teve a inspiração e a sapiência de buscar para ser seu companheiro de chapa V. Ex^a, com as mesmas virtudes dele, de conciliador e pacificador. Como disse o nosso Senador Marco Maciel, referindo-se à escolha do substituto do Papa: “O Espírito Santo soube iluminar”.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado pelo aparte de V. Ex^a.

Sr. Presidente, eu, que presidi esta Casa durante tanto tempo, não quero ser daqueles que excedem o tempo, por isso vou pedir à Casa que transcreva o discurso que preparei para homenagear Tancredo Neves.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a ainda dispõe de quatro minutos.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Então, nesses quatro minutos, concluirei a homenagem que faço – como é do meu dever – a Tancredo Neves, dizendo que ele transformou a sua energia para construir a engenharia política da transição.

A História preparou Tancredo Neves. Ele foi o tático e o estrategista das grandes causas. Tancredo construiu essa etapa importante como um oleiro, amassando pacientemente o seu barro. E o fez com o cuidado, a sabedoria e a capacidade em que ninguém o superava.

Toda sua vida foi dedicada a encontrar caminhos com as virtudes que só estadistas possuem, que são, repito, a paciência, prudência, compreensão, diálogo, sem que isso implique na abdicação de princípios.

Tancredo Neves sabia que nem a revolução nem a sedição iriam derrubar o regime autoritário. A única arma era a competente negociação política.

Em março de 1978, Tancredo tornara-se líder da Bancada do MDB na Câmara. Em novembro, mês em que acaba o bipartidarismo, elegera-se senador. Articulara, então, a criação do Partido Popular-PP, de centro, que reunia dissidentes do MDB e da Arena, inclusive seu histórico rival Magalhães Pinto. Solução mineira: Tancredo é o presidente e Magalhães o presidente de honra. Era a tentativa de criar uma opção de poder de centro, democrática, diferenciada da esquerda e da direita radical. No final de 1981, o governo Figueiredo passava o voto vinculado e abatia o PP que, então, reagiu e se fundiu com o PMDB. No final de 1978, caiu o AI-5, com a Emenda Constitucional de que fui Relator.

Eleito governador de Minas em 82, Tancredo assume, em março de 83, e prossegue a luta pela redemocratização. “O primeiro compromisso de Minas é com a liberdade.” “Liberdade é o outro nome de Minas”. Então, age no Congresso, na imprensa, na prática permanente do diálogo e da conciliação. No governo de Minas, acerta com Aureliano Chaves o Acordo de Minas. – Aureliano, outro patriota, grande brasileiro, a quem a Nação muito deve. Se um dos dois saísse candidato a presidente, o outro apoiaria. Participa da campanha por eleições “Diretas-Já” para presidente no início de 84. Prega a união nacional. Trabalha exageradamente e diz com ironia. “Para descansar, tenho a eternidade.”

Com apoio de amplo espectro ideológico, compõe, costura e aglutina as forças de oposição e dissidentes do governo como Aureliano Chaves, Marco Maciel, Antonio Carlos Magalhães, Jorge Bornhausen, eu próprio e muitos outros e sai candidato à Presidência no Colégio Eleitoral. Tece engenhosa articulação dentro do PMDB. Une os diversos grupos e correntes, rompe resistências no seu partido, recebe a adesão do grupo autêntico, atrai o apoio de Ulysses. Dialoga com setores do governo, vai à sociedade civil, dialoga com lideranças militares, quebra resistências, vence manobras políticas. Faz vibrante campanha por todo o País, recebendo a aprovação direta do povo nas ruas e praças, sempre com a bandeira da conciliação nacional, sem revanchismo, como saída para o impasse e a crise.

Transige e negocia. Transforma a energia política da campanha das “Diretas Já” em combustível da vitória no Colégio Eleitoral. Faz impensável engenharia política. Coerente, é sempre o moderado fiel à liberdade. Prega mudanças, promete a convocação de assembleia nacional constituinte, pede união e condena o sentimento de represália. O projeto é a democracia. Tranqüiliza todos, militares e civis. Faz o que adora fazer: política. A grande política.

Ninguém governa os tempos. Como numa tragédia grega, Tancredo Neves lidera o final da transição política convivendo com a doença, que só ele devia saber ter. Luta contra o tempo: receia crise político-militar de desenlace imprevisível caso não resistisse até ser empossado. Seria o comprometimento do projeto democrático, da Nova República. Estava informado de que o Presidente Figueiredo não daria posse ao vice-presidente eleito. Luta desesperadamente contra o tempo; sofre. Confere seu esquema militar de apoio à transição. A doença se agrava e, com ela, o temor da crise e do retrocesso político. Decide correr o risco de perder a própria vida, o que é, sem dúvida, uma imolação.

Depois de 51 anos de vida pública, a dor implacável a quinze horas da posse da manhã de 15 de março de 1985. A intubação, a indicação cirúrgica e sua tenaz resistência. Não admite ser operado antes da posse. Aos médicos resiste, luta, implora: “Eu peço, pelo amor de Deus: me deixem até amanhã e, depois de amanhã, façam de mim o que vocês quiserem. Mas eu tenho uma obrigação. É um compromisso que eu tenho. Eu sei, de fonte fidedigna, que o Figueiredo não dá posse ao Sarney”.

No hospital, sua preocupação não é a saúde; é o País; é a conclusão da transição. Diz a Dornelles: “Não me operarei. O Figueiredo não transmite o Poder ao Sarney”. Dornelles, no interesse de sua saúde, diz-lhe que acaba de estar com o Dr. Leitão de Abreu e que o Presidente vai transmitir o governo.

Então, aceita a decisão de ser operado.

Sua longa operação rompe a madrugada até a manhã. Ao acordar da anestesia, sua preocupação é com a transição. Suas primeiras palavras aos médicos são as seguintes: “Então, como foi? O Sarney tomou posse? Correu tudo bem?”

Era a sua preocupação: ele lidava com a morte diante do seu espírito público.

Ele sabia o que custaria chegar àquele instante. Se ele aceitasse hospitalizar-se dias antes, a transição não ocorreria. O problema institucional estava implantado. Por isso, no silêncio da sua dor, com as mãos frias que tantas vezes apertei, havia um grande sofrimento.

Quero ressaltar também a dor sem fim de sua família. O exemplo superior de amor e dedicação que, naquele momento, o País presenciou na figura de D. Risoleta Tolentino Neves.

O líder é aquele que consegue harmonizar vontades, unificá-las com determinado e altruístico objetivo. Liderar não é uma tarefa solitária; ela necessita de adeptos, de coadjuvantes, de co-autores e de seguidores. Tancredo liderava líderes e, nesse nível, como dizia Guimarães Rosa em relação à vida, liderar é muito perigoso.

Ele corria esse perigo permanentemente, até mesmo porque essa atividade política é feita num

terreno de vaidades, interesses, frustrações, invejas, ciúmes e todos os pecados capitais do exercício de comandar.

Mártir, como bem definem as religiões, é aquele que não resiste, não se revolta; aceita o sacrifício pela sua fé. É essa a concepção do mártir.

Tancredo é, portanto, um exemplo de mártir na História do Brasil. Ele aceita morrer porque esse é o seu destino; é a exigência da sua fé: a democracia, a transição democrática e o Brasil.

Ele caminhou até o fim. E até o fim foi fiel ao povo brasileiro.

Nós podíamos dizer aquilo que São João disse em seu Evangelho, ou seja, que Cristo amou os homens até o fim. Tancredo amou o Brasil e os brasileiros até o fim, chegando ao martírio pela causa nacional.

O legado de Tancredo está aí. O seu projeto, ao qual permaneci e permanecerei fiel, frutificou. Construímos a liberdade, iniciamos uma democracia ampla que ultrapassou os postulados tradicionais da democracia representativa.

Tancredo foi sempre a minha inspiração. Nada fiz sem pensar no que ele faria naquelas circunstâncias.

Afonso Arinos – e repito o que já disse desta tribuna – resumiu, brilhantemente, a frase que definirá, perante a história, Tancredo Neves: “Há homens que dão a vida pelo País, Tancredo deu mais, deu a morte.”

Tancredo, portanto, é uma falta. Não é uma saudade, porque ele será sempre uma inspiração que deve ser invocada e que não permite que se passe um só dia, um só momento sem que sintamos a dor de tê-lo perdido naquele dia 21 de abril de 1985.

Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – É sempre um orgulho conceder um aparte a V. Ex^a, mesmo que já tenha terminado o meu discurso.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – O Senador Romeu Tuma está na frente; pediu o aparte primeiro.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Ouço, com muito prazer, o aparte do Senador Romeu Tuma e, em seguida, ouvirei o Senador Eduardo Suplicy, se a Mesa assim o permitir.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Eu havia pedido um aparte, mas acabei desistindo em razão da sequência que V. Ex^a estava dando ao seu pronunciamento. Acompanhei o calvário do Presidente Tancredo Neves quando de sua permanência no Incor e posso testemunhar as inúmeras vezes em que V. Ex^a lá esteve. Senti, na fala de V. Ex^a, toda a história de sofrimento de Tancredo Neves em busca de algo maior: a unidade

da Pátria, que passava pela transição de um regime de exceção para um regime democrático. Presidente Sarney, quando os Cardeais se reuniram em consistório para discutirem a eleição do novo Papa foi pedido a inspiração do Espírito Santo, o mesmo Espírito Santo que estava sobre o Brasil quando fez V. Ex^a candidato a Vice-Presidente e depois a Presidente da República, que soube, sem dúvida nenhuma, conduzir este País à redemocratização. Hoje uma República respeitada pelo trabalho que V. Ex^a desenvolveu.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. V. Ex^a é sempre tão generoso!

Aproveito este momento para agradecer e ressaltar a contribuição de V. Ex^a a meu Governo, que, na direção da Polícia Federal e ao me prestar assessoria permanente sobre segurança nacional, foi um homem que muito ajudou naqueles momentos difíceis. Reconhecerei sempre, agradecido que sou, que V. Ex^a foi um grande colaborador e me deu tantas ajudas. Acredito que, se o Espírito Santo naquele tempo ajudou o Presidente, ajudou-o também a escolher os seus auxiliares, tendo escolhido V. Ex^a.

Tem a palavra, para um aparte, o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador e Presidente José Sarney, em primeiro lugar, gostaria de congratular-me pelo testemunho que aqui nos dá a respeito da extraordinária figura que foi o Presidente, o Governador, o Parlamentar e o Senador Tancredo Neves, sobretudo por destacar o quanto ele amou o povo brasileiro, ajudou a construir uma Nação e contribuiu para o processo de democratização. V. Ex^a sabe que acompanhei o Partido dos Trabalhadores, à época, não votando favoravelmente nele e, conseqüentemente, em V. Ex^a, porque era o nosso posicionamento aceitarmos apenas a eleição direta para a Presidência. Mas não posso deixar de expressar meu reconhecimento ao extraordinário esforço, ao empenho, à coragem e à dedicação de Tancredo Neves ao longo de toda a sua vida pública, inclusive naquele momento, visando à democratização do País. Além disso, gostaria de expressar minha discordância em público acerca de um artigo que li, ontem, escrito por um jornalista amigo meu – e a quem respeito muito. O jornalista Clóvis Rossi fez uma referência que não avaliei justa para com V. Ex^a. Quero aqui dar o meu testemunho de que, não apenas neste pronunciamento, mas em muitas ocasiões, V. Ex^a, como Senador eleito diretamente pelo povo – antes pelo povo do Maranhão e nesta legislatura pelo povo do Amapá –, tem dado, sim, uma contribuição muito significativa a este Senado Federal, inclusive ajudando-nos a todos nós, Sr^{as} e Srs. Senadores, a pensar, a refletir, a encontrar melhores caminhos. Pergunta Clóvis Rossi: “Mas que idéia brilhante, salvadora da Pátria teria o Senador José Sarney a apresen-

tar?” O jornalista está analisando o caso de ex-Senadores vitalícios para, daí, dar um exemplo que, quem sabe, não seria tão relevante. Quero dizer que não estou persuadido pela idéia de se conceder o posto de Senador vitalício para ex-Presidentes, mas entendo que é diferente a situação de um ex-Presidente que disputou o voto popular, que foi eleito legitimamente pelo povo e, inclusive pelos seus colegas como Presidente do Senado, em reconhecimento à contribuição que têm prestado à História deste País, tanto como Presidente como Senador. Então, quero transmitir de viva voz ao Clóvis Rossi, um brilhante jornalista, que inclusive fez uma cobertura excelente acerca dos episódios da eleição do Papa, que, nesse caso, ele não foi justo para com V. Ex^a, pois V. Ex^a deu e continua a dar uma grande contribuição ao Brasil.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado, nobre Senador Eduardo Suplicy, pelo testemunho de V. Ex^a. Acho que toda a Casa deve reconhecer que tenho procurado ser, na vida pública, aquele homem pelo qual o poder passou sem nunca tê-lo transformado. Continuo sendo a mesma pessoa que sempre fui. Voltei a ser cidadão comum depois de ter exercido a Presidência da República e só tenho a agradecer, porque, em todos os lugares deste País por onde passo, nunca recebi nenhuma hostilidade, senão provas de amabilidade, de carinho e de consideração. Disputei eleições, como qualquer um dos que aqui estão, submetendo-me a todo o processo eleitoral com a certeza de que o poder é uma coisa transitória, que passa e que não deve modificar ninguém. Se há algo que eu posso dar como exemplo a esta Casa é este: de que o Presidente da República deve pensar, em todos os momentos, que ele vai deixar de ser Presidente da República, que ele vai voltar a ser cidadão e que deve voltar a ser cidadão com o respeito dos seus cidadãos.

Portanto, é esse agradecimento que devo a V. Ex^a.

Na verdade, hoje aqui estou para prestar essa homenagem à memória de Tancredo Neves, como todos os anos tenho feito. Amanhã estarei em São João Del Rei, no túmulo de Tancredo Neves, recordando-me do ocorrido há 20 anos, quando, todos nós, com o coração amargurado, sem saber os caminhos que íamos trilhar, lá estávamos, naquela noite fria de São João Del Rei.

Ao meu lado, a figura excepcional de Ulysses Guimarães, homem que teve extraordinária participação na transição democrática deste País. Como grande lutador, desempenhou um papel importantíssimo na transição e em nenhum momento deixou de ser o patriota que foi. Quando eu manifestei a minha vontade em não assumir a Presidência, ele disse-me: “Não, Sarney, você tem que assumir a Presidência, porque isso manda a Constituição. E não queira agregar um problema adicional aos que já temos”.

Sem dúvida alguma, como Presidente da Câmara, homem que tinha toda uma passagem pela história do Brasil, Ulysses demonstrou, também naquele momento, como era grande e excepcional na vida brasileira.

Amanhã – repito – estarei em São João Del Rei, cultivando a memória de Tancredo. Homenageá-lo é lembrar-me de todos aqueles que percorreram com ele esse longo caminho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Sr. Presidente José Sarney, esta Presidência, em nome de todos os demais integrantes desta Casa e da Nação brasileira, registra que se o poder não transformou V. Ex^a, V. Ex^a soube transformar o Brasil com essa democracia sólida em que todos vivemos nos dias de hoje.

O Brasil por inteiro reconhece o relevante papel de V. Ex^a na História do nosso País.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para falar como Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Tendo em vista o Regimento, Senador Aloizio Mercadante, e sendo V. Ex^a Líder titular, V. Ex^a tem, de imediato, assegurada o uso da palavra. Após V. Ex^a, a Mesa concederá a palavra a um orador inscrito para, depois, alternar com outro Líder inscrito, o Senador Maguito Vilela.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para solicitar a V. Ex^a que me inscreva como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a está devidamente inscrito, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero saudar o Presidente José Sarney pela oportunidade do pronunciamento, pelo significado da data e pela justa homenagem que este País presta a Tancredo Neves e a todos aqueles – Ulysses Guimarães, Presidente José Sarney e muitos outros – que lutaram pelo processo de democratização.

Há uma série de heróis anônimos que foram torturados, presos, perseguidos, excluídos, inclusive, deste momento em que há liberdade de expressão, de manifestação, de participação política, de Estado de direito,

de liberdade partidária, de pluralismo, de alternância no poder. A democracia é um valor universal indispensável ao processo de desenvolvimento e de construção de uma sociedade civilizada. Portanto, é sempre bom lembrar e relembrar a oportunidade desta data.

No entanto, Sr. Presidente, subo a esta tribuna para dialogar com os veículos de comunicação do Brasil – jornais, revistas, televisões e rádios – sobre o papel do Parlamento e o acompanhamento da imprensa. Muitas vezes, abrimos os jornais e vemos, referentes ao Senado Federal, uma frase de efeito, um debate político, parte do que é o teatro na política, que é uma característica das sociedades contemporâneas e midiáticas.

Entretanto, tenho sentido uma ausência sistemática do que é a produção legislativa do Parlamento brasileiro. Aprovamos matérias de grande interesse nacional, e a imprensa, talvez pela sobrecarga de trabalho, pela falta de espaço, não tem estado atenta à produção legislativa, que é a razão de ser desta Casa. A razão mais importante é o resultado do nosso trabalho, que são as leis, as resoluções, os decretos, as medidas provisórias, o que produzimos do ponto de vista do processo legislativo.

Na semana passada, aprovamos duas medidas provisórias de amplo alcance. A primeira, a do *biodiesel*, muda a matriz energética do País, buscando abrir um caminho para que a agricultura familiar tenha uma demanda assegurada, especialmente na Região Nordeste, com o óleo de mamona, e na Região Norte, com o óleo de palma. São 800 milhões de litros de óleo *diesel*, com os quais vamos criar uma fonte renovável de energia, barateando o custo da energia, despoluindo o País e melhorando a balança de pagamentos. Não encontrei um único jornal do Brasil que tratasse da aprovação da matéria.

Naquela mesma tarde, aprovamos de forma terminativa, para promulgação, o projeto de abertura dos arquivos. E hoje estamos aqui – tal como disse em seu pronunciamento o Senador José Sarney – falando em democracia. É uma dimensão fundamental da transparência do Estado, da cidadania, especialmente em um país que carregou duas décadas de ditadura. O acesso às informações é uma conquista da luta democrática no Brasil.

A lei avançou, modernizou, criou novos instrumentos, e o cidadão precisa estar informado para poder, inclusive, pressionar o Estado no sentido de obter acesso a essas informações. Para a própria imprensa, é uma dimensão muito importante, para que a sociedade possa conhecer seu passado com profundidade em áreas cujas informações jamais vieram a público. No entanto, apenas um jornal fez um

comentário qualificado, que achei crítico, um debate fundamentado sobre essa matéria.

Ontem, aprovamos 72 proposições legislativas. Aprovamos uma medida provisória que prorroga o processo de desarmamento, que é uma forma de estimular a sociedade a saber qual é a data terminativa, para que continuemos devolvendo armas, numa política de paz e de não violência, que – tenho certeza – trará importantes resultados do ponto de vista da redução dos homicídios e da violência no Brasil. Aprovamos uma medida provisória que concede créditos para o Programa Bolsa Família e para outras áreas estratégicas de políticas de governo no valor de mais de meio bilhão de reais. Aprovamos um projeto que desburocratiza e agiliza o processo de flagrante do ponto de vista do exercício da atividade policial, que é algo importante sob a ótica da eficiência do trabalho da Polícia.

Aprovamos mudanças no Código de Processo Civil, inclusive sobre a separação consensual de cônjuges, em que as visitas dos filhos têm de estar previstas mesmo quando a separação é consensual. Aprovamos crédito para a compra de aeronaves pela FAB, que são essenciais para a estrutura de transportes da nossa Força Aérea Brasileira. Aprovamos recursos para o Estado de São Paulo e para o Estado do Ceará, de uma forma criativa, que respeita a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas agrega valor do ponto de vista da receita do Estado na prestação de serviços que o banco que está sob intervenção federal presta àquele Estado, e um volume substantivo de mais de R\$60 milhões, que se transformarão em investimentos em infra-estrutura.

Aprovamos outros projetos de lei, além das indicações de um novo diretor da CVM, de dois diretores da Agência Nacional de Águas, de dois diretores da Ancine, que é a agência que cuidará da cultura e dos meios de comunicação audiovisual. Aprovamos indicação para Ministro do Superior Tribunal Militar; aprovamos a indicação de um membro da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; aprovamos indicação de vários embaixadores em missões destacadas, particularmente a do Haiti – essa é uma imensa responsabilidade, por ser o Haiti o país mais pobre da região, ainda submetido a uma situação de grande precariedade. O Brasil vem fazendo um esforço para transferir recursos para aquele país, para ajudar no processo de pacificação.

Enfim, subo à tribuna para destacar o trabalho do Senado Federal e pedir a atenção da imprensa, para que cubra, sim, a luta política, as disputas, a vida partidária, o teatro da política, mas informe, sobretudo, as matérias que, em última instância, são a dimensão mais importante do mandato parlamentar e do trabalho legislativo desta Casa.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Foram duas semanas de grande produção legislativa, de importantes realizações. Limpamos uma parte expressiva da nossa pauta, permitindo que, na próxima terça-feira, possamos tratar de algumas emendas constitucionais.

Faço, portanto, um apelo para que não seja lida nenhuma medida provisória. Há acordos de Líderes nesse sentido, para que possamos votar as matérias na terça-feira. Mesmo que elas venham da Câmara hoje, que mantenhamos esse procedimento! O Senado está submetido a um rito exaustivo de tramitação das MPs, pois trancam a pauta no dia, e temos um acordo de, na próxima terça-feira, aprovar emendas constitucionais de grande interesse nacional.

Por tudo isso, parabeno os Senadores e esta Casa. Faço um apelo público aos veículos de comunicação – pela importância e qualidade da imprensa brasileira –, para que dêem um pouco mais de atenção ao resultado do processo legislativo, que é muito importante para o cidadão, para o leitor e para a democracia brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O próximo orador regularmente inscrito, alternando com os Líderes, é o Senador Garibaldi Alves Filho. Em seguida, falará o Senador Maguito Vilela, pela Liderança do PMDB, e voltaremos à lista dos oradores regularmente inscritos.

V. Ex^a dispõe de até dez minutos, prorrogáveis, nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há pouco, eu ouvia a palavra do Senador Aloizio Mercadante e, antes, a do Senador José Sarney.

O Senador Aloizio Mercadante nos falava da frustração existente no Parlamento pela falta de divulgação do que é produzido aqui. O trabalho parlamentar nem sempre é reconhecido, Sr. Presidente, principalmente aquele feito nas Comissões, aquele que não é trazido para as luzes do plenário.

É por isso que falo do meu momento de gratificação por ver agora que o Projeto da LDO de 2006 contemplou novamente o salário mínimo com aquela fixação que foi objeto de uma emenda de minha autoria, como Relator da LDO de 2005. Portanto, a LDO de 2006 traz no seu bojo o mesmo que trouxe a LDO de 2005: a fixação do salário mínimo pela inflação – o que já acontecia por mandamento constitucional – e também pelo PIB **per capita**. Trata-se de um patamar mínimo. O salário mínimo, a partir dessa equação, não

poderá ser inferior ao crescimento do PIB **per capita** e ao índice da inflação, mas poderá ser superior.

Por exemplo, o Presidente já anunciou que, neste ano, o salário mínimo será de R\$300,00, valor que superou o referido patamar. Repito: o importante é que esse dispositivo introduzido por uma conquista parlamentar não permite que o salário mínimo seja inferior ao crescimento do PIB **per capita**; superior ele pode ser, mas não inferior.

Assim, Sr. Presidente, não trazemos apenas o registro do que foi feito, do trabalho realizado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da ajuda que tivemos do atual Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, bem como do Senador Aloizio Mercadante, do Senador Fernando Bezerra e de todos aqueles que se mostraram sensíveis a que o salário mínimo tivesse esse patamar mínimo. Como dizia o Senador Paulo Paim, que ocupava a tribuna há poucos instantes, o importante é que o salário mínimo tenha uma política permanente. Já é um avanço que a LDO trate de salário mínimo; antes, só falava em Produto Interno Bruto, investimento, carga tributária. Deve haver uma política permanente para o salário mínimo, pois 12,3% dos empregados com carteira de trabalho assinada ainda o recebem, o que é muito! Seria positivo se houvesse muito poucos trabalhadores recebendo salário mínimo, mas, em nosso País, Senador Geraldo Mesquita Júnior, 3,1 milhões o recebem.

O salário mínimo ainda é importante porque, como todos sabemos, é o piso dos benefícios da Previdência e da LOAS. Mais de 15 milhões de beneficiários desses sistemas recebem salário mínimo.

Sr. Presidente, quero dar conhecimento da luta desencadeada no ano passado, quando tive a oportunidade de ser Relator da LDO. No que se refere a este ano, ninguém pense que tudo caiu do céu. É claro que o Governo teve sensibilidade, mas, se não fosse a luta levada a efeito no ano passado, não haveria nenhuma política de salário mínimo, nem na LDO, nem no Orçamento. Ao contrário, ocorreria aquele debate acalorado e muitas vezes infrutífero, que levava a um acirramento muito grande.

Quando nos referimos à dívida social, devemos ter em mente que a maior é aquela para com o reajuste do salário mínimo. A despeito de estarmos ainda muito longe de assegurar a recuperação do salário mínimo, estamos avançando.

Há avanços. E trouxe exemplos para o conhecimento de todos. Existem muitos projetos – inclusive, um de minha autoria – no sentido de consagrar uma política permanente. Por ora, o guardião de um patamar mínimo do salário mínimo no Brasil, Sras e Srs.

Senadores, chama-se Lei de Diretrizes Orçamentárias. Em 2005, ela já cumpriu esse papel; em 2006, voltará a exercê-lo. Será muito difícil o Governo deixar de manter na LDO essa garantia do salário mínimo, conquistada por meio de uma luta parlamentar que teve como fórum, como cenário, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Deixo este registro com a certeza de que teremos a oportunidade de apreciar a LDO de 2006. Após passar pela Comissão de Orçamentos, ela deverá ser aprovada pelo Plenário do Congresso Nacional – isso, se as regras de reestruturação da Comissão, cujo trabalho está acelerado, não passarem a vigor.

Concedo o aparte ao Senador Paulo Paim, que é realmente aquele que merece todas as nossas homenagens quando se fala de salário mínimo.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Garibaldi Alves Filho, ouvi seu pronunciamento e quero dar a César o que é de César. Há muito tempo, temos discutido a possibilidade de o PIB ser um instrumento de correção automática do salário mínimo. Muitos resistiram. V. Ex^a, como Relator da matéria, ousou: não ao acatar a proposta desse ou daquele Senador, desse ou daquele Deputado – até porque a minha era pelo dobro do PIB –, mas ao fazer com que, pela primeira vez, constasse no Orçamento da União que o salário mínimo seria reajustado conforme a inflação, mais o PIB. Sua proposta não mencionava o PIB **per capita**. V. Ex^a, naturalmente, no processo de negociação e discussão, informou-nos que havia conseguido colocar o PIB, algo que já defendia, assim como eu e outros Senadores, Deputados e líderes sindicais. Mas quero dizer que, se constou, na peça orçamentária do ano passado e na LDO deste ano, que o salário mínimo será reajustado, pelo menos, pelo PIB **per capita**, o que significa um primeiro passo, o mérito é de V. Ex^a. Ouvi o seu comentário, mas quero, de público, dizer que há muito se fala nisso, mas somente entrou em discussão no momento em que V. Ex^a ousou, defendeu, negociou e colocou lá. Por isso, meu aparte deve-se muito mais a cumprimentá-lo. Se não fosse V. Ex^a, com certeza não teríamos dado esse primeiro passo, estaríamos a discutir de quanto seria o reajuste. E V. Ex^a, pela sua ousadia, conseguiu fazer que esse ponto avançasse. Eu, claro, vou continuar sempre achando que o salário mínimo pode avançar mais. Mas se o primeiro passo foi dado, o mérito é de V. Ex^a.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Senador Paulo Paim, quem faz um discurso sobre o salário mínimo e tem a oportunidade de ouvir o depoimento que ouvi de V. Ex^a só pode sair desta tribuna gratificado, orgulhoso até, porque se há um Parlamentar com autoridade para falar sobre o salário mínimo,

e, sobretudo, sobre resistência à conquista de um salário mínimo maior, esse Parlamentar é V. Ex^a. Fique certo de que resistência houve, e V. Ex^a sabe disso. A resistência vem amainando no sentido de que possamos avançar ainda mais. Isso vai se dever sempre a V. Ex^a, sobretudo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Ainda dentro do critério de alternância, a Presidência concede a palavra ao nobre Senador Maguito Vilela, para uma comunicação de interesse partidário.

S. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, grande parte do noticiário da imprensa na semana passada foi tomado pelo episódio da prisão do jogador de futebol argentino Leandro Desábato, preso sob a acusação de racismo. Desábato, de 26 anos, atleta do Quilmes, de Buenos Aires, foi detido na madrugada da quinta-feira, após jogo contra o São Paulo, na Capital paulista.

Ele foi indiciado sob a acusação de injúria qualificada, que se trata de ofensa à dignidade de alguém com elementos de raça, cor ou religião. No caso, a vítima foi o atacante são-paulino Grafite, insultado pelo argentino com xingamentos de cunho racista durante aquela partida.

Desábato ficou preso por dois dias no trigésimo quarto Distrito Policial de São Paulo. Só foi libertado após pagamento de fiança. O assunto ganhou a imprensa mundial e reforçou a luta contra o racismo no esporte, fato crescente nos últimos meses, especialmente na Europa.

Salvo algumas isoladas opiniões contrárias à correta atitude da polícia paulista, que acusaram exagero no cumprimento da lei, houve aplausos em todo o mundo. A prisão do zagueiro argentino, de fato, carrega um forte simbolismo que pode inibir ações preconceituosas aqui e em outros lugares, no esporte e fora dele.

Causou-me estranheza, entretanto, algumas opiniões isoladas condenando a prisão de Desábato. O Brasil, inúmeras vezes, é criticado por não fazer cumprir suas leis. Quando são cumpridas, não se pode condenar tais ações.

Racismo é crime. E quem comete atos de racismo precisa responder pelo que fez perante a Justiça comum, sim, senhor.

O zagueiro não foi vítima de exagero nem de perseguição. Foi corretamente enquadrado no art. 140, § 3º do Código Penal Brasileiro. Caso condenado, pode pegar pena de reclusão de um a três anos, além, naturalmente, de multa.

O Presidente da Confederação Sul-Americana de Futebol, Nicola Leoz, anunciou a suspensão preventiva de um jogo do zagueiro e, além disso, uma ampla campanha em repúdio ao racismo em toda a América do Sul. Foi um fato positivo.

O Presidente da CFB, Ricardo Teixeira, disse que o Brasil deu um exemplo positivo para o mundo, um exemplo que certamente irá inibir as crescentes ações de racismo no esporte.

Desde o final do ano passado, uma série de episódios racistas envolvendo astros do futebol mundial assola a Europa. As principais vítimas são atletas que estão na Espanha e na Alemanha. Os brasileiros Roberto Carlos, Juan e Roque Júnior e o camaronês Eto'o foram hostilizados por torcedores. O francês Thierry Henry também foi ofendido por torcedores pela sua cor. O mesmo já ocorreu com diversos outros jogadores.

Esses casos desencadearam uma campanha mundial contra o racismo que certamente será fortalecida com o episódio da prisão do jogador argentino aqui em São Paulo, no Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o racismo é uma das formas mais execráveis de discriminação e preconceito e deve ser combatido com todo o rigor, com toda a força. Não se podem tolerar atos racistas num campo de futebol sob o argumento de que a troca de ofensas em campo “é coisa do esporte”.

Se a Justiça e a sociedade aceitam formas que podem ser consideradas menores de racismo, perde-se a razão para combater atos mais graves. Como em crimes de outros gêneros, é preciso aplicar aqui a linha de tolerância zero.

Ninguém tem o direito de desrespeitar outra pessoa, especialmente utilizando-se de armas de preconceito de qualquer gênero que seja.

Seja quem for.

A lei é para ser cumprida e, mais que isso, a lei é para todos. Para o Presidente da República, para o Governador, para os Senadores, para o trabalhador e para o jogador de futebol. Este é o esteio central de um regime democrático. Em um mundo que luta para espalhar a democracia em todos os cantos...

(Interrupção do som.)

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – ... cantos, não se pode permitir uma atitude como a do jogador argentino. Especialmente no esporte, onde sempre se exercitou a congregação entre os povos e onde impera uma atmosfera democrática de liberdade e igualdade.

O episódio da prisão do atleta da Argentina é um golpe duro contra o racismo. Um exemplo que o Bra-

sil dá de tolerância zero a esta triste manifestação de preconceito que tantos prejuízos já causou ao mundo ao longo da história.

Que o exemplo brasileiro de intolerância ao preconceito seja seguido mundo afora, no esporte e na vida fora das quatro linhas. Só assim, pode-se sonhar com a construção de um mundo mais justo, mais igual, um mundo que dê oportunidade para todos, independente das características de raça, cor, religião ou qualquer outra distinção.

Concedo um aparte ao ilustre Senador Paulo Paim e posteriormente ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Maguito, faço este aparte a V. Ex^a apenas para cumprimentá-lo. V. Ex^a, numa outra oportunidade em que eu estava na tribuna, fez um aparte brilhante, deixando clara a sua posição, de quem conhece muito bem a área do esporte brasileiro, não somente do futebol. Quero só dizer a V. Ex^a que estou torcendo para a realização daquela sessão de homenagem que V. Ex^a fará para o ex-Presidente da Fifa. E V. Ex^a diz que tentará inclusive trazer o atual Presidente da Fifa, com quem pretende estabelecer um diálogo inclusive sobre essa questão do preconceito no esporte, no Brasil e no mundo. Estamos já marcando esse compromisso e esperamos contar com a sua presença, que será muito importante. Traremos personalidades da comunidade negra no dia 13 de maio, uma sexta-feira – dia 13 de maio tem a sua simbologia –, para debatermos o preconceito racial no esporte e em outras áreas. Faço o aparte mais para cumprimentá-lo. Parabéns, Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte, já que fez um pronunciamento brilhantíssimo a respeito do caso. Eu, como desportista, também venho a esta tribuna – embora não necessitasse depois do seu pronunciamento – para chamar a atenção do Brasil e do mundo para esta questão.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Maguito Vilela, V. Ex^a traz aqui muito bem o quanto devemos ter tolerância zero, no âmbito do esporte e em todos os outros, no que diz respeito a atos de racismo. É necessário que, especialmente no futebol, haja exemplos positivos do respeito, da solidariedade e da prática do esporte no seu sentido mais elevado. Pratiquei um esporte, que, por vezes – nem sempre –, é mais difícil e duro que o futebol – no caso, o boxe.

(Intervenções fora do microfone.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – O pugilismo é jogado na defesa, no ataque, na esquiva. Por exemplo, quando o Senador Heráclito Fortes dá um *jab* de palavra, precisamos saber esquivar-nos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Precisa ter jogo de cintura, não é?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Ter jogo de cintura. Acho engraçado que os apertes, inclusive fora do microfone, do Senador Heráclito Fortes sempre saem na imprensa no dia seguinte, porque são sempre muito espirituosos. Gostaria de transmitir algo sobre esse episódio. Uma coisa é indiciar e deter o jogador argentino Desabato. No entanto, teria sido realmente necessário algemá-lo e fazer aquilo que levou alguns argentinos a se sentirem provocados? Lá, a torcida do seu time acabou fazendo uma manifestação como que de provocação, inclusive incidindo no racismo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Maguito Vilela, faço aqui uma reflexão: em vez de se adotarem métodos ou formas de agir que ainda provoquem mais racismo, num modo ainda mais inadequado, quem sabe pudesse ser criada uma condição em que o próprio Desabato se visse instado a reverter aquela situação. Ao contrário, poderia dizer para o Grafite e seus companheiros: Olhe, eu realmente agi de maneira inadequada e gostaria de recompor essa situação com mais do que um pedido de desculpas, uma atitude. No entanto, percebi que essa situação – que seria de se esperar – não foi criada. Assim, precisamos pensar em como gerar as situações de respeito para com o ser humano, e, quando a pessoa errar, poderá ser levada a reconstruir a situação numa melhor direção.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Nobre Senador, agradeço muito o aparte de V. Ex^a. Entendo que a forma de prisão compete à polícia. Não quero discutir, mas a prisão foi correta. Deveria ter sido feita e o foi, representando um exemplo para o mundo inteiro.

Dizia ao Senador Paulo Paim que já apresentei requerimento solicitando uma sessão especial para prestar uma homenagem a um dos maiores desportistas do mundo: João Havelange, que foi Presidente da CBF e da Fifa. Sem dúvida, o homem mais importante do futebol mundial. Convidaremos o Presidente da Fifa, o Presidente da Confederação Sul-Americana; vamos convidar o mundo do esporte para participar dessa sessão solene aqui no Senado.

Poderemos, então, discutir com o Presidente da Fifa, José Blaster, com João Havelange, Ricardo Teixeira, Leos, enfim, todos os expoentes do esporte mundial, para despertar uma discussão a respeito do racismo.

Agradeço muito, Sr. Presidente, a tolerância, mas o pronunciamento e os apartes foram realmente muito importantes para que este fato tenha repercussão em nível mundial inclusive

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência vai convocar a próxima oradora inscrita, mas pede a atenção do Plenário para ordenamento e conhecimento dos Srs. Senadores sobre a ordem de inscrição dentro do critério de alternância.

Está inscrita e vai falar como próxima oradora a Senadora Ideli Salvatti; logo após teremos uma comunicação inadiável feita pela Senadora Heloísa Helena; voltaremos à lista de oradores inscritos com o Senador Eduardo Suplicy; em seguida, o Líder Edison Lobão; este Presidente, como orador inscrito; em seguida, o Senador Mão Santa para uma comunicação inadiável; após, a Senadora Ana Júlia Carepa como inscrita; depois, o Senador Alvaro Dias, como Líder; em seguida, o Senador Pedro Simon, como orador inscrito; o Senador Efraim Morais como Líder; e, novamente, o Senador Geraldo Mesquita Júnior, como orador inscrito. Esse é o ordenamento, de acordo com o Regimento.

Tem V. Ex^a a palavra, nobre Líder Ideli Salvatti.

A SRA IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço apenas uma ressalva ao Senador Maguito Vilela: em todas essas atividades importantes a que V. Ex^a se referiu, a questão da Fifa, por favor, não treine de forma mais adequada determinados “zagueiros” que temos aqui no Plenário, inclusive escalados permanentemente para fazer certos contrapontos. Então, apenas essa ressalva.

No entanto, venho a esta tribuna nesta tarde por uma situação que, para Santa Catarina, é de muita alegria. Nesta semana, estão sendo empenhados recursos no Ministério dos Transportes para a execução de obras de restauração e construção em aproximadamente quatro mil quilômetros em todo o Brasil. Em torno de R\$1,5 bilhão estão sendo empenhados para essas obras. Além das rodovias, também estão incluídos portos. Esses recursos fazem parte do Orçamento do Ministério dos Transportes, inclusive na lógica do projeto-piloto de investimento dos recursos que ficaram livres de contingenciamento e fizeram parte daquela negociação para a aplicação em infra-estrutura, ficando fora do cálculo do superávit primário. Só nessa negociação, são R\$2,6 bilhões, dos quais quase R\$1 bilhão já estão sendo empenhados nessa primeira leva.

O Ministro Alfredo Nascimento fez a comunicação de que o Ministério dos Transportes acabou livrando-se um pouco do cerco da equipe econômica. Dada

importância e relevância para a sustentabilidade do desenvolvimento econômico no nosso País, não ficará sujeito ao tratamento de liberações a conta-gotas conforme a evolução da arrecadação.

Portanto, esses recursos estão vindo num processo que, para nós, é extremamente importante e relevante, tendo em vista que não há nenhuma possibilidade de dar sustentação ao crescimento se os gargalos, em termos de rodovias e de portos, não forem equacionados.

Serão quatro mil quilômetros de estradas restauradas ou construídas! É importante lembrarmos que, na última vez que tivemos um volume tão significativo de estradas restauradas ou construídas no Brasil, em um único ano, foi na época do Presidente José Sarney, quando tivemos cinco mil quilômetros aproximadamente restaurados, conservados e construídos ao longo de um dos seus períodos de governo.

Comecei o meu pronunciamento falando a respeito de Santa Catarina, e quero dizer por que estou feliz. Trago, com muita alegria, não só a medida adotada, que é muito importante para o País, como um todo, esse investimento separado, sem contingenciamento, sem nenhum óbice, porque, desse R\$1,5 bilhão, R\$276 milhões serão aplicados, neste primeiro momento, no Estado de Santa Catarina. Acho que nunca na história de meu Estado recebemos atenção tão especial como esta: receberemos quase um quinto dos recursos aplicados. Isso, obviamente, deve-se à obra – é uma das obras prioritárias do Governo Federal –, que é a duplicação do trecho sul da BR-101, que envolve o trecho desde Osório, no Rio Grande do Sul, até Palhoça, em Santa Catarina – só para esse trecho, são R\$341 milhões, sendo que a maior parte desses recursos será aplicada em Santa Catarina, onde está o maior trecho.

Além da aplicação na duplicação da BR-101, esses recursos que estão sendo empenhados agora, R\$1,5 bilhão, serão aplicados em obras nos dois portos exportadores de Santa Catarina, o porto de São Francisco e o porto de Itajaí, que receberão, neste primeiro momento, R\$31 milhões de um total de R\$70 milhões, montante que será destinado às obras emergenciais naqueles portos. Portanto, num primeiro momento, será liberada quase a metade dos recursos previstos para os portos de São Francisco e Itajaí.

Registro também outra atenção muito especial. No ano passado, debateu-se o plano emergencial para os portos brasileiros, e foram escolhidos os portos que teriam obras emergenciais ao longo de 2005. Não havia nenhum porto de Santa Catarina, apesar de a exportação no meu Estado ser uma questão mar-

cante na economia. Nenhum dos nossos dois portos exportadores foram incluídos.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Em seguida, Senador Heráclito.

Debatemos, fizemos ponderações e, ao final, ganhamos não apenas a inclusão de um: ganhamos a inclusão dos dois portos, São Francisco e Itajaí.

Santa Catarina agora tem dois portos contemplados entre os onze portos que terão obras emergenciais ao longo de 2005 para desmanchar os gargalos dos portos exportadores brasileiros. Além disso, São Francisco e Itajaí, que foram os dois últimos a serem incluídos, serão os dois primeiros a terem obras e recursos: esses 31 milhões serão destinados a São Francisco e Itajaí, cujas obras estão sendo iniciadas, inclusive com a participação do Instituto Militar de Engenharia – o fato de não haver necessidade de licitação agilizará as obras.

Escuto, com muito prazer, o Senador Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Ideli, quero parabenizar o Estado de V. Ex^a, V. Ex^a e o Brasil por este avanço representado pela liberação desse volume de recursos para investimentos em estradas brasileiras. Isso só foi possível graças ao acordo firmado entre o Governo brasileiro e o FMI. É evidente que há o lado positivo: foi só o governo deixar aquele discurso de antigamente, de combate ao FMI, de achar que o FMI era um atraso e resolver partir para a parceria. Creio que V. Ex^a tem toda razão em comemorar a contemplação das estradas de Santa Catarina, principalmente a BR-101, que é unanimidade nacional. Gostaria apenas de perguntar a V. Ex^a duas coisas – V. Ex^a que, na época em que esses recursos foram negociados, era Líder do Governo no Senado. Contemplados por esses 4 milhões, há quantos trechos de obras já com concorrências feitas ou contratos em andamento e quantos passarão por um novo processo de licitação? A segunda pergunta: quem definiu o critério de prioridade para a escolha do restante dessas estradas? A obra em Santa Catarina é unanimidade nacional, mas o Brasil inteiro quer essa obra, porque a BR-101 corta o Brasil de ponta a ponta. Isso é indiscutível, Senadora. Alguns trechos não são considerados prioritários. O FMI assim decidiu? Quem do Governo decidiu assim? Fiz essa pergunta em comissões específicas a dois Ministros de Estado: ao da Agricultura, responsável pela produção, e ao do Turismo. Nenhum respondeu. Também tive o cuidado de consultar alguns governadores – alguns já responderam – para saber se haviam sido consultados com relação a seus planos de governo e metas. As respostas que recebi até agora,

pela Comissão, são negativas: não foram consultados. V. Ex^a, que na época era Líder, sabe esclarecer o País? Como se procedeu essa negociação? O FMI concordou? Indicou? Qual foi o processo? Repito: estamos diante de um avanço para o Brasil, não tenha dúvida, e V. Ex^a está de parabéns. Se puder responder essas perguntas, principalmente com relação à concorrência e às prioridades, prestará um grande serviço a esta Casa e à Nação. Muito obrigado.

A SRA IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Obrigada, Senador Heráclito Fortes.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que o grande avanço é não precisarmos mais do FMI. As condições econômicas do nosso País, a questão dos nossos superávits em contas correntes, os nossos recordes de exportação, a mudança significativa no perfil da dívida, a relação entre PIB e dívida e entre exportação e dívida, a questão das nossas reservas cambiais, que estavam muito baixas no início do governo e hoje têm valor significativo, nos permitiram fazer o que queríamos. Não é apenas a história do “Fora FMI”. O fundamental é não precisar do FMI. Creio que essa é a condição efetiva que conseguimos alcançar.

Quanto aos critérios: eles tanto existiam, que foi exatamente a utilização do critério de porto exportador fundamental que me permitiu argumentar e incluir o porto de Itajaí e o de São Francisco entre os que seriam contemplados pelos recursos em negociação.

Senador Heráclito Fortes, na questão das estradas, o critério foi “estradas para escoamento de produção”. Tanto é assim que, em relação à BR-101, que corta todo o País, consta do projeto-piloto não só a duplicação do trecho Sul mas também a do trecho na região Nordeste.

Não citei aqui porque quis fazer a relação com o Estado de Santa Catarina. Contudo, em deferência ao Senador Eduardo Siqueira Campos, que nos preside, informo que, com recursos desse R\$1,5 bilhão, que estão sendo empenhados, será contemplada uma estrada importante para o Tocantins – se não me falha a memória, porque estou sem as anotações, trata-se da BR-153.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Ideli Salvatti, trata-se da recuperação de um pequeno trecho apenas. É o famoso tapa-buraco. Eu gostaria de lembrar a V. Ex^a que o Estado do Piauí, governado pelo PT, só teve direito a R\$12 milhões desses recursos para a recuperação de estradas. Hoje, esse Estado, pelas condições de Estado de produção, última fronteira agrícola do Brasil, merece um tratamento especial. Nossa safra de soja atingirá um milhão de toneladas este ano. Seria de grande importância que V. Ex^a nos mostrasse quais estradas de produção foram privilegiadas. Com

exceção da BR-101, devidamente comemorada por V. Ex^a, e de mais quatro ou cinco estradas nesse pacote, várias delas não têm esse objetivo.

A SRA IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Heráclito Fortes, após terminar meu discurso, posso entregar a V. Ex^a a relação do projeto-piloto de investimento, na qual existem estradas e obras em todo o Brasil.

Volto a afirmar que são onze portos. Qual foi o critério? Os principais portos exportadores. Só para se ter idéia, por esses onze portos listados para receber as obras, mais de 80% das exportações brasileiras são escoadas.

Às vezes, nem é tão grande o volume de recursos aplicados. Nos caso, por exemplo, de São Francisco e de Itajaí, o volume de obras nem é tão relevante. Só em São Francisco do Sul, a restauração de dois berços para a ampliação da possibilidade de aproximação de navios significará um aumento de 40% da capacidade de escoamento daquele porto.

Dada a polêmica dos transgênicos no porto de Paranaguá, o porto de São Francisco vê-se diante de uma exorbitância de cargas, com filas quilométricas – o porto de São Francisco tem capacidade de separar a soja transgênica da não-transgênica e, por isso, acaba sendo um porto natural para esse produto, que não pode mais ser escoado pelo porto de Paranaguá. Assim, para a restauração dos dois berços, que ampliarão o escoamento em 40%, não é disponibilizado muito dinheiro – algo em torno de R\$15 milhões –, mas é essencial para que possamos ter a ampliação.

Sr. Presidente, elogio e parabenizo o Ministro Alfredo Nascimento, por ter conseguido essa ressalva, esse empenho, de forma que o recurso não está contingenciado. Parabenizo S. Ex^a pela negociação feita pelo Governo brasileiro.

Como não estamos renovando o contrato com o FMI, ficar fora do cálculo do superávit primário poderia ser irrelevante para o nosso País, mas é de fundamental importância, porque estabelece um parâmetro nas negociações de outros países emergentes com o Fundo Monetário Internacional.

Deixo registrada a satisfação não só com o empenho de R\$1,5 bilhão de Santa Catarina, mas por ver o Estado contemplado com quase um quinto dos recursos, o que é uma forma até de fazer jus ao que tem feito Santa Catarina, um Estado que tem correspondido à altura. Temos batido recordes de exportações, recordes de produção industrial, recordes de vendas, recordes em geração de emprego, recordes de crescimento em massa salarial. Todos os indicadores de Santa Catarina estão acima da média nacional. Obviamente, investimentos em infra-estrutura só irão

consolidar esse bom desempenho da economia e da geração de emprego e renda no meu Estado.

Somos muito gratos por todas as iniciativas e ações do Governo Lula, que tanto têm beneficiado Santa Catarina e os catarinenses.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Antes de conceder a palavra à próxima oradora inscrita, a nobre Senadora Heloísa Helena, para uma comunicação inadiável, anuncio que a Casa recebe a visita de funcionários da Caesb que estão fazendo um curso de treinamento. Para nós, Sr^{as} e Srs. Senadores, é sempre uma alegria a presença dos servidores nesta Casa. (Palmas.)

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Saudamos também os funcionários da Caesb, acolhendo-os com muito carinho, como sempre faz o Senador Eduardo Siqueira Campos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, em função não apenas da gigantesca polêmica que foi a sessão e também porque eu estava vindo do Acre com meu querido companheiro, Senador Geraldo Mesquita Júnior, juntamente com a Deputada Luciana e o Deputado Babá, onde passamos momentos maravilhosos e inesquecíveis com o povo generoso e bom do Acre, não tive a oportunidade de fazer a devida homenagem – e, pelo tumulto, praticamente ninguém o fez – ao Dia do Índio.

Claro que sabemos todos nós que todo dia é dia de índio, como da mulher, da criança e outras coisas mais, mas, mesmo assim, acaba sendo nesses dias que temos a possibilidade de fazer uma homenagem, uma reflexão, apresentar proposições com respeito aos povos indígenas.

Como sabemos, o Brasil contemporâneo conta com uma população de aproximadamente 700 mil índios. São mais de 220 etnias distribuídas pelo território nacional. Vivendo nas matas, no campo e nas periferia das cidades, os índios brasileiros descendem lingüisticamente de troncos comuns. Cada um desses povos fala seu próprio idioma ou dialeto, somando um total de 180 línguas indígenas no Brasil. Antes da invasão européia, esse número ultrapassava a 900 etnias com mais de cinco milhões de falantes, que foram aos poucos exterminados e os restantes, submetidos aos costumes do colonizador.

No nosso Nordeste, Senador Geraldo Mesquita, entre o Ceará e a Bahia, existem mais de 40 etnias ou povos e são mais ou menos onze mil pessoas com culturas similares. Desses povos, somente o Fulni-ô de Águas Belas, Pernambuco, fala uma língua indígena, o

Yatê. Os restantes se comunicam somente em português, com algumas palavras dos ancestrais indígenas. Isso se deve às seculares perseguições e usurpações dos territórios indígenas e a sua forçada aculturação e integração ao sistema econômico, religioso e social no Brasil contemporâneo.

A falta de políticas contemporâneas de integração social força ainda mais a miscigenação, de modo que, a população indígena no Nordeste não se distingue fisicamente da população sertaneja regional, contudo empenha-se num processo de resistência cultural para não perder por completo sua identidade indígena ancestral. Diferentemente dos povos indígenas da Amazônia, que têm, até formalmente, uma tipificação que às vezes sensibiliza mais a opinião pública do que os povos indígenas nordestinos.

Em Alagoas, até 1998, existiam seis povos indígenas reconhecidos pelo Governo Federal: os Karirixocó, de Porto Real do Colégio; os Xucuru-Kariri, de Palmeira dos Índios; os Wassu-Kocal, de Joaquim Gomes; os Tiugui-Botó, de Feira Grande; os Carapotó, de São Sebastião, e os Geripankó, de Piriconha. A partir de 1998, outros povos que viviam no anonimato, nas periferias rurais dos Municípios alagoanos, começaram – num processo belíssimo, tive a oportunidade de acompanhar – a reaparecer no cenário político propriamente dito, em busca do reconhecimento étnico e territorial. Esse movimento é chamado no Brasil todo de ressurgimento indígena, ou povos ressurgidos, ou povos emergentes.

Entre 1998 e 2003, devido ao belíssimo trabalho do antropólogo Siloé Amorim, apoiado pelo Conselho Missionário Indigenista, no alto sertão de Alagoas, cinco povos ou etnias descendentes de ancestrais comuns, sobretudo dos Pankararu, ressurgiram. Entre eles, os Kalankó, em Água Branca; os Karuazu e os Catókin, em Pariconha, os Koiupanká, em Inhapí, e parte dos Xucuru-Kariri, em Traipu. Todos eles em uma busca comum: reconhecimento oficial de sua etnia e dos seus territórios, o que significa restituição dos seus direitos ancestrais, reafirmação de sua identidade cultural, saúde e educação diferenciada, ou seja, de acordo com seus usos e costumes, o que é garantido constitucionalmente. Até porque a própria ocultação ou negação da identidade étnica possibilitou que muitos povos conseguissem resistir e sobreviver no tempo e no espaço, para evitar a perseguição que sempre acontece, especialmente dos povos indígenas nordestinos.

Então, o dia 19 de abril é uma data para lembrar aos brasileiros em geral que devemos respeitar e reverenciar os povos indígenas que, ao longo dos séculos, mantiveram-se vivos, lutando para preserva-

rem suas tradições, seus costumes, suas terras, seus direitos inalienáveis.

Apesar das agressões, do sofrimento do extermínio, o sangue dos povos indígenas continua regando as sementes que brotam, ressurgem e vivem por meio das suas tradições, da sua força e dos seus filhos.

Ressurgidos e resistentes, os antigos povos indígenas de Alagoas buscam o reconhecimento de suas terras e de todos os seus parentes indígenas em situações similares ou que vivem nas periferias rurais e urbanas, sempre à espera de uma solução para suas demandas.

Sabemos todos nós que a terra é o elemento mais significativo para os povos indígenas. É a terra que aglutina, é a terra que fertiliza as sementes que a sua vez germina a cultura, suas relações, resgates e continuidade étnica, social, cultural.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Diante desse potencial, é absolutamente necessário e justo o reconhecimento, a demarcação e a homologação das terras indígenas.

Senador Eduardo Siqueira Campos, sei que meu tempo já terminou, mas não posso deixar de, mais uma vez, deixar o meu protesto pela incompetência, irresponsabilidade e insensibilidade do Governo Federal para com o sertão de Alagoas. Por centenas de vezes, reclamei que o povo pobre do sertão de Alagoas, representado por 26 Prefeitos da região mais pobre do meu Estado, desde agosto do ano passado, tenta o reconhecimento do estado de emergência. Saiu o reconhecimento do estado de emergência no **Diário Oficial**, mas não saiu nada para Alagoas, nenhum real, nem as migalhas da cesta básica e do carro-pipa; absolutamente nada.

Tive oportunidade de conversar com o Ministro Patrus Ananias sobre a situação difícilíssima em que se encontra Alagoas – e quero agradecer ao Senador Eduardo Suplicy por isso –, mas a situação continua. Já viu que Governo incompetente, irresponsável e insensível? Não saíram nem as migalhas das cestas básicas e dos carros-pipas.

E o mais surpreendente é que, agora, estão dizendo que não há dinheiro e que será preciso editar uma medida provisória. Tomara que saia logo essa medida provisória, não para que ela entre nas filas de matérias da Câmara e do Senado!

O mais grave é que, desde agosto do ano passado, tentam a legalidade do estado de emergência, mas, agora, publicaram-no no **Diário Oficial** e não liberaram nada para Alagoas. E o estado de emergência já teve seu prazo vencido. V. Ex^{as} acreditam? Desde agosto

do ano passado, tentam o estado de emergência, para que, pelo menos, as migalhas das cestas básicas e dos carros-pipas possam minimizar a dor e o sofrimento do povo pobre do sertão de Alagoas.

Já teve de tudo lá: visita de Senadores, televisão do Senado. Todo mundo foi lá, mas não foi liberado sequer um real.

Senadores Heráclito Fortes e Mão Santa, sabem o que aconteceu? Na sexta-feira, estive em Teresina, no nosso Piauí. E sabem o que vi lá pela televisão? Olhem que sem-vergonhice com o povo pobre da minha Alagoas! Estava lá o Secretário do Governador Wellington Dias, apresentando os armazéns da Conab cheios de cestas básicas que foram disponibilizadas pelo Governo Federal para auxiliar os pobres famintos do Piauí. Que isso vá para lá! Aliás, espero que não vão para lá apenas cestas básicas, mas também as obras de infra-estrutura, que são fundamentais e essenciais para dinamizar a economia, gerar emprego e renda, para que o povo pobre não fique simplesmente mendigando.

Nada foi liberado para Alagoas, Senador Heráclito Fortes! Desde agosto do ano passado que se tenta publicar no **Diário Oficial** o estado de emergência. Conseguiram publicá-lo no **Diário Oficial**, mas não encaminharam para lá um único real, uma cesta básica ou dinheiro para o carro-pipa. Nada!

A incompetência, irresponsabilidade e insensibilidade deste Governo é tanta, que agora acabou o prazo do estado de emergência e a burocracia vai começar de novo. Então realmente é muito difícil.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Concedo-lhe um aparte, com a tolerância da Mesa.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Quero dizer que a dor do Piauí não é diferente da dor de Alagoas.

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não tenho dúvida disso.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Heloísa Helena, pode ficar certa de que, como as remessas anteriores, essas cestas básicas são distribuídas pelo critério político: a distribuidora com uma estrelinha do lado fazendo verdadeira lavagem cerebral na hora da entrega. Assisti a isso na cidade de Itainópolis, na enchente do ano passado, quando havia uma verdadeira patrulha ideológica da cidade colocando de lado a dor e o sofrimento daquelas pessoas que estavam desabrigadas. Então, fique certa V. Ex^a de que eles devem estar distribuindo, sem o conhecimento de V. Ex^a, o que recebem. A dificuldade deles em Alagoas é que lá eles não têm o governo; no Piauí, eles têm o

governo. Fique certa de que, com relação às nossas enchentes, os recursos prometidos também não foram para lá. Aliás, o PT é pródigo nisso. O Fome Zero, no Piauí, na região de Acauã e de Guaribas, onde o Presidente Lula anunciou mundos e fundos, é conhecido como “*spa do Presidente*”. Nada foi para lá. Vou lembrar a V. Ex^a, que é pesquisadora...

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Cadê os computadores populares tão prometidos por este Governo e que iriam ser a salvação e a redenção do estudante pobre deste País? Estão só na promessa, na falácia. Muito obrigado.

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço o aparte absolutamente esclarecedor de V. Ex^a.

É por isso que lutamos tanto para que não sejam necessárias as migalhas, porque muitas vezes acabam montando articulações políticas vexatórias e abomináveis. Lutamos pelos projetos de irrigação, pelo crédito, pelo subsídio, pela assistência técnica, por projetos essenciais para o abastecimento humano e animal, projetos de irrigação que dinamizam a economia, geram emprego e renda e produzem alimentos.

Infelizmente, ao tempo em que lutamos por isso, sabemos que a dor, o sofrimento e a pobreza do povo pobre do sertão de Alagoas não podem esperar. Sempre digo que o Governo deve achar...

(Interrupção do som.)

A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – ...que, como a base de bajulação do Lula em Alagoas é muito consistente, não precisa fazer absolutamente nada, porque não acontece nada.

Então, mais uma vez, Sr. Presidente, estou aqui fazendo um protesto, solicitando e apelando para que o Governo não aja com tanta irresponsabilidade, incompetência e insensibilidade com os pobres de Alagoas e libere ao menos as migalhas das cestas básicas e dos carros-pipas, enquanto ganha um pouco de vergonha na cara para encaminhar as obras necessárias para a infra-estrutura e para a dinamização econômica do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Eduardo Suplicy, que dispõe de até dez minutos, prorrogáveis.

Enquanto o Senador Eduardo Suplicy se encaminha à tribuna, a Presidência agradece a presença de turistas de vários Estados brasileiros e das pessoas que acompanham esta sessão nas tribunas de honra e de imprensa.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje recebi a visita da Sra Eliana dos Santos Silva, de 33 anos, nascida em Cornélio Procópio, no Paraná, que relata dificuldades para conseguir o direito de creche no Município de Santo André, em São Paulo.

Por circunstâncias diversas, ela procurou Vereadores e com eles conversou, mas avaliou que precisaria procurar-me. Como disseram na minha residência que eu ficava mais em Brasília do que em São Paulo, como de fato acontece, ela, então, decidi vir a Brasília, com seu marido e duas crianças, uma menina de quatro anos e um menino, Douglas, que tem um problema congênito de coração e precisa ser tratado no Instituto Dante Pazzanese. Eles saíram de Santo André no dia 11 e chegaram aqui ontem, dia 19.

Sem praticamente recursos, vieram de cidade em cidade, solicitando nas prefeituras ajuda para a condução. Assim, demoraram oito dias para chegar a Brasília, o que ocorreu ontem. Como eu estava em plenário, somente hoje, no final da manhã, ela conseguiu dialogar comigo. Coincidentemente, Sr. Presidente, estávamos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde examinávamos projeto de emenda à Constituição de autoria da Senadora Heloísa Helena, que propõe alteração do inciso IV do art. 208 da Constituição Federal, que atualmente estabelece que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”. Na proposta da Senadora Heloísa Helena, o acolhimento será “obrigatório, público e gratuito para toda a demanda pela educação infantil em creches e pré-escolas para as crianças de zero a seis anos de idade”.

Conversei bastante com a SRA Eliana, bem como com o Secretário de Inclusão Social da Prefeitura de Santo André, Sr. Ricardo Beltrão – o Prefeito, João Avamileno, é do PT –, que foi extremamente atencioso comigo. Ele já conversou com a Sra Eliana e marcou um encontro dela com a referida Secretaria.

O drama dessa senhora fez-me pensar muito sobre a proposição da Senadora Heloísa Helena, a quem tive, inclusive, a oportunidade de apresentá-la há pouco. A Senadora até convidou, para estar consigo, a filha de quatro anos dessa senhora e, assim, muitos Senadores puderam conhecer a menina.

Tipicamente, essa senhora não tem muitos recursos. Seu pai foi ferroviário no Paraná. Posteriormente, foi para o ABC e trabalhou na Mercedes. Mas ela estava em dificuldades, sem uma formação suficiente e adequada, sem grandes recursos. Em muitas ocasiões, viveu como moradora de rua, tendo conseguido, algumas vezes, auxílio da Prefeitura para dispor dos recursos necessários.

Entretanto, como o seu filho de cerca de dois anos tem uma doença, para ela não é fácil. Ela havia, inclusive, argüido sobre a possibilidade de ter a garantia da creche para que pudesse trabalhar enquanto as suas crianças estivessem bem cuidadas. Mas o direito à creche demorou, ela acabou sendo despejada de casa e veio até aqui verificar o que poderia ser feito. Providências estão sendo tomadas para que ela possa ser atendida na próxima segunda-feira, em uma audiência na Prefeitura Municipal de Santo André.

O caso é típico e ilustra muitos outros. Segundo cálculo hoje apresentado pelo Senador Aloizio Mercadante, há aproximadamente 13 milhões de crianças no Brasil nessa faixa de idade, que corresponderiam a crianças em condições ou pertencentes a famílias relativamente carentes e que justamente demandariam um atendimento como esse.

É fato que, há quarenta anos, não havia praticamente creches no Brasil. Em 1962, aos 21 anos – nasci em 1941 –, quando estava no segundo ano da escola de Administração de Empresas, disse aos meus pais que, se eles me proporcionassem uma oportunidade, talvez eu pudesse visitar os países da Europa. Queria conhecer o Mercado Comum Europeu, mas também os países do Leste Europeu e ver o que era a experiência de construção do socialismo, quais as dificuldades e tudo.

Meus pais me proporcionaram essa oportunidade. Fui inclusive ao Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes pela Paz e Amizade, realizado em Helsinque, em julho de 1962, e daí, por quatro meses seguidos, viajei pela Europa Ocidental, passando por França, Itália, Suíça, Alemanha, Áustria e outros países, mas também fui visitar a União Soviética, Checoslováquia, Polônia, Bulgária, Iugoslávia, Hungria. E, na conclusão dessa viagem, avalei que seria realmente possível transformar o sistema econômico e caminhar na direção de uma sociedade mais igualitária, de uma sociedade socialista. Mas entendia que era importantíssimo que isso fosse feito de maneira pacífica e por meios democráticos.

Naquela ocasião, eu tinha assistido ao filme “Orfeu Negro”. Lembro-me de sair pelas ruas de diversos desses países e de conversar com as pessoas descrevendo o Brasil. E, para ilustrar, lembrando as músicas do “Orfeu Negro”, eu costumava dizer que no Brasil, como estava na canção, “tristeza não tem fim, felicidade, sim”. Mas que logo chegaria o dia em que poderíamos também vislumbrar como seria, como mostrava a outra canção tão linda daquele filme: “manhã, tão bonita manhã...” – e por aí vai, significando esse novo alvorecer da criação de uma sociedade como aquela que sonhamos.

Nessa época, fui convidado para escrever artigos no **Última Hora**, pelos jornalistas Jorge Miranda Jordão e Samuel Wainer. Eles disseram que eu escreveria em uma coluna denominada “Um Jovem Atrás da Cortina de Ferro”. Então, fui escrevendo sobre diversas coisas que eu via. Certo dia, fui visitar uma creche e escrevi sobre a sensação que tive – creio que era na Checoslováquia ou em um dos países socialistas –, dizendo que se tratava de algo bom.

Nessa época eu era namorado da Marta e me lembro do impacto que essa publicação causou: “Imagine! O Eduardo está lá nos países socialistas, escrevendo artigos! Imagine, ele quer creche! Isso é coisa de comunista!” Estou ilustrando isso porque me veio à lembrança de que houve uma época no Brasil, não muito distante, em que creche era “coisa de comunista”.

Também está escrito nos Atos dos Apóstolos que esses resolveram juntar todas os seus bens e prover a todos de acordo com suas necessidades, algo muito parecido com o que está ali no mote de Marx, em “Crítica ao Programa de Gotha”, que um dia em uma sociedade...

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Mas o único que contribuiu foi São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – São Paulo contribuiu muito para essas idéias.

Certo dia, eu defendia o Programa de Garantia de Renda Mínima perante a CNBB, e Dom Luciano Mendes de Almeida, quando me ouviu citar Karl Marx – “a cada um de acordo com a sua capacidade, a cada um de acordo com a sua necessidade” –, falou-me: “Eduardo, seu projeto é muito bom, mas não precisa citar Karl Marx. A idéia é muito melhor defendida por São Paulo, na Segunda Epístola aos Coríntios, que diz: ‘todo aquele que teve uma safra abundante não tenha demais, todo aquele que teve uma safra pequena não

tenha de menos’.” Então, sempre cito Karl Marx e São Paulo juntos.

O que eu queria dizer, prezado Senador Mão Santa...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permita-me lembrá-lo, Senador Eduardo Suplicy, que o Apóstolo Paulo disse que quem não trabalha não merece ganhar para comer. Isso é que deve ser ensinado.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Mas V. Ex^a há de convir, Senador Mão Santa, que há casos – e no Piauí há muitas famílias e mães nessa situação – como o da senhora Eliane, que veio aqui com duas crianças pequenas, e que não tem condições de trabalhar no mercado para conseguir uma remuneração, porque não pode deixar de atender as suas crianças.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Então, cabe à sociedade prover o necessário. E podemos evoluir desse tempo – já faz 40 anos – em que creche era considerado algo perigoso, próprio até de um sistema autoritário, comunista, o que levou muitos, naquela época, a realizarem a “Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade”. Fizeram aquela marcha que acabou por derrubar o Governo João Goulart, porque essas idéias estavam em ebulição.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Ainda bem que V. Ex^a está anistiando os militares. Não foram eles que derrubaram o João Goulart e, sim, a Tradição, Família e Propriedade.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Mas os militares responderam àquela “Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade”.

A SRA PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador, V. Ex^a já estava na prorrogação e dispõe de mais um minuto para concluir.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – A Mesa hoje foi muito tolerante com os oradores.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sr^a Presidente, V. Ex^a pode descontinuar a música.

A SRA PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Está bem. Está descontinuada.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Esse desabafo histórico do Senador Eduardo Suplicy, essa

sua demonstração de vocação para cantor – já o tinha demonstrado para jogador de futebol – merece a generosidade da Mesa. Tenho certeza de que V. Ex^a, Senadora Ana Júlia Carepa, será generosa com o Senador Eduardo Suplicy, porque S. Ex^a merece.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É importante que tenha havido essa evolução e que nós, brasileiros, desde a Constituinte e mais ainda agora, estejamos mais e mais conscientes da responsabilidade da sociedade de prover seja o atendimento à educação desde a primeira infância e os primeiros anos, conforme a proposta da Senadora Heloísa Helena, seja o direito de todos a uma renda básica de cidadania. Os termos são os mesmos.

Os responsáveis pelo programa Adultos e Crianças Criativas mandaram a revista **Pais & Filhos** para Mônica Dallari, jornalista que escrevia sobre o assunto, com informações muito interessantes que registro neste momento, em benefício da argumentação da proposta da Senadora Heloísa Helena.

Estudos divulgados pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) mostram que, para cada dólar investido em políticas públicas na primeira infância, se economizam 7 dólares depois, em repetência e evasão escolar, assistência social, atendimento à doença mental e em sistemas prisionais.

É uma política revolucionária que mudará definitivamente a maneira de tratar nossas crianças pequenas, e que transformará para muito melhor a capacidade de aprenderem, seja na escola, seja na vida. (...)

A relação custo-efetividade. Cada US\$ [ou real] aplicado no Programa para cada criança pequena significa uma economia futura de US\$7.16 [ou R\$16,00].

Os retornos sociais e econômicos tratados nesse estudo comparativo feito pelo BID mostram que:

Os seguintes benefícios têm sido firmemente vinculados às intervenções integradas e precoces na infância:

1 – Melhora da nutrição e saúde.

Oferecendo estimulação psicossocial e programa de desenvolvimento precoce da criança, podemos potencializar a eficácia das iniciativas dos cuidados de saúde e nutrição;

2 – Maior aptidão intelectual;

(...)

Retornos sociais e econômicos.

3 – Maior número de matrículas [em diversos países];

(...)

4 – Menos repetências;

(...)

5 – Menos evasão;

(...)

6 – Ajuda para as crianças vulneráveis.

Há grandes evidências de que intervenções precoces na infância beneficiam especialmente as crianças de maior risco social.

Sr^a Presidente, solicito que este estudo seja anexado ao meu pronunciamento.

Louvo o entendimento ocorrido hoje. Como o Senador Demóstenes Torres observou, o art. 214 estabelece que o Plano Nacional de Educação visa a diversos níveis de integração entre as ações do Poder Público que conduzem à universalização do atendimento escolar, ou seja, ao que está no art. 208.

A proposta da Senadora Heloísa Helena, combinada com a reflexão do Relator, Senador Demóstenes Torres, permitirá que, na próxima terça-feira, venhamos a aprovar a PEC. O entendimento é o de que poderemos apressar a responsabilidade de cada prefeito, de cada governador, da Presidência, da União, para contribuir para um objetivo saudável, no tempo necessário.

Se, de repente, percebermos que está sendo muito difícil atender àquela finalidade porque custa “x”, quem sabe teremos que dizer a certos credores que a situação apertou, devido à responsabilidade de atender ao programa, e talvez precisemos de um pouco mais de tempo para as suas exigências? Os senhores credores poderão compreender que, investindo esse dólar ou real a mais, em alguns anos, teremos US\$7.00 disponíveis para fazermos frente a essas responsabilidades.

Terça-feira próxima, chegaremos a um entendimento entre o Líder Aloizio Mercadante, a Senadora Heloísa Helena e os demais Senadores.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Programa ADULTOS e CRIANÇAS CRIATIVAS

Telefax: (5524) 2221 8643 , (5524)2221 2740 e (5524)2221 8627

Caixa Postal: 92286 Itaipava -CEP: 25741-970- Petrópolis- RJ

criancascriativas@criancascriativas.com.br;criancascriativas@terra.com.br

site1: www.criancascriativas.com.br e site2:

www.familiafortalecida.org

.....
Determinismo genético vencido

Os fatos recentes descobertos por neurologistas e psicólogos provam, cada vez mais, que a forma como a criança se desenvolve, aprende e cresce, depende da contínua relação entre a natureza (ou carimbo genético) e os cuidados com o ambiente que cerca a criança, cuidados que recebe, a estimulação e outros aprendizados que adquire).

UNICEF e RIMA SHORE, FAMILY AND WORK INSTITUTE.-USA

.....
Desenvolvimento do cérebro

* CÉREBRO=100 BILHÕES DE CÉLULAS

Quando uma criança nasce, ela terá 100 bilhões de neurônios.

* A criança já tem a maior parte das células cerebrais, ou neurônios, que ela precisará para o resto de sua vida, mas ainda não estão ligados com a complexa rede que se precisa para pensamento elaborado. UNICEF e UNESCO

.....
Desenvolvimento do cérebro

Desenvolvimento rápido de sinapses nos primeiros três anos

* O DOBRO DA CONEXÃO DE UM ADULTO - Na idade de três anos, o cérebro da criança formou em torno de um quatrilhão de conexões, isto é, duas vezes a quantidade que tem o adulto.

* SEGUNDA DÉCADA, CONEXÕES PERDIDAS

Na segunda década de vida, o cérebro começa a se desfazer de grupos de conexões extras, trilhões delas. Ficarão as conexões que foram usadas repetidamente nos primeiros anos. As demais serão perdidas.

UNICEF e UNESCO

.....
Competências familiares

São os conhecimentos, saberes e habilidades somados a afetividade, atitudes e práticas das famílias que facilitam e promovem a sobrevivência, desenvolvimento, proteção e participação das crianças de 0 a 6 anos.

.....
"Todas as crianças devem ser criadas em ambientes seguros e acolhedores que lhes permitam tornarem-se saudáveis, ativas, confiantes e capazes de aprender.

A última década ofereceu evidências de que a assistência e a educação de boa qualidade para a primeira infância, tanto na família como em programas mais estruturados, têm um impacto positivo na sobrevivência, crescimento e desenvolvimento do potencial de aprendizagem das crianças"

Marcos de Ação de Dacar -2000 UNESCO

.....
O que é

Família Petropolitana Fortalecida é um programa multisetorial que integra projetos e ações de saúde, educação, habitação, desenvolvimento social, meio ambiente, e demais setores voltados ao atendimento da criança de zero a seis anos e da família, contribuindo significativamente para "Fazer Valer os Direitos".

É uma estratégia auxiliar no esforço de contribuir para que o Brasil possa cumprir as metas estabelecidas pela ONU para o terceiro milênio

(Declaração do Milênio das Nações Unidas, adotada pelos 189 estados-membros no dia 8 de setembro de 2000).

Fortalece as famílias e as comunidades, criando laços de apoio e de solidariedade entre si e, incentiva o conhecimento das regras de convivência estimulando o exercício consciente da cidadania.

Um processo inicial de diagnósticos, informação, sensibilização e definição de parcerias:

* **Diagnósticos:** Coleta de experiências, Identificação dos problemas; Capacidade de resposta institucional e de atendimento; Condições para atender a demanda; Programas em andamento; Necessidade de capacitação; Forças e debilidades das instituições; Potenciais parceiros; Recursos financeiros, humanos e logísticos.

* **Sensibilização e definição de parcerias:** Mobilização do Governo do Estado, Prefeituras e Secretarias Municipais; Conselhos das cidades; Creches e Pré-escolas; Universidades; Empresas com políticas de responsabilidade social; Outras instituições interessadas em participar do Programa.

Fortalecendo a Família com Educação para Todos

- Princípios

* Educação é um direito humano fundamental.

* Constitui a chave para um desenvolvimento sustentável, assim como para assegurar a paz e a estabilidade dentro de cada país e entre eles.

* Educação ao longo de toda a vida, para todos os cidadãos, de todas as sociedades (lifelong learning).

* Todas as pessoas têm características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhes são próprias.

* Os sistemas educativos devem ser desenhados considerando estas diferentes características e necessidades.

Conferência Mundial sobre Educação para Todos
Jomtien/Tailândia-19

"A aprendizagem inicia com o nascimento. Isso implica cuidados básicos e educação

inicial na infância, proporcionados seja através de estratégias que envolvam as

famílias e comunidades ou programas institucionais, como for o caso."

Declaração Mundial sobre Educação para Todos, Art. 5

Fórum Mundial de Educação para Todos

Dacar – 2000

"A expansão e o aprimoramento da assistência e educação na primeira infância, especialmente para as crianças mais vulneráveis e desfavorecidas."

Elementos-chave das Políticas:

1) Abordagem sistêmica e integrada no desenvolvimento das políticas e na implementação, com ênfase na coordenação;

* tratar educação e cuidados de forma integrada; o Governo deve liderar o trabalho;

fortes vínculos entre serviços, profissionais e familiares promove coerência;

2) Forte cooperação com o sistema de Educação

* apoiar lifelong learning e reconhece que educação é que o cuidado, desde

o nascimento, constituem uma importante etapa do processo educativo;

.....
3) Acesso universal, com especial atenção às crianças com necessidades especiais;

* assegurar acesso equitativo para que todas as crianças tenham garantidas oportunidades iguais de frequentar serviços de educação de qualidade; assegurar acesso equitativo para que todas as políticas e os serviços voltados às crianças menores de 3 anos devem receber maior atenção e fortalecimento;

4) Substantivo investimento público em serviços e infra-estrutura;

* o investimento público garante sustentabilidade e acesso aos serviços;

5) Abordagem participativa para melhoria sistemática da qualidade;

* abordagens pedagógicas centradas no desenvolvimento integral das crianças reforçam práticas de qualidade;

6) Capacitação dos recursos humanos e adequadas condições de trabalho em todas as modalidades de atendimento;

7) Atenção sistemática para coleta de dados e monitoramento;

8) Agenda de médio e longo prazo para pesquisas e avaliação;

.....
Estudos divulgados pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) mostram que para cada dólar investido em políticas públicas na primeira infância se economizam 7 dólares depois, em repetência e evasão escolar, assistência social, atendimento à doença mental e em sistemas prisionais!

É uma política revolucionária que mudará definitivamente a maneira de tratar nossas crianças pequenas, e que transformará para muito melhor a capacidade delas aprenderem, seja na escola, seja na vida. Desnecessário falar sobre a importância disso no futuro da nossa qualidade de vida.

A relação custo-efetividade. Cada US\$ aplicado no Programa para cada criança pequena significa uma economia futura de US\$ 7,16

.....
Retornos Sociais e Econômicos

Os seguintes benefícios tem sido firmemente vinculados às intervenções integradas e precoces na infância:

1- Melhora da nutrição e saúde

Oferecendo estimulação psicossocial e programas de desenvolvimento precoce da criança, podemos potencializar a eficácia das iniciativas dos cuidados de saúde e nutrição.

2- Maior aptidão intelectual

Crianças que participaram nas intervenções precoces na infância nos programas da Jamaica, Cali - Colômbia, Peru e Turquia, apresentaram uma maior aptidão intelectual, em média, do que aquelas que não participaram.

.....
Retornos Sociais e Econômicos

3- Maior número de matrículas Na Colômbia houve aumento nas taxas de matrícula de crianças, principalmente entre as crianças que receberam estimulação precoce.

4- Menos repetências

Os estudos na Colômbia, Argentina, Alagoas e Fortaleza, demonstraram que crianças que participaram de programas de educação infantil apresentaram menos repetência e maior sucesso na escola, em relação àquelas que não participaram.

Retornos Sociais e Econômicos

5- Menos evasão Em 4 estudos com crianças que participaram de programas de atenção precoce foi demonstrado, que as que participaram dos programas tiveram menor evasão escolar.

6- Ajuda para as crianças vulneráveis

Há grandes evidências de que intervenções precoces na infância beneficiam especialmente, as crianças de maior risco social, como por exemplo, nos casos da Índia, Jamaica, Argentina e Guatemala.

Retornos Sociais e Econômicos

7- Meninas melhor preparadas

Estudos de diversas culturas mostraram que meninas que participaram da intervenção precoce em Desenvolvimento Infantil são melhor preparadas para continuar seus estudos.

Pesquisas mostram que o nível de educação da mãe é o melhor indicador do crescimento cognitivo da criança e se relacionam ainda, com os indicadores de mortalidade infantil e na infância.

Os Benefícios de programas de qualidade

* Benefícios Educacionais

- Permanência na escola por mais tempo
- Menores índices de evasão e repetência
- Melhor Performance

* Benefícios Econômicos

- Mais tempo na escola emprego melhor remunerado
- Estímulo à força de trabalho feminina

* Benefícios Sociais

- Melhores indicadores de nutrição e saúde
- Probabilidade de crime e delinquência reduzidas
- Equidade de gênero
- Inclusão Social

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela SRA. Ana Júlia Carepa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão, pela Liderança do PFL.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se eu já estava convencido da necessidade da emenda constitucional da Senadora Heloísa Helena, agora, com as palavras do Senador Eduardo Suplicy, ganho mais fortaleza para permanecer nessa posição.

Segundo a sugestão do Senador José Jorge, esse será um voto dobrado, porque poderia ser em sentido contrário e agora será a favor.

Sr^a Presidente, o Estado do Maranhão está passando por um momento em que a sociedade se une como formidável força de pressão para defender iniciativas de grande importância para a economia daquela Unidade da Federação.

As lideranças civis e empresariais, para a melhor coordenação desse movimento, reúnem-se no Fórum Empresarial do Maranhão e, com uma programação a que deram o nome de “Busca de Uma Agenda Positiva”, ali ativam-se, buscando o entusiasmo de todos os setores profissionais e sociais do meu Estado.

Nessa programação, estão listados os principais fatores que, de plena viabilidade, apenas aguardam a efetivação para uma formidável ascensão econômica do Estado, como a ampliação do porto de Itaqui, a integração ferroviárias dos pólos de agronegócio, a construção de um centro de convenções em São Luís e, entre outras indicações, a implantação de um pólo siderúrgico de grande envergadura.

O meu Estado sempre se identificou com a sua vocação para a indústria e desde há muito se prepara para dar curso a essa vocação. Ali já atuam há anos a Companhia Vale do Rio Doce, uma das principais mineradoras internacionais, e o Consórcio de Alumínio do Maranhão, Alumar, um dos maiores complexos de produção de alumínio e alumina de todo o mundo.

Do excepcional porto de Itaqui, em São Luís – o de águas mais profundas em toda a região Norte-Nordeste –, e do terminal da Ponta da Madeira partem para o mundo exterior os milhões de toneladas de produtos da Alumar e de minérios de ferro trazidos das minas pelos comboios da estrada de ferro Carajás, bem como a soja do agronegócio, colhida especialmente no sul do Estado. De abundante disponibilidade de energia,

que ainda vai se ampliar com as programadas construções de novas hidrelétricas no Tocantins, a capital maranhense está preparada agora para implantar uma grande e poderosa siderúrgica.

É bastante prazeroso para o político maranhense testemunhar o vigor com que as lideranças civis e empresariais do meu Estado lutam para a implantação em São Luís dessa esperada siderúrgica. Colaboram com o poder público para que sejam suplantados os obstáculos que vêm obstruindo a viabilidade de mais esse parque industrial.

Ocorre que a programada implantação de uma siderúrgica, desejada pela empresa estatal chinesa Baosteel, uma das maiores do mundo, está defrontando dois problemas: o primeiro, o de o Governo Estadual vencer os tropeços burocráticos para proceder à transferência do terreno onde se instalará a nova indústria – dificuldades que não são geradas apenas no Estado, porque também envolvem a participação do Governo Federal; o segundo, relacionado ao meio ambiente, o de deslocar para outro local as famílias que hoje ocupam a área da futura siderúrgica.

(A Sra. Presidente faz soar a campanha)

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – As lideranças civis, através do Fórum Empresarial do Maranhão, estão oferecendo ampla cooperação para que tais dificuldades sejam sanadas, ajudando o Governo Estadual e a Prefeitura ludovicense nas ações que se fazem necessárias para o desfecho otimista que esperamos não tarde.

Os Srs. Luiz Carlos Cantanhede e Edison Lobão Filho, que coordenam o Fórum, têm sido incansáveis na procura de contatos com autoridades estaduais e federais que ajudem o Maranhão a ampliar os instrumentos logísticos que o levarão a um acentuado desenvolvimento.

Nas últimas tratativas em torno do assunto, numa reunião da qual também participaram dirigentes da Companhia Vale do Rio Doce e da Arcelor, grupo siderúrgico europeu que se associou ao projeto, a empresa estatal chinesa fixou para setembro vindouro o prazo-limite para que o governo do Estado legalize a transferência do terreno onde pretende instalar a grande siderúrgica em terras maranhenses.

Vê-se, Sr^a Presidente, como é grave uma situação que ameaça, por motivações burocráticas, impor ao Maranhão e ao Brasil uma perda de consideráveis implicações.

Em entrevistas à imprensa, Catanhede e Lobão Filho têm enfatizado que há uma grande disposição dos investidores em trazer o pólo siderúrgico para o Mara-

nhão. No entanto, acham que o Governo do Estado, não obstante seu óbvio interesse e sua elogiável atuação nesse problema, precisa obter ajuda para conseguir implementar as providências que destorçam o novelo burocrático que embaraça os planos de uma siderurgia no Maranhão, empreendimento que deve gerar 15 mil empregos diretos, 3 mil só na siderurgia.

Outro fato que congrega a sociedade maranhense num mesmo círculo de reivindicações e protestos, especialmente no sul do Estado, refere-se à comercialização da soja. Embora seja uma oleaginosa que, pela generosidade das terras onde são plantadas, ofereça um produto que contém teor de óleo 2% maior do que a soja de outras regiões do nosso País, o preço que lhe atribui o mercado não corresponde à qualidade do produto. Paga-se menos pela soja maranhense do que em outras localidades do País. O preço da saca no Maranhão é de R\$27,00 enquanto em Ponta Grossa, no Paraná, ela atinge R\$34,00. A diferença contra o Maranhão é de aproximadamente R\$7,00.

Sr^a Presidente, verifique-se que a nossa soja é a melhor do Brasil, com 2% a mais do teor de óleo e todavia com o preço menor, algo que não podemos compreender e muito menos aceitar. Daí o meu protesto nesta tarde de quarta-feira da tribuna do Senado da República.

Sr^a Presidente, V. Ex^a me chama atenção para o fato de que já se esgotou o meu tempo. Peço que considere como lido o documento que aqui trago e que corresponde à parte final do meu discurso.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR EDISON LOBÃO.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estado do Maranhão está vivendo um momento em que a sociedade se une, como formidável força de pressão, para defender iniciativas de grande importância para a economia maranhense. As lideranças civis e empresariais, para a melhor coordenação desse movimento, reúnem-se num Fórum Empresarial do Maranhão e, com uma programação a que deram o nome de Busca de uma Agenda Positiva, ali ativam-se, buscando o entusiasmo de todos os setores profissionais e sociais do meu Estado.

Nessa programação estão listados os principais fatores que, de plena viabilidade, apenas aguardam efetivação para uma formidável ascensão econômica do Estado, como a ampliação do Porto de Itaqui, a integração ferroviária dos pólos de agronegócio, a construção de um Centro de Convenções em São Luís e, entre outras indicações, a implantação de um pólo siderúrgico.

O meu Estado, Sr. Presidente, sempre se identificou com a sua vocação para a indústria e desde há muito se prepara para dar curso a essa vocação. Ali já atuam há anos a Vale do Rio Doce, uma das principais mineradoras internacionais, e o Consórcio de Alumínio do Maranhão – ALUMAR, um dos maiores complexos de produção de alumínio e alumina do mundo. Do excepcional porto de Itaqui, em São Luís – o de águas mais profundas em toda a região Norte-Nordeste –, e pelo terminal da Ponta da Madeira partem para o mundo exterior os milhões de toneladas de produtos da ALUMAR e de minérios de ferro trazidos das minas pelos comboios da Estrada de Ferro Carajás, bem como a soja do agronegócio, colhida especialmente no Sul do Estado. De abundante disponibilidade de energia, que ainda vai se ampliar com as programadas construções de novas hidrelétricas no Tocantins, a capital maranhense está preparada agora para implantar uma siderúrgica.

É bastante prazeroso para o político maranhense testemunhar o vigor com que as lideranças civis e empresariais do meu Estado lutam para a implantação em São Luís dessa esperada siderúrgica. Colaboram com o poder público para que sejam suplantados os obstáculos que vêm obstruindo a viabilidade de mais esse parque industrial.

Ocorre que a programada implantação de uma siderúrgica, desejada pela empresa estatal chinesa Baosteel – uma das maiores do mundo –, está defrontando dois problemas: o primeiro, o de o governo estadual vencer os tropeços burocráticos para proceder à transferência do terreno onde se instalará a nova indústria; o segundo, relacionado ao meio-ambiente, o de deslocar para outro local as famílias que hoje ocupam a área da futura siderúrgica.

As lideranças civis, através do Fórum Empresarial do Maranhão, estão oferecendo ampla cooperação para que tais dificuldades sejam sanadas, ajudando o governo estadual e a prefeitura ludovicense nas ações que se fazem necessárias para o desfecho otimista que esperamos não tarde.

Os Srs. Luiz Carlos Cantanhede e Edison Lobão Filho, que coordenam o Fórum, têm sido incansáveis na procura de contatos com autoridades estaduais e federais que ajudem o Maranhão a ampliar os instrumentos logísticos que o levarão a um acentuado desenvolvimento.

Nas últimas tratativas em torno do assunto, numa reunião da qual também participaram dirigentes da Companhia Vale do Rio Doce e da Arcelor, grupo siderúrgico europeu que se associou ao projeto, a empresa estatal chinesa fixou para setembro vindouro o prazo-limite para que o governo do Estado legalize a

transferência do terreno onde pretende instalar a grande siderúrgica em terras maranhenses. Não se cumprindo tal prazo, a Baosteel iria optar por outro local, provavelmente a Índia, para dar prosseguimento aos seus investimentos.

Vê-se, Sr. Presidente, como é grave uma situação que ameaça, por motivações burocráticas, impor ao Maranhão e ao Brasil uma perda de consideráveis implicações.

Em entrevistas à imprensa, Catanhede e Lobão Filho têm enfatizado que há uma grande disposição dos investidores em trazer o pólo siderúrgico para o Maranhão. No entanto, acham que o Governo do Estado, não obstante seu óbvio interesse e sua elogiável atuação nesse problema, precisa multiplicar as providências que destorçam o novelo burocrático que embaraça os planos de uma siderurgia no Maranhão, empreendimento que deve gerar 15 mil empregos diretos, três mil só na siderurgia.

Outro fato que congrega a sociedade maranhense num mesmo círculo de reivindicações e protestos, especialmente no Sul do Estado, refere-se à comercialização da soja. Embora seja uma oleaginosa que, pela generosidade das terras onde são plantadas, ofereça um produto que contém teor de óleo 2% maior do que a soja de outras regiões do nosso País, o preço que lhe atribui o mercado não corresponde à qualidade do produto. Paga-se menos pela soja maranhense do que em outras localidades do País. O preço da saca no Maranhão é de R\$27,00 – enquanto em Ponta Grossa, no Paraná, ela atinge R\$34,00. A diferença contra o Maranhão é de aproximadamente R\$7,00 – aproximadamente US\$2,59 ao câmbio atual. Se multiplicarmos tal valor pela nossa produção regional maranhense de 25 milhões de sacas de soja, obteríamos um total de US\$ 63 milhões. Em dez anos, tal cifra corresponderá a US\$630 milhões expropriados do bolso do produtor rural!

Nesse sentido, o deputado Stênio Rezende proferiu elucidativo discurso na Assembleia Legislativa do Estado, a 17 de março último, denunciando as manobras que se fazem contra os produtores de soja no Maranhão.

Stênio Rezende lembrou o grande impulso que se deu especialmente em Balsas na introdução do cultivo de grãos alimentares como arroz, soja e milho, além da fruticultura, algodão, piscicultura e do confinamento de gado alimentado com silagem de milho e sorgo, o que transformou a agricultura do Sul do Maranhão numa região de agricultura pujante, hoje considerada uma das melhores alternativas de investimentos no setor agrícola do Brasil e do mundo. A safra 2003, segundo o deputado Stênio, movimentou, do plantio até a co-

mercialização dos grãos, um volume de recursos da ordem de US\$700 milhões. A reboque de tais sucessos, veio o desenvolvimento do comércio, da construção civil e do setor de serviços, elevando a economia de Balsas a uma velocidade de 8.5% ao ano de taxa de crescimento.

O que acontece com a soja maranhense, Sr. Presidente, é um problema tipicamente de mercado, que independe da atuação governamental. No entanto, nunca se perde a esperança de que os que negociam o produto sejam sensíveis aos reclamos dos agricultores maranhenses, pois lhes deve interessar o constante aprimoramento de culturas, o que só pode ocorrer sob o estímulo de preços justos pagos por aqueles que as revenderão em mercados cada vez mais competitivos.

O Maranhão, como podemos verificar, está diante de uma oportunidade ímpar para implementar o tão almejado desenvolvimento econômico e social. Não se pode perder a oportunidade deste momento inigualável. É preciso que se o aproveite da melhor maneira, em benefício de população e da economia maranhenses.

Esta a minha confiante esperança.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador. V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Antes de passar a Presidência da Mesa ao Senador Alvaro Dias, concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meus prezados telespectadores da TV Senado, meus queridos tocantinenses, volto a esta tribuna para, mais uma vez, referir-me à omissão do Governo do Estado do Tocantins no caso dos médicos cubanos.

Esses médicos prestaram serviço ao Estado por oito anos consecutivos. Chegamos a ter 253 médicos cubanos em nosso território. O Juiz da 1^a Vara da Justiça Federal, em resposta pedido do Conselho Regional de Medicina, concedeu liminar suspendendo o exercício das funções desses médicos, não sem antes conceder um prazo de seis meses, depois, prorrogado por mais três meses, para que o Governo encontrasse uma solução.

Sr. Presidente, uma vez que grande parte da população tocantinense, como a população brasileira, não entende essas nuanças do Direito, vou apresentar, de uma forma muito clara, a situação. O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, ontem,

em coletiva à imprensa, disse que o Senador Eduardo Siqueira Campos não é um advogado e que, portanto, não entende das coisas. Segundo ele, o Estado já não podia mais recorrer da decisão prolatada pelo Juiz da 1ª Instância.

Sr^{as} e Srs. Senadores, meus caros telespectadores, meu querido povo tocanrinense, quero dizer, em primeiro lugar, ao Procurador do Estado que, de fato, não sou advogado, mas entendo de algumas coisas. A primeira delas, a omissão. E vou deixar claro, nesta tribuna, como foi omitido o Governador do Estado. Resalto ao Procurador-Geral que o advogado não pode fazer pelo cliente aquilo que o cliente não quer. O cargo de Procurador de Justiça do Estado é um cargo demissível **ad nutum**. Ele não pôde fazer pelo Estado e pelo nosso povo aquilo que o Governador não quis.

Vejamos os fatos. Senadora Heloisa Helena, em julho de 2004, o Juiz Federal da 1ª Vara da Justiça Federal, Dr. Marcelo Albernaz, determinou ao Estado que, em um prazo de seis meses, prorrogáveis por mais três, ou seja, em nove meses, regularizasse a situação dos médicos cubanos que participam de um programa há oito anos. Determinou também que suspendesse a contratação de novos médicos e que, nesse prazo, obtivesse a regularização ou que cessassem os contratos.

Bem, o Juiz de 1ª Instância tomou essa decisão. O Estado recorreu? Sim, recorreu. Quando ele recorreu para o TRF, o que disse o TRF? Tendo em vista que o Juiz de 1ª Instância deu um prazo de nove meses, o Governo deveria regularizar a situação, em vez de impetrar o recurso. O TRF, a meu ver acertadamente, não acolheu o recurso do Estado, para que, nesse prazo de nove meses – seis meses prorrogáveis por mais três –, o Governo encontrasse a solução definitiva.

Ao negar provimento ao recurso do Estado, o Presidente do TRF, Desembargador federal Aloísio Palmeira, disse claramente que o Estado deveria adotar as providências...

Diz a decisão do Desembargador federal Aloísio Palmeira:

Ressalve-se que, se o tempo estipulado não for suficiente para regularizar as atividades daqueles profissionais, o Estado poderá pleitear a dilação do prazo ao juízo de origem, a fim de evitar uma eventual interrupção do serviço de saúde”.

O que entendeu o TRF? Entendeu que, não havendo risco iminente da suspensão naquele recurso, o Estado deveria buscar a definitiva regularização da situação.

Sendo assim, Sr. Presidente, acertou o Tribunal Regional Federal, por decisão de seu Presidente, e o Estado ficou com o prazo. Nesse caso, Senadora Heloisa Helena, como em uma gestação, o tempo passa. Costumam dizer os advogados que a Justiça não socorre aquele que dorme. Passaram-se nove meses, e, acertadamente, de acordo com a sentença que havia dado, o juiz federal deu um despacho: “Cumpra-se a liminar concedida nove meses atrás”. Até então, afinal de contas, nenhuma providência havia sido tomada. Não havia sido encontrada uma solução. Esse fato ocorreu na terça-feira, 12 de abril.

Ora, o próprio TRF, por decisão do Desembargador Aloísio Palmeira, ao negar o recurso do Estado, já havia alertado: “Se o prazo não for suficiente para regularizar as atividades daqueles profissionais, o Estado poderá pleitear a dilação do prazo em juízo, para não haver a interrupção dos serviços para a população”. Nesse prazo, não houve regularização por parte do Estado. Assim, findo o período, o juiz ordenou que se cumprisse a sentença.

O Governo de Cuba enviou, então, uma aeronave para buscar seus profissionais, posição tomada pelo Presidente Fidel Castro, dizendo inclusive que, como, na petição, chegaram a chamá-los de curandeiros e charlatões, aquele País não aceitaria que seus médicos, que durante oito anos ajudaram a população brasileira por meio de um convênio, sofressem qualquer tipo de humilhação.

Vejo pouca diferença entre a discriminação verificada quando se chama alguém de negro e quando se chama de cubano, de estrangeiro, um cidadão que está aqui prestando relevantes serviços.

O Conselho Regional de Medicina está no exercício de suas funções ao cobrar a regularização. O juiz, ao conceder a liminar, cumpriu a lei. Nesse caso, Sr. Presidente, só cabe ao Estado buscar a regularização.

Continuando, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 12, uma terça-feira, o juiz determinou, findos os nove meses, que se cumprisse a liminar. O Governador veio a Brasília e se deixou fotografar, dizendo que estava em busca de nova sigla partidária. Vinha ele conversar – abro aspas para transcrever a matéria publicada no jornal do Tocantins – “com os caciques do PMDB acerca de sua filiação”. Não estive no Ministério da Saúde, não estive na Embaixada de Cuba, não estive no Ministério do Trabalho. Passou terça, passou quarta, passou quinta, o avião veio buscar os cubanos, e os cubanos foram embora.

O Ministério Público Federal, Senadora Heloisa Helena, já havia dito na inicial que o Governo do Estado tinha de cumprir a legislação, tinha de cumprir

os pré-requisitos do Conselho Regional de Medicina. Decorridos os nove meses e não tendo havido solução alguma, o Ministério Público Federal, usando do instrumento jurídico da suspensão de segurança, veio ao mesmo TRF, pedindo que, “diante da iminência da falta do serviço do atendimento da população, fosse cassada a liminar do juiz”. O TRF deu provimento ao recurso, Senadora Heloisa Helena, dizendo que – abro aspas de novo para citar o competente Desembargador federal, Presidente do TRF, Aloisio Palmeira –, “se, por um lado, preocupa o exercício da medicina por profissionais ainda não credenciados pelo órgão fiscalizador, por outro, tem relevância constitucional a continuidade da prestação do serviço de saúde pública naquele Estado, em um País já tão deficiente na área da saúde”.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) E, aí, o Procurador do Estado, que poderia ter recorrido novamente pela suspensão de segurança...

Sr. Presidente, decorridos dez minutos, peço que eu tenha os cinco de prorrogação a que todos nós temos direito, de acordo com o Regimento Interno. (Pausa.)

O Ministério Público Federal utilizou-se de um instrumento jurídico a que ele, litisconsorte ativo na ação, tinha direito. Se ele tinha direito, como é que o Estado que é o requerido, que é o réu, que é o gestor da saúde não tem, se há iminência de a população ficar sem o serviço de 96 médicos cubanos?

Eu sei que, pressionado pelo Governador para que dê algum esclarecimento, o Procurador fica em posição difícil. Mas ele sabe, como qualquer estudante do primeiro ano de Direito, que poderia pedir a suspensão da segurança. Se pôde o Ministério Público pedir a suspensão da segurança, quem mais deveria ter feito isso era o Governo do Estado, por intermédio de sua Procuradoria.

E o Ministério Público Federal pediu a suspensão da segurança, em primeiro lugar, pelo risco iminente de ficar a população sem médico. Nesse caso, prevalece o interesse público. O MP ainda alegou um fato novo: está na iminência de ser firmado um acordo entre o Brasil e Cuba, que vai regularizar a situação de 600 brasileiros que estudam naquele país e que voltarão para cá. São médicos brasileiros formados em Cuba. Haverá discriminação?

Então, vejam bem, não estamos diante de um fato de direito concreto. O Ministério Público alegou, entre suas razões para solicitar a cassação da liminar, que era iminente a assinatura de um acordo entre os dois

países. O Procurador do Estado alegou que o Ministério Público obteve uma informação privilegiada e que o mesmo não aconteceu com o Estado.

Eu quero convidar o Governador a demitir o Secretário da Saúde e a colocar lá um integrante do Ministério Público Federal, que, diligente, competente, atento à saúde pública do Tocantins e vendo os médicos partirem do Brasil, solicitou a suspensão da segurança e a obteve.

O Procurador, repito, disse que não teve essa informação. Ora, Sr. Procurador de Justiça do Tocantins, eu tenho um profundo respeito por V. Ex^a, mas, sendo servidor do Estado, V. Ex^a deve ter profundo respeito pela população. A obrigação, na verdade, era do Governador. Se o Ministério Público Federal descobriu que podemos ter um acordo com Cuba para regularizar essa situação, por que o Estado, nesses nove meses, não soube disso? O Ministério Público é o gestor da saúde no Tocantins? Não.

Informação privilegiada, conforme declarou ontem a um jornal de Tocantins o Procurador Geral de Justiça – vou traduzir –, é a falta de informação, a falta de interesse, a omissão do Governo do Estado, que cruzou os braços e não queria mais a presença desses médicos no solo tocantinense. E aí, Sr. Presidente, não quero discutir se o médico é brasileiro ou cubano. Sei que nenhum Estado brasileiro pode ficar sem 96 profissionais da saúde.

Quero destacar ainda que o Presidente do TRF recebeu o pedido de suspensão da liminar às 13 horas e, três horas depois, já a havia deferido. Portanto, o TRF agiu de maneira rápida, eficiente e ainda mandou publicar a decisão com a devida urgência. Mas os médicos já haviam partido. E o Estado não adotou essa medida na terça-feira, na quarta-feira, na quinta-feira, dizendo que não tinha como recorrer.

Senadora Heloisa Helena, para quem não entende de Direito, prevalece a alegação de que o Estado não tinha como recorrer. Mas como o Ministério Público Federal teve? Alegou-se, ainda, que o Estado não tinha a informação privilegiada de que o Brasil poderia fazer um acordo com Cuba. O acordo não foi feito, isso não é fato concreto do Direito. Mas houve a informação. O Ministério Público a conseguiu, e o Estado não, porque não teve interesse, o Governador não quis, cruzou os braços.

E aí, Sr. Presidente, de maneira muito respeitosa, quero dizer que conheço o Dr. José Renard, Procurador-Geral de Justiça, há muitos anos. Os conhecimentos jurídicos ele tem, mas é lógico que ele não pode convencer o seu cliente, que neste caso é o Governador do Estado de Tocantins, aliás, o seu superior hierárquico, porque o seu cliente é o povo. Ele deveria estar zelando

pelo interesse do povo do Estado, mas não pode entrar com um recurso sem que o Governador o autorize. Mas, graças à presença do Ministério Público Federal, a liminar foi cassada, e o Governo, que num primeiro momento disse que não iria recontratar nem os médicos que ficaram, porque, dos 96, 60 foram embora na aeronave, outros 30, em razão de ter filhos, de já estarem com seus pais, seus familiares, alguns no Brasil, ficaram, mas ouviram o Governo dizer que não iria recontratar, mesmo com a suspensão oferecida pelo TRF. Pressionados por esta tribuna, pela opinião pública do meu Estado, hoje o Estado começou a recontratar os 30 médicos cubanos que lá estavam.

Mas, mais uma vez, Senadora Heloísa Helena, o tempo vai passar. E eu espero que o meu Estado passe a ter informações privilegiadas...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – SP) – Concluo, Sr. Presidente. Espero que não tenhamos que substituir o Secretário de Saúde do meu Estado por um Procurador da República e que o Estado cumpra a sua função e cumpra a sua missão.

Vou, Sr. Presidente, me restringir, para não descumprir o tempo regimental, a esses esclarecimentos. Quero informar ao povo tocantinense que, se o programa deu certo e foi sustentado por oito anos, o que está acontecendo não é senão a falta de interesse e a omissão para que tivéssemos tido esta interrupção e esse triste episódio que, sem dúvida alguma, é lamentável para as relações de Brasil e Cuba. Tenho certeza absoluta de que foi uma profunda decepção para o Presidente Fidel Castro, como foi para o povo tocantinense e brasileiro.

Todos cumpriram seu papel: o Conselho Regional de Medicina, o Juiz Federal, o TRF. A omissão fica por conta do Governador do Estado. E, aí, vou entender o papel do Procurador-Geral de Justiça do meu Estado, ao dizer que não sou advogado.

A Sra Ana Júlia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa para uma comunicação inadiável, pelo prazo de 5 minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, que preside com muita competência a sessão do Senado de hoje, Senadores e Senadoras, brasileiros e brasileiras aqui presentes e que nos acompanham pelo Sistema de Comunicação do Senado.

Senadora Heloísa Helena, Senador Heráclito Fortes, vim do nosso Piauí e quero dizer o seguinte: Senador

Heráclito Fortes, não vamos deixar a Senadora Heloísa Helena transferir o título eleitoral dela para o Piauí, porque ela acaba sendo eleita por lá e levando.

Quero comunicar a satisfação do povo do Piauí em recebê-la, Senadora Heloísa Helena. Estive em um debate com estudantes no Ceut, Centro de Ensino Universitário, a Harvard do Piauí – uma universidade privada – e senti a repercussão da ida de V. Ex^a ao Piauí. No dia seguinte, eu pegava um jornal em que o cartunista piauiense Moisés, o melhor do Brasil, mostrava o Lula com uma sopa, e dizia: “Tem uma mosca na sopa.” Era uma mosca com a cara graciosa da Senadora. Tal a repercussão lá.

Mas, hoje, quis Deus estivesse presente o Senador Pedro Simon, que é professor de tudo, inclusive de história. Vim a uma reunião aqui no Senado e nela se falou muito de 20 de abril. Amanhã pára o Brasil. Mas, Senadora Heloísa Helena, um país tem valia se ele aproveita a sua história, aproveita para melhores dias. Esse é o sentido do estudo. E o 21 de abril está aí, e nós nos sentimos na obrigação de dizer o sentido disso.

Senadora Ana Júlia Carepa, eu vou anunciar. Daqui a pouco vamos vê-la na televisão. Vamos ganhar, com a sua presença, sem dúvida nenhuma, das novelas, do Ibope da novela. Mas, antes, vamos ensinar o PT. Começa o 21 de abril, Senador Alvaro Dias. É o Tiradentes. Na internet, tem assunto relativo a esse dia. Mas o sentido prático, ó PT, Partido do Tributo, aprenda: isso tudo deu força, enforcamento, e estamos repetindo porque tinha muitos impostos. Era a derrama. Senador Efraim Moraes, organizamo-nos para nos livrar dos portugueses. Senador Geraldo Mesquita, acabamos por nos livrar. Quem pôs realmente os portugueses para fora, com derrama ou sem derrama, fomos nós, piauienses, numa batalha sangrenta. Daí eu me acho com o direito de estar aqui. Mas isso é longo. Foi uma advertência sobre o que é esfolar o povo com impostos. É o que se vê no Governo Lula.

Senador Pedro Simon, nunca dantes se cobrou tanto imposto. Dezesseis foram aumentados e ainda vieram umas desgraçadas de umas medidas provisórias! Então, essa é derrama. De que valeu a luta, Senador Heráclito Fortes, lá nos campos sangrentos do Jenipapo do Piauí, para nos livrar da derrama? E agora nós aceitamos o PT, sugando o povo brasileiro.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Mão Santa, por dez segundos? Só quero dar uma informação.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Esse foi o 21 de abril de 1792. Era esse o sentido, frear o Lula. Ó Lula, Tiradentes é isso. É o mínimo! Reflita.

E aí vemos o Tancredo. O Presidente Sarney já falou, repetir é chato. É o companheiro, já esteve aqui o espírito santo, botou ele, e tal. Tancredo era franciscano, era da paz, da conciliação, Senador Pedro Simon, e nos deixou um ensinamento. Presidente Lula, aprenda: é proibido gastar. Eu nunca vi um governo tão gastador como este. Estudei as monarquias. O Príncipe Charles, com a Diana e a Camila, gastou menos do que está gastando o Lula e a Marisa de avião pelo mundo todo.

Senador Marco Maciel, nós viajamos ontem para o Rio de Janeiro para comparecer a uma solenidade em que um Parlamentar recebia um título da Academia Nacional. Por falar em viagem, Pedro II, em 49 anos de reinado, só fez uma viagem: para a Europa. Isso é brinquedo. Temos outros exemplos na história, de historiadores como Heródoto e Tito Lívio. Digo isso para aprendermos, Senador Geraldo Mesquita. V. Ex^a já sabe demais.

Ele disse: É proibido gastar. Aprenda isso, Lula, é tão simples. Que ensinamento!

E agora falaremos de Brasília. Juscelino, médico como eu, cirurgião como eu, de Santa Casa, andou no Exército, também sou oficial da reserva, foi prefeitinho, foi Governador, foi Presidente, foi até cassado aqui. Mas, além do otimismo dele, do sorriso, ficaria esta frase: eu sou otimista, eu sou porque a democracia, pela qual Tancredo se imolou, não vai permitir abrimos mão do maior valor da democracia, Senador Pedro Simon, que é a alternância no Poder. Ela está aqui, já bem próxima!

Esta é a verdade: não vamos abrir mão desse direito, dessa conquista pela qual Tancredo se imolou. O meu Partido com Ulisses, que está encantado no fundo do mar: “ouça a voz rouca das ruas” – ele dizia, mas a voz rouca das ruas não quer que o PMDB se venda, não. O PMDB não é coisa de troca; é coisa de ideal e de luta, simbolizada pelas virtudes de Pedro Simon.

E Juscelino Kubitschek aqui fez. Ele deu apenas um ensinamento – e não vou falar no pólo industrial, na construção de Brasília, no centro do País para integrar, ou na Sudene, para diminuir a desigualdade que aumenta, que ainda está enterrada. Mas Juscelino simplificou muito.

E o Presidente Lula esqueceu as suas raízes e as suas origens nordestinas. Após uma lavagem cerebral em São Paulo, esqueceu. A Sudene está lá enterrada. Agora, não vamos exigir muito de Lula. Energia e transporte: o que este Governo tem feito por energia? É só não chover para ter apagão – e ele não tem mais José Jorge, que enfrentou a situação, para nomear Ministro. O Governo não fez nada, não ampliou nada. Qual foi o investimento grande em energia?

E transporte? Senador Heráclito Fortes, as estradas estão uma buraqueira. Vou contar apenas um fato, Heráclito. Não respeita nem a história do piauiense na Batalha de Jenipapo, ocorrida perto daquela ponte estreita, entre Piripiri e Campo Maior. Terminou Fernando Henrique Cardoso, a ponte estava em obra. Tiraram! Desapareceu! É a única ponte da maior cidade que liga a capital ao litoral, ao delta. E é estreita. Senador Heráclito, na semana passada, dois caminhões passaram lá e se grudaram parecendo cachorros em ato sexual. E devem ainda estar lá os dois pregados, porque a ponte é estreita. Nós vimos. É minha passagem. Nasci no litoral. Senador Efraim Moraes, os dois caminhões ficaram feito cachorros, interditando a ponte!

Percebo a generosidade do Paraná, do Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias. V. Ex^a fica bem na Presidência! Certa vez, V. Ex^a teve a inspiração de ser candidato. Andou naquela circunstância abordando, e a inspiração pode ressurgir agora. V. Ex^a fica bem na Presidência!

A ponte, então, está parada, Sr. Presidente.

Quanto à energia e transporte, Presidente Lula, é o momento de terminar as obras, em homenagem a datas tão grandes como o aniversário de Brasília. Brasília, cidade à qual presto saudação, Senador Pedro Simon, orgulhoso.

Se houver olimpíadas de melhor gente, é o piauiense. Aqui nesta cidade tem 250 mil piauienses, que ajudaram a constituir-la e a construí-la. Nós somos a segunda colônia de brasileiros. Perdemos para Minas...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Solicito a V. Ex^a que conclua.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas o Suplicy cantou e eu ainda não cantei nem o hino do Piauí.

...Piauí, terra querida, força,
Filha do sol do Equador...

Mas quero cumprimentar, neste aniversário da grandiosa Brasília, sonho de Juscelino, que deve ser inspiração, a verdadeira inspiração para o Presidente Lula, os piauienses que ajudaram a fazer nascer e viver esta cidade. E, ó Deus, abençoe Brasília, nossa gente e o Brasil!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Muito obrigado, Senador Mão Santa, Senador do Piauí.

E agora o Pará, com a Senadora Ana Julia Carepa. V. Ex^a tem dez minutos, mais a prorrogação, se necessário.

A SRA. ANA JULIA CAREPA (Bloco/PT – PA).
Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Muito obrigada. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria fazer um registro positivo para o Estado do Pará. Foi aprovado já pela Assembléia Legislativa, e foi aprovado por unanimidade, o Macrozoneamento Econômico Ecológico. E faço esse registro porque foi proposta do Poder Executivo do Estado e eu reconheço as coisas positivas que são feitas. Quero parabenizar o Estado por ter encaminhado o projeto e os Deputados por aprová-lo. E o aprovaram por unanimidade, depois que emendas aperfeiçoaram o projeto.

Mas venho hoje a esta tribuna, com muito orgulho, anunciar que apresentei um projeto de lei, na semana passada. O PLS nº 108, de 2005, pretende impedir que o Estado, o Poder Público, financie com u'a mão o que ele combate com a outra. Nós estamos propondo que pessoas físicas e jurídicas que desmatem irregularmente ou utilizem trabalho análogo ao de trabalho escravo sejam impedidas de tomar créditos de instituições financeiras, inclusive aqueles referentes aos Fundos Constitucionais de Financiamento e Fundos Regionais. Restringe, igualmente, a contratação via licitações pelo Poder Público de pessoas envolvidas em um desses crimes.

O Governo tem trabalhado arduamente para vencer a luta contra o trabalho escravo e contra os desmatadores ilegais. Mas, apesar desses esforços e de o Brasil ser signatário de diversas Convenções da Organização Internacional do Trabalho que repudiam o trabalho escravo, bem como de Convenções que amparam Direitos Humanos, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, calcula que hoje haja no País cerca de 25 mil pessoas submetidas às condições análogas ao trabalho escravo.

Segundo a ONG *AntiSlavery*, em 2003, 4.970 trabalhadores foram resgatados. Não tenho dúvida da conexão entre crimes ambientais e trabalho escravo: entre 1995 e 2001, 49% dos casos de escravidão no Brasil ocorreram em criações de gado e 25% estavam relacionados ao desmatamento. Em muitas ocasiões, o trabalho escravo e o crime ambiental aparecem reiteradamente interligados, em geral o primeiro engendrado para o cometimento do segundo. Na região amazônica, especialmente no Pará, que hoje é a fronteira do desmatamento no País e uma das áreas mais rapidamente devastadas do mundo, essa conexão é explícita e contundente.

Algumas iniciativas do Poder Executivo e das próprias instituições financeiras já estão em andamento. A nossa medida visa a impedir questionamentos quanto ao mérito e a forma dessas louváveis iniciativas, das quais vou enumerar apenas algumas.

O Ministério do Trabalho e do Emprego criou o “Cadastro de Empregadores Infratores”, conhecido

como Lista Suja do Trabalho Escravo. Há hoje 163 autuados por emprego de mão-de-obra escrava e, dentre eles, grandes grupos do agronegócio nacional e outros que se beneficiam de recursos públicos para financiar suas atividades. Também o Ministério da Integração Nacional emitiu portaria, em 2003, em que “recomenda aos agentes financeiros que se abstenham de conceder financiamentos ou qualquer outro tipo de assistência com recursos sob a supervisão desse Ministério para as pessoas físicas e jurídicas que venham a integrar a relação (...) de empregadores e de propriedades rurais que submetam trabalhadores a formas degradantes de trabalho ou que os mantenham em condições análogas ao de trabalho escravo”. Ambas são medidas fortes e decisivas para o combate a esse crime, tanto do Ministério do Trabalho quanto do Ministério da Integração Nacional.

Outra iniciativa parte do Banco do Brasil. A instituição anunciou recentemente que cancelou o crédito para sessenta clientes, entre pessoas e empresas, que fazem parte das listas feitas pelo Governo com os nomes de flagrados pela fiscalização do Ministério do Trabalho, explorando mão-de-obra escrava. Esses clientes tinham empréstimos com recursos públicos no valor total de R\$100 milhões. Além disso, todas as 3.500 empresas clientes do banco com faturamento acima de R\$100 milhões terão o limite de crédito reavaliado. O mesmo procedimento está sendo adotado para projetos que envolvam empréstimos acima de R\$10 milhões. O Banco do Brasil está restringindo crédito, não somente para empresas que utilizam trabalho escravo, mas também para aquelas que cometam crimes de trabalho infantil e agressões ao meio ambiente.

Cabe lembrar que essas medidas convergem para padrões internacionais de concessão de empréstimo. Os Princípios do Equador, conjunto de regras fixadas pelo *International Finance Corporation* (IFC), braço do Banco Mundial, estabelecem alguns critérios na concessão de empréstimos acima de US\$50 milhões, como o estudo prévio sobre o impacto sócio-ambiental da obra e as medidas a serem tomadas para reduzir riscos. Entre os bancos que aderiram aos padrões internacionais, estão o Bradesco, o Itaú e o Unibanco.

Felizmente, há cada vez menos espaço, nacional e internacionalmente, para ações predatórias do meio ambiente e práticas que ferem a dignidade humana. No momento em que as parcerias público-privadas estiverem concretizando-se, haverá um impulso ao crédito, com impacto direto sobre os temas aqui tratados. Essa medida atingirá grandes projetos, sobretudo na área da infra-estrutura como portos, rodovias, ferrovias, hidrelétricas, linhas de transmissão.

Como dissemos anteriormente, pretendemos evitar que atos administrativos sejam questionados na esfera judicial como está ocorrendo hoje, Senador Pedro Simon, que, por serem atos administrativos e não existir uma lei no País, está-se questionando essa restrição. Mas agora vamos transformar em lei.

Esse é um ponto fundamental do projeto: não queremos inibir o progresso ou o desenvolvimento. Não admitimos é que ele ocorra às custas dos direitos humanos e do meio ambiente, até porque não é progresso nem desenvolvimento aquilo que é feito de forma predatória, ou aquilo que fere o mais elementar direito humano, que é manter uma pessoa em condição análoga a de trabalho escravo. Os empreendedores lícitos, corretos, que aderem a padrões e práticas legítimas terão, ainda, mais recursos disponíveis uma vez que os empreendedores incorreto e amantes de práticas ilícitas não serão mais beneficiados com recursos. Sabemos todos os Senadores que há precariedades no País a serem enfrentadas de maneira firme; o trabalho escravo é uma delas, mas uma fundamental.

Sabemos como a sociedade apóia tal medida. Os movimentos sociais, a sociedade civil organizada vem fortemente pressionando pra mudanças. Cito entre essas entidades a Associação dos Juizes Federais, a Associação dos Magistrados do Trabalho, a Associação de Procuradores, organismos internacionais ilibados, como a Organização Internacional do Trabalho, organizações não-governamentais ligadas à defesa dos direitos humanos. Também apóia essa luta a Igreja Católica por meio da Comissão Pastoral da Terra.

Com isso, pedimos o apoio de todas as Senadoras e de todos os Senadores para que possamos caminhar rapidamente e esse projeto venha a se tornar a proteção de que necessitamos contra formas degradantes de trabalho e contra a exploração irracional do meio ambiente, a fim de que, no futuro próximo, não tenhamos reportagens como a que assisti ontem, terça-feira, no Globo Rural, anunciando, mais uma vez, que trabalhadores rurais no Estado do Pará haviam sido resgatados. Infelizmente, o Pará é o Estado campeão de ocorrências de trabalho análogo ao trabalho escravo. Portanto, queremos que, após a aprovação desse projeto, o trabalho escravo seja fato do passado.

Quero encerrar, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedindo a atenção do Congresso e também do Poder Executivo para os problemas da região Amazônica. Quando falo do Poder Executivo, refiro-me ao Poder Executivo Federal, mas, em grande parte, ao Poder Executivo Estadual.

Não tenho dúvida de que a falta de regras claras e de penas mais graves – o nosso projeto está atuando nesse sentido – tem conexão com os problemas

que estão ocorrendo na nossa região, especialmente no Estado do Pará. Mas muitos desses problemas também têm conexão com o desrespeito explícito das regras por quem acha que nunca será punido, porque são infratores contumazes e realmente nunca foram punidos. Não é à toa que o Pará, além de campeão de trabalho escravo, também lidera o índice de mortes no campo. O Estado preocupa-se, normalmente, apenas em prender e em punir aqueles que apertam os gatilhos, mas não aqueles que financiam esses gatilhos.

O Governo Federal foi severo, firme e correto na sua ação quando do assassinato da Irmã Dorothy. Vieram a Polícia Federal, o Exército e vários órgãos do Governo Federal. Mas é preciso haver uma presença marcante das instituições para que a população se sinta amparada, pois a grilagem, as invasões e a violência contra os trabalhadores não cessaram.

Tenho direito, Sr. Presidente, como todos os outros, a mais cinco minutos e não dois, uma vez que todos os demais Senadores obtiveram esse prazo. Essa está sendo a praxe da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo-lhe mais três minutos, Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente.

Recebi – assim como fiz ainda há pouco – um elogio ao fato de o Governo do Estado ter encaminhado o macrozoneamento econômico-ecológico, que foi aprovado por unanimidade pela Assembléia Legislativa. Fiquei, entretanto, extremamente preocupada com vários ofícios que recebi por meio de fax. Um deles é da gestora do Incra de Tucuruí, dizendo ter sido ameaçada de morte e que trabalhadores foram deixados na frente daquele Instituto, porque inúmeros grileiros de terras, com pistoleiros armados, os expulsaram e até os esbofetearam, ameaçando a chefe da unidade avançada do Incra em Tucuruí. Ela até pede à Polícia Federal apenas. Ora, pela Constituição, a responsabilidade pela segurança pública é do Estado, mas as pessoas nem confiam mais na polícia. Isso é terrível. Ela mesma foi ameaçada de esquartejamento por membros desse consórcio violento.

É por essa certeza de impunidade que essas pessoas fazem isso. Recebi também o ofício aqui assinado pela CPT de Anapu, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Anapu e pela Associação Solidária, Econômica e Ecológica de Frutas da Amazônia – Assefa, informando-nos sobre ameaças provenientes de pessoas que estão indo lá, inclusive na área onde morreu a irmã Dorothy, com carros importados querendo saber quem vai ficar no lugar da irmã. Os trabalhadores, as pessoas do local, pedem também socorro solicitando

que o Exército permaneça lá. Já temos a informação de que o Exército, no momento, não vai sair, mas nos preocupa essa diferença de postura porque ao mesmo tempo a Fetagre também nos envia um documento dizendo que a polícia junto com o Exército prendeu vinte e quatro trabalhadores por porte ilegal de armas. Ora, trabalhadores rurais de um assentamento.

Por que tanta celeridade, tanta presteza, tanta eficiência na prisão apenas de agricultores familiares? Não vejo essa presteza, essa eficiência quando se trata de prender esses grileiros junto com seus capangas armados até os dentes, por porte ilegal de arma.

Faço um apelo às autoridades do Estado, ao Secretário de Defesa Social, ao Delegado-Geral de Polícia: não pode haver dois pesos e duas medidas. Se há porte ilegal de armas, que a punição seja a mesma para todos. E solicito o apoio...

(Interrupção do som.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Solicito que se tomem providências imediatas, para que se consiga clima de tranquilidade. O Governo não vai recuar nas suas ações para fazer a reforma agrária. Bandidos travestidos de produtores ameaçaram a chefe da unidade do Incra em Tucuruí, dizendo que não vão deixar que a reforma agrária seja feita. Mas – repito – o Governo não vai recuar, e para isso é necessário que a polícia também cumpra a sua função constitucional. E também para que possamos aprovar esse projeto, impedindo financiamento àqueles que utilizam trabalho escravo e praticam crime ambiental. Dessa forma, estaremos dando um grande e bom exemplo ao País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra Ana Julia Carepa, o Sr. Alvaro dias deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senadora.

Há mais sete oradores inscritos. Proponho que o tempo fosse de apenas dez minutos para cada um, com prorrogação de dois minutos, a fim de que todos possam falar.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP)
– Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)
– Tem a palavra V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, os Colegas do Senado Federal costumam estar muito bem informados sobre os fatos que ocorrem no mundo, os problemas e os fatos importantes.

Então, gostaria de informar que o Primeiro-Ministro da Itália, Silvio Berlusconi, renunciou ao seu mandato nesta data, e que o Presidente do Equador, Lucio Gutiérrez, também abandonou o seu posto de presidente, que foi considerado vago pelo Congresso nacional equatoriano.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias. S. Ex^a dispõe de 10 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 20 DE ABRIL DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)
– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTOS NºS 316 E 317, DE 2005

REQUERIMENTO Nº 316, DE 2005

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde sobre licitação para aquisição de “kits dentários”.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde sobre licitação para aquisição de “kits dentários”:

1) Qual o número do edital da referida licitação para aquisição de “kits dentários”?

2) A Ata da referida licitação já está disponível? Favor fornecer cópia.

3) Quais os preços individuais dos “kits dentários” oferecidos pelas três empresas que ofereceram os menores preços totais?

4) Existe mesmo a disposição do Ministro de cancelar a licitação, conforme a matéria? Caso positivo, quais as razões para o cancelamento?

5) A diferença de preço entre a primeira e a segunda empresa que ofereceram os menores preços na licitação é mesmo de aproximadamente R\$70 milhões, conforme a matéria?

Justificação

A coluna do jornalista Cláudio Humberto, do dia 20 de abril de 2005, sob o título “Cárie exposta”, afirma que em uma licitação milionária de “kits dentários”, uma empresa chamada Dismafe ganhou com proposta R\$70 milhões menor que a segunda colocada, a Tangara, que é a preferida da cúpula do Ministério da Saúde.

Ainda conforme a matéria, o Ministro da Saúde sinalizou que anulará a licitação, o que me preocupa e me leva a ter dúvidas sobre a transparência do processo licitatório.

Diante disso, entendo que as informações solicitadas são fundamentais para que se tenha o devido esclarecimento do caso.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2005. – Senador **Álvaro Dias**.

(À mesa, para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 317, DE 2005

Solicita informações ao Ministro da Fazenda, Sr. Antônio Palocci sobre o processo de negociação entre a Previ e o Banco do Brasil S/A.

Prezado Presidente,

Com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e no Art. 216, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência seja encaminhado ao Ministro da Fazenda, Sr. Antônio Palocci, pedido de informações sobre o acordo firmado entre o Banco do Brasil S/A e a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI), realizado em 24 de dezembro de 1997.

De acordo com o documento intitulado “Fato Relevante”, de 13 de junho de 1997, assinado pelo então diretor de relações com o mercado do BB, as diretorias das duas entidades concluíram esse acordo, envolvendo um montante de recursos da ordem de R\$11,900 milhões. De acordo com esse documento, o passivo previdenciário, referente aos empregados admitidos no banco até 14 de abril de 1967 e os aposentados após essa data, em um montante R\$10,970 milhões (valores de 1997), passou para a responsabilidade da Previ.

Estranhamente, esse passivo previdenciário foi reduzido à metade, conforme informações do referido documento: “o montante de R\$10,970 milhões ficará reduzido ao valor de R\$5,870 milhões, sendo a diferença suportada por parte dos atuais ativos garantidores dos compromissos assumidos pela Previ”.

Outro fator que chama a atenção nessa negociação é a decisão de transferir parte do superávit da Previ para amortizar a dívida, contrariando o espírito da Lei nº 8.020/90 e do Decreto nº 606/92 que a regulamen-

ta. Segundo o artigo 3º dessa lei, “o superávit apurado pelas entidades fechadas de previdência privada será destinado a formação de reserva de contingência”. No entanto, de acordo com o “Fato Relevante”, anualmente, a Caixa deverá “proceder a novo cálculo das reservas numéricas”, sendo que a diferença positiva apurada será destinada “para redução do valor” (R\$5,870 milhões) que é de responsabilidade do Banco do Brasil junto à Previ.

De acordo com outro documento do Banco do Brasil, essa negociação fez parte do processo de reestruturação do Banco do Brasil. No item “reestruturação administrativa”, esse documento afirma que, entre outras medidas adotadas para reduzir custos, o objetivo é “transferir para a Previ o encargo referente à complementação de aposentadoria dos funcionários admitidos anteriormente a abril de 67” (O Banco do Brasil na hora da verdade, s/d, p. 38).

Diante desses documentos e informações, requeiro a Vossa Excelência seja encaminhado ao Ministro da Fazenda, pedido de informações sobre o referido

acordo, incluindo todos os documentos relacionados ao mesmo (inclusive demonstrativos do impacto dessa negociação nas contas da Previ) e dados sobre os repasses (valores, datas, percentual em relação ao montante), feitos para reduzir a dívida do Banco do Brasil junto à Previ.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2005. – Senadora **Heloísa Helena** – PSOL/AL.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 318, DE 2005

Requer, nos termos regimentais, inspeção por parte do Tribunal de Contas da União, nos termos do acordo entre o Banco do Brasil e a Previ.

Requeiro, nos termos dos arts. 70 e 71, inciso IV, da Constituição Federal, combinados com o disposto no art. 215, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitado ao Tribunal de Contas da União (TCU) inspeção e fiscalização, em caráter de urgência, do acordo firmado entre o Banco do Brasil S/A., e a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI), celebrado em 24 de dezembro de 1997.

Justificação

De acordo com o documento intitulado “Fato Relevante”, de 13 de junho de 1997, assinado pelo então Diretor de Relações com o Mercado do BB, as diretorias das duas entidades concluíram esse acordo, envolvendo um montante de recursos da ordem de R\$11.900 milhões. De acordo com esse documento, o passivo previdenciário, referente aos empregados admitidos no banco até 14 de abril de 1967 e os aposentados após essa data, em um montante R\$10.970 milhões (valores de 1997), passou para a responsabilidade da Previ.

Estranhamente, esse passivo previdenciário foi reduzido à metade, conforme informações do referido documento: “o montante de R\$10.970 milhões ficará reduzido ao valor de R\$5.870 milhões, sendo a diferença suportada por parte dos atuais ativos garantidores dos compromissos assumidos pela Previ” (item 3.a.).

Outro fator que chama a atenção nessa negociação é a decisão de transferir parte do superávit da Previ para amortizar a dívida, contrariando o espírito da Lei nº 8.020/90 e do Decreto nº 606/92 que a regulamenta. Segundo o artigo 3º dessa lei, “o superávit apurado pelas entidades fechadas de previdência privada será destinado a formação de reserva de contingência”. No entanto, de acordo com o “Fato Relevante”, anualmente, a Caixa deverá “proceder a novo cálculo das reservas numéricas”, sendo que a diferença positiva apurada será destinada “para redução do valor” (R\$5.870 milhões) que é de responsabilidade do Banco do Brasil junto à Previ.

Segundo outro documento do Banco do Brasil, essa negociação fez parte do processo de reestruturação do Banco. No item “reestruturação administrativa”, esse documento afirma que, entre outras medidas adotadas para reduzir custos, o objetivo é “transferir para a Previ o encargo referente à complementação de aposentadoria dos funcionários admitidos anteriormente a abril de 67” (**O Banco do Brasil na hora da verdade**, s/d, p. 38).

Cumprindo as determinações constitucionais de fiscalizar os atos do Executivo (arts. 49, inciso X, e 70, da Constituição Federal), requeiro que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União (TCU) inspeção nos termos do acordo firmado entre o Banco do Brasil S/A., e a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI) e a fiscalização dos repasses entre essas entidades, constatando-se irregularidades, sejam tomadas as medidas cabíveis.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2005. – Senadora **Heloísa Helena**, PSOL/AL.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 319, DE 2005

Requer voto de aplauso à Polícia Militar do Estado do Amazonas, pelos seus 168 anos de criação.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Polícia Militar do Estado do Amazonas, pelos seus 168 anos de criação.

Requeiro, ademais, que este voto seja levado ao conhecimento do Comandante-Geral da PMAM.

Justificação

O voto que ora requeiro justifica-se pela importância da corporação para a população do Estado do Amazonas.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 320, DE 2005

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Fazenda, para que este providencie e encaminhe, as seguintes informações:

1. Qual o montante dos recursos arrecadados com a Cide em 2004?
2. Como se deu a distribuição dos referidos recursos?
3. Qual o total geral arrecadado no período 2004/2005?

Justificação

Estas informações são necessárias para que a sociedade brasileira tenha conhecimento da destinação do imposto que é pago diariamente por milhares de brasileiros.

Esta atitude vem ao encontro da busca pela transparência da administração pública. É necessário saber como os impostos arrecadados estão sendo empregados, assim como o montante.

Esta ação é necessária para que não haja dúvidas sobre as ações governamentais.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2005. – **Serys Sihessarenko**.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 321 , DE 2005

Com fulcro no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de voto de aplauso ao procurador Paulo Prado pela sua posse no cargo de procurador-geral de Justiça em Mato Grosso.

Justificação

Combativo e engajado no combate ao crime organizado no Estado de Mato Grosso, o novo procurador de Justiça defenderá a interiorização do Ministério Público estadual fazendo chegar aos mato-grossenses às ações do Poder Público.

Eleito numa das mais acirradas disputas pela chefia da procuradoria-geral de Justiça em Mato Grosso, o Procurador Paulo Prado lutará pela realização de mais concursos públicos, pela elevação do orçamento geral do Ministério Público, o que irá permitir a execução da meta de colocar um representante do Órgão em cada Comarca.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2005. – **Serys Sihessarenko**.

REQUERIMENTO Nº 322, DE 2005

Requer voto de aplauso ao jornal Gazeta Mercantil pelo transcurso de seu 85º aniversário

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso ao jornal **Gazeta Mercantil** pelo transcurso de seu 85º aniversário e pelo prêmio que lhe conferiu o Fórum de Líderes Empresariais.

Requeiro, ademais, que este Voto seja levado ao conhecimento do editor do Presidente das Orga-

nizações **Jornal do Brasil/Gazeta Mercantil, Nelson Tanure**.

Justificação

Um dos mais conceituados jornais brasileiros, a **Gazeta Mercantil** acompanhou, inicialmente, a evolução de São Paulo, onde nasceu, tornando-se veículo informativo de excelência, para, crescendo, transformar-se em veículo de referência nacional, atualmente impresso em diferentes pontos do território nacional.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2005, – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – A Presidência encaminhará os votos de aplauso solicitados.

Os requerimentos lidos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Pedro Simon, por dez minutos. Em seguida, falarão os Senadores Efraim Morais – pela Liderança –, José Jorge, Geraldo Mesquita e este Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não há dúvida de que amanhã se comemora uma data muito importante para a história de nosso País.

Foi muito bonita a sessão realizada hoje pela manhã em homenagem a Brasília e ao seu fundador, Juscelino Kubitschek. Ontem, dia 19 de abril, seria aniversário de Getúlio Vargas. Creio que o Dr. Getúlio e o Dr. Juscelino foram os dois maiores vultos da história brasileira, os dois grandes Presidentes que tivemos.

Amanhã será feriado pelo aniversário de Brasília e em homenagem a Tiradentes. Mas, na verdade, embora o País não tenha oficializado, será também feriado em homenagem a Tancredo Neves. Assim como Tiradentes foi o protomártir esquartejado por defender a Independência, a liberdade no Brasil, Tancredo Neves, pelo seu ideal de defesa da liberdade e da democracia, foi esquartejado com sete cirurgias e morreu em defesa de seu País. Não tenho dúvida alguma de que dificilmente se encontraria um homem que tenha sido tão preparado para chegar à Presidência da República quanto o Dr. Tancredo.

Tive quatro grandes irmãos mais velhos na política: o primeiro foi Ulysses Guimarães; o segundo, Tancredo Neves; o terceiro, Teotônio Vilela; o quarto, Mário Covas. Convivi com esses quatro vultos e creio que, na História do Brasil, pode haver iguais; melhores, duvido.

Quando se fala na história de Tancredo Neves – ouvi o discurso brilhante do Dr. José Sarney –, salienta-se, sim, seu heroísmo: o homem que escondeu

a doença para garantir a posse; o homem que tombou pela causa que defendeu. Mas nós, do PMDB, não podemos lembrar apenas do Tancredo Neves vitorioso; temos de lembrar a luta do velho MDB, a luta de 20 anos, que começou em 1964, quando derrubaram João Goulart; lembrar de Tancredo Neves protestando e gritando palavrões ao Presidente do Senado, dizendo que S. Ex^a estava dando um golpe ao afirmar que o Presidente da República estava no exterior, em lugar incerto e não sabido, posto que Sua Excelência estava na cidade de Porto Alegre.

A luta de Tancredo começou em 1954. Ele era um jovem Ministro quando houve o golpe que levou o Dr. Getúlio Vargas ao suicídio. Antes, ele havia pedido: “Nomeie-me Ministro do Exército no lugar desse traidor que é o General Zenóbio. Garanto que o golpe não sai, e Vossa Excelência ficará na Presidência.” Dr. Getúlio, não querendo uma guerra civil, preferiu o suicídio.

A luta do Dr. Tancredo Neves continuou quando foi Primeiro-Ministro de Jango, com um trabalho excepcional, de primeira grandeza, que só não foi adiante porque as candidaturas de Juscelino e de Carlos Lacerda já estavam nas ruas, e o PSD e a UDN se uniram para derrotar o parlamentarismo.

A história de Tancredo continua quando, junto do Dr. Ulysses e do Teotônio, lutou pelo restabelecimento da democracia neste País. Sim, Tancredo era um conciliador.

Nunca vou esquecer que, às vésperas do AI-5, que fechou o Congresso Nacional, a razão era a reforma do Judiciário, que estava sendo discutida no Congresso. O Presidente Geisel exigia que ela fosse votada como veio. O MDB tinha um substitutivo e queria votá-lo. A Bancada se reuniu. O Dr. Tancredo fez um discurso em que ele fazia um apelo para a Bancada, dizendo que tinha informações e mais informações de que os militares queriam dar o golpe e fechar o Congresso e que era um pretexto a causa referente à reforma do Judiciário.

O Dr. Brossard, Senador do Rio Grande do Sul, fez um dos seus mais bonitos discursos, aplaudido e aclamado, dizendo que tínhamos de resistir, que tínhamos de votar a reforma do Judiciário, que o Congresso tinha de ir até o fim. Ganhou Brossard; perdeu Tancredo. Fecharam o Congresso no dia seguinte. Tancredo tinha equilíbrio, sim; tinha bom senso, sim; mas era um homem da hora, da definição; era um homem de coragem e de luta. Por isso, ele participou, sob a liderança – façamos justiça – do Dr. Ulysses Guimarães, que podia ter sido o Presidente da República.

Na doença do Dr. Tancredo, o Presidente da Câmara é quem devia ter assumido a Presidência da República, por que, se Tancredo não tomou posse,

como o seu vice poderia tomar posse no lugar de quem não tomou posse? Quem devia ter tomado posse era o Dr. Ulysses.

Quando, naquela reunião – eu estava lá –, o General Leônidas Pires tirou a Constituição do bolso e disse que quem tomaria posse era o Sarney, o Dr. Ulysses, numa rapidez fantástica, concordou: “Realmente é o Sarney quem assume”. Quando fui cobrar dele, porque eu já ia protestar, ele disse: “O que é isso, Simon? Se todo o nosso esquema de segurança está baseado no Leônidas, que é o Ministro do Exército, que está coordenando todo o esquema de garantia da posse de Tancredo, se daqui a pouco eu disser que não é o Sarney, sou eu, é o Leônidas quem vai assumir. Gesto de renúncia e de grandeza do Dr. Ulysses Guimarães; gesto de grandeza do Sarney, que não se impôs. Em nenhum momento, ele disse: “Deve ser eu”. “A responsabilidade é do Ministro do Exército”.

É importante salientarmos o que significou a morte de Tancredo. Sempre reconheço que o Dr. Sarney desempenhou um papel muito importante. Na verdade, ele disse em seu pronunciamento, quando falava ao Tancredo: “Tancredo, eu serei um vice-presidente fraco de um presidente forte, que será você”. De uma hora para outra, assume a Presidência em definitivo, com um Ministério sobre o qual não tinha dado nenhum palpite e em que não teve nenhuma participação; com um Partido, o MDB, amplamente majoritário, com o qual ele não tinha ligação, pois tinha assinado a ficha de filiação três dias antes, para poder ser candidato.

Ele fez o que podia, e acho que se saiu com dignidade. Quando ele disse que achava que a democracia cairia nas suas mãos, e não caiu, ele disse a verdade. Quando ele disse que era ele um dos presidentes que tinha assumido com a característica de que seria derubado, e não o foi, ele disse a verdade. Foi um grande Presidente, mas não foi o Tancredo.

A verdade é que o destino foi cruel conosco. Quem estava preparado se chamava Tancredo Neves. O Dr. Ulysses Guimarães reconheceu isso, todos nós reconhecemos. Tancredo, Teotônio, Mário Covas, todos estavam se preparando em torno de um homem que o destino preparou, ao longo de toda uma história, ao longo de toda uma vida, ao longo de toda uma biografia, para chegar lá. Ele chegou lá e, na hora de sentar na cadeira, Deus disse “não”.

Que tristes desígnios são esses? Que caminhos? Nós, que somos pessoas de fé, temos de nos perguntar por quê. Por que isso ocorreu com um povo escravizado 20 anos, lutando contra a ditadura, contra as armas, contra a violência, suportando com paciência, fazendo autocríticas, baixando a cabeça, resignado, suportando

humilhações, para que houvesse uma transformação pacífica, sem violência e sem radicalização?

Quando chega a hora, quando o homem está preparado de uma maneira democrática para, de maneira pura, sincera, fazer a transformação que este País precisava, o destino diz “não”, a natureza diz “não”, a História diz “não”.

Mesmo assim, Sr. Presidente, mesmo não tendo sido Presidente, a História tem, no seu panteão, o nome de Tancredo, assim como a História tem no seu panteão o nome do velho Ulysses, que está no fundo do mar.

Encontraram o helicóptero, encontraram os pilotos, encontraram a mulher, encontraram os colegas que estavam com ele, mas não o encontraram. Mais de uma vez, estive caminhando no local e conversando com pescadores que viram o helicóptero cair. Se é lenda, não sei, mas eles contam que, em várias madrugadas, vêem um homem enorme, alto, magro, vindo do longe e partindo para o longe, caminhando. Olha para eles com um olhar indecifrável e um sorriso, dá um abano e continua a caminhar.

Na verdade, se Ulysses não tem um túmulo, Ulysses deixou um cravo no coração de cada brasileiro.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Teotônio Vilela também foi um mártir. Com duas bengalas e quatro cânceres, arrastava-se em cadeira de rodas. Quando os seus médicos disseram para ir a Paris descansar os seus últimos dias, ele falou que tinha de estar ao lado do povo brasileiro.

Sr. Presidente, quero falar sobre a história do dia de amanhã, em que se lembra de Tiradentes. O Presidente Tancredo Neves foi um grande homem. Devemos saudá-lo, sim, mas não vamos resumir a nossa história ao dia 14 de março, quando ele ficou doente, e ao dia 21 de abril, quando ele morreu. No dia 14, a sua doença foi uma tragédia. No dia 21 de abril, a sua morte foi uma tragédia. São 20 anos que a História do Brasil haverá de contar. Ao lado deles, tombaram mártires e mais mártires, heróis anônimos e mais heróis anônimos, lutando pela causa talvez mais bonita da História do Brasil.

A independência do Brasil deu-se de pai para filho. O seu descobrimento foi por acaso. A República foi um golpe de Estado. As conquistas sociais foram alcançadas por um ditador. Se houve um movimento que foi do povo, que veio do povo, que teve a alma do povo, que teve o cheiro do povo, esse movimento foi a retomada da democracia, que começou em 1964 e terminou no dia da morte de Tancredo.

Por isso, louvo

Por isso, louvo todos os elogios feitos ao querido Tancredo. Não me refiro ao Presidente Tancredo, mas a toda a sua vida e aos irmãos que com ele batalharam pela mesma causa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino por permuta com o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que fique atento ao tempo, uma vez que, na próxima sexta-feira, não haverá sessão e ainda há vários oradores que desejam usar da palavra. Peço que haja uma prorrogação natural da sessão a fim de que possamos ouvir não apenas o nosso Líder, mas outros companheiros que desejam manifestar-se, uma vez que a quinta-feira e a sexta-feira, por causa do feriado, serão de descanso.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Na hora oportuna, a Mesa prorrogará a sessão.

Abri uma exceção para o Senador Pedro Simon, porque não poderia interromper um pronunciamento desse, que todos ouvimos com atenção e respeito.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo uma notícia de última hora, extraída do Boletim do Supremo Tribunal Federal, que diz:

O Plenário do Supremo Tribunal Federal acaba de concluir o julgamento do Mandado de Segurança (MS) 25295 impetrado pelo Município do Rio de Janeiro contra o Decreto Presidencial 5.392/05, que requisitou bens e serviços de hospitais municipais na capital carioca. Por unanimidade, os ministros concederam o MS para restabelecer ao município a administração e gestão dos Hospitais Souza Aguiar e Miguel Couto.

A decisão também veda à União a pretensão de utilizar os servidores, bens e serviços contratados pelo Município nos outros quatro hospitais que retornaram à gestão federal.

O Relator do processo, Ministro Joaquim Barbosa, que havia julgado o pedido parcialmente procedente no início, reformulou o voto. Mais detalhes, em instantes.

Eu vou trazer os detalhes. Não são os do Supremo, são os da minha consciência, Senador Geraldo Mesquita. O score foi 10 a 0. Faz muito tempo que não vejo o Supremo Tribunal Federal decidir alguma

coisa por unanimidade. Matéria polêmica como é a intervenção federal nos hospitais da Prefeitura do Rio de Janeiro que ocupou espaços nobilíssimos nas tevês, rádios e jornais do Brasil.

Eu me orgulho do Supremo Tribunal Federal. Presidente Augusto Botelho, semana passada, aqui esteve o ex-Senador, ex-Ministro do Supremo, Paulo Brossard, gaúcho emérito, que falou claramente, sem ardeios, sem sofismas: requisitar bem público é inconstitucional; você pode requisitar bem privado mediante indenização prévia; fazer intervenção, só em território federal. O Rio de Janeiro é um Município. Ele deixou claro, meridianamente claro, Senador Pedro Simon – V. Ex^a estava lá –, que os atos do Ministério da Saúde referendando um decreto presidencial da autoria, da lavra do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva eram inconstitucionais.

O advogado do Ministério da Saúde, jovem, meu conterrâneo – conterrâneo seu, Senador Efraim, paraibano, tive boa impressão dele –, não teve argumentos suficientes e ficou num debate em que prevaleceu a opinião do Senador Paulo Brossard.

Mas ontem, terça-feira, Senador Heráclito Fortes, esteve aqui o Ministro Humberto Costa, o comandante-em-chefe da intervenção no Rio de Janeiro. Chegou aqui bem vestido, bem posto, fez uma longuíssima exposição e disse que, atendendo à expectativa dos Senadores, estaria aqui na próxima semana para responder às indagações que se impõem à exposição que ele fez.

Eu quero só ver, Senador Geraldo Mesquita, o que é que ele vai responder à pergunta que eu vou fazer – iria fazer ontem – sobre a ilegalidade da intervenção. Eu quero só ver. Porque esse é um pecado de origem, que contamina todo o processo de intervenção.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Geraldo Mesquita, Senador Augusto Botelho, a intervenção dos hospitais no Rio de Janeiro foi feita interrompendo um processo de negociação que estava em curso entre as autoridades da Prefeitura do Rio de Janeiro e as autoridades do Ministério da Saúde. Há documentos, que tenho, que propõe o Ministério da Saúde receber dois hospitais, e a Prefeitura queria devolver dois hospitais mais um terceiro, o de Andaraí. O Ministério da Saúde interrompeu a negociação por conta de um hospital e resolveu, ficando com todos. Resolveu intervir em todos. Intervir em todos por quê? Porque não estava cumprindo o contrato assinado em 1999 de repor os servidores aposentados demitidos ou transferidos nos hospitais seus, da União, e não estava transferindo recursos que devia transferir do

SUS, Sistema Único de Saúde, para o custeio dos hospitais. A Prefeitura não agüentava mais e, por diversas oportunidades, pretendeu devolver os hospitais, que a União insistia em fazer ouvido de mercador e não chegar a entendimento nenhum.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Muito bem. Resolveu receber todos. Recebeu todos e agora está patente que o que ele fez ao receber todos e mais uns hospitais da Prefeitura foi um ato político, como muito bem disse o Dr. Gastão Wagner, Secretário Executivo do Ministério da Saúde, que, quando saiu demitido, disse: é tudo propaganda, é tudo *marketing*. Mais uma peça de propaganda e mais uma peça de *marketing* a intervenção. Por que propaganda e *marketing* na intervenção? Se quisesse intervir, interviria nos hospitais onde não houvesse questionamento do ponto de vista constitucional. Mas, para dizer que a Prefeitura era incompetente, resolveu intervir até nos próprios municipais. Foi desmoralizado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Pela decisão de 10 a 0.

(interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Por 10 a 0 foi desmoralizado. Agora quero ver o seguinte, Senador Geraldo Mesquita: no **Jornal do Brasil** de ontem, há uma propaganda de uma página quase inteira do Ministério da Saúde convocando aqueles que estão carentes de uma intervenção cirúrgica disso ou daquilo para se apresentarem. Vou perguntar ao Ministro o que ele responde à fila de seis meses para a radioterapia no Inca, Instituto Nacional do Câncer, de responsabilidade do Ministério da Saúde. Quero só ver o que ele quer dizer: convoca os doentes para se operarem de alguma coisa e não cumpre a sua obrigação no Inca, nem cumpre a sua obrigação no Hospital dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro, que está com filas quilométricas, conforme mostra uma auditoria...

(interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Quero só ver. Agora, o que quero ver mesmo é a autoridade do Ministro desautorizado pelo Supremo Tribunal Federal, que decretou a inconstitucionalidade por 10 a 0 da intervenção nos Hospitais Souza Aguiar e Miguel Couto, de propriedade da Prefeitura, indevidamente, objetos de intervenção pelo Ministério da Saúde que, para soltar fogos de artifício e fazer propaganda e *marketing*, como disse o Dr. Gastão Wagner, ex-Se-

cretário Executivo do Ministério da Saúde, ao sair do Ministério, resolveu agir politicamente num segmento tão importante como a saúde pública.

Ouçó, com o maior prazer, o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Felizmente, temos no Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Eduardo Suplicy, já concedi três minutos ao orador além do tempo regimental. Vou conceder um minuto a V. Ex^a, está bem? Por que estamos aguardando há muito tempo. Senão os outros não poderão falar.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Está bem. Felizmente, Senador José Agripino, no Brasil a democracia e as instituições estão funcionando. Se, porventura, houve intervenção inadequada por parte do Executivo, o Supremo Tribunal Federal está dizendo, de maneira clara, que houve alguma impropriedade e caberá, agora, a correção. Isso mostra a importância de o Prefeito César Maia tomar as providências necessárias para resolver os problemas que estavam acontecendo. Espero, sobretudo, que, a partir de toda essa experiência traumática, haja cooperação dos três níveis de Governo no interesse maior da população do Rio de Janeiro. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Concordo com a palavra ponderada...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Concordo com V. Ex^a e agradeço a sua palavra ponderada quando se situa na linha da conciliação e da busca do interesse coletivo, que é a minha posição. Nesse sentido, já falei várias vezes.

Senador Eduardo Suplicy, já imaginou se a Prefeitura não tivesse ingressado no Supremo Tribunal Federal como uma Adin – Ação Direta de Inconstitucionalidade? Como ficaria a Federação brasileira, maculada pela ação arbitrária da União, que interveio em hospitais do Município do Rio de Janeiro? Já imaginou? Esse dano foi corrigido pela iniciativa da Prefeitura do Rio de Janeiro que, com dignidade e autoridade, buscou os seus direitos.

Acredito que, com esse fato, Senador Geraldo Mesquita, o salto do sapato do Ministério da Saúde e do Governo Lula vão baixar. Eles vão sentar à mesa para reconhecer que o repasse de recurso à Prefeitura do Rio de Janeiro está muito aquém do devido e que...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – ...se a União cumprir com a sua obrigação, a Prefeitura flumi-

nense, dirigida pelo competente prefeito César Maia, tem, tranqüilamente, condições administrativas de oferecer um bom serviço de saúde à população carioca. Com a palavra o Ministro Humberto Costa. Com a palavra Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge; após, falará o Senador Efraim Morais e, em seguida, o Senador Geraldo Mesquita. Faço isso pela regra estabelecida de falar um Senador pela Liderança e outro pela ordem de inscrição.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de aproveitar esta oportunidade para solidarizar-me com o Prefeito César Maia, tendo em vista a arbitrariedade cometida contra ele. Essa intervenção política tinha dois objetivos que, infelizmente, foram alcançados. O primeiro deles era atingir o prefeito César Maia, porque, na véspera da intervenção, chegou ao Palácio do Planalto uma pesquisa do Ibope, segundo a qual o prefeito carioca tinha subido de 3% para 12%. O objetivo da intervenção era tolher esse crescimento. Em segundo lugar, o Ministro Humberto Costa, que, há cinco meses, saía todos os dias no jornal como o primeiro Ministro da lista daqueles que deveriam ser demitidos, depois da intervenção, tanto na televisão como em dezenas de matérias de jornal S. Ex^a apareceu como um grande herói. Agora, o Supremo Tribunal Federal mostrou que não houve heroísmo nenhum. Ao contrário, não se pensou na população do Rio. O que houve foi uma grande arbitrariedade.

Gostaria de solidarizar-me com o prefeito César Maia e com o Supremo Tribunal Federal, que soube responder, com um ato expressivo no momento correto, àquilo que vai melhorar o funcionamento da saúde no Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou falar sobre outro tema. Essas palavras foram ditas apenas para manifestar solidariedade ao prefeito César Maia, o que eu não poderia deixar de fazer.

Estamos vivendo o que chamamos de espetáculo de crescimento, aquele espetáculo que o Presidente Lula nos prometeu há dois anos. Infelizmente, o espetáculo do crescimento a que estamos assistindo é o aumento dos gastos com servidores admitidos sem o devido concurso público. É isso que está crescendo, Senador Pedro Simon. Dados oficiais publicados no Boletim Estatístico de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informam que o número de servidores sem vínculo com o serviço público subiu de 18.040, em 2002, para 33.204, em 2004. Houve

um estrondoso aumento de 84%, Senador Geraldo Mesquita. É, de fato, um espetáculo de crescimento. O Presidente Lula prometeu e está cumprindo.

Das admissões no serviço público federal, nesses últimos dois anos, 23.939 funcionários ingressaram por concurso público. Enquanto isso, 25.355 entraram “pela janela”. Portanto, em dois anos, foram admitidos mais de cinquenta mil servidores, sendo que praticamente a metade sem concurso público.

Dos ocupantes dos Cargos de Direção e Assessoramento Superior — DAS —, exatos 5.316 não têm qualquer vínculo permanente com o serviço público. Só nesse item houve um aumento de 26,9% em relação ao Governo anterior. Isso quer dizer que este Governo, Sr. Presidente, está aumentando também o número de servidores sem vínculo com o serviço público, ao contrário do que sempre prometeu.

Outro indicador da grande explosão no número de cargos de confiança é o aumento de gastos com o auxílio-moradia, que cresceu 142% durante os dois últimos anos. Novo crescimento espetacular! O auxílio-moradia é aquele dado aos servidores que vêm de outras localidades para Brasília. Ele cresceu 142% de 2002 para 2004.

Os benefícios concedidos a ocupantes de cargo de confiança que não residem em Brasília alcançou o montante de...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, comecei meu pronunciamento há poucos minutos.

Os benefícios concedidos a ocupantes de cargo de confiança que não residem em Brasília alcançou o montante de 11,7 milhões em 2002 e subiu para 28,4 milhões em 2004, portanto, mais do dobro.

Outro dia, um amigo me dizia haver muita gente de fora, morando no seu prédio. Eu perguntei como ele sabia e ele me respondeu que observava as placas dos carros. E de onde eram as placas? Porto Alegre, Goiânia e São Paulo. São exatamente os três lugares onde o PT perdeu as eleições para prefeito.

Os prefeitos perderam as eleições nessas cidades, e os funcionários das prefeituras foram nomeados para cargos aqui em Brasília, daí o aumento do auxílio-moradia.

O recordista na concessão dessa vantagem foi o Ministério da Saúde, mais uma vez, Senador Pedro Simon, onde quase duzentos funcionários recebem tal auxílio, incluindo o próprio Ministro. Mas o maior crescimento percentual ocorreu na Presidência da República, que, no Governo passado, em 2002, tinha 32 servidores que pertenciam aos municípios. Dois anos depois são 152. Parece mentira, deve haver algum engano: de 32,

passou para 152, em dois anos, o número de servidores que recebem auxílio-moradia.

Só em fevereiro último o Presidente Lula criou mais 25 cargos, responsáveis pela implantação do Programa Nacional de Inclusão de jovens. Se o programa tiver o sucesso do Primeiro Emprego, é possível que tenha mais empregados do que beneficiados. Talvez esses 25 sejam os grandes beneficiados.

Em termos comparativos, o que se despende com auxílio-moradia representa 15% de todo o gasto dos dois principais programas federais destinados a moradia para famílias de baixa renda, quais sejam, Morar Melhor e o Programa de Habitação de Interesse Social. O Governo está gastando com os seus funcionários públicos transferidos para Brasília, em auxílio-moradia, quase a mesma quantia que gasta com os programas sociais.

Esse aparelhamento estatal com cargo para os companheiros de confiança, especialmente os derrotados nas duas últimas eleições, contraria o discurso do PT enquanto estava na oposição; de reconstrução e valorização das carreiras do servidor público.

O que todos nós esperamos para o funcionalismo público efetivo é um quadro de profissionais tecnicamente qualificados e estáveis, avaliados convenientemente, valorizados e, principalmente, sem qualquer vinculação político-partidária.

Além do desprestígio para o funcionário público efetivo, o Governo Lula inova com mais um desperdício do dinheiro público. Trata-se do vultoso aumento dos gastos com a mão-de-obra terceirizada.

Segundo levantamento da Assessoria de Orçamento da Liderança do PFL no Congresso Nacional, “os serviços de limpeza e conservação, que chegavam a R\$281 milhões em 2002, passaram para R\$392,5 milhões em 2004”. Um aumento de 39,5% em apenas dois anos!

Em alguns contratos, o volume de recursos pago às empresas alcançou 50%.

A promessa do Governo de reduzir fortemente as despesas com a terceirização não foi cumprida. E esse argumento foi usado pelo Governo para justificar o aumento substancial das despesas com o funcionalismo, em especial os sem vínculo com o serviço público. Quer dizer, o Governo disse que ia aumentar as despesas com o funcionalismo público e diminuir a terceirização. Mas, infelizmente, Senador Geraldo Mesquita, aumentou os dois: a terceirização e os cargos em comissão.

Essa explosão de gastos com contratos de empresas terceirizadas levou o meu Partido, o PFL, a pedir uma auditoria nos contratos de prestação de serviço ao Governo Federal.

Enquanto isso, como os indicadores têm mostrado, o Governo tem cortado investimentos como serviços essenciais, mas não controla os gastos da macro estatal, aumentando o número de ministérios – que, como todos nós sabemos, já são 36 – e secretarias federais.

Nesse festival de aparelhamento do Estado pela criação de cargos para a “companheirada”, o Governo aumenta o déficit público. Para compensar este aumento, amplia a carga tributária, eleva o juro e capricha na leitura da “cartilha do FMI”, que agora “faz de conta” que abandonou.

Ao concluir, gostaria novamente de solicitar o apoio dos meus Pares para o Projeto de Lei nº 384/2003, que apresentei, alterando o art. 31 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, para vedar aos mesmos e estabelecer contribuição obrigatória para os filiados ocupantes de cargos em qualquer natureza na administração pública, e que encontrasse pronto para entrar em pauta na CCJ.

São com medidas como esta que propus que poderemos evitar a má utilização da máquina pública para o benefício de agremiações políticas transitoriamente detentora do poder.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, Senador, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador José Jorge, terei que prorrogar a sessão por mais 15 minutos, a fim de que o três oradores ainda inscritos possam falar por 5 minutos cada um. O Senador Heráclito Fortes já foi prejudicado e deixou de falar. Por isso, seria bom evitar apartes agora, nobre Senador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas, Sr. Presidente, acho justo conceder este aparte porque o Senador Eduardo Suplicy vai defender o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Então, solicito que seja apenas por 30 segundos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador José Jorge, é apenas sobre o último aspecto do seu projeto de lei. Pode V. Ex^a, perfeitamente, apresentar a idéia de proibir qualquer obrigatoriedade de contribuição ao Partido, mas qualquer cidadão sempre é livre – inclusive quem trabalha no serviço público – para destinar, se o desejar, uma parcela de seu rendimento para um partido político. Isso é da liberdade essencial da vida política e dos direitos do cidadão. Então, essas questões devem estar muito claras. O que normalmente ocorre com os filiados do PT é que eles têm a liberdade de dar a sua contribuição, como eu, por exemplo, igualmente o faço.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Apenas responderei o aparte e encerrarei. Agradeço muito o seu aparte, Senador Suplicy. Fico feliz que V. Ex^a se preocupe com esse tema também. Quanto ao fato de V. Ex^a dar uma contribuição voluntária, não há problema. V. Ex^a é um Senador eleito pelo povo, não está ocupando cargo de confiança. Os outros estão.

No Estatuto do PT, há uma tabela estabelecendo a quantia com que cada um deve contribuir, e isso está errado.

O meu projeto não acaba com a contribuição voluntária, de qualquer que seja o cidadão, não só do PT, como de qualquer partido político. Mas, obrigar uma pessoa que ocupa cargo de confiança a contribuir para o Partido faz com que o Partido nomeie mais gente. O PT não pode nomear Senador; ele tem 13 Senadores que foram eleitos pelo povo. Então, a receita dele está definida pelo número de Senadores que o povo elegeu; mas cargo de confiança, não. Eles podem aumentar o número de cargo de confiança, podem nomear filiados do PT e podem obrigar, inclusive, a alguns a se filiarem ao PT para poderem dar a contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Vou prorrogar a sessão por 15 minutos para que os outros oradores possam falar.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais, pela Liderança, por cinco minutos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Então, Sr. Presidente, falarei depois novamente, pois estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Então, concedo 10 minutos a V. Ex^a e prorrogo a sessão por mais 20 minutos, para dar mais tempo a todos os oradores.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na realidade, até diria que estou com saudade da tribuna porque há muito tempo não faço uso da mesma, em função das minhas obrigações como 1º Secretário. Mas, num registro rápido sobre a questão da intervenção nos hospitais no Rio de Janeiro – e sabemos que se trata de intervenção política –, gostaria de citar duas frases dos Ministros que julgaram há pouco a intervenção. O Ministro Marco Aurélio de Mello disse: “O Governo não pode mas interveio, à margem da Carta Magna do País, ou seja, da Constituição”, prova de que o Governo Lula não respeita a Constituição.

Logo em seguida, o Ministro Carlos Velloso, quando defendia o seu voto disse o seguinte: “Na verdade, há uma intervenção federal disfarçada, não somente inconstitucional mas inconstitucionalíssima”.

Portanto, a minha solidariedade ao Prefeito César Maia, do meu Partido, o PFL, que, na realidade, foi vítima de uma armação política por parte do Governo Federal. Não sei, sinceramente, o que dirá o Ministro da Saúde – se é que será Ministro daqui a mais uma semana, quando tiver de voltar a esta Casa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos sustentado já há algum tempo que o PT, o Partido do Presidente Lula, chegou ao poder sem um projeto para exercê-lo, sem alternativas político-administrativas para os problemas que, com tanto rigor e obstinação, apontou nos governos anteriores.

Disponha de um projeto de poder, tanto que o conquistou. Mas não disponha – e não dispõe – de um projeto de Governo. Por essa razão, manteve – e mantém – o modelo econômico que, anteriormente, condenava e ao qual atribuía todas as infelicidades do País.

O problema, porém, não é a manutenção ou não do modelo econômico, mas o descrédito que, com isso, semeou junto às suas bases, sobretudo junto aos movimentos sociais sobre os quais exercia forte interferência e influência, nutrindo-os de esperanças inconseqüentes, levando-os a cultivar expectativas de mudanças a curto prazo simplesmente impraticáveis.

Com a chocante revelação de que não dispõe da fórmula salvadora, que dizia dispor para resolver os males do País – e de que se resignará a adotar os procedimentos dos Governos anteriores, que tanto criticou –, o PT está frustrando a crença dos movimentos sociais em uma solução institucional para suas demandas.

Movimentos como o MST, cuja índole radical conhecemos (e tememos), admitiam, até há pouco, alguma interlocução com o PT e o Presidente Lula. Mas, diante da mudança de retórica do Governo, já sugere que partirá para ações mais radicais.

Semana passada, a propósito, cerca de 500 integrantes de uma dissidência do MST – Movimento de Libertação dos Sem Terra – invadiram o Ministério da Fazenda, aqui em Brasília. Felizmente, não houve maiores transtornos. Já houve, no passado, invasões mais violentas em repartições de outras cidades. Mas essa teve peso simbólico especial: ocorreu na sede federal do Ministério da Fazenda, nas barbas do Poder Central.

Ocupou-se simplesmente a sede do principal Ministério do País, aquele responsável pela guarda da moeda, sem a menor cerimônia.

Não se trata de um distúrbio aleatório, mas de um sinal de desprezo aos símbolos do poder institucional.

Tudo isso, como é óbvio, nos preocupa e infelicitiza, já que o objeto de desgaste em todo esse processo não é apenas o PT ou o Governo Lula, mas as instituições políticas em seu conjunto. O eleitor do PT, a esta altura, deve estar se perguntando se vale a pena acreditar nos compromissos assumidos em palanque, se vale a pena votar, acreditar em soluções institucionais. E não só o eleitor do PT, mas grande parte do eleitorado brasileiro, igualmente perplexa com a sem-cerimônia com que o Partido do Presidente Lula virou do avesso o seu discurso de anos e anos de militância e assumiu o de seus antigos adversários, cujas administrações infernizou e satanizou.

Pior que frustrar o eleitor é tirar-lhe a capacidade de sonhar. O PT vendeu ao povo brasileiro um sonho que já deixou claro que não se realizará. O sonho do paraíso a curto prazo, que dependia apenas de algumas reformas e de gestos de bravata contra organismos financeiros internacionais, desfez-se.

Não há milagres ou pajelanças. Os problemas são mais graves do que supunham os petistas ao tempo em que faziam oposição. Em dois anos e meio de poder, o PT já não sabe exatamente que crença professa.

A propósito, a revista **Veja** desta semana, em matéria intitulada “Crise de Identidade”, faz referência a um documento do PT, denominado “Bases de um Projeto para o Brasil”, que mostra o ambiente de esquizofrenia em que se encontra o Partido que governa nosso País.

O Partido, segundo mostra a revista, não sabe sequer o que exatamente é. Na página 5 do documento, declara-se “reformista”, mas na página 16 diz que é “socialista”. São coisas diferentes, Senador Geraldo Mesquita Júnior, como todos nós sabemos.

E não é só. Refletindo a luta interna do poder entre os Ministros Antonio Palocci, da Fazenda, e José Dirceu, da Casa Civil, o documento dá uma no cravo e outra na ferradura, confundindo quem nele buscar orientação acerca dos fundamentos doutrinários do Partido.

O documento defende, a exemplo do Sr. Ministro da Fazenda, o equilíbrio fiscal e o controle rigoroso da inflação, o que tem ensejado a política de juros altos em curso. Mas, no mesmo documento – e possivelmente para fazer uma média com o Sr. Ministro José Dirceu, que pensa diferentemente de Antonio Palocci –, pede redução das taxas de juros, mencionando a necessidade de buscar o caminho progressivo do alívio da política monetária.

Vejam V. Ex^{as} que, no mesmo documento em que defende a política de juros altos, o PT menciona a necessidade de baixá-los. Mas não é só.

O documento, ainda espelhando o ideário do Ministro Antonio Palocci, faz defesa da autonomia das agências reguladoras e da estabilidade das regras econômicas, como condição básica para atrair investimentos privados.

O ex-Ministro Pedro Malan assinaria tranquilamente aqueles postulados que o PT, no passado recente, amaldiçoava como neoliberais. No entanto, o mesmo documento do PT de hoje, em outro trecho – e aí certamente refletindo o pensamento antípoda do Ministro José Dirceu –, sustenta a necessidade de um Estado mais intervencionista: “regulador e forte”, capaz de atuar como “planejador e indutor da economia”.

Como ao mesmo tempo defender uma economia livre, com marcos regulatórios estáveis, fora do alcance do Governo, e um Estado “regulador e forte”?

O PT deve responder e não consegue. O que, afinal, pretende o Governo do PT? Essa é a grande pergunta que deve estar sendo feita não apenas por seus eleitores, mas também por investidores, por gente que é chamada a internar aqui seus capitais e a tornar-se parceira em empreendimentos de longo curso para o País.

Cito aqui, a propósito desse documento – o “Bases de um Projeto para o Brasil” –, comentário publicado na revista **Veja**, que subscrevo: “O PT defende a adoção de um projeto nacional de desenvolvimento, mas fica claríssimo que o partido não sabe exatamente para onde ir, como fazer ou o que buscar”.

Nada menos: não sabe para onde ir, como fazer ou o que buscar!

Mesmo na área social, em que o Partido sempre sugeriu dispor de fórmulas infalíveis para erradicar a pobreza e sempre discursava em tom de certeza apocalíptica, o que há no documento é apenas dúvida e perplexidade.

Na página 35, por exemplo, onde deveria haver respostas a respeito da eficácia dos programas sociais, há esta singela pergunta: “O que fazer para que os programas sociais sejam mais efetivos no combate à pobreza?”

E eis a resposta escapista, que seria sem a menor dúvida motivo para críticas implacáveis se proferida por um governante do PFL ou do PSDB: “Esse é um debate a ser travado por toda a sociedade”.

Ora, na campanha eleitoral, o Presidente Lula sustentava que o PT já travara esse debate com a sociedade, já sabia de seus anseios e era o único Partido em condições de implementar programas sociais eficazes, por dispor simultaneamente de credibilidade, empatia com a sociedade e competência técnica.

Se o eleitor do PT soubesse, nas eleições de 2002, que o Partido estava blefando, seguramente não

o elegeria. Se houvesse um seguro eleitoral, estaria requerendo o seu prêmio. Se houvesse um Procon eleitoral, estaria reclamando seu voto de volta.

Faço essas apreciações, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque temo o desgaste que hoje atinge as instituições políticas. Faz apenas duas décadas que o País conquistou a redemocratização, depois de outras duas décadas de arbítrio e supressão de liberdades.

É espantoso – e assustador – que, em tão pouco tempo, as instituições democráticas estejam submetidas a tamanho desgaste e se coloque em risco um patrimônio político tão fundamental à evolução do País.

Sem instituições políticas sólidas e acreditadas, não há democracia – e sem democracia não se constrói uma nação desenvolvida, digna do respeito de si mesma e das demais.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Vou concluir, Sr. Presidente. Credibilidade depende de fatores diversos, que principiam por um só: coerência.

É o que tem faltado, lamentavelmente, a esse Governo e ao seu Partido. Não sabendo o que quer, não nos permite saber para onde vamos, nem mesmo se vamos para algum lugar.

Diante disso, como pedir a confiança dos investidores, como pedir mais sacrifícios à população, como manter acesa a chama da esperança? Diz o ditado que a esperança é a última que morre – mas não diz que ela é imortal. Quando a incoerência se estabelece, é difícil mantê-la viva, embora seja este um dever de todos nós, homens públicos, eleitos para administrar o sonho de construção da cidadania brasileira.

Não desejo o fracasso do Governo Lula. Se o desejasse, poderia até ter motivos para comemorar, tal o seu desgaste. Mas, como não faço oposição ao País – e não milito na ala do quanto pior melhor –, preocupo-me com o rumo dos acontecimentos.

Concluo, Sr. Presidente, pedindo ao Presidente Lula que zele pela credibilidade das instituições políticas deste País, não permitindo que a incoerência se aposse de vez do discurso de seu partido – e que este não está mais no lugar de fazer perguntas perplexas e atabalhoadas, mas no de dar as respostas que a sociedade cobra.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita, por 10 minutos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há

dias, anunciei, desta mesma tribuna, que lá na minha terra eu, a Senadora Heloísa Helena, o Deputado Babá e a Deputada Luciana iríamos dar o pontapé inicial, ou seja, fazer o lançamento do P-Sol no Acre. Solicitamos espaço público para a realização do evento e este foi negado. Mesmo assim, tivemos a gentileza e a simpatia do SESC na minha terra, e aqui agradeço, sensibilizado, o apoio que tivemos daquela instituição. E realizamos o ato.

Os funcionários públicos, e tenho depoimentos nesse sentido, foram admoestados para que não comparecessem ao evento. Coisa inacreditável, em se tratando de século XXI, em plena democracia brasileira.

Em suma, fizemos o lançamento do P-Sol. Estávamos lá na maior alegria; com todo o policiamento e patrulhamento ideológico que nos cercou, fizemos o ato com o comparecimento de muita gente. Foi um ato bonito, agradável, democrático, próprio daqueles que trabalham pela construção de um País justo e democrático.

Na véspera, Sr. Presidente, o programa “Fantástico”, da Rede Globo, mais uma vez abordou uma questão que me diz respeito. E mais uma vez agradeço a imprensa do meu País que me dá a oportunidade de voltar a este assunto. Eu, que não tenho televisão, não tenho rádio, não tenho jornal, tenho esta tribuna aqui e dela vou fazer uso, não para me defender, pois não tenho a consciência pesada para estar aqui me defendendo, mas para prestar informações. Mais uma vez, a imprensa nacional e, dessa feita, o programa “Fantástico”, da Rede Globo, não vi, mas me relataram com detalhes, o fato de que fui novamente exposto à mídia nacional, à população brasileira, como o campeão do nepotismo no Congresso Nacional.

Longe de mim estar aqui criticando a imprensa brasileira ou retificando informações. O ideal teria sido que o “Fantástico” colocasse todos os aspectos que envolveram a questão. E aqui eu o faço, já que o programa não o fez. Aqui não cabe crítica, pois a imprensa está no seu dever de prestar as informações que lhe chegam, mas eu me dou o direito de complementar essas informações. Já disse e repito quantas vezes sejam necessárias que a composição do meu gabinete tinha, sim, pessoas do meu círculo de parentesco, duas ou três pessoas que tinham parentesco direto comigo; e as demais não tinham. Posso comprovar isso com documentos. Agora, é aquela história: fui carimbado e, como carimbado, não adianta: o que eu disser aqui não terá relevância, não terá repercussão.

Tomei uma decisão e isso não foi informado pelo programa “Fantástico” – poderia ter sido porque esclareceria a opinião pública brasileira completamente –,

tomei a decisão de exonerar todos aqueles que têm grau de parentesco comigo e também aqueles que não têm para me sentir à vontade e de me voltar para esse problema, para talvez dar uma contribuição para o deslinde dessa questão tão tormentosa para a população brasileira.

Estou me voltando para essa questão com a maior e absoluta atenção. O mesmo o fez, por exemplo, o Senador Tião Viana, Vice-Presidente desta Casa que, no início do seu mandato aqui no Senado empregou pessoas de seu círculo de parentesco. Contudo, refletindo sobre a questão e voltando-se com mais atenção para ela, hoje apresenta uma proposição legislativa em torno da qual todos nós debateremos, discutiremos e nos empenharemos, tenho certeza, para que ela seja aprovada. Com a proposição do Senador Tião Viana, que evoluiu, assim como eu próprio, ele, que estava em uma situação parecida com a que eu mesmo vivenciei, S. Ex^a evoluiu para uma reflexão mais aprofundada e teve a disposição de prestar aqui uma colaboração expressiva para o deslinde definitivo dessa questão.

Eu quero deixar absolutamente claro para as pessoas que assistiram ao programa da Rede Globo, o “Fantástico” – um bom programa, por sinal, é um programa consagrado pela população brasileira –, não faço críticas ao programa, mas o ideal teria sido que algumas outras informações fossem prestadas no sentido de esclarecer completamente a opinião pública brasileira. Sinto que já identifiquei a origem da prestação de informações à imprensa, que cumpre o seu dever, o seu papel de informar. A origem disso tudo é muito clara. Já disse e repito: a origem disso tudo são pessoas que querem me tirar do debate político, que querem me intimidar e que tentam me desmoralizar. Não vão conseguir, Senador Efraim Morais. Posso ter cometido um engano, um erro, mas sou uma pessoa honesta, séria. Jamais pretendi me locupletar com recursos públicos, aqui ou em qualquer lugar onde estive.

Estou sendo alvo de uma tentativa de linchamento político. É verdade, mas não pela imprensa, que cumpre o seu papel de informar. A origem desse linchamento político é clara, é óbvia, e eu gostaria que a população ficasse atenta. Não sou dedo-duro, delator, mas gostaria de fazer um paralelo. Há casos de parlamentares do Congresso Nacional que reconheceram, como foi noticiado no **Estadão**, por exemplo, ter em seu gabinete dois filhos. O assunto não teve qualquer repercussão na imprensa nacional. Por que o fato colou em mim? Por que essa tentativa de me expor continuamente na mídia, na imprensa nacional?

Vou contar um fato que contei na minha terra no lançamento do P-Sol. Quando votei contra aquela medida provisória, Senador Efraim Morais, da qual V. Ex^a

se lembra, de triste edição, que estabelecia um ridículo aumento para o salário mínimo, confessei desta mesma tribuna que eu havia chegado a este Congresso com o coração cheio de alegria por ter ajudado a eleger o Presidente Lula, mas, naquele momento, eu sentia vergonha, o meu coração começava a ser ocupado por um sentimento de vergonha.

Dias depois, um companheiro desta Casa esteve com o Presidente Lula e, segundo me disse, o Presidente havia dito a ele que tinha ido ao Acre pedir voto para mim, ajudara a me eleger e eu o tratava dessa maneira com ingratidão. Eu pediria ao nosso ilustre companheiro Senador, se tiver a oportunidade de estar com o Presidente Lula, que dissesse a ele que o Presidente foi à minha terra pedir voto para mim, sim, e sou absolutamente grato. Mas antes disso eu já pedia voto para ele havia dezesseis anos, Senador Efraim.

O mesmo acontece no meu Estado, Senador Augusto Botelho. Estou sendo alvo de censura por grande parte da imprensa do meu Estado, estou sendo objeto de um linchamento público no meu Estado, porque me dei o direito de divergir. Fui eleito dentro do contexto da Frente Popular, que se desviou completamente dos seus propósitos e objetivos originais, e me dei ao direito de divergir. Por essa razão, estou sendo chamado de traidor e de ingrato no meu Estado.

Tenho dito que o povo acreano e o povo brasileiro, muito em breve, dirão quem traiu quem, clara e sonoramente. Não visto essa carapuça, Senador Efraim. Tenho certeza absoluta de que eu passaria um tormentoso momento neste Congresso Nacional de qualquer forma, Senador Augusto Botelho. Eu estou passando momentos difíceis no Congresso Nacional por assumir posições claras, sem jamais ofender ninguém. Mas passo momentos difíceis nesta Casa desde que aqui cheguei. Estou sendo cobrado de um mandato que atribuem à Frente Popular. De fato, ele foi construído no contexto da Frente Popular, mas as faturas que se colocaram à minha frente eram impagáveis, Senador Efraim Moraes.

Eu obedeci a minha consciência e tenho passado maus momentos no Congresso Nacional por isso. Mas tenho certeza de que estaria também passando maus momentos aqui se eu tivesse cedido às pressões e tivesse, aí sim, traído a minha consciência e o povo acreano, votando aqui contra a minha consciência, contra o desejo do povo acreano e do povo brasileiro, em medidas cruéis como um reajuste pífio do salário mínimo, como uma Lei de Falência que pune o trabalhador brasileiro, como uma medida que blinda um Presidente de Banco Central que está sendo hoje investigado pelo Ministério Público por transferência

irregular de recursos, por crime eleitoral e por várias outras acusações...

(interrupção do som.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Eu estaria, aí sim, Senador Augusto Botelho, da mesma forma vivendo momentos tormentosos aqui, talvez com vergonha de olhar no seu olho, Senador Augusto Botelho, porque estaria traindo a minha consciência.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Senador Geraldo Mesquita, para regularizar o tempo, V. Ex^a ainda dispõe de cinco minutos da prorrogação.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Agradeço a deferência, Sr. Presidente.

Eu estaria, Senador Augusto Botelho, do mesmo jeito, passando momentos difíceis nesta Casa, porque estaria andando pelos corredores com vergonha de estar aqui e de encarar meus companheiros e a população do meu Estado, por ter traído seu interesse, por ter, aí sim, cedido às pressões e votado em matérias que não interessam nem ao povo acreano, nem ao povo brasileiro, como está sendo exaustivamente comprovado nesta Casa.

Então, estou ferindo este assunto mais uma vez e – espero – pela última vez, pois não pretendo voltar a abordá-lo. Trato novamente do assunto porque aconteceu, mais uma vez, um fato relevante: um grande órgão de imprensa deste País divulgou novamente uma informação, talvez só pela metade. Não revelou o fato de que, para me voltar com mais atenção a esse assunto, fiz uma limpa no meu gabinete, exonerando aquelas pessoas que realmente tinham vínculo de parentesco comigo – penitenciei-me por isso – e também aquelas que não tinham vínculo nenhum, Senador Augusto Botelho. E estou me voltando ao assunto com absoluta atenção, visando contribuir para o seu deslinde no Congresso Nacional, assim – repito – como tem feito o próprio Vice-Presidente desta Casa, Senador Tião Viana, que, no início do mandato, coincidentemente – vejam como são as coisas na vida –, também empregou pessoas do seu círculo de amizade. Em algum momento, S. Ex^a refletiu, deve ter concluído que aquele não era o procedimento ideal e hoje apresenta ao Congresso Nacional uma proposta. Eu, o Senador Augusto Botelho e – tenho certeza – o Senador Efraim Moraes e toda esta Casa vamos cerrar fileiras com o Senador Tião Viana no sentido de aprová-la, porque traz uma contribuição expressiva para a solução definitiva da questão dos cargos de confiança não só no Parlamento como de resto no serviço público brasileiro.

Para finalizar, agradeço sensibilizado às centenas de pessoas que compareceram ao ato de lança-

mento do P-Sol em meu Estado. Quero dizer aos meus ouvintes que estou solidariamente, fraternalmente, ao lado da Senadora Heloísa Helena, uma grande mulher, uma grande Parlamentar, uma pessoa que vai dar ainda uma contribuição mais expressiva a este País.

Agradeço também ao Deputado Babá e à Deputada Luciana Genro, que, apesar de terem uma agenda pesadíssima, gentilmente se deslocaram ao Acre e cumpriram lá uma tarefa importante para a militância do P-Sol naquele Estado. Quero agradecer aqui a disposição que esses Parlamentares tiveram ao me acompanhar e dizer que estamos envolvidos na construção de um partido democrático-socialista que, tenho certeza, dará uma contribuição expressiva para a construção e o aperfeiçoamento da democracia brasileira.

Ouçó com prazer o Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Geraldo Mesquita, pedi um aparte só para deixar aqui bem claro ao povo acreano que tenho visto as suas posições nesta Casa e em momento algum V. Ex^a votou qualquer matéria que aumentasse imposto ou que fosse contra o trabalhador. Inclusive, os três Senadores que estamos presentes neste momento votamos a favor de um salário mínimo maior, que depois caiu na Câmara dos Deputados. E gostaria de dizer a V. Ex^a que também não possuo emissora de televisão, nem de rádio, não tenho nada, porque com o salário de parlamentar não é possível comprar isso. Eu tenho um pouco de dúvida em relação a essas pessoas. Sou apenas um médico do interior, então não tenho indústria, supermercado, *shopping center* etc. Por isso, penso que não vamos nunca ter isso. V. Ex^a se parece comigo no posicionamento de que chegamos aqui pelos pequenos e vamos sempre ficar ao lado deles, defendendo-os. Muito obrigado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Agradeço a sua intervenção, Senador Augusto Botelho. V. Ex^a é uma pessoa simples, do povo. Eu me considero assim também e me sinto honrado com a sua companhia neste Parlamento e com a sua intervenção neste momento.

Encerro, Sr. Presidente, agradecendo a sua gentileza pela prorrogação do tempo para permitir que o Senador Augusto Botelho também faça uso da palavra.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita, o Sr. Augusto Botelho deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, Primeiro Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Botelho. V. Ex^a dispõe de até dez minutos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Efraim Morais, Sr^s e Srs. Senadores, falo neste momento somente para fazer um comunicado sobre um fato que está ocorrendo neste momento, no meu Estado.

Nós, o povo de Roraima, vínhamos sofrendo humilhações, sendo violentados em nossos direitos, sendo injustiçados pelo Governo Central deste País. Quando o Presidente Lula foi eleito, pensei que iria haver justiça para os pequenos. Porque o meu Estado é o que possui mais áreas indígenas. Quase 51% da nossa área já é território indígena. E na Raposa/Serra do Sol – área onde teve início a civilização do meu Estado, com o advento da pecuária – as pessoas, nesses 30 anos, estão sendo colocadas para fora de suas áreas com a promessa de serem reassentadas em outros locais e indenizadas. As pessoas foram citadas nominalmente – por exemplo, “fazendeiro José da Silva, 1,5 mil hectares” – para serem reassentadas, o que até hoje não ocorreu.

Diz a imprensa que a portaria e sua recente homologação – contra as quais impetrei ação popular com pedido de efeito suspensivo liminar – deixaram de fora as áreas de fronteira, mas nenhum desses textos legais diz isso. A portaria refere-se apenas à área do quartel de Uiramutã, que não chega nem a dois hectares. Isso nos leva a crer que a informação da imprensa não é a mais correta.

A imprensa também afirma que o meu Estado será compensado com 10 mil pequenas propriedades de 100 hectares destinadas a reassentamentos. Isso já deveria ter sido feito, porque a maioria dessas pessoas já estão nessas propriedades há mais de 30 anos. O Governo Federal nunca regulamentou a situação dos pequenos proprietários do meu Estado.

Por esse motivo venho aqui reclamar e esclarecer que impetrei uma ação popular contra a portaria de homologação da Raposa/Serra do Sol, pela forma como foi feita. Já estive em meu Estado uma comissão desta Casa, que ouviu as pessoas e concluiu que a portaria não poderia ter sido feita dessa forma pelo Ministério da Justiça e homologada pelo Presidente Lula.

Recebemos também a visita de uma comissão da Câmara dos Deputados, que igualmente concordou com a posição do Estado de Roraima e dos indígenas da região. A maioria dos indígenas que habitam a Raposa/Serra do Sol são contra a homologação da forma como está sendo feita. Lá existem quatro vilas. E a homologação atual somente incluiu a sede do Município de Uiramutã.

O último parágrafo do referido texto legal diz que serão expulsas, no prazo de um ano, as pessoas que

não são índias e que lá moram. Pergunto ao Presidente Lula e ao Ministro da Justiça: para onde vão as pessoas que são casadas com indígenas e que já têm até netos na região da Vila do Mutum, do Socó, da Água Fria e da Vila Pereira? Como essas pessoas vão viver? Elas são pobres e as casas delas, se indenizadas, não valeriam nem R\$10 mil, não dando para comprar nem um terreno na cidade de Boa Vista. No interior, um cunhado ou um primo ajudam, um irmão ajuda o outro; quando um não tem farinha, o outro tem; quando uma pessoa pega mais peixes, ela divide com a família. Então, são pessoas pobres que vivem da mesma forma que os indígenas da região. Elas não vão agredir em nada a cultura dos índios.

Nós, os Parlamentares e o povo de Roraima, nunca fomos ouvidos.

Os indígenas lá vivem em condições análogas à dessa população que será expulsa, no prazo de um ano, se vigorar essa homologação na forma como foi feita. Entretanto, acredito em Deus, principalmente, e que a justiça será feita.

Houve uma outra questão que, para mim, não é ética. No dia 14, tudo o que tínhamos conseguido na Justiça até então foi anulado, porque o foro não deveria ser o Superior Tribunal de Justiça e, sim, o Supremo Tribunal Federal. Então, perderam efeito todas as liminares conseguidas pelo Estado e pelas pessoas. Até mesmo a portaria antiga, que já estava suspensa, voltou a vigorar. No dia 15, o Ministério da Justiça elabora uma outra portaria, anula a portaria antiga, e a área é homologada. Ou seja, não tivemos direito de defesa; foi cerceado o direito de defesa do povo de Roraima.

Estou vindo aqui reclamar com o Presidente Lula. Sua Excelência tem de conceder esse direito, porque votamos nele e o elegemos para a Presidência. Realmente, não representamos muitos votos neste País. O Estado possui 340 mil habitantes, não pesamos realmente na decisão das eleições presidenciais. Porém, somos um Estado do Brasil, e a Constituição nos deu direito à terra, que até hoje não foi transferida.

Há pouco, ouvi o Senador Pedro Simon fazendo uma prece, falando da ditadura, do direito de ir e vir, do direito cerceado. Atualmente, em Roraima, estamos sem o direito de ir e vir. Os ônibus em que se pretendiam levar as comunidades que queriam participar da manifestação que está ocorrendo agora no meu Estado foram impedidos de sair da cidade pela Polícia Federal. Ontem foram presos carros que estavam com tratores dos produtores rurais.

Portanto, estou aqui para dizer que vamos lutar na Justiça até o último instante para tentar manter os seis mil empregos diretos e indiretos que tendem a acabar

dentro de um ano. Quando expulsarem os produtores de arroz que ocupam as áreas limítrofes – eles não estão no meio da área indígena, estão na borda, não ocupam nem 0,2% do terreno – perderemos seis mil empregos. Isso equivaleria, em um Estado como São Paulo, a quase 400 mil empregos; em uma cidade de dois milhões de habitantes, a 34 mil empregos.

Sabemos que este País está com deficiência de emprego. Os dez milhões de empregos que sonhavam dar não apareceram. Os trabalhadores não têm esses dez milhões de empregos. E lá no meu Estado ainda vão acabar com seis mil empregos.

Não sei como ficará a situação. Espero não haja violência. Peço às pessoas que participam da manifestação que não tomem atitudes violentas. Temos paciência, pois estamos há trinta anos esperando pela justiça, que, um dia, chegará.

Concedo, com prazer, um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Augusto Botelho, estava no meu gabinete e assisti ao fim do pronunciamento do nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior e também ao aparte de V. Ex^a. Faço este aparte, primeiramente, para cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, em que demonstra preocupação com o desemprego. Além disso, quero, de público, registrar a minha solidariedade ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Sem sombra de dúvida, S. Ex^a é um Senador comprometido com as causas populares. Acompanhou-nos naquele voto histórico da questão do salário mínimo e no debate que fizemos nesta Casa sobre a reforma da Previdência e ajudou a montar a PEC paralela. Quero dizer a V. Ex^a, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que tenho muito orgulho de trabalhar ao seu lado. Conheço a sua história antes de V. Ex^a chegar ao Senado da República. Se me permitir, resalto um episódio ocorrido com um amigo que temos em comum, que é um dos diretores do Diap. Logo que aqui chegava e falava um pouco da minha caminhada e sobre como cheguei ao Senado, sem estrutura econômica alguma, ele disse: “Você não ganhou do Geraldo Mesquita Júnior”. Sabe onde ficava o comitê de S. Ex^a? Certa oportunidade, um amigo queria dialogar com o Senador e eu disse: “Procure o Geraldo no comitê”. O comitê era o seu celular. E assim consegui chegar aqui. Então, Senador Geraldo Mesquita, tenha certeza absoluta de que sua história é bonita. Meu depoimento é de total solidariedade a V. Ex^a, porque sei da sua caminhada e do seu compromisso efetivamente com os mais pobres deste País, sem deixar de dialogar com todos os setores. Mantenha a cabeça erguida, olhando sempre em frente. Certamente, no Senado Federal, há colegas que pensam como V. Ex^a.

Sem sombra de dúvida, se houver qualquer PEC sobre essa questão do nepotismo, todos nós assinaremos – e tenho a certeza de que V. Ex^a será o primeiro. V. Ex^a está muito machucado e com razão, mas saiba que o povo do seu Estado continuará tendo o maior orgulho por suas posições. O que mostra a prática de homem público não é apenas o discurso – o que, às vezes, é até fácil para qualquer um de nós, acostumados a falar em palanques e em grandes debates, tanto no Plenário quanto nas Comissões – mas, sim, o voto no dia-a-dia. E V. Ex^a, com certeza absoluta, sempre votou e continuará votando – tenho a ousadia de prever seus votos – ao lado do nosso povo, da nossa gente, daqueles que mais precisam. É o que escreve a sua história. Por isso, tenho orgulho de ser seu colega neste Parlamento, Senador Geraldo Mesquita. Muito obrigado, Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Agradeço a V. Ex^a.

O povo de Roraima está, há 30 anos, sofrendo humilhações e violações. Seus direitos não estão sendo respeitados. Quando o Presidente Lula foi eleito, pensávamos que essa situação fosse modificar-se, mas, agora, as esperanças, também em Roraima, estão começando a minguar.

Espero que o Supremo Tribunal Federal acate a ação popular ou, então, reveja essa posição. Não podemos extinguir seis mil empregos em um Estado que não dispõe de empregos. A principal atividade econômica do meu Estado, depois do FPM – que não é uma atividade econômica, mas o rendimento do meu Estado –, é a cultura de arroz irrigado; e essa cultura vai ser morta, vai ser violentada. Os nossos produtores já têm ofertas para ir para a Venezuela ou para a Guiana. Se forem humilhados mais uma vez e expulsos de seus lugares, irão para esses países, e vamos simplesmente passar a importar arroz da Venezuela e da Guiana. Os pobres do meu Estado, que comem arroz três quartos, que custa R\$0,30 a R\$0,50 o quilo nas máquinas de arroz ou nos revendedores, não vão ter mais esse arroz para comer. O responsável por isso será o Presidente Lula, se mantiver a homologação da forma como está fazendo.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Augusto Botelho, o Sr. Edfrain Moraes, Primeiro Secretário deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente..

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência comunica ao Plenário que a sessão especial destinada a homenagear os trabalhadores pela passagem do Dia Mundial do Trabalho

será realizada às 11 horas do próximo dia 2 de maio, segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº P. 002/2005-CMRPO

Brasília, 20 de abril de 2005

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar a prorrogação do prazo para apresentação de emendas ao texto apresentado pelo Relator desta Comissão, Deputado Ricardo Barros, até o dia 27 do corrente, conforme acordado na Primeira Reunião de Audiência Pública, realizada nesta data, que contou com a presença do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Deputado Paulo Bernardo.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e distinta consideração.
– **Fernando Bezerra**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Srs. Senadores Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho, Antero Paes de Barros, Valmir Amaral, Romeu Tuma e Papaléo Paes enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. e Srs. Senadores, promessa é dívida. O atual governo do PT não parece muito interessado em cumprir esse ditado. O aumento oficialmente anunciado para os militares em março deste ano não poderá ser cumprido por que não há previsão orçamentária para o reajuste, fato esse confirmado pelo próprio Ministério do Planejamento. Ainda mais: Não dá para fazer de conta que Lula não sabia.

Sr. Presidente, é neste contexto que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado da República.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

BRASIL

DEFESA *Aumento de 23% para as Forças foi anunciado no ano passado pelo govern*

Reajuste para militares não está previsto no Orçamento

ELIANE CANTANHÊDE
COLUNISTA DA FOLHA

HUMBERTO MEDINA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A área econômica comunicou ao Ministério da Defesa que não há previsão orçamentária para o reajuste de 23% dos soldos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, anunciado oficialmente pelo governo para março deste ano com o aval do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A quebra do compromisso reacende um clima tenso nas Forças Armadas, que começou em abril de 2004 com sucessivas reclamações contra os baixos soldos e atravessou praticamente todo o ano, apimentado por desavenças quanto à abertura dos arquivos da ditadura militar (1964-1985).

O percentual é parte de um reajuste em duas etapas prometido em entrevista pelo ex-ministro da Defesa José Viegas dentro do Palácio do Planalto e depois de reunião com o próprio Lula. Tudo foi acertado com o presidente e com os ministros da área econômica. A primeira etapa foi de 10% em setembro de 2004. A segunda, de 23%, seria em março de 2005.

No mês passado, porém, os co-

mandantes do Exército, general Francisco Albuquerque, da Marinha, almirante Roberto de Guimarães Carvalho, e da Aeronáutica, brigadeiro Luiz Carlos da Silva Bueno, tiveram uma surpresa quando cobraram a promessa do novo ministro da Defesa, o vice-presidente José Alencar.

Depois de consultas ao então ministro interino do Ministério do Planejamento, Nelson Machado, Alencar respondeu que não há nenhuma menção ao reajuste no Orçamento deste ano e comprometeu-se com os comandantes a lutar por ele.

Conforme a **Folha** apurou, porém, eles consideram Alencar excessivamente centralizador e reclamam mais liberdade para contatos diretos com Lula.

Com o reajuste de 10% concedido em setembro passado, a folha de pagamento da Defesa em 2005 passou para R\$ 23,2 bilhões, assim divididos: R\$ 7,5 bilhões para ativos, R\$ 13,8 bilhões para inativos e R\$ 1,9 bilhão para os civis que trabalham na área.

Com os 23% prometidos para março deste ano, o salário básico mensal de um oficial de quatro estrelas (último posto da carreira

militar) iria de R\$ 4.950 para R\$ 6.088. Há ainda gratificações específicas. Os três comandantes, por exemplo, recebem hoje (sem os 23%) em torno de R\$ 7.000.

Insatisfação

A entrevista em que Viegas anunciou oficialmente as duas parcelas do reajuste foi em 16 de julho de 2004, depois de três meses de tensão nas Forças Armadas que foram importantes no seu processo de "fritura" na Defesa.

A partir de abril, os comandantes manifestaram publicamente o desagrado das tropas com os baixos soldos, depois que os 600 mil servidores civis tiveram reajuste acima da inflação e os militares ficaram de fora.

Eles reivindicavam: 35,4% de reajuste linear para repor a inflação de janeiro de 2001 a dezembro de 2003; 31,9% a título de equiparação com outras carreiras de Estado; 28,47% para o "adicional militar" embutido nos soldos.

O Ministério do Planejamento confirmou que os recursos para a segunda parcela do reajuste dos militares não estão previstos no Orçamento deste ano.

ELIANE CANTANHÊDE

Vai começar de novo

BRASÍLIA - Os militares, que andavam em paz depois da queda do ministro José Viegas da Defesa, estão pegando em armas para uma nova guerra: contra os baixos soldos.

Aliás, a própria desgraça de Viegas no governo começou em abril do ano passado, quando o governo deu reajuste acima da inflação para os cerca de 600 mil funcionários civis e deixou os militares a ver navios.

Um por um, os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica saíram do habitual silêncio para reclamar aumentos em entrevistas e em boletins internos. O resultado foi anunciado em julho, para ter efeito em setembro de 2004 (10%) e em março de 2005 (mais 23%).

Mas você sabe como é o Brasil. Viegas caiu, Guido Mantega saiu do Planejamento para o BNDES, Palocci fingiu que não era com ele e Lula... bem, Lula estava entretido com a reforma ministerial e com as próximas viagens ao exterior. Ninguém incluiu no Orçamento da União para 2005 a segunda parcela dos militares.

Em 2004, já foi aquela confusão,

animada pelas mulheres de militares e pelo pessoal de pijama reclamando dos soldos e da abertura dos arquivos da ditadura (1964-1985). Em 2005, tudo pode se repetir.

Sei não, mas, se eu fosse, Lula botava as barbas de molho e os recursos no Orçamento. Até porque o anúncio dos 23% em março foi feito por Viegas numa entrevista dentro do Planalto e depois de falar com o presidente da República. Não dá para fazer de conta que Lula nem sabia.

Promessa é dívida. Nesse caso, é bom que seja mesmo. Os militares já não estão renovando frotas nem equipamentos e não aceitam os atuais vencimentos, menores que os de Ministério Público, Legislativo, Judiciário e administração direta.

Com Legislativo nas mãos de Severino, com o ministro Jucá sob denúncias diárias, com a base aliada se estapeando e com o PT estranhando tudo, não convém a Lula abrir mais esse flanco. Inclusive porque ele é mais literal do que todos os demais.

@ → elianec@uol.com.br

Mulheres farão pressão com acampamento

DA SUBSUCURSAL DE BRASÍLIA

Insatisfeitas com a demora do governo em reajustar o salário dos maridos, mulheres de militares pretendem armar acampamento na porta do Ministério da Defesa até o fim do mês, caso os pleitos não sejam atendidos.

A idéia da Apemfa (Associação de Pensionistas e Esposas dos Militares das Forças Armadas) é pressionar o ministro para que seja concedido 23% de reajuste salarial prometido em 2004.

As mulheres dos militares querem ser recebidas pelo ministro da Defesa e vice-presidente, José Alencar, antes de armar o acampamento, previsto para 26 de abril.

Por enquanto, não há encontro confirmado, já que Alencar está no Planalto como presidente interino, enquanto Lula está na África.

Segundo Estér Araújo, representante da Apemfa, a entidade quer a aprovação da MP 2215/10, que institui novas regras para a remuneração dos militares, entre as quais o auxílio-moradia.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Argentina se opõe a planos do Brasil na ONU”, publicada no jornal **O Globo** de 13 de abril do corrente.

A matéria mostra que o vice-ministro das Relações Exteriores da Argentina, Jorge Taiana, manifestou a discordância de seu país com relação à estratégia brasileira de ampliação do número de membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU.

A matéria revela as divergências entre a política externa do governo Nestor Kirchner e o governo do

Presidente Lula que, grande líder e articulador, não consegue sequer o voto da Argentina para uma vaga na ONU.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O GLOBO

Argentina se opõe a planos do Brasil na ONU

Vice-chanceler diz em Nova York que novos membros permanentes do Conselho de Segurança gerariam instabilidade regional

Janaína Figueiredo

Correspondente

• **BUENOS AIRES.** Enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva busca reforçar sua aliança com países africanos que defendem, como o Brasil, a ampliação do número de membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, o governo do presidente argentino, Néstor Kirchner, manifestou publicamente sua oposição à estratégia brasileira. O encarregado de comunicar a posição da Argentina foi o vice-ministro das Relações Exteriores do país, Jorge Taiana.

Em encontro de países que participam da iniciativa denominada "Unindo para o Consenso", antontem, em Nova York, o vice-chanceler argentino disse que "uma nova categoria de membro permanente introduziria um novo fator de instabilidade dentro de cada região, alterando de forma desnecessária os equilíbrios regionais ao esta-

belecer hegemonias que hoje não existem". Embora Taiana não tenha mencionado o Brasil, sua declaração foi um claro recado para o governo Lula, que lidera uma campanha a favor da incorporação de novos membros permanentes ao Conselho de Segurança da ONU.

Argentina prefere número maior de vagas rotativas

O Brasil defende o modelo A de reforma do conselho, que prevê a criação de seis novas vagas permanentes e três vagas rotativas a cada dois anos. Já o governo do presidente Néstor Kirchner prefere o modelo B, que não estabelece a criação de novas vagas permanentes mas sim oito vagas rotativas a cada quatro anos — duas vagas por região — e uma nova vaga rotativa a cada dois anos. Taiana criticou países que pregam modelos "em nome de interesses individuais" e afirmou que "a Argentina defende uma reforma que resulte no verdadeiro fortalecimento das Nações Unidas".

— A categoria de membro permanente incorporou em 1945 uma discriminação que todos tivemos de aceitar em nome da paz. Naquele momento, foi produto de um acordo geral. Não acreditamos que incorporar novos membros privilegiados corrigirá a discriminação ou melhorará a legitimidade do conselho — argumentou o vice-chanceler argentino.

O Conselho de Segurança tem cinco membros permanentes: EUA, Rússia, China, França e Grã-Bretanha.

Diante de delegações de 120 países, Taiana ratificou uma posição que a Argentina vem sustentando há vários anos, em clara oposição ao Brasil. Em setembro, os países que integram a ONU se reunirão para discutir alternativas de reforma do Conselho de Segurança. ■

• CHINA APÓIA PRETENSÃO DA ÍNDIA NO CONSELHO DE SEGURANÇA, na página 34

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesse momento para registrar a matéria intitulada "Um cargo para o filho de Severino, a moeda do Planalto por dias de paz", publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 10 de abril do corrente.

A matéria ilustra como o governo do PT tem feito uso do recurso das nomeações para solucionar seus problemas de relações políticas e como essa prática tem acirrado ainda mais a disputa por cargos no atual governo.

Pela oportunidade do assunto, requiero que o artigo seja dado como lido e considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Um cargo para o filho de Severino, a moeda do Planalto por dias de paz

Ida de José Maurício para delegacia do Ministério da Agricultura dá a medida da importância de uma nomeação nas relações políticas

GOVERNO

Christiane Samarco
João Domingos
BRASÍLIA

José Maurício Cavalcanti, filho do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), assume amanhã a Delegacia Regional do Ministério da Agricultura em seu Estado natal, Pernambuco. Sua posse promete ser uma festa. O pai vai chegar diretamente de Roma, onde assistiu aos funerais do papa João Paulo II como integrante da comitiva oficial brasileira. Viajou no Aerolula, num momento em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva intervém, pessoalmente, para reconstruir sua instável base de sustentação política.

Para dar à posse um mais cerimonioso e, com isso, galantear o PP — ao qual negou o Ministério das Comunicações —, o presidente Lula pediu ao ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, para prestigiá-la. Também estarão presentes à festa o presidente do PP, deputado Pedro Correia (PE), e outros parlamentares do partido. “Não escondo o que faço. Quem indicou José Maurício ao governo foi Severino Cavalcanti”, confessou o presidente da Câmara, quando lhe perguntaram.

A nomeação de José Maurício parece ter sido a solução para resolver a pendência entre Lula e Severino, que se arvasta há dois meses. E dá bem a medida da importância que uma nomeação — ainda mais quando brinda um parente — tem nas relações políticas. Por tudo isso, a disputa por cargos entre os partidos da base aliada é cada vez mais feroz.

PMDB X PL

O PMDB acusa o PL de verticalizar a estrutura do Ministério dos Transportes — isto é, só nomear apadrinhados para cargos em comissão —, em particular o Departamento Nacional de In-

fra-Estrutura em Transportes (DNIT) e as Companhias Docas. Por conta disso, no Ceará o deputado Aníbal Gomes (PMDB) teve um afilhado despejado do DNIT, para dar lugar a um apadrinhado do deputado Almeida de Jesus (PL). O PMDB irritou-se porque tem cinco deputados cearenses e o PL tem só um, Jesus. O partido acha o despejo uma ofensa ao ministro Eunício Oliveira (Comunicações), que é do PMDB cearense. Os cinco da bancada não se conformam e alegam que havia cargos vagos que podiam saciar a voracidade do PL, como a delegacia da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Aníbal foi derramar lágrimas no Planalto. Como consolo, recebeu a explicação de que não houve intervenção palaciana na troca de cargos no DNIT. Disseram-lhe que a decisão era de responsabilidade exclusiva do ministro Alfredo Nascimento. Aníbal ouviu, por fim, que os ministros devem ter um mínimo de autonomia para nomear e demitir pessoas dos cargos de comissão.

O vice-líder do PL na Câmara, João Leão (BA), contesta o PMDB. “O PL só quer sobreviver e se transformar em um grande partido, na Câmara e no Senado. Aníbal tinha três cargos e agora vai ficar com dois. Almeida de Jesus (Almeida de Jesus) fica com um. Almeida de Jesus sempre votou com o governo, e o Aníbal vota às vezes...”, diz Leão.

E inclui em sua explicação a crise do emprego. “Os ânimos estão acirrados na base porque o desemprego é grande demais. Toda família tem um desempregado e todo mundo acha que é o deputado que tem dar jeito nisso”, afirma. “Eu mesmo estou pressionado como nunca e não tenho sossego nem em casa, por conta de um cunhado meu, desempregado. Minha mulher quer

que eu arrume um emprego de economista para ele de todo jeito, mas não tem emprego para a classe média”, desabafa.

Por causa de confusões como a do Ceará, o PMDB se rebelou e convocou o PP para, juntos, irem à luta contra o Planalto. Alguns de seus parlamentares levantam até a suspeita de que a onda de denúncias contra o ministro da Previdência, Romero Jucá, tem remete certo: seria uma armação de setores do governo, que miram no peemedebista Jucá para enfraquecer o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e abalar a hegemonia do partido na Casa. ●

PTB entra para o index ao avançar nas pretensões

VITÓRIA: O PTB está no index de seus parceiros na base aliada do governo. Estará “avancando demais” nas suas pretensões. Nos últimos dias conseguiu um *royal straight flush* — duas vice-presidências da Caixa Econômica Federal, a presidência do Instituto de Seguros do Brasil (ISB), uma diretoria da Itaipu Binacional, uma da Petroquisa, a diretoria de Operações dos Correios e uma diretoria de Fumas.

Já a bancada da agricultura é de oposição, mas consegue verbas do governo, que apresenta os pefelistas Ronaldo Caiado (GO) e Abelardo Lupion (PR), e a turma do PP que vota contra o governo, como Francisco Turra e Luiz Carlos Heinze (RS).

Para piorar a situação, o PT ainda trata mal seus aliados. Na quinta-feira, todos os partidos da base estavam na convenção nacional do PP, mas o PT só apareceu quando o líder do partido na Câmara, José Janene (PR), telefonou para o do PT, Paulo Rocha (PA), para lembrá-lo de que estava encerrando a convenção. Rocha correu e ainda fez discurso, mas todo mundo percebeu.

Janene acha que a base aliada continua desorganizada e conta outra: o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, visitou a Feira Pecuária de Londrina e não o avisou nem ao líder do PMDB na Câmara, José Borba, ambos da cidade. Indignados, Janene e Borba não tiram a feira enquanto o ministro ficou por lá. J.D.

DE OLHO NOS CARGOS

Os postos mais cobrados no segundo e terceiro escalões não importa se presidência ou diretoria

- Correios
- Caixa Econômica Federal
- Banco do Brasil
- Petrobrás
- Itaipu Binacional
- Fumas
- Chesf
- DNIT
- Companhia Docas
- Banco da Amazônia
- Banco do Nordeste
- Instituto Nacional do Seguro Social
- Delegacias do Ministério da Agricultura
- Delegacias do Ministério da Educação

Os patinho-felôs pelos quais ninguém briga, conjunto conhecido por triade da instabilidade, porque os diretores sempre caem

- Funai
- Inara
- Ibama

Artesato

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, recebemos, logo na primeira semana do mês de março, a boa notícia de que a Rússia suspendeu o embargo à importação de carne brasileira, tanto bovina quanto suína, proveniente dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás, que vêm agora se juntar a Santa Catarina, único Estado reconhecido internacionalmente como livre de febre aftosa, sem vacinação. Todos esses agora são reconhecidos pelo Governo russo como livres da febre aftosa. Os russos exigem apenas que duas providências sejam cumpridas. Com relação à carne suína, que seja observada uma maturação de 24 horas. Quanto à carne bovina, que haja a identificação do animal.

Essa decisão coroa os esforços do Governo Federal e dos pecuaristas para suspender o veto russo, decretado inicialmente em junho do ano passado, após a detecção de um foco de febre aftosa no Município de Monte Alegre, no Pará, e reforçado em setembro, com o surgimento de um novo foco no Amazonas. A proibição de exportação para a Rússia ainda atinge hoje Estados próximos à região amazônica, como o Tocantins e o Mato Grosso, e isso deve ainda perdurar. De todo modo, é já uma importante vitória que outros membros da Federação tenham conseguido comprovar a sanidade de seus rebanhos e tenham retomado suas vendas para o importante mercado russo.

De fato, a dura decisão russa, no ano passado, de fechar seu mercado às carnes brasileiras foi exagerada, como desde cedo insistiram o Governo e os pecuaristas. As regiões nas quais foram detectados os focos de febre aftosa não são regiões exportadoras. Ainda assim, movidos também, senão principalmente, por razões políticas, que envolvem as negociações para a entrada da Rússia na Organização Mundial de Comércio, os russos suspenderam suas importações.

Isso foi, Sr. Presidente, sem dúvida nenhuma, um golpe importante para nossos pecuaristas. O mercado russo é um mercado significativo para o Brasil. A Rússia representa 12% das nossas exportações de carne bovina e é um dos maiores consumidores da carne suína produzida no Brasil. Estima-se que, com o embargo, nossos produtores deixaram de exportar US\$4 milhões por dia, além de enfrentarem uma queda generalizada no preço de seus produtos, especialmente da carne suína.

A própria Rússia, no entanto, prejudicou-se também, e dificilmente poderia manter sua suspensão por muito mais tempo. O Brasil é, hoje, o principal exportador de carnes para os russos. Exportamos 35% da carne bovina consumida na Rússia e 74% da carne

suína. Na verdade, com os problemas sanitários, especialmente a chamada doença da “vaca louca”, que afetaram diversos países com tradição na exportação de carnes, o Brasil tornou-se um parceiro especialmente importante não apenas para a Rússia, no que diz respeito ao abastecimento do mercado mundial de carnes.

O Brasil tem, hoje, o maior rebanho bovino comercial do mundo, com 182 milhões de cabeças de gado. Exporta para mais de 100 países, já sendo o maior exportador mundial de carnes. E uma de nossas maiores vantagens competitivas é, justamente, que aqui criamos o chamado “boi verde”, que se alimenta de forma mais natural, evitando as doenças de que são mais suscetíveis os animais criados em confinamento, submetidos a uma alimentação artificial, com base em rações. Foi esse um dos fatores que nos permitiu ocupar os espaços abertos, à medida que tradicionais exportadores se retiravam do mercado em função do espalhamento da doença da “vaca louca”.

De resto, Sr. Presidente, esse episódio do embargo russo, se, por um lado, provocou efeitos negativos evidentes, serviu, por outro, para demonstrar cabalmente a força da pecuária nacional. Mesmo com a suspensão das exportações para a Rússia, que, como eu disse, é um parceiro comercial dos mais importantes para a pecuária de nosso País, os embarques de carne geraram, em 2004, uma receita de quase US\$6 bilhões, um total 42% maior do que o de 2003. Hoje, assumimos a liderança mundial na exportação de carne bovina, em termos de volume, e de carne de frango, tanto em volume quanto em receita.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por trás da decisão russa de suspender as importações de carne brasileira, como sugeri antes, estão motivações variadas. Do ponto de vista técnico, o Brasil já tinha todas as condições, logo quando foi anunciado o embargo, de desfazer todas as dúvidas e afastar todos os receios. A decisão demorou a ser revista, mas, felizmente, tanto para os produtores brasileiros, quanto para o mercado russo, prevaleceu o bom senso, e hoje a proibição foi praticamente levantada.

Sejam quais forem, no entanto, os motivos e as razões que provocaram o embargo, ficam algumas lições inequívocas para nós, brasileiros. À primeira já fiz referência acima: trata-se da força e da importância que adquiriu o setor pecuário, crescendo de forma expressiva mesmo diante dessa contrariedade, que não foi pequena.

A segunda lição que deveríamos aprender com todo esse episódio é cuidar, minuciosa e incansavelmente, de manter o padrão de sanidade de nossos rebanhos. No competitivo mundo do comércio exterior,

qualquer detalhe pode ser usado com a finalidade de anular nossas vantagens. Não nos podemos dar ao luxo de proporcionar oportunidades para que algum país aja contra nossos interesses.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Em todo o Brasil estamos comemorando o Dia Nacional do Índio.

A data foi consagrada no México, por ocasião da realização do I Congresso Indigenista Interamericano, em 1940. Naquele encontro, que teve como objetivo discutir o futuro dos direitos indígenas, a maioria dos países americanos presentes, ao reconhecer a importância histórica do indigenismo nas Américas, elegeu o dia 19 de abril como o Dia do Índio em todo o continente americano. Convém destacar que na mesma reunião foi criado o Instituto Indigenista Interamericano, que ficou sediado na cidade do México.

Em nosso País, só em 1943, graças à interferência do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, o então Presidente Getúlio Vargas assinou o Decreto nº 5.540, de 2 de junho de 1943, determinando que, a exemplo dos demais países americanos, o Brasil comemorasse o Dia do Índio em 19 de abril.

Na verdade, neste dia consagrado a todas as nações indígenas americanas, não podemos deixar de manifestar nosso sentimento de pesar pelas atrocidades cometidas pelos nossos ascendentes europeus que invadiram as terras do Novo Mundo empunhando o mosquete e a espada. Para os que conseguiram, até agora, escapar por milagre do genocídio, restam a fome, a perseguição, o desprezo, o preconceito, o abandono, as doenças, a desnutrição, o vício, a prostituição e a promiscuidade.

As Nações Unidas, a Anistia Internacional, organização não-governamental com sede em Londres, e o projeto Dhlnternacional vêem com preocupação o avanço das injustiças sociais no Brasil e as dificuldades encontradas pelo Governo Federal no sentido de garantir a dignidade dos povos indígenas.

Segundo a Anistia, que divulgou relatório com o título **Estrangeiros em seu próprio País**, os índios brasileiros estão sofrendo violações constantes em seus direitos fundamentais. Em 2005, um considerável número de índios tem sofrido discriminações e ataques violentos que são acobertados pela impunidade e pelo desinteresse das autoridades. Muitos são vítimas de assassinios e de maus tratos, e nada acontece com os autores.

Curioso destacar é o drama vivido na última década pela etnia guarani-kaiowá, que habita a região de Dourados, no Mato Grosso do Sul. Ocupantes de reservas improdutivas, submetidos a um regime de trabalho semi-escravo e despojados de suas tradições, 236 kaiowás praticaram suicídio nos últimos dez anos. Só em 1995, foram registrados 54 casos de *deduí*, na linguagem dos índios, suicídio ritual, ou rito de apagar o sol. Como se não bastasse, a tragédia dos kaiowás não pára por aí. Desde o início do ano, já foram registradas 18 mortes de crianças por desnutrição. Além da fome, prolifera nas aldeias a leishmaniose, e não existe água potável. Dessa maneira, com toda certeza, não existem motivos para comemorações neste dia dedicado aos povos indígenas.

Eminentes Sr^{as} e Srs. Senadores, a história dos índios das Américas tem como pano de fundo o mais covarde e brutal massacre já praticado em toda a trajetória da humanidade contra um povo ingênuo, que vivia em perfeita harmonia em seu *habitat*, com os seus costumes, as suas famílias, os seus animais de estimação, os seus utensílios, as suas armas simples, as suas alquimias, os seus sonhos, os seus deuses, os seus mistérios e as sua lendas.

No que se refere ao Brasil, a conquista de nossa terra, em 1500, inseriu-se em um contexto de mudanças profundas, ocorridas na Europa, que determinaram o estabelecimento de uma nova divisão internacional de poderes, sobretudo no campo político e no econômico. Assim, a partir daí, inaugurou-se a era das grandes navegações que agregou novas terras, ampliou o significado das relações econômicas internacionais, e expandiu o poder político e militar das grandes metrópoles marítimas da época.

À luz dos documentos históricos, desde o início dos anos 1300, já existiam alusões à existência das terras brasileiras e, no final do século XV, notícias de várias expedições que atracaram em nossas costas.

Deixando de lado o debate acadêmico sobre o conhecimento de nossas terras antes do chamado descobrimento, considero mais importante, para podermos projetar um futuro mais promissor para o nosso País, relembrar alguns momentos cruciais de nossa história. Em primeiro lugar, temos a obrigação de reconhecer os crimes irreparáveis que foram cometidos contra os verdadeiros donos do nosso território e, em segundo lugar, destacar outros que continuam sendo cometidos e que precisam, de uma vez por todas, de apuração, julgamento e punição exemplar.

Em 22 de abril de 1500, enquanto o pequeno reino de Portugal contava com apenas 1 milhão e 500 mil habitantes, nas terras de Vera Cruz, vivendo harmoniosamente e em total integração com as imensas

florestas tropicais que cobriam quase todo o nosso território, existiam quase 5 milhões de índios. Pouco a pouco, como bem sabemos, começou o martírio da exclusão no Brasil e o grande extermínio que dura até hoje. Assim, são mais de 5 séculos de massacre ininterrupto. Na medida em que os índios eram mortos, subjugados pelas armas de fogo e pelas lâminas das espadas dos conquistadores enfurecidos, e catequizados à força, suas culturas eram descaracterizadas, suas famílias destruídas, e nações inteiras foram atraídas ao vício dos brancos e vitimadas por doenças até então desconhecidas nas terras dominadas, tais como, gripe, sarampo e varíola.

Hoje, passados mais de 500 anos da visão do Monte Pascoal pelas caravelas de Pedro Álvares Cabral, os sobreviventes do holocausto são muito poucos. Os índios brasileiros não chegam a 350 mil em todo o território nacional. Mesmo assim, são 215 sociedades e 170 línguas. Há, igualmente, cerca de 50 grupos que nunca mantiveram contato com o homem branco. A idade média dos índios brasileiros é de 17,5 anos, e mais da metade tem menos de 15 anos. A expectativa de vida é de apenas 45,6 anos, e a mortalidade infantil é assustadora, com 150 óbitos para cada mil nascidos.

A violência contra os índios tem aumentado de maneira preocupante em diversos pontos do País. Os principais motivos para essas perseguições e essas mortes são os conflitos fundiários e a forte carga de preconceito que existe do branco em relação ao índio. Os casos são incontáveis pelo País afora, mas alguns ainda continuam vivos em nossa memória pela crueldade e pela frieza como foram cometidos.

Muitos ainda se lembram do brutal assassinato de um índio, aqui mesmo em Brasília, no Plano Piloto, em uma parada de ônibus, na madrugada do dia 20 de abril de 1997. Um grupo de jovens da classe média alta local, vindo de uma festa, resolveu atear fogo em um homem que dormia na parada. Galdino Jesus dos Santos, pertencente à tribo pataxó, de passagem por Brasília, não resistiu às queimaduras e morreu horas depois. Os algozes disseram que estavam apenas brincando e que não tiveram a menor intenção de matar. Ironicamente, o índio Galdino foi brutalmente assassinado um dia após as comemorações do Dia do Índio.

Episódio semelhante aconteceu em 2003, com o assassinato do índio kaingang Leopoldo Crespo, de 77 anos de idade, morto a chutes e pedradas, no Município gaúcho de Miraguaí, a 450 quilômetros de Porto Alegre, enquanto dormia, debaixo de uma marquise, na principal avenida da cidade. Os autores foram igualmente

três jovens que admitiram o crime, mas alegaram que queriam apenas acordar o índio.

No mesmo ano, no Município de Dourados, no Mato Grosso do Sul, foi a vez do cacique Marcos Veron, de 72 anos de idade, trucidado por fazendeiros da região. O cacique Veron, líder guarani-kaiowá, foi encontrado gravemente ferido na fazenda Brasília do Sul, Município de Juti, a 260 quilômetros ao sul de Campo Grande. Ainda foi levado com vida ao hospital, mas não resistiu. O laudo do Instituto Médico Legal constatou que o cacique foi espancado e veio a falecer em decorrência dos golpes recebidos.

O assassinato do índio macuxi Aldo da Silva Mota, no início de 2003, também teve como causa principal a disputa por terras. O seu corpo foi encontrado numa vala rasa na Fazenda Retiro, na terra indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima.

Até crianças indígenas estão sendo vítimas da violência armada por fazendeiros e jagunços. Em meados de 2003, uma criança macuxi, de apenas 12 anos, foi baleada em uma tentativa de homicídio na terra indígena chamada Aningal, situada na região do Amajari, em Roraima. Vale ressaltar que o Estado de Roraima é considerado como um dos mais problemáticos quando fazemos referência a crimes praticados contra os índios. Em todo o ano de 2003, mais de 23 índios foram assassinados por fazendeiros, posseiros e mineradores.

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, no Município de Dourados, os conflitos fundiários entre fazendeiros e índios fazem parte do cotidiano. Cerca de 11 mil índios ocupam uma faixa de terra de apenas 3,5 mil hectares. Seriam necessários mais 300 mil hectares para atender plenamente a essa população. Nessa luta desigual que travam para preservar as terras que ocupam tradicionalmente, os índios são vistos pelos fazendeiros com ódio e desconfiança.

Ao constatar a existência desse barril de pólvora que pode explodir a qualquer momento, as autoridades assistem preocupadas ao agravamento das escaramuças entre índios, posseiros e fazendeiros. Essa situação é marcante no Estado de Roraima e em Mato Grosso do Sul, por causa de terras reivindicadas pelos índios que ainda não foram demarcadas em sua totalidade ou homologadas.

O Ministério da Justiça assegura que garantirá a homologação como área contínua de Raposa Serra do Sol, em Roraima, que cerca de 700 fazendeiros e posseiros plantadores de arroz reivindicam como suas, embora estejam ocupadas há séculos por cerca de 15 mil índios macuxis, ingaricós, tauarepangues, uapixangas e patamonas. Outro obstáculo à homologação de 1,67 milhão de hectares de Raposa Serra do Sol é que, somados a outras áreas, alguns acreditam que

ela colocaria mais de 50% do território do Estado como área indígena, e isso comprometeria o desenvolvimento econômico de Roraima.

Outra grande complicação que envolve índios e fazendeiros está situada no Mato Grosso do Sul, onde milhares de índios guaranis-kaiowás, terenas, e caiabis invadiram várias fazendas. A maior reivindicação desses grupos indígenas é a ampliação das terras em que vivem atualmente espremidos. Segundo a própria Fundação Nacional do Índio (Funai), a reivindicação dos diversos povos indígenas é mais do que legítima, porque na verdade as terras existentes sempre foram ocupadas por eles.

Na verdade, sem espaço para viver como índios, a maioria vira bóia-fria, alcoólatra, mendigo ou louco. Daí para frente, o passo seguinte é o suicídio. Foi assim que aconteceu com um jovem guarani-kaiowá que faz parte da galeria dos que se imolaram, levados pelo desespero e pelo abandono. Um dia após o seu casamento, enforcou-se solitariamente em uma árvore. Antes de praticar o ato extremo, escreveu na areia, sob seus pés: “Eu não tenho lugar”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, indiscutivelmente, a questão fundiária é hoje a maior causa da violência entre índios e não índios. Diante dessa realidade, a Funai tem repetido que a sua maior tarefa é regularizar, ainda neste Governo, a situação das terras indígenas.

Segundo o Doutor Mércio Pereira Gomes, presidente do órgão, até o final do mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelo menos 12% das terras existentes no território brasileiro deverão estar nas mãos das comunidades indígenas. Devo dizer que ficarei alerta para fiscalizar o cumprimento dessa meta até os últimos dias do mandato do Presidente Lula. Caso o compromisso seja realmente transformado em realidade, serei o primeiro a vir a esta tribuna para elogiar a competência da direção da Funai.

Recentemente, em manifesto divulgado para avaliar as mortes por desnutrição em suas aldeias, os guaranis-kaiowás afirmaram que a raiz do problema que atravessam está basicamente ligada à falta das terras que lhes foram roubadas. Além disso, fazem referência à política de confinamento a que estão submetidos e à perda de liberdade. Alegam que foram expulsos de suas terras, assassinados, e afastados de suas atividades de subsistência para abrir caminho ao gado e às grandes plantações de soja. Dizem ainda que as matas onde caçavam e de onde tiravam o sustento de suas famílias foram derrubadas pelas motos serras e pelos tratores dos fazendeiros.

Os guaranis-kaiowás entendem que a perda da terra levou à desorganização de sua economia como

um todo. Segundo eles, a solução do problema está muito além da distribuição de alimentos e de cestas básicas, como pensa o Governo. A questão só pode ser resolvida no campo político e não no campo paternalista ou assistencialista. Em seu manifesto dizem ainda mais: “Antes, nós éramos um povo livre que vivia com fartura. Hoje, vivemos dependendo do assistencialismo do Governo. Sentimos que essa política paternalista, que não nos dá condições de voltar a produzir nosso próprio alimento, é como uma arma apontada contra as nossas cabeças. Precisamos de condições para voltar a produzir nossas roças de mandioca, batata, cana, banana, cará, milho, feijão, arroz... Precisamos de apoio para a recuperação de nossas terras. Precisamos de nossas terras homologadas e livres dos invasores”.

São esses os gritos que vêm da floresta e que precisam ser ouvidos com atenção pelo Presidente Lula e pelas autoridades da Funai. Os governantes de hoje têm pela frente o grande desafio de gerar um consenso duradouro entre os diversos grupos étnicos em nível nacional. Indiscutivelmente, os índios são parte importante dessa grande negociação, bem como os não índios, os especialistas, as organizações indígenas, as lideranças políticas, a Igreja e outros setores importantes da sociedade brasileira. Só assim poderemos vislumbrar um horizonte menos agressivo e políticas públicas realmente voltadas para a proteção dos direitos dos povos indígenas que estão inscritos em nossa Constituição, mas não são respeitados.

Gostaria de finalizar este pronunciamento lembrando que os índios são a raiz do Brasil. Deveriam ter sido reconhecidos como os primeiros brasileiros, mas lhes foi negada a cidadania, ao longo de toda a nossa história. Agora fica a grande questão: quando serão reconhecidos como brasileiros? Acredito que a força de nossa democracia, muito brevemente, se encarregará de exigir de todos esse reconhecimento. Aí sim, poderemos comemorar, com alegria, o Dia do Índio.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna para falar, nesta ocasião, de uma iniciativa que estava quase relegada ao esquecimento, apesar dos incontáveis benefícios que trouxe para um grande número de brasileiros desassistidos, quando de suas edições anteriores.

Trata-se do Projeto Rondon, que renasceu das cinzas, graças a uma proposta da União Nacional dos Estudantes (UNE), encaminhada ao Presidente da República em novembro de 2003. É necessário salientar que muitos brasileiros dependem de programas

como esse para desfrutarem de alguns dos serviços do Estado.

Lembro, também, que o Projeto recebeu, com muita propriedade, o nome de uma das maiores e mais respeitadas personalidades da história do Brasil moderno, o Marechal Cândido Rondon.

Cândido Mariano da Silva Rondon, mato-grossense nascido no ano de 1865, ingressou no exército e, logo, dedicou-se à construção de linhas de telégrafo pelo vasto interior brasileiro. Nesse mister, chegou à impressionante marca de 7 mil quilômetros de linhas instaladas. Também como decorrência dessa função, percorreu grande parte do território do imenso interior brasileiro e, em suas andanças, conseguiu a pacificação de muitas tribos. Recusava-se a matar índios, ainda que para defender-se. Uma sua frase, que era uma confissão de princípios, tornou-se célebre: “Morrer, se preciso for; matar, nunca!”

Em 1910, como resultado do trabalho de Cândido Rondon, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que chegou a ter 67 postos de assistência aos aborígenes, distribuídos pelo interior do Brasil.

As expedições de Rondon, no início do Século XX, tinham finalidades diversas. Sempre o acompanhavam duas equipes: uma, a dos construtores de linhas telegráficas; outra, a dos cientistas (geólogos, botânicos, zoólogos, etnógrafos, lingüistas).

Homem incansável, trabalharia até a morte, em 1958, aos 93 anos, tendo, porém, aos 90 anos, recebido do Congresso Nacional a promoção a marechal. E o antigo Território do Guaporé, em 1955, passou a chamar-se Rondônia em sua homenagem.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o espírito desbravador e altruísta do Marechal Cândido Rondon é o que deve inspirar aqueles que se propõem a participar do projeto que hoje tem seu nome.

Aliás, esse projeto nasceu em 1966, há quase 40 anos, portanto. A idéia era levar a juventude universitária a conhecer a realidade brasileira e a participar do processo de desenvolvimento do País. A princípio, somente participaram universidades do então Estado da Guanabara, representantes do Ministério de Educação e Cultura e especialistas em educação. A primeira equipe constava de apenas 30 estudantes e dois professores, que foram ao Estado de Rondônia, para tomar contato com a realidade brasileira e trabalhar em benefício das comunidades carentes. Foram 28 dias de levantamento de informações e de prestação de assistência médica. O nome de Projeto Rondon para a iniciativa foi uma sugestão dos participantes dessa primeira edição.

No ano seguinte, a experiência expandiu-se para o Mato Grosso e a Amazônia, com 648 jovens, o que

demandou maior participação do governo no apoio às atividades. Em 1970, o Projeto Rondon passou a órgão autônomo da Administração Direta e, em 1975, a Lei nº 6.310 transformou-o em Fundação Projeto Rondon.

As atividades, que, no início, eram desenvolvidas nas férias escolares, evoluíram para a criação de *campi* avançados e de Centros de Atuação Permanentes, além das Operações Regionais e Especiais, que proporcionavam a integração permanente da universidade com as comunidades locais.

O Projeto Rondon durou até 1989. Nesse período acabou por envolver mais de 350 mil universitários, em todas as regiões do País, e contribuiu para despertar a consciência da responsabilidade social nos participantes e naqueles que tomavam conhecimento da importância do projeto.

Agora, com o ressurgimento do projeto, sua página na rede mundial de computadores informa que a visão de origem permanece atual em seus dois principais aspectos: 1 – democratizar o conhecimento produzido nas universidades, compartilhando-o com as comunidades; e 2 – proporcionar aos jovens estudantes o conhecimento de novas realidades, desenvolvendo-lhes atitudes relacionadas à cidadania, à responsabilidade social e ao patriotismo.

Os objetivos que orientam a nova versão do projeto, que hoje está vinculado ao Ministério da Defesa, são assim mencionados no *site*: “Contribuir para o desenvolvimento sustentável nas comunidades carentes, usando as habilidades universitárias. Estimular a busca de soluções para os problemas sociais da população, formulando políticas públicas locais, participativas e emancipadoras. Contribuir na formação acadêmica do estudante, proporcionando-lhe o conhecimento da realidade brasileira, o incentivo à sua responsabilidade social e o patriotismo.”

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta nova fase, foi definida a progressividade de implantação do projeto, restringindo-se, de início, à Amazônia Legal, de forma a construir o conhecimento sobre os métodos, os processos e as relações entre os parceiros do Projeto Rondon, possibilitando a expansão para as demais áreas de atuação, com segurança. A seguir, o projeto se ampliará, obedecendo à seguinte ordem: Nordeste, periferias das metrópoles, outras regiões.

O foco do Projeto Rondon é a área educacional, com prioridade para saneamento e higiene, para saúde e para educação ambiental. Entretanto, existe a possibilidade de operações especiais em decorrência de potencialidades detectadas pelos universitários, visando ao desenvolvimento sustentável das comunidades atendidas. Atividades relacionadas à cultura, ao turismo e ao lazer podem ser estimuladas nas áreas

que apresentarem esta vocação. Cabe, também, entre as ações do Projeto, orientar a formação dos conselhos municipais, em localidades onde eles não existam.

O Projeto Rondon envolve universidades, instituições de ensino superior, instituições públicas, institutos de estudo e pesquisa, escolas técnicas, as Forças Armadas e a iniciativa privada. O suporte gerencial cabe ao Ministério da Defesa, contando-se, ainda, com o apoio de um Comitê Interministerial e com a possibilidade de estabelecer convênios com entidades públicas ou privadas.

O Comitê de Orientação e Supervisão é formado por representantes do Ministério da Defesa (que o coordena), da Educação, da Integração Nacional, da Saúde, do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social, do Esporte, do Meio Ambiente e da Secretaria-Geral da Presidência da República. Cabe-lhe a elaboração das diretivas gerais do projeto e a decisão sobre medidas de alcance mais amplo.

No que se refere à execução, o projeto é conduzido por uma Coordenação-Geral integrada pelos seguintes órgãos e instituições: Ministério da Defesa (coordenador), Ministério da Educação, Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria de Comunicação do Governo e Gestão Estratégica, Comando da Marinha, Comando do Exército, Comando da Aeronáutica, Associação dos Rondonistas, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), União Nacional dos Estudantes (UNE) e outras entidades.

As operações a serem executadas, a cada ano, constarão dos planos anuais e, a partir de 2006, serão executadas avaliações das atividades levadas a efeito em cada comunidade.

Em 2005, as ações limitam-se ao Estado do Amazonas, abrangendo as seguintes localidades: São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Tefé, Yauaretê, Maturacá, Benjamin Constant, Atalaia do Norte, Santo Antônio do Iça, Carauari, Eirunepé, Fonte Boa, Coari e Santa Isabel do Rio Negro.

Sem dúvida, esse projeto constitui uma oportunidade ímpar para os estudantes de grandes cidades tomarem conhecimento dos problemas e das deficiências de seus compatriotas que vivem nos rincões mais afastados deste nosso imenso País. Cada equipe pode ter, no máximo, cinco componentes, com pelo menos um professor entre eles, e pode ter caráter multidisciplinar. São as seguintes as áreas definidas de atuação: educação, saúde, assistência social, economia, direito, administração, engenharia civil, engenharia florestal, agronomia, veterinária, zootecnia, havendo

a possibilidade de inclusão de novas áreas, a critério das instituições responsáveis.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já tivemos conhecimento do sucesso da edição do Projeto Rondon realizada em janeiro de 2005, envolvendo 200 estudantes de diversas instituições do País e mais de 40 militares. Os universitários elaboraram relatórios com diagnóstico da realidade social de 11 Municípios do Estado do Amazonas, informações que serão utilizadas na operação prevista para ocorrer em julho deste ano. Mas os órgãos públicos também podem servir-se das informações coletadas, para a elaboração das políticas mais adequadas às áreas em questão.

Oxalá essa iniciativa perdure até que consigamos diminuir as enormes diferenças sociais e regionais que caracterizam o Brasil, diferenças inaceitáveis para um País que pretende colocar-se entre as grandes nações do planeta.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 22 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SESSÃO DO DIA 13 DE ABRIL DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras. Subo a esta Tribuna primeiro para saudar o Senado Federal pela aprovação do Projeto do Biodiesel, que nós construímos ontem. É um projeto que vai estimular a produção agrícola familiar, vai melhorar a matriz energética do país, abrindo uma nova dimensão de uma energia renovável – especialmente neste momento de crise do petróleo e de pressão sobre preços – aliviando o balanço de pagamentos e gerando renda e emprego no campo.

A forma como o aprovamos estimula a integração regional porque está centrado no óleo de palma, no dendê e particularmente na mamona, priorizando, dessa forma, o semi-árido nordestino e a região Norte do País, onde se encontram os piores índices de desenvolvimento humano e de concentração de renda regional. Portanto, foi uma resposta que combina uma nova matriz energética com uma política de

integração, de inclusão social e de fortalecimento da agricultura familiar.

Ontem, disse que me empenharei em buscar uma solução para algumas demandas apresentadas. Com a decisão da Medida Provisória nº 232, da Câmara dos Deputados, o Governo perdeu R\$2,5 bilhões no Orçamento; R\$1,5 bilhões estavam previstos antecipadamente; R\$1 bilhão está a descoberto. Isso restringe muito a margem de manobra do ponto de vista fiscal.

Porém, foram colocados alguns pleitos, em particular sobre as cooperativas agrícolas. Quero agradecer ao Senador Osmar Dias pela menção que fez à minha pessoa ontem e à atitude que teve também de buscar uma solução, permitindo a aprovação da Medida Provisória do Biodiesel, retirando a emenda, inclusive, que estava no relatório do Senador Edison Lobão, cujo trabalho feito acerca dessa matéria estava excelente.

Agora, sentaremos à Mesa para tentar encontrar novos instrumentos que impulsionem as cooperativas, porque elas são essenciais à produção agrícola, à organização dos pequenos produtores, mas já há um tratamento tributário diferenciado que as favorecem.

Portanto, a construção desse caminho precisa ser bastante consistente para não desequilibrar a competitividade nas diversas cadeias produtivas da agricultura, mas acho que podemos avançar nesta matéria.

A outra demanda apresentada em relação ao setor sucroalcooleiro também é uma questão que deve ser amadurecida. O açúcar tem um tratamento diferenciado de cumulatividade com menor carga tributária, e o álcool etanol, não, porque é combustível.

Quando fizemos isenções para a cesta básica, incluímos vários produtos agrícolas, inclusive o açúcar, e criamos aí uma dicotomia na usina: na mesma esteira em que saem açúcar e álcool, saem etanol e açúcar com cargas tributárias diferenciadas. Então, existe o problema. Temos que encontrar uma forma de construir uma solução. O impacto fiscal dessa medida é bastante significativo porque o etanol é uma fonte de energia que está crescendo e vai crescer cada vez mais com esse motor biflexível, mas é um problema meritório. E o Senador Jonas Pinheiro, que se dedicou a esse tema, também teve a atitude de buscar uma solução. Vamos continuar negociando para tentar encontrar junto à Receita Federal um tratamento tributário para essa demanda apresentada no âmbito do Senado Federal.

Aproveito também, Sr. Senador, para falar um pouco do meu Estado, o Estado de São Paulo, o que é sempre difícil em função das minhas responsabilidades como Líder do Governo. Conseguimos um acordo importante do Governo Federal com o Estado

de São Paulo para liberar recursos do BNDES para o financiamento de linhas do metrô: R\$390 milhões. Havia um óbice para esse acordo que era o nível de endividamento do Estado de São Paulo e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Quero agradecer ao Presidente do BNDES, Guido Mantega, e ao Governador Alckmin, com quem conversei pessoalmente ontem por telefone, e construímos essa solução. A forma de construção é que vamos utilizar debêntures conversíveis para empresas de capital aberto. Portanto, o BNDES tem uma garantia sólida e líquida que são ações de empresa de capital aberto, que não se enquadram nos padrões de endividamento. Têm a segurança do financiador. Por isso, essa foi uma solução bastante consistente tecnicamente. Agora, o Tesouro Nacional, junto com a Secretaria de Fazenda do Governo do Estado, encontrará uma solução.

Termino este pronunciamento fazendo um apelo ao Governo de São Paulo no que se refere ao problema da Febem. São mais de dez anos de crises recorrentes. Mais de vinte rebeliões nesses últimos três meses. Ontem, uma missão do Ministério Público esteve visitando o presídio para identificar problemas de maus tratos a jovens que, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, não deveriam estar nessa situação.

É evidente que esse é um problema antigo, complexo, mas temos que ter muito cuidado no tratamento desse tema.

Faço um apelo para que haja uma revisão dessa decisão, para que não sejam colocados menores de idade em situação de presídio e, sobretudo, que haja uma atenção redobrada em relação a todos os episódios que já, eu diria, marcam o Estado. Sei que isso sensibiliza o Governador, e todas as nossas autoridades, porque essa juventude deve ser tratada sob uma perspectiva de recuperação, de atenção e de um projeto de vida. Essa é uma instituição que não tem eficiência, não tem capacidade de tratar com atenção, com cuidado, com as exigências que, eu diria, o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que aprovamos, por unanimidade, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, um projeto que tenta exatamente dar uma resposta a essa questão das crianças e dos adolescentes. Em vez de aumentarmos a idade penal e de enveredarmos por esse caminho extremamente polêmico, propusemos agravar a pena dos adultos que aliciaram jovens e crianças para a prática de crimes, como o narcotráfico, o assalto e o seqüestro. Atualmente, os jovens são aliciados para proteger os adultos, chamados de "laranjas", na gíria policial. Quando a quadrilha é presa, eles assumem a responsabilidade e os adultos são preservados do rigor da lei. De acordo com o

meu projeto, a pena aumenta de um terço ou até dobra, dependendo da natureza do crime, de quatro a quinze anos para os adultos. Dessa forma, puniremos aquelas quadrilhas que aliciam jovens e crianças para a prática de qualquer tipo de crime.

O nosso Presidente tem larga experiência nessa matéria e contribuiu para a aprovação dessa proposição. Com essa proposta, tenho certeza de que responderemos a essa questão.

É visível que há crescente envolvimento de jovens e adolescentes no crime. Precisamos rever a nossa legislação. Punir os adultos chefes dessas quadrilhas é o melhor caminho para inibir esse tipo de aliciamento e de prática criminosa. Seria uma resposta da legislação para contribuir com o esforço que os Estados e Municípios fazem buscando soluções pedagógicas criativas, mais sensíveis e mais humanas do que a Febem, instituição que fracassou e que precisa ser profundamente reestruturada no Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Aloizio Mercadante, peço desculpas, pois não poderia dirigir-me a V. Ex^a por estar na Presidência, mas devo dizer que estive com o Dr. Alexandre, com quem conversei sobre o problema da Febem. Ele está tentando modificar o quadro que assumiu e isso teria provocado uma reação interna – eles têm destruído os prédios. Ele disse que essa remoção é temporária, até poder reconstruir algo dedicado à recuperação e educação dos menores. Talvez seja interessante para V. Ex^a tomar conhecimento disso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Entendo a preocupação de V. Ex^a. Penso que é uma situação delicada. É evidente que temos que buscar uma reestruturação dessa instituição. O Governo mesmo tem sinalizado nessa direção. Chamo, no entanto, atenção para o relatório preliminar do Ministério Público dizendo que está havendo maus tratos no presídio. Quer dizer, já é muito grave colocar em situação de presídio esses jovens e adolescentes. Agora, os maus tratos são intoleráveis. Então, é preciso que o Governo imediatamente tome providência. V. Ex^a, que sempre cuidou muito dessa área, pode nos ajudar. Estarei à disposição do Governador, como estive à disposição de encontrar uma solução para o financiamento do metrô, em parceria com o Governo do Estado, para que de fato encontremos uma solução que preserve o Estatuto da Criança e do Adolescente e as exigências do Estado, quando detém adolescentes em situação de delito, pois existem uma série de regras legais que precisam ser rigorosamente obedecidas. Mas compartilho do esforço e ajudarei no que for preciso para encontrar uma solução.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SESSÃO DO DIA 19 DE ABRIL DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, subo a esta tribuna, para discutir o tema do Senador vitalício, uma proposta antiga do então Deputado Arthur Virgílio, que, apresentada, à época, na Câmara dos Deputados, foi alvo de uma polêmica bastante forte e acabou não tendo progressão.

Há cerca de dois meses, quando almoçamos e falamos sobre a pauta do Congresso Nacional e os desafios do futuro, S. Ex^a relembrou essa matéria, e eu disse que achava que deveríamos sentar e refletir sobre ela. Isso ficou meio perdido até a viagem que fiz junto com o Presidente Lula, os ex-Presidentes José Sarney e Fernando Henrique Cardoso, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, e os Presidentes Renan Calheiros e Severino Cavalcanti.

Aquele avião tinha um simbolismo muito especial: o Brasil se fazia representar, nos funerais do Papa João Paulo II, por uma dimensão única – eu diria – na história recente. Estavam juntos o Presidente, dois ex-Presidentes e mais o ex-Presidente Itamar Franco. Portanto, todos os Presidentes do período da transição democrática e do período democrático da história do Brasil estavam presentes, dando uma dimensão de amadurecimento democrático do País, de espírito público, de grandeza, de capacidade de conviver com a diferença.

Esse foi um gesto muito forte, que poucas nações poderiam ter, tanto que ouvi, de viva voz, o Presidente Jacques Chirac afirmar que estava impressionado, ao ver juntos todos aqueles ex-Presidentes e que a França não poderia ter um momento como aquele.

Ouvi do ex-Primeiro-Ministro Durão Barroso, hoje Presidente da União Européia, meu amigo, a mesma expressão, quando nos encontrou. Ele se referiu à beleza da atitude da Nação brasileira, do Estado brasileiro, de reunir todos aqueles ex-Presidentes e o atual Chefe de Estado numa cerimônia, como seus representantes.

Acho que esse sentimento me fez pensar na necessidade de encontrarmos uma solução institucional para o assunto que abordo. Ao contrário daqueles que apequenam esse debate, dizendo que se trata de uma tentativa de acomodar um problema ou outro, penso que se trata de pensar uma solução da democracia brasileira, uma solução institucional de largo prazo.

Isso seria dar uma estatuta e um lugar para os ex-Presidentes, que a história deveria preservar.

Se analisarmos, por exemplo, a democracia americana, verificaremos que esse debate foi feito nos anos 40. Roosevelt foi eleito em 1932, 1936, 1940 e 1944, em quatro mandatos sucessivos, e morreu no início do último. Com sua morte, Truman assume a Presidência da República. Naquela ocasião, eles votaram uma emenda constitucional, restringindo o direito a apenas uma reeleição, depois da qual o Presidente da República não poderia disputar mais eleições.

É assim na Itália, para onde estávamos indo. Por sinal, a dimensão de Senador vitalício existe exatamente naquele país e não apenas para ex-presidentes. No caso italiano, essa dimensão foi dada, por exemplo, a Norberto Bobbio, que era um grande jurista, um grande filósofo, que produziu grandes textos sobre a teoria política e foi homenageado com esse honroso cargo na democracia italiana.

Tendo seus representantes estado na Itália e vivido uma experiência como essa, o Brasil deu uma demonstração de grandeza, de espírito público, de Nação, de Estado. Por que, então, não se abrir esse debate no País?

Não procede a tese de que essa representação seria ilegítima do ponto de vista do processo decisório do Senado Federal, porque ninguém pretende alterar o princípio do pacto federativo de três Senadores por Estado. Esses Senadores não teriam direito a voto, mas um espaço republicano institucional e permanente, para trazer sua contribuição como ex-Presidentes da República, sobretudo em debates sobre o Plano Plurianual, sobre políticas de reforma de Estado, sobre mudanças institucionais, em que essa experiência, essa vivência poderia ajudar significativamente.

Por tudo isso, espero que esse debate continue com maturidade. Estamos vivendo o início de um processo democrático, quando comparados com outras nações; a democracia aqui ainda é um processo recente. Quero dizer que estou de acordo com Senador Arthur Virgílio em não apresentar a proposta, porque só tem sentido fazê-lo, se houver uma convergência política entre os principais Partidos, os mais representativos, para um debate com a estatuta deste que está sendo proposto. Aqui não se pretende resolver problemas conjunturais; o que se busca é construir uma saída institucional e duradoura para a democracia brasileira.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Tenho pouco tempo, Senador Eduardo Suplicy.

A Espanha acabou de fazer uma reforma constitucional, instituindo a participação permanente dos ex-presidentes no Conselho da República. No caso da Espanha, o Conselho da República tem uma função institucional relevante, mas essa não é a nossa experiência democrática.

Ex-Presidentes no Brasil não têm sequer uma aposentadoria, uma fonte de remuneração. Pergunto: estamos fazendo quarentena para juiz e para diretor do Banco Central, e o Presidente da República não a terá? Então, estamos criando artificialismo, no caso daqueles que, com sua integridade, deixam a Presidência da República?

Pergunto se o Presidente José Sarney não engrateceu esta Casa no debate político institucional; se não soube preservar seu papel de ex-Presidente da República em todos os momentos e em todos os debates.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– E estendo este elogio ao Senador Marco Maciel, que se tem comportado aqui com a condição de quem foi um ex-Presidente da República. Também o Presidente Itamar, na condição de Embaixador da Itália, preserva essa dimensão.

Trata-se, portanto, de uma função permanente, institucional, democrática, a ser dada ao homem que ocupa o mais alto cargo da Nação e que a preside pela maioria do voto do povo, por pelo menos 50 milhões de votos. Que seja preservada essa condição a qualquer que seja o Presidente daqui para frente, que tem a responsabilidade, como Chefe de Estado e de Governo, de dirigir uma nação de 180 milhões de pessoas, com um orçamento de R\$400 bilhões.

Entendo que alguns têm uma visão diferente. O que não posso aceitar é apequenar esse debate. Acho que ele tem de ser feito com qualidade, tranqüilidade, profundidade. E não deve haver nenhuma iniciativa, se não houver acordo entre as grandes nações. Isso só tem sentido, se for uma atitude suprapartidária, uma solução de Estado, uma solução democrática.

Na América Latina, não existe esse mecanismo. O que temos visto, com recorrência, é a instabilidade política permanente: nos últimos doze anos, quinze chefes de Estado não terminaram seu mandato no continente. Se queremos pensar a democracia como um processo maduro, equacionado, duradouro, temos que aprimorar as instituições. E não é possível, numa sociedade democrática, com a importância que tem a sociedade brasileira, não pensarmos o dia seguinte de um Chefe de Estado. Ele deve ter um lugar na República, um lugar privilegiado, um espaço institucional; deve ter, inclusive, condições de defesa jurídica.

Alguns respondem a 200 processos, quando saem, e a República sequer lhes garante assessoria jurídica. Portanto é um debate de alta qualidade...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– ... espero que possamos preservar a qualidade dessa discussão.

Senador Eduardo Azeredo, ouço V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Mesa informa ao Senador Aloizio Mercadante que o tempo está esgotado, já com a prorrogação de três minutos, e que há, ainda, cinco Líderes inscritos. Pede, portanto, a colaboração, para o bem da Ordem do Dia, que virá a seguir.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – O meu aparte é apenas para concordar. Quero dizer que a minha posição sempre foi também no sentido de reconhecer a importância da experiência de quem governa um País com 180 milhões de habitantes, como o Brasil. A estranheza do PSDB foi com a forma agressiva – digamos assim – com que o PT reagiu, como se fosse uma questão que o PSDB estivesse inventando. É uma questão do País. Então, quero dizer que estou de acordo. A posição nossa é a de buscar um entendimento nesse sentido.

SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Esclareço que entendo ser uma questão do País, suprapartidária. É democrático divergir. O debate é absolutamente procedente e devemos fazê-lo. Não basta apenas dizer: “Não, esta não é uma boa solução”. Qual é a solução alternativa? Os ex-Presidentes, no dia seguinte, não têm uma aposentadoria, não têm uma fonte de renda, não têm um espaço institucional, e ficamos criando artifícios, como já fizemos no passado, para encontrar um porto institucional para preservar essa condição.

Um ex-Presidente não pode ser tratado como um cidadão qualquer, assim como não o é o juiz, como não o é o Presidente do Banco Central, que tem o princípio da quarentena. E quanto ao Presidente da República?

Entendo que assegurar um lugar aos ex-Chefes de Estado seria um amadurecimento democrático. Vejam, na experiência americana, o papel de Carter, por exemplo, nos direitos humanos e na democracia; na Coreia do Norte ou na Venezuela recentemente. Vejam, por exemplo, na democracia americana, o *tsunami*, onde estavam Clinton, Bush e outros.

Portanto, fico muito honrado de ter visto o Brasil, nos funerais do Papa, representado por todos os ex-Chefes de Estado. Espero que essa questão seja debatida com tranquilidade, maturidade e respeito ins-

tucional, porque é uma dimensão muito importante da solução democrática.

Concedo um aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Sr. Presidente, ia pedir para falar em seguida a título de réplica.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Aloizio Mercadante, considero importante que V. Ex^a tenha trazido esse assunto com muita seriedade ao debate. Já me manifestei hoje aqui a respeito, mas gostaria de ponderar que a colaboração e a interação do Senado com os ex-Presidentes é um dos aspectos positivos da proposição que V. Ex^a abraçou. Mas, se, pelos diversos argumentos do debate, a questão de ex-Presidentes se transformarem em Senadores vitalícios não for a mais adequada, há uma alternativa, qual seja, a de institucionalizarmos adequadamente o encontro de ex-Presidentes da República com Senadores, sempre que avaliarmos – ou eles avaliarem – que este é um debate saudável. Poderíamos ter aqui, periodicamente, um diálogo nosso, seja com o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso ou com o Senador Marco Maciel ou com todos os demais.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Senador Eduardo Suplicy, é um pouco mais do que isto. O ex-Presidente Ernesto Geisel, ainda no regime militar, saiu da Presidência e teve que trabalhar na Petroquisa. Não existe nenhuma proteção para um ex-Chefe de Estado no Brasil, nenhuma, sequer uma fonte de renda. Pergunto se é correto continuarmos desta forma. O Presidente Fernando Henrique Cardoso disse para mim: “Tenho 200 processos na Justiça e o Estado brasileiro sequer me dá a Advocacia Geral da União para me defender juridicamente”. É correto continuarmos assim? Porque se não é correto, temos que discutir com profundidade. A democracia precisa assegurar um lugar aos ex-Chefes de Estado, todos eles, um lugar grandioso, um lugar respeitado, um lugar que preserve o princípio da quarentena e incorpore a experiência, a sabedoria e a vivência institucional no debate democrático, qualificado e permanente.

Por isso, entendo que esta é uma discussão necessária e o tamanho dessa discussão é o que está sendo proposto, nem mais, nem menos. Então, não vamos apequenar uma reflexão que precisa ser feita. O Brasil precisa tratar esta questão como outras nações trataram e exatamente por estar na Itália, que tem essa solução, uma solução exitosa, reconhecida e valorizada, imagino que esta possa vir a ser a solução no Brasil. Se não é esta, vamos encontrar uma outra. O que não podemos é fechar os olhos para uma questão

absolutamente indispensável que é o tratamento dos ex-Presidentes da República à democracia brasileira. Muito obrigado.

**AGENDA DO PRESIDENTE
DO SENADO FEDERAL
20-4-2005
quarta-feira**

11:00 – Sessão Especial destinada a comemorar o 45º Aniversário de Brasília
Plenário do Senado Federal

15:00 – Parlamentares que compõem a Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 1/2005 que reestrutura o Orçamento e sua tramitação

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

17:00 – Senhor Emerson Fittipaldi

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

17:30 – Secretário Mauro Benevides Filho, Secretário de Estado de Administração do Governo do Ceará, acompanhado do Presidente do Conselho de Secretários de Estado de Administração e outros Secretários

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal.

**(*)ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1209, DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004391/05-5,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **GUILHERME RICARDO SCHMIDT**, matrícula n.º 179933, do cargo, em comissão, de *Secretário Parlamentar do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti*, a partir de 18/03/2005.

Senado Federal, em 17 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

* Republicado por haver saído com incorreções.

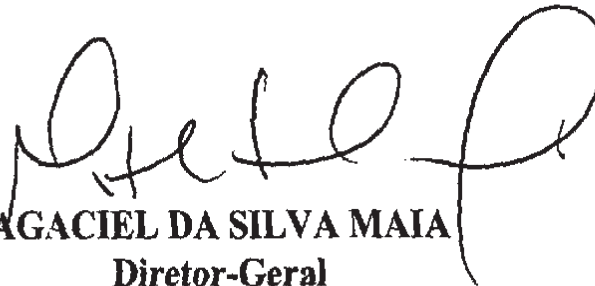
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1689, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 004444/05-1,

{1:

RESOLVE dispensar o servidor TIAGO NARDELLI PINTO BARBOSA, matrícula 5252, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Segurança Legislativa, a partir de 15 de março de 2005, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 13 de abril de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

* Republicado por haver saído com incorreções.

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1802 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005025/05-2,

RESOLVE tornar sem efeito os Atos do Diretor-Geral n.º 778 e 1.674, de 2005.

Senado Federal, em 18 de abril de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1803 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 006015/05-0,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA JOSÉ PORTELA, matrícula 32569, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Valmir Amaral, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 12 de abril de 2005.

Senado Federal, 20 de abril de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1804 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato n.º 50, de 2004, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo n.º 006157/05-0,

RESOLVE dispensar o servidor FRANCISCO NAURIDES BARROS, matrícula 37634, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Comissão, Símbolo FC-8, da Secretaria de Comissões, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário de Comissão Adjunto, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 13 de abril de 2005.

Senado Federal, 20 de abril de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1805 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 006333/05-2,

RESOLVE dispensar o servidor PAULO LOURENÇO RODRIGUES, matrícula 48413, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador João Ribeiro, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, a partir de 11 de abril de 2005.

Senado Federal, 20 de abril de 2005.



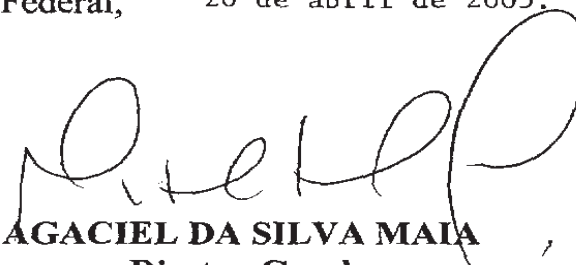
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1806 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 006293/05-0,

RESOLVE dispensar o servidor **MOISES BALDOÍNO DE BARROS NETO**, matrícula 33215, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Jefferson Péres, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 15 de abril de 2005.

Senado Federal, 20 de abril de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1807 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelos Atos n.ºs 108, de 2003 e 50, de 2004, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo nº 006281/05-2,

RESOLVE dispensar o servidor **CÁSSIO MURILO ROCHA**, matrícula 52209, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Diretor de Coordenação, Símbolo FC-8, da Coordenação de Transportes da Secretaria de Serviços Gerais, a partir de 15 de abril de 2005.

Senado Federal, 20 de abril de 2005.



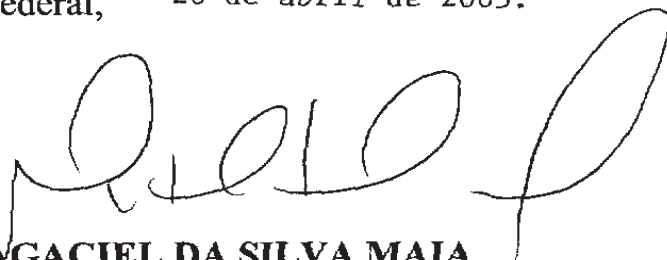
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1808 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 006082/05-0,

RESOLVE dispensar o servidor GIVON SIQUEIRA MACHADO FILHO, matrícula 28827, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador João Capiberibe, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, a partir de 12 de abril de 2005.

Senado Federal, 20 de abril de 2005.



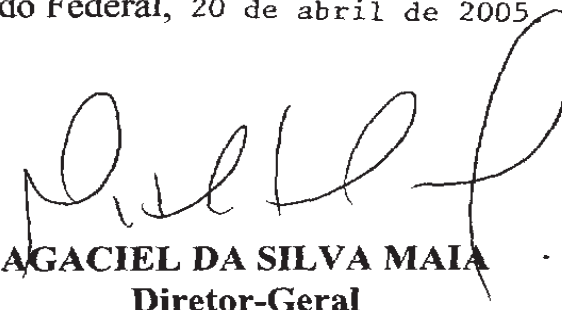
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1809 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 006081/05-3,

RESOLVE designar a servidora CHRISTINA RODRIGUES MARTINS SIK, matrícula 48401, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador João Capiberibe, a partir de 12 de abril de 2005.

Senado Federal, 20 de abril de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 1810 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 005948/05-3,

RESOLVE designar o servidor **JOSÉ ANTÔNIO TAVARES DE OLIVEIRA**, matrícula 17970, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Controle de Informações, Símbolo FC-6, da Secretaria de Informação e Documentação, a partir de 07 de abril de 2005.

Senado Federal, 20 de abril de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 1811 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 006182/05-4,

RESOLVE designar a servidora **GRACILAN DE CARVALHO A. LOURENÇO COSTA**, matrícula 31670, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Pessoal, Símbolo FC-6, da Secretaria de Recursos Humanos, a partir de 13 de abril de 2005.

Senado Federal, 20 de abril de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1812 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ANTONIO CÉSAR NÓBREGA DE MOURA, matrícula nº 44043 e, EDVALDO OLIVEIRA DE CARVALHO, matrícula nº 42149, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 001180053 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril

de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1813 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006353/05-3 e 006357/05-9**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **MAURO DE SOUSA MARTINS**, matrícula n.º 164425, de Motorista para o de Assistente Parlamentar, AP-3, e sua respectiva lotação, do Gabinete do Senador João Ribeiro para o Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, em 20 de abril de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1814 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta dos Processos n.º **006356/05-2 e 006396/05-4**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **RICARDO LIMA ROCHA**, matrícula n.º 166677, de Assistente Parlamentar, AP-3, para o de Assessor Técnico e sua respectiva lotação, do Gabinete da Quarta Secretaria para o Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 20 de abril de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1815 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.299/05-9**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **VIRGINIA SOUZA DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 181850, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Marcelo Crivella.

Senado Federal, em 20 de abril de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1816 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006.403/05-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CLÁUDIA VIRGÍNIA RODRIGUES SILVA DE ARAÚJO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 20 de abril de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1817 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004.041/05-4,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1090, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3192, de 11/03/2005, que nomeou **CLÁUDIA VIRGÍNIA RODRIGUES SILVA DE ARAÚJO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 20 de abril de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1818 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006073/05-0,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ELIANA LUCIA DEL CASTILLO GOIS**, matrícula n.º 174110, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador João Capiberibe.

Senado Federal, em 20 de abril de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1819 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006073/05-0,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROSILÃ JAQUES PEREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador João Capiberibe.

Senado Federal, em 20 de abril de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA

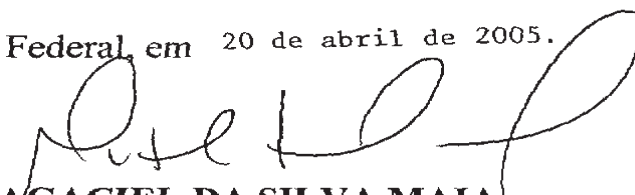
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL/
N.º 1820 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001.177/04-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOAREZ GOMES DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antero Paes de Barros.

Senado Federal, em 20 de abril de 2005.



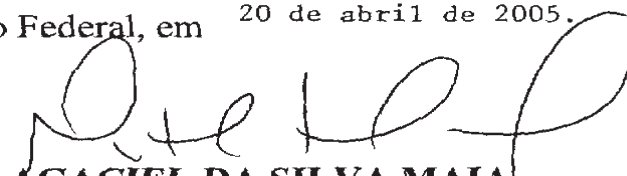
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL/
N.º 1821 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006.298/05-2,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ADEUVALDO DE CASTRO BARROS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 20 de abril de 2005.



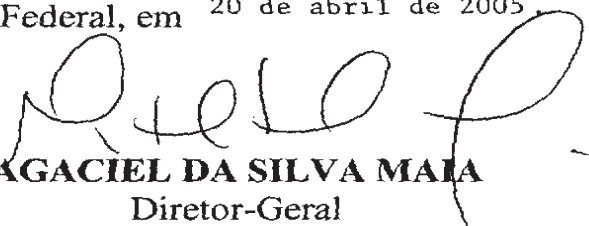
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1822 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006.402/05-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DILMAR PORTILHO MEIRA FILHO** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice-Presidência.

Senado Federal, em 20 de abril de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1823 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006364/05-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **TANYA NAPOLEÃO RICHER** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Terceira Secretaria.

Senado Federal, em 20 de abril de 2005.



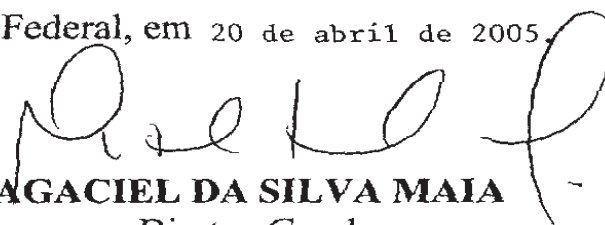
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1824 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006359/05-1**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ZILMAR BARBOSA PLÍNIO** para exercer o cargo, *em comissão*, de Motorista do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador João Ribeiro.

Senado Federal, em 20 de abril de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1825 , DE 2005**

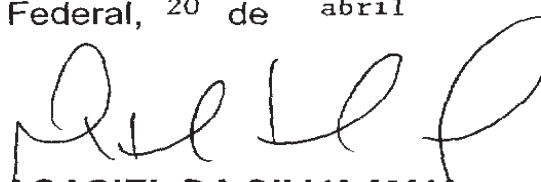
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **ADERSON PIMENTEL DE ALENCAR FILHO**, matrícula nº 4613 e, **LUCIANO ANTÔNIO GUIDINI DOS SANTOS**, matrícula nº 5371, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 006.349/05-6 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1826 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ADERSON PIMENTEL DE ALENCAR FILHO, matrícula nº 4613 e, LUCIANO ANTÔNIO GUIDINI DOS SANTOS, matrícula nº 5371, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 006.348/05-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	PSOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PMDB	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Francisco Pereira	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da luz

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Dulcília Ramos Calháo	(Ramal: 3514)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Janice de Carvalho Lima	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3502)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CFC José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CI Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CRE Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CLP Maria Dulce V de Queirós Campos	(Ramal: 1856)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB

Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 03.03.2005

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: ARNALDO NISKIER
Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO B. D'URSO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELso AUGUSTO SCHÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

- • 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- • 2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação
aguardando designação

02 - Comissão de Tecnologia Digital
aguardando designação

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária
aguardando designação

04 - Comissão de TV a Cabo
aguardando designação

05 - Comissão de Concentração na Mídia
aguardando designação

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

-

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL/BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> SÉRGIO GUERRA PSDB-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 15.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br



EDIÇÃO DE HOJE: 210 PÁGINAS